

**Universidade Federal de Minas Gerais
Escola de Arquitetura**

Ana Paola da Silva Alves

**PARADOXOS EM TORNO DA EDUCAÇÃO URBANA: relações entre cidadania e
construção do espaço público na cidade de Belo Horizonte**

**Belo Horizonte
2021**

Ana Paola da Silva Alves

PARADOXOS EM TORNO DA EDUCAÇÃO URBANA: relações entre cidadania e construção do espaço público na cidade de Belo Horizonte

Versão Final

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Arquitetura e Urbanismo.

Linha de pesquisa: Planejamento e Dinâmicas Socioterritoriais.

Orientadora: Prof.^a Dra. Raquel Garcia Gonçalves (NPGAU-UFMG)

Coorientador: Prof. Dr. Tiago Castela (CES-UC)

Belo Horizonte

2021

FICHA CATALOGRÁFICA

A474p

Alves, Ana Paola da Silva.

Paradoxos em torno da educação urbana [manuscrito] : relações entre cidadania e construção do espaço público na cidade de Belo Horizonte / Ana Paola da Silva Alves. - 2021.

244f. : il.

Orientador: Raquel Garcia Gonçalves.

Coorientador: Tiago Castela.

Tese (doutorado)– Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura.

1. Espaços públicos - Teses. 2. Educação urbana - Teses. 3. Cidadania - Teses. 4. Sociologia urbana - Teses. 5. Carnaval - Teses. 6. Belo Horizonte (MG). I. Gonçalves, Raquel Garcia. II. Castela, Tiago. III. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Arquitetura. IV. Título.

CDD 307.76



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO



FOLHA DE APROVAÇÃO


PARADOXOS EM TORNO DA EDUCAÇÃO URBANA: relações entre cidadania e construção do espaço público na cidade de Belo Horizonte

ANA PAOLA DA SILVA ALVES

Tese submetida à Comissão Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Arquitetura da UFMG como requisito para obtenção do grau de Doutor em Arquitetura e Urbanismo, área de concentração: Teoria, produção e experiência do espaço.

Aprovada em 24 de novembro de 2021, pela Comissão constituída pelos membros:


Profa. Dra. Raquel Garcia Gonçalves - Orientadora
EA-UFMG


Prof. Dr. Tiago Castela - Coorientador
Universidade de Coimbra


Profa. Dra. Paula Barros
EA-UFMG


Prof. Dr. Marcos Felipe Sudré Saidler
EA-UFMG


Profa. Dra. Isabella Galera
UFPE


Profa. Dra. Alexandra Nascimento
Centro Universitário UNA

Belo Horizonte, 24 de novembro de 2021.

QUE MARAVILHA TER TANTO A AGRADECER!

Agradeço muitíssimo à Raquel que, antes de ser minha orientadora, foi quem me abriu as portas para retornar à UFMG, pela sua disciplina na pós, pela integração no grupo de pesquisa, pelo estímulo para que eu fizesse o concurso do Doutorado, pelo incentivo para que eu não desistisse de ir estudar em Coimbra, por sua orientação e pelo empenho para que eu concluísse esse trabalho, por comemorar comigo cada conquista. Obrigada por acreditar comigo e em mim!

Agradeço muitíssimo ao professor Tiago que, ao me receber em Coimbra no momento mais crítico da pandemia, teve grande empenho em me integrar na comunidade acadêmica, tanto no Centro de Estudos Sociais quanto no Departamento de Arquitetura. Pela recepção, pelo incentivo à participação em congressos/seminários, pela ajuda e pela compreensão nos momentos de dificuldade, pelos preciosos apontamentos durante a coorientação.

Pelo acolhimento durante o Doutorado sanduíche, agradeço à Divisão de Assuntos Internacionais (DRI-UC) e ao Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (CES-UC), sobretudo à Alexandra Pereira (Conselho Científico) e à Inês Lima (Biblioteca) pela simpatia e pela prontidão na solução das várias demandas. Agradeço ao Núcleo de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Minas Gerais (NPGAU/UFMG), principalmente à Maria Paula Borges (Secretaria) e à Ana Paula Baltazar (Coordenação), pelo empenho e pela competência no desembolar das burocracias e por todo o auxílio que me deram nesses anos de Doutorado. Agradeço também à FAPEMIG, pelo apoio financeiro.

Às queridas e aos queridos da Universidade de Coimbra, especialmente à Elisa Borges, que tem me proporcionado as melhores experiências freirianas, em passeios por múltiplas áreas. Ao Gabriel Muñoz, à professora Manuela Guilherme e ao professor Antônio Bandeirinha, pelas ricas contribuições nas discussões deste trabalho.

Agradeço à Alexandra Nascimento e ao Felipe Sudré, queridos de outros tempos de docência, que me trouxeram importantes apontamentos na qualificação desta tese, gerando grandes reflexões.

Gratidão ao Bloco Seu Vizinho, que tanto me transformou pela experiência de partilha, reflexões, dança, canto, batuque... Gratidão pelo convívio com a potência desse povo resistente do Aglomerado da Serra. #SomosTodosVizinhos.

Agradeço às amigas, Helena, Izabella, Karina, Carol e a todas as queridas do Observatório de Conflitos Urbanos, instigadoras de frutíferas reflexões e companheiras de luta por um mundo mais justo. Às sempre presentes, Carol, Fernandinha, Tati, Verônica, Perim, Mônica, amigas sobreviventes da PBH, que me fortalecem, poetizam, indignam-se, torcem e comemoram comigo. Vocês são ouro, meninas! #partiuprobrinde.

À minha família, por me incentivar a buscar/realizar meus sonhos e desejos (mesmo quando lhes parecem meio estranhos), sobretudo, à minha irmã Adriana, sempre me ajudando imensamente em tudo. À minha mãe, cujas constantes lembranças me fizeram companhia nesse tempo em Portugal, fortalecendo-me e não me deixando esquecer que nós, mulheres – ainda tão oprimidas –, somos capazes de mudar o mundo. Gratidão eterna!

Ao Crasso, que me ajuda a lidar com as pedras no caminho e a transformar angústias em sons, música, poesia, cores, arquitetura, em tese de doutorado.

Agradeço e dedico esta tese, especialmente, ao Pedro, melhor amor, amigo e companheiro: moço de olhos brilhantes que quis conhecer Paulo Freire para acompanhar minhas discussões; que nunca perdeu uma apresentação do meu trabalho; que aguentou meus desânimos, amuos, ausências; que chorou comigo as decepções e comemorou todas as conquistas, reconhecimentos e a finalização desta etapa. Muito obrigada, meu P'drinho! Vamos juntos pras próximas!!!

Ninguém pode estar no mundo, com o mundo e com os outros de forma neutra. Não posso estar no mundo de luvas nas mãos constatando apenas. A acomodação em mim é apenas caminho para a inserção, que implica decisão, escolha, intervenção na realidade.

(FREIRE, 2002)

RESUMO

A tese discute o caráter pedagógico de experiências espaciais em espaços públicos na cidade de Belo Horizonte, a partir da compreensão de que essas práticas coletivas reconfiguram não apenas os espaços públicos, mas também as subjetividades envolvidas nessas ações. Analisar a vinculação entre educação e cidade implica em considerar os paradoxos que envolvem essa relação: se por um lado, as experiências urbanas podem consistir em práticas que desafiam e questionam a concepção tecnocrática de cidade – alinhadas às práticas pedagógicas que buscam formar subjetividades críticas, capazes de atuar e modificar as contradições do contexto social, exercitando a cidadania –; por outro lado, as experiências urbanas podem ser práticas que se conformam às regulações disciplinadoras dos modos de vivenciar a cidade – alinhadas com a formação de indivíduos acríticos e passivos, condizentes com o modelo pedagógico ocidental hegemônico. Inspirada pela teoria pedagógica de Paulo Freire (1967), a tese sugere que, enquanto práticas contra-hegemônicas, as ações que subvertem os modos impostos para vivenciar os espaços públicos da cidade são as que constituem uma “educação urbana”, ou seja, uma pedagogia que contesta as relações de privilégios, que atua na conformação de sujeitos autônomos e de espaços públicos mais democráticos. Nessa perspectiva, são analisadas duas realidades urbanas na cidade de Belo Horizonte, sendo a primeira, um espaço planejado para o lazer, implantado entre bairros de classe média e alta e uma área de vilas e favelas (Parque da Barragem Santa Lúcia – nome popular pelo qual o espaço é conhecido); e a segunda, a práxis social do bloco de carnaval de rua e de favela denominado Seu Vizinho, incluindo os espaços (flexíveis) conformados a partir das ações do grupo. As análises contam com dados da experiência etnográfica e da vivência da autora nas realidades destacadas.

Palavras-Chave: Espaço público. Educação urbana. Cidadania. Prática espacial subversiva. Carnaval de blocos de rua.

ABSTRACT

This thesis aims to discuss pedagogical character of spatial experiences in public spaces in the city of Belo Horizonte, based on the understanding that these collective practices reconfigure not only public spaces, but also the subjectivities involved in these actions. To analyze the link between education and the city implies considering the paradoxes surrounding this relationship: if, by one side, the urban experiences may consist in practices that defies and questions the technocratic conception of the city – aligned to pedagogical practices that seek to form critical subjectivities, capable of acting and modifying the contradictions of social context, exercising citizenship - on the other side, urban experiences can be practices molded by disciplinary regulations of ways of living the city – aligned with formation of uncritical and passive individuals, consistent with hegemonic western pedagogic model. Inspired by the pedagogic theory of Paulo Freire (1967), thesis may suggest that, while non-hegemonic practices, the actions that may subverts imposed ways to live public spaces in the city are those that constitutes an “urban education”, which means a pedagogy that disputes the privilege relationships, acting conforming autonomous subjects and more democratic public spaces. Under this perspective, two urban realities in the city of Belo Horizonte are analyzed. The first one, a leisure planned space implemented between a medium, a high-income neighborhood and a village and slum areas (Santa Lúcia Dam Park, popular name, by which the space is Known); and the second one, the social praxis of a street and slum Carnival parade called Seu Vizinho (your Neighbor), including the (flexible) spaces molded by the actions of this group. The analysis presents compiled data of ethnographic experience and the author’s own living experience on both highlighted realities.

Keywords: Public spaces. Urban education. Citizenship. Subversive space practices. Carnaval street parade.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01	Esquema dos conceitos-chave e referências principais.....	41
Figura 02	Composição da Ágora	52
Figura 03	Esquema Educação Emancipadora	64
Figura 04	Planta Belo Horizonte	96
Figura 05	Primeira Praia da Estação	129
Figura 06	Primeira Praia da Estação	129
Figura 07	Praia da Estação, 2010	129
Figura 08	Desfile Bloco Tico Serra Copo	131
Figura 09	Desfile Bloco Então Brilha	131
Figura 10	Desfile Bloco Pena de Pavão de Krishna	131
Figura 11	Reportagem Revista Encontro	137
Figura 12	Imagem fictícia barreira na praça	139
Figura 13	Divulgação do carnaval	142
Figura 14	Publicações carnaval 2014	144
Figura 15	Privatização do espaço público	146
Figura 16	Repressão policial	147
Figura 17	Posição do prefeito	147
Figura 18	Censura aos blocos politizados	154
Figura 19	Desfile em trio elétrico da CUT	155
Figura 20	Repressão policial	155
Figura 21	Intimidação da Polícia Militar	155
Figura 22	Integrantes na “Mansão do Seu Vizinho”	160
Figura 23	Apresentação da grife “Seu Vizinho”	160
Figura 24	Artistas grafitando	161
Figura 25	Apresentação de dança na rua	162
Figura 26	Bandeira do Bloco Seu Vizinho	167
Figura 27	Letra do hino do Seu Vizinho	168
Figura 28	Chamada para as primeiras oficinas	171
Figura 29	Ensaio 2019	172
Figura 30	Oficinas de percussão 2019	172
Figura 31	Ensaio 2020	172
Figura 32	Chamadas Papo Reto	174
Figura 33	Reuniões Papo Reto	176
Figura 34	Reunião Papo Reto	176

Figura 35	Reunião Papo Reto	176
Figura 36	Chamadas manifestações contra Bolsonaro	178
Figura 37	Cortejos em 2020	179
Figura 38	Repressão policial em 2015	180
Figura 39	Repressão policial em 2020	182
Figura 40	Carnaval das crianças	185
Figura 41	Primeiro desfile Seu Vizinho (2015)	188
Figura 42	Abertura carnaval 2020	189
Figura 43	Carnaval 2020	189
Figura 44	Presença ostensiva da polícia	189
Figura 45	Desfile Seu Vizinho 2020	189
Figura 46	Vista aérea do parque	196
Figura 47	Transbordamento da Barragem Santa Lúcia	197
Figura 48	Parque da Barragem Santa Lúcia	199
Figura 49	Setorização do parque	203
Figura 50	Ensaio bloco de carnaval	205
Figura 51	Encontros para troca de figurinhas	205
Figura 52	Pista de caminhada com a classe média	206
Figura 53	Áreas próximas ao Aglomerado	206
Figura 54	Grupo de capoeiristas	208
Figura 55	Peça de teatro	208
Figura 56	“Novo Parque da Barragem Santa Lúcia”	212
Figura 57	Espaços públicos abertos durante a pandemia	216
Figura 58	Lisboa com vias quase totalmente desocupadas	216
Figura 59	Praias ocupadas conforme normas de distanciamento	217
Figura 60	Área residual apropriada por moradores	218
Figura 61	Desobediência das medidas preventivas	222
Figura 62	Flagrantes das aglomerações no Brasil	222
Figura 63	Manifestações sobre medidas de isolamento e vacina	224

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01	População antigo Curral Del Rey	97
Gráfico 02	Conflitos em Belo Horizonte (2006-2019)	114
Gráfico 03	Evolução anual de público	149
Gráfico 04	Faturamento do carnaval 2020, em cidades do Brasil	149

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	18
1.1	Justificativa e contextualização.....	18
1.2	Com quais objetivos	38
1.3	Como foi feito e estruturado	39
2	POR UMA EDUCAÇÃO URBANA.....	46
2.1	Espaço público: <i>lócus</i> da dimensão política e da formação cidadã	47
2.2	Educação para a emancipação: proposta político-pedagógica.....	56
2.3	Educação da e na cidade.....	67
2.3.1	Definições socioespaciais e pedagogias para adequação	67
2.3.2	Direito a outras cidades possíveis: quando a subversão educa.....	79
3	ESPAÇOS PÚBLICOS EM BELO HORIZONTE	89
3.1	Ordem e disciplina <i>versus</i> miséria e caos urbano	90
3.2	Belo e controlado horizonte.....	93
3.3	Progressos na cidade de/para quem?.....	101
3.4	Democracia e neoliberalismo: contradições da cidade atual	107
4	PRÁXIS SOCIAL COMO DISPUTA PELO ESPAÇO URBANO.....	115
4.1	Apropriação coletiva desviante: controles e resistências	116
4.1.1	Festa: transgressão lúdica da norma reducionista	116
4.1.2	Que a cidade possa ser (também) nossa!	125
4.1.3	Se não dá para detê-lo, vamos vendê-lo!	133
4.2	Corpos negros, aglomerados, em f(r)esta	157
5	DO PLANEJADO AO VIVIDO	195
5.1	Encontros e rupturas no “Parque do Santa Lúcia”	198
5.2	Educação e cidadania: (sobre)vivências na cidade em crise	213
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	225
	REFERÊNCIAS.....	231

APRESENTAÇÃO: INQUIETAÇÕES, PERGUNTAS, BUSCAS, TRAJETÓRIA

O interesse em investigar a (re)produção do espaço urbano contemporâneo deu-se a partir da inquietude surgida ao longo do meu Mestrado em Filosofia, que buscou compreender as relações que se estabelecem entre a Arquitetura e a *Indústria Cultural* – discutida pelos filósofos Theodor Adorno e Max Horkheimer (1947). Se no início daquela investigação eu pretendia refletir sobre espaços voltados para o consumo, no decorrer dos estudos, a pesquisa foi se complexando e ampliando percepções sobre a construção dos espaços nas sociedades atuais, o que me permitiu compreender a problemática que abrange o próprio modo de produção da Arquitetura, a partir da fragmentação (historicamente construída) das instâncias que compõem o seu conteúdo – idealização, construção e experimentação dos espaços. Surgiu, assim, o desejo de investigar outras maneiras de se conceber os espaços, mesmo que elas significassem pequenas frestas abertas no contexto geral de produção do espaço urbano. Considerando-se que o modo de produção capitalista do espaço tem materializado ambientes segregadores, impositivos e padronizados¹, é possível que, na medida em que os indivíduos possam participar da construção e da gestão dos espaços em que vivem, as cidades comecem a materializar os seus desejos, seus anseios e seus imaginários, tornando-se ambientes melhores para se viver.

Uma das minhas tentativas de trabalhar uma possível junção dos momentos cindidos no modo de produção arquitetônico deu-se junto ao funcionalismo público: primeiramente, como arquiteta contratada; e, depois, como funcionária efetivada por concurso. A iniciativa de trabalhar na Prefeitura de Belo Horizonte pareceu acertada por possibilitar uma atuação na cidade como um todo, atingindo um maior número de pessoas. A instituição também assume um discurso de inclusão, no que diz respeito à produção do espaço urbano, além de contar com instrumentos e iniciativas de participação popular (orçamentos participativos, conselhos, conferências), o que justificou ainda mais a minha escolha. Porém, após sete anos de trabalho em vários setores da prefeitura, começaram os questionamentos e as dúvidas sobre a real possibilidade de a construção coletiva da cidade ocorrer por

¹ Essa foi uma das constatações da dissertação de mestrado, “Contribuições da Arquitetura para a *Indústria Cultural* de Theodor Adorno e Max Horkheimer”.

meio desse órgão público, questões que surgiram por vários motivos: a burocracia que inviabiliza ideias inovadoras (trâmites demorados, defasagem no número de profissionais necessários, resistências à mudança); o despreparo, a desvalorização e a falta de investimento em formação/requalificação profissional (uma formação ampliada dos profissionais nem sempre é valorizada – outras vezes, é até dificultada – para fins de avanço na carreira ou mesmo para uma realocação dos profissionais em áreas mais condizentes com sua formação); o descaso em se promover uma participação efetiva na produção do espaço urbano, que tem transformado os mecanismos participativos em pseudo participação (muitas decisões sobre os rumos da cidade são votadas nos conselhos deliberativos, cuja formação paritária entre membros do poder público e da sociedade civil tende sempre a favorecer os interesses institucionais); a contaminação das decisões pelo entrelaçamento dos interesses políticos e econômicos; o desconhecimento, a falta de vontade e/ou a dificuldade dos indivíduos de se envolverem nas questões e decisões sobre a cidade (as convocações do poder público para o ingresso dos cidadãos nos conselhos e/ou nas discussões sobre a cidade nem sempre resultam em grande participação. Soma-se a isso, a apatia com que se experimenta os espaços da cidade, sem grandes questionamentos, na maioria das vezes). Com a domesticação da participação, vêm sendo legitimadas deliberações sobre a cidade que não fazem parte de um processo verdadeiramente democrático, apesar de todo o discurso de inclusão. Tudo isto evidenciou os limites de uma participação popular efetiva pela via institucional e a necessidade de se pensarem outros modos de participação.

Também foi um fator determinante na definição desse estudo a minha vivência na região central de Belo Horizonte (2017-2019), que propiciou novas experimentações da cidade. Passando a residir a dois quarteirões do trabalho, houve a substituição do carro por percursos realizados a pé, de modo que a percepção da cidade mudou não apenas de escala, mas também de velocidade, desvelando outras camadas da cidade, até então imperceptíveis: a espacialização da miséria (cada dia mais evidente por toda a cidade), a hostilidade de uma arquitetura que se propõe defensiva, o controle feito por elementos explícitos e também por leis, por barreiras sutis ou pela repressão direta, a insegurança que permeia a vida de moradores de ruas, negros, mulheres, idosos e crianças. Todo esse contexto reafirmou a urgência de se pensar o espaço urbano, de reconstruí-lo a

partir de uma lógica contra-hegemônica: uma cidade feita *por* e *para* os seres humanos.

Mas diante das dificuldades expostas, veio o questionamento: como isso seria possível? A transformação que resultou nessa tese refere-se à percepção de que as mudanças do contexto problematizado devem ser pensadas, necessariamente, a partir da educação. Não uma educação abstrata que nos modela para uma postura de apatia, mas uma educação para as questões coletivas, urbanas, capaz de promover a conscientização da importância do espaço público para nossa formação como indivíduos, como cidadãos, para as nossas relações intersubjetivas e para o nosso modo de viver. Essa busca encontrou respaldo na pedagogia de Paulo Freire (1967), sobre a qual eu tinha pouco conhecimento (havia lido somente alguns textos) e em cujo conteúdo eu comecei a me aprofundar, a partir de então. Durante um curso intitulado “Formação de educadores populares”, ministrado para (ou com) profissionais de diversas áreas de atuação, houve um aprofundamento na pedagogia da práxis freiriana e da sua proposta de educação para a emancipação e a construção de uma sociedade mais democrática, justa e solidária (FREIRE, 2018). Essa experiência revelou possibilidades de articulação do pensamento freiriano com a formulação do conceito de educação urbana que estava sendo pensado. O interesse despertado pelas reflexões de Freire diz respeito à concepção de educação por ele desenvolvida, a partir da vinculação entre pedagogia, cultura, reflexão e ação política. Porém, é importante ressaltar que a referência ao pensamento freiriano nesse estudo não se dá pela apropriação de um modelo de pedagogia, pela reprodução de uma metodologia para práticas educativas e nem pela busca de um “modelo educativo” que ensine as pessoas sobre a cidade. Ao destacar que este seria o tipo de educação capaz de impulsionar uma produção coletiva da cidade, rumo à criação de espacialidades mais democráticas, minha consideração (ou aposta) é de que a construção de conhecimento feita pelos próprios atores, por meio de práticas espaciais autônomas (contexto em que a cidade também vai sendo construída), pode resultar na percepção de que o espaço urbano nos afeta e nos condiciona e de que as relações permeadas por ele dizem respeito à construção e ao exercício da cidadania, o que pode aumentar o interesse dos sujeitos pela produção da cidade. Assim, já sendo uma frequentadora do Parque da Barragem Santa Lúcia, situado entre bairros de classes média e alta e de um

aglomerado de vilas e favelas – quando residi nas imediações entre os anos de 2013 e 2017 – sempre estive atenta à discrepância nas formas de apropriação do parque, sobretudo nos finais de semana. Enquanto os frequentadores brancos, das classes média (entre os quais eu me incluo) e alta praticavam suas caminhadas, passeavam com seus filhos, cachorros e consumiam nos quiosques; os moradores do Aglomerado estavam, majoritariamente, dentro da área cercada nas quadras de futebol e/ou lavando os carros dos caminhantes. Também chamava a atenção a presença constante de policiais nas proximidades do asfalto e na pista de caminhada. Foi essa experiência que motivou a minha escolha por analisar as práticas cotidianas nesse parque. Ao mesmo tempo, sendo uma participante ativa do carnaval de blocos de rua de Belo Horizonte – tanto como foliã quanto como membro de algumas baterias – tenho vivenciado e observado as pessoas apropriando-se da cidade de modos bem distintos da apatia e do utilitarismo usuais. E nesse contexto, em que fica cada vez mais evidente que os carnavalescos não pretendem abrir mão da liberdade praticada nos espaços públicos da cidade (sobretudo diante das ações repressoras da polícia e do poder público), o carnaval de rua de Belo Horizonte pareceu promover uma conscientização das relações de força que estão por trás da dinâmica da cidade e exemplificar/apontar para a construção de uma outra cidade. Foi essa experiência, portanto, que direcionou meus estudos para a investigação dos blocos de carnaval de rua de Belo Horizonte, tendo sido escolhido para uma análise mais próxima (por meio de experiência etnográfica) o bloco de carnaval de favela “Seu Vizinho” – que eu já acompanhava como foliã –, que, pelos modos de apropriação do espaço público, pelos locais escolhidos para o desfile e também pelo público que o acompanha, apontava para a promoção de uma educação urbana.

Tendo se iniciado em agosto de 2017, esta pesquisa passou por vários imprevistos, tendo que ser adaptada e readaptada². Após ter realizado as disciplinas exigidas pelo programa de doutoramento, o estágio de docência e ter passado pelo exame de qualificação, daria início ao doutorado sanduíche na Universidade de Coimbra, com duração de dez meses. Entretanto, a chegada em Portugal (início de março de 2020) ocorreu no dia em que a Universidade encerrou suas atividades presenciais em função da pandemia, o que acabou trazendo-me consideráveis

² Os imprevistos e as adaptações referentes às práticas sociais analisadas nessa tese estão sendo apresentados mais à frente.

limitações ao longo de todo o semestre: poucos deslocamentos, assim como orientações, aulas e participações em seminários ocorrendo apenas de modo virtual. Com a retomada das atividades presenciais, abriu-se a possibilidade de ter um maior contato com a academia, o que, somado à situação caótica que se encontrava o Brasil, levou-me a solicitar (com o aval da orientadora no Brasil) duas prorrogações sucessivas do período do Doutorado sanduíche (de dezembro de 2020 a abril de 2021, e, depois, julho de 2021).

Os estudos desenvolvidos em Coimbra, o contato com professores e com estudantes do CES-UC e da Arquitetura (DARQ-FCTUC) – e com a diversidade de estudos por eles desenvolvidos, sobre várias partes do mundo –, assim como os temas trabalhados em disciplinas, seminários, congressos e nas (co)orientações individuais (colonialismos, questões raciais, de gênero e de direito à cidade) trouxeram novas perspectivas sobre a cidade, que enriqueceram esta tese. Foi nesse contexto em que eu também acompanhava como a situação pandêmica no Brasil ia sendo apresentada para o mundo com grande preocupação. O modo como a população portuguesa estava lidando com a pandemia (sobretudo em 2020, quando Portugal foi visto como exemplo na contenção do vírus) e com os espaços da cidade chamou minha atenção. Embora Coimbra seja uma cidade universitária com grande número de jovens (que, por vezes, são os que têm maiores dificuldade de se manterem isolados), houve poucas notícias de desrespeitos que demandaram intervenções do poder público. Ao longo da pandemia, espaços públicos ao ar livre puderam permanecer abertos, durante quase todo o tempo, devido ao comportamento dos cidadãos em relação às medidas implementadas e às informações repassadas pelo governo: de maneira consciente e comprometida com a coletividade. Essa situação pareceu-me relevante para estudos que discorrem sobre educação e cidadania nos espaços públicos urbanos, pois, naquele contexto, Portugal parecia trazer um exemplo de educação urbana (ao menos nesse contexto de pandemia). Diante disso algumas dessas discussões também foram incorporadas nesta tese. Após essa exposição, segue o trabalho que está sendo apresentado para Exame Final, no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo – NPGAU, como requisito para obtenção do título de Doutora em Arquitetura e Urbanismo.

1 INTRODUÇÃO

1.1 Justificativa e contextualização

A definição do espaço público como recorte para as análises nesta tese levou em conta que, diante da complexidade que envolve o espaço urbano e das dificuldades de se encontrarem soluções para os problemas a ele vinculados, as alternativas a serem buscadas não devem se restringir à escala individual, devendo se estabelecer em meio ao coletivo. Sendo o espaço público composto por duas dimensões interdependentes (material e imaterial) que fazem com que a sua organização física seja “um agente ativo na realização de determinadas ações sociais”, assim como “uma condição para que essas ações se reproduzam” (GOMES, 2006, p.172), ao mesmo tempo em que as ações conferem sentido a esses espaços, elas também sofrem influência deles, de modo que é possível traçar “uma relação entre espaço público e a condição de cidadania” (*Ibidem*). Além de ser um ambiente indispensável para a vida da comunidade, o espaço público – por meio das ações nele praticadas –, também pode dar abertura para uma afirmação democrática no espaço urbano, contribuindo para a construção/transformação das subjetividades. É por essa via que as relações entre espaços públicos e educação são analisadas nesta tese.

A constituição das cidades ocidentais vinculou-se, originalmente, às ações organizadas em prol dos negócios públicos, tanto no contexto da *polis* grega quanto nas antigas cidades romanas³. Ao discorrer sobre a vida pública na democracia ateniense, Arendt (2007) salienta que era no espaço público da *polis* – onde se pressupunha a igualdade entre os membros (cidadãos livres) na palavra e na ação –

³ Embora se tenha em mente que o enfoque na Grécia Antiga e Roma Imperial encontra-se vinculado à racionalidade colonial – sendo que existem outras tradições de espaços públicos em cidades não ocidentais – a autora ressalta a importância de destacar essas cidades (os seus espaços públicos e suas contradições), sobretudo pela sua vinculação com as experiências e ações de cunho político – ações decisórias coletivas dos então cidadãos – que as caracterizaram. Soma-se a isso, o fato de que as análises dessa tese inserem-se no contexto em que vem sendo reproduzida uma padronização em cidades de todos os continentes, a partir de imagens, representações e visões de mundo vindas dos países tidos como desenvolvidos (por meio de mecanismos e atualizações que, aos moldes das colonizações, têm mantido uma divisão de poder entre os que exploram e os que são explorados), o que reforça a importância de se compreender os espaços públicos nas cidades ocidentais – cuja dimensão ideológica é tão relevante para a democracia ocidental –, quanto ao gradativo esvaziamento da sua dimensão política. Durante as análises, porém, outras diferentes realidades espaciais também serão inseridas nas discussões da tese.

que as ações dos sujeitos publicitavam diferenças e avançavam rumo à criação do novo. Tendo como regra para as decisões sobre a cidade a participação de todos os “cidadãos”⁴, Arendt aponta a experiência da *polis* como sendo “o mais eloquaz dos corpos políticos” (ARENDR, 2007, p. 35). A experiência grega – que tem sido uma importante referência ideológica nas discussões sobre autonomia, cidadania e participação (ARENDR, 2007; CASTORIADIS, 2008; SOUZA, 2006) – esteve relacionada à formação de subjetividades, mas a partir de uma concepção de educação bastante distinta dos modelos pedagógicos atuais.

As relações existentes entre educação e cultura na sociedade grega antiga foram analisadas por Jaeger (1995, p. 30) que destacou “a formação do cidadão” como sendo o ideal de educação no contexto da democracia ateniense. Tendo em vista que “a essência da educação consiste na modelagem dos indivíduos pela norma da comunidade” (JAEGER, 1995, p. 30) e que a significação do sujeito grego era social, naquele momento histórico (ANDRADE, 1978), o homem que deveria ser formado no ambiente da *polis* era o homem político. Jaeger também enfatiza que essa concepção de educação, que se relaciona à cultura enquanto princípio formativo individual e coletivo, é bem diferente da educação comprometida com o “adestramento em função de fins exteriores” (JAEGER, 1995, p. 14), que irá se desenvolver nos momentos seguintes. Alinhada com esse pensamento, Andrade (1978, p. 21) pontua que

se a Grécia Antiga não se consolidou num império poderoso e unitário, edificou, em contrapartida, um sentido espiritual de vida política capaz de conferir à condição humana uma razão de ser no mundo (Razão que nossas megalópoles vêm progressivamente desfigurando, desde que passaram a predominar, nas sociedades modernas, as relações humanas movidas pela troca de interesses) (ANDRADE, 1978, p. 21).

Com o fim da antiguidade clássica, porém, as cidades do Ocidente foram se distanciando daquele contexto político, coletivo e interativo, passando a se constituir a partir da separação entre aqueles que decidem e aqueles que obedecem às decisões. Sobre esse processo, Chomsky ressalta que a transferência do poder de decisão da esfera pública para “reis e príncipes, castas religiosas, juntas militares, ditaduras de partidos e grandes empresas modernas” (CHOMSKY, 2002, p. 71) tem

⁴ Ressalta-se aqui que o status de “cidadão” não incluía todos os moradores da cidade de Atenas, estando excluídas as mulheres, as crianças, os estrangeiros e os escravos. As contradições e as desigualdades constitutivas desses espaços públicos serão refletidas mais à frente.

sido um processo bem eficaz para se restringir a democracia (até então existente) ao longo da história. O esvaziamento da dimensão política no espaço público teria ocorrido, segundo Arendt (2007), desde o surgimento do Estado-Nação, a partir da substituição da ação política pela criação de uma "sociedade" constituída por uma espécie de "administração doméstica coletiva" (ARENDR, 2007, p. 38). Distintamente da igualdade em que os tidos como "iguais" podiam compartilhar da experiência da *polis*, e também se diferenciar por meio dos seus discursos e posicionamentos, a igualdade moderna instaurou um tipo de conformismo, em que "o comportamento substituiu a ação como principal forma de relação humana" (*Ibidem*, p. 51).

Embora o equilíbrio entre a esfera individual e a coletiva tenha começado a se desfigurar desde os tempos do Helenismo (com o declínio da autonomia democrática), após o surgimento dos Estados Nacionais, o individualismo foi se consolidando na sociedade de maneira crescente. Diante da necessidade de se lidar com um número cada vez maior de pessoas nos contextos sociais, surgiram mecanismos maciços para se garantirem ordem e coesão. Para tanto, o sistema educativo moderno foi um mecanismo essencial, criando instituições educacionais que se aliaram ao Estado na tarefa de formar os "novos cidadãos", estabelecendo padrões de coesão social, ou seja, de aceitação das normas da disciplina social (TEDESCO, 2013). De acordo com Tedesco (*Ibidem*, p. 230),

é preciso lembrar que, pelo menos na nossa cultura, os princípios de educação universal e obrigatória estiveram diretamente (*sic*) ligados à criação do Estado e de vínculos de adesão a uma determinada ordem, acima de interesses particulares, étnicos, religiosos, linguísticos ou de qualquer outra índole. Este processo teve diferentes manifestações conforme os contextos, mas a escola e os professores estiveram entre as instituições e os actores sociais principais do processo de construção da modernidade, quer no aspecto político quer no cultural. (...) Nesse sentido, os sistemas educativos modernos enfatizaram na transmissão de conhecimento valores e atitudes relacionados com as normas sociais que exigia o funcionamento da sociedade (TEDESCO, 2013, p. 230).

Vários foram os autores que teceram críticas (BOURDIEU, 2015; SANTOS, 1999) a esse sistema educativo. Bourdieu rechaça a constituição de mundo difundida pelas instituições educativas que, segundo ele, têm sido responsáveis pela conservação social e pela "perpetuação das desigualdades sociais" (BOURDIEU, 2015, p. 58). Apesar do frequente discurso de democratização, a lógica do sistema educacional estaria diretamente relacionada à conservação dos valores que

fundamentam a ordem social, desconsiderando as desigualdades socioculturais existentes. Nesse viés, a instituição escolar teria como função “organizar o culto de uma cultura que pode ser proposta a todos, porque está reservada de fato aos membros das classes às quais ela pertence” (BOURDIEU, 2015, p. 63).

A melhor maneira de provar em que medida a realidade de uma sociedade “democrática” está de acordo com seus ideais não consistiria em medir as chances de acesso aos instrumentos institucionalizados de ascensão social e de salvação cultural que ela concede aos indivíduos das diferentes classes sociais? Somos levados, então, a reconhecer a “rigidez” extrema de uma ordem social que autoriza as classes sociais mais favorecidas a monopolizar a utilização da instituição escolar, detentora, como diz Max Weber, do monopólio da manipulação dos bens culturais e dos signos institucionais da salvação cultural (*Ibidem*, p. 72).

Se a adequação das subjetividades ao sistema normativo já implicava em adoção de um comportamento passivo no contexto social, a partir do surgimento da sociedade de massas, nas primeiras décadas do século XX, o controle passa a atingir, indiscriminadamente, todos os membros da comunidade (ARENDR, 2007, p. 50) e a formação de cidadãos, imbuída de uma postura conformista, ganha maiores proporções. As instituições educativas continuaram (e continuam) a ser decisivas nesse processo. Se, por um lado, a educação formal institucionalizada tem se mostrado inacessível às grandes massas de populações no mundo; por outro lado, quando se torna acessível, ela traz “uma representação do mundo que é hostil aos interesses e à relevância dessas comunidades” (SANTOS, 2016), contribuindo para a perpetuação da conformação social vigente. Sobre as universidades, Santos (1999) irá destacar que embora essas instituições tenham surgido reservadas à formação dos homens da elite e com base na cultura da elite, a partir da “massificação” elas vão buscar se “adequar” e compatibilizar uma educação de caráter humanista com a formação de uma força de trabalho especializada e necessária. Apesar da proliferação de instituições universitárias, a partir desse momento, permanece a reprodução da hierarquia social, uma vez que as universidades passam a apresentar classificações diferenciadas, tais como “instituições de massa” (mais investidas na formação de mão de obra) e “instituições tradicionais” (comumente relacionadas a certa formação cultural e humanista), o que mantém a estratificação social (SANTOS, 1999, p. 167).

As dificuldades hoje comumente reconhecidas de planificar adequadamente o sistema educativo em função das necessidades previsíveis da mão de obra no mercado de trabalho dos próximos anos e, portanto, o deficiente desempenho das funções econômicas e instrumentais da universidade não impedem esta, antes pelo contrário, de desempenhar adequadamente funções sociais e simbólicas, como, por exemplo, a função de inculcar nos estudantes valores positivos perante o trabalho e perante a organização econômica e social de produção, regras de comportamento das trajetórias pessoais, formas de sociabilidade e redes de interconhecimento que acompanham os estudantes muito depois da universidade e muito para além do mercado de trabalho, interpretações da realidade que tornam consensuais os modos dominantes de desenvolvimento e os sistemas sociais e políticos que os suportam (SANTOS, 1999, p. 167).

Se as práticas dos cidadãos nos espaços públicos urbanos da Antiguidade Clássica constituíam não apenas ações políticas, mas também práticas educativas (de formação do homem político), o descompromisso do sistema educativo hegemônico com a formação de sujeitos envolvidos com a coletividade e capazes de intervir na organização social compromete a formação/participação cidadã e gera despolitização do espaço público. Nesse viés, embora tenha feito parte de um processo contínuo, a despolitização do espaço público urbano tem sido acelerada (desde meados do século XX) pela difusão de mecanismos que vêm condicionando as instâncias econômicas, políticas e sociais, ampliando a esfera privada e promovendo uma espécie de “mercantilização da sociedade” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 23). Definindo o neoliberalismo como uma “racionalidade” que, para além de uma ideologia ou de uma política econômica que orienta as ações de governos e empresas, também modela a subjetividade dos indivíduos das sociedades ocidentais (e das que reproduzem esse modelo), Dardot e Laval (2016, p. 17) apontam como característica principal desse sistema normativo “a generalização da concorrência como norma de conduta e da empresa como modelo de subjetivação”. Harvey (2008b, p. 13) já havia chamado a atenção para a hegemonia do neoliberalismo, como modalidade de discurso, que estaria condicionando modos de pensamento, “incorporando-se às maneiras cotidianas de muitas pessoas interpretarem, viverem e compreenderem o mundo”. Segundo o autor, esta seria a base de um “consentimento popular” quanto à neoliberalização ocorrida a partir dos anos 1970, e que implicou no processo de criação de um senso comum que compartilhasse a ideologia difundida pelo neoliberalismo, ainda que para isso fosse preciso invisibilizar os problemas reais, camuflando-os sob preconceitos culturais (*Ibidem*). As reflexões de Chauí (2018) sobre o contexto brasileiro também explicitam a

vinculação entre a lógica neoliberal e a redução do espaço público – enquanto dimensão política. Destacando a homogeneidade com que passam a ser tratadas as diferentes instituições sociais e políticas, agora concebidas como empresas; o princípio da concorrência acirrada que passa a orientar os indivíduos, sob o discurso da meritocracia; a inclusão do Estado no escopo de empresa e a redução da política a "uma questão técnico-administrativa que deve ficar nas mãos de especialistas competentes" (CHAUÍ, 2018, *on-line*), a autora analisa como a atuação do cidadão nas decisões da sociedade torna-se reduzida a

reconhecer a própria incompetência, confiar na competência dos gestores e reduzir a participação política ao momento do voto nas eleições, ou seja, reprime-se a ação dos movimentos sociais e populares. Sobretudo são negligenciados e ocultados o papel dos conflitos econômicos, sociais e culturais, as divergências entre forças políticas e a estrutura jurídica e burocrática do Estado, que ergue obstáculos à concretização de programas e projetos políticos visando quebrar a polarização entre carência e privilégio (*Ibidem*).

Se concordarmos com Oliveira (2000), que a cidadania é “uma espécie de estado de espírito em que o cidadão estivesse em pleno gozo da sua autonomia” e que consistisse na “plena capacidade de intervir nos negócios do Estado que regula a sociedade da qual ele faz parte” (OLIVEIRA, 2000, *on-line*), o processo de despolitização do espaço público também se relaciona à redução da cidadania.

Embora as reflexões de Arendt (2007) não se dirijam aos espaços tangíveis, sua caracterização do espaço público corrobora a visão de autores (SENNETT, 2014; SERPA, 2017; HARVEY, 2005) que concebem o espaço público urbano como o “espaço da ação política”, constituído por práticas coletivas, pela pluralidade, pelo embate de ideias contrárias e pela possibilidade de criação do novo. Nessa vertente, Sennett (2014) analisa algumas consequências do processo de deterioração do espaço público, no contexto da cidade, afirmando que, quando a participação na vida pública torna-se “na maioria das vezes, uma questão de estar de acordo”, os locais onde se dava essa vida pública, como é o caso da cidade, entram "em estado de decadência" (SENNETT, 2014, p. 16). Distinguindo o conceito de “público” de uma mera acessibilidade física que estaria disponível a todos, Serpa (2017) defende que a acepção política constitutiva desse conceito também deveria caracterizar o espaço público urbano. Porém, com a expansão de cidades conformadas com base na tecnocracia, a participação dos cidadãos comuns nos processos decisórios vem

sendo subtraída, ficando as deliberações nas mãos de especialistas. Maricato (2001) chama a atenção para a legitimidade dos espaços produzidos nas cidades, que se torna questionável quando sua produção não se dá por meio da coletividade. O fato dos moradores das cidades terem pouco poder de interferência na produção e na experimentação espacial evidencia o cerceamento da liberdade, a ausência de autonomia e a exclusão dos indivíduos das decisões sobre a urbanidade. A conformação espacial restrita à visão do especialista já havia sido criticada por Lefebvre (1999), que apontou, na planificação e na programação características do urbanismo moderno, a substituição da *práxis* social “por suas representações do espaço, da vida social, dos grupos e de suas relações” (LEFEBVRE, 1999, p. 115), dificultando a produção coletiva e a apropriação espontânea dos espaços. Referenciando-se nos conceitos de Marx (1867), Lefebvre denuncia a perda do valor de uso, de apropriação do espaço urbano, em favor do valor de troca, em que a lógica da mercadoria, da contemplação passiva passou a se impor, em uma espécie de “colonização do espaço urbano” (LEFEBVRE, 1999, p. 31). Esse processo também teria sido responsável pela instauração de comportamentos conformistas e de conformações urbanas afirmativas do *status quo*.

Análises de Harvey (2005), Souza (2003), Serpa (2013) Caldeira (2000), Robinson (2002), Ghirardo (2002), Vainer (2000) evidenciam como a racionalidade característica do neoliberalismo tem condicionado a esfera social, refletindo na materialização do espaço urbano e na conformação do espaço público. Serpa (2013) identifica a imposição de regras comportamentais que se alinham com interesses de alguns grupos privilegiados como uma restrição às experiências espaciais espontâneas e ao exercício da cidadania. Souza (2003) irá destacar que a expansão de dispositivos de coerção e vigilância modificaram a própria concepção de espaço público, que, de acordo com Ghirardo, passam a se conformar a partir de “práticas exclusivistas, baseadas em raça, sexo ou classe”, tais como as “ações violentas para expulsar os sem teto de seus abrigos temporários em propriedades públicas, o aumento da vigilância com câmeras de vídeo e o fechamento do espaço supostamente público” (GHIRARDO, 2002, p. 46-47). Tal como discutido por Caldeira (2000), nas análises da cidade de São Paulo, a adoção de práticas hostis, que muitas vezes se acoplam à arquitetura e ao mobiliário urbano, revela como a cidade tem se materializado de maneira defensiva, em busca de uma suposta

proteção. Surgem bairros e ruas fechadas, praças e gramados gradeados, multiplicam-se muros, cercas elétricas, arames farpados e outros mobiliários que dificultam a apropriação espontânea (bancos projetados para impedir pessoas deitadas, muretas com objetos pontiagudos), são colocadas pedras embaixo de viadutos para impedir a presença de moradores de rua. Alinham-se aos mecanismos que restringem a experimentação do espaço público e impedem o contato com o outro, as legislações urbanas, os códigos de posturas, as diversas barreiras simbólicas e também a repressão direta, como se verá ao discutir o contexto de Belo Horizonte.

Serpa (2017) também chama a atenção para a valorização do consumo como atividade de lazer, que tem transformado o espaço público segundo a lógica da espetacularização urbana. “Buscando vantagens comparativas no mercado globalizado das imagens turísticas e dos lugares-espetáculo”, projetos voltados para o consumo cultural “propõem aos usuários/espectadores/turistas/visitantes lugares programados e sem surpresas” (SERPA, 2017, p. 107). Divulgados como projetos que revitalizam áreas “degradadas” da cidade, surgem empreendimentos comprometidos em criar espaços para um público seletivo e que se constituem de maneira cerceadora e restritiva. Nesses locais,

as manifestações se organizam evitando os imprevistos e os excessos, impondo uma nova temporalidade, útil às exigências do espetáculo. As relações entre os usuários são regidas por códigos predeterminados. Esses códigos vão favorecer ao mesmo tempo novas sociabilidades temáticas (esportes, shows) e de proximidade, atuando como agentes de “pacificação social” (*Ibidem*).

Se as contradições urbanas podem ser relacionadas à valorização de áreas específicas e à segregação que acompanha esse processo, ao se levar também em conta que a ausência da cidadania é responsável por gerar contextos de exclusão (OLIVEIRA, 2000), a construção de espaços coletivos baseados no espetáculo, na programação e no disciplinamento pode ser vista como um agravante do quadro de desigualdade. Assim, nas diversas perspectivas trazidas por esses autores acerca dos efeitos da lógica neoliberal nas realidades urbanas é possível vincular os espaços públicos contemporâneos com a educação hegemônica, na medida em que a conformação urbana passa a cumprir um papel semelhante ao das instituições educativas do sistema de ensino formal, no tocante à formação de indivíduos

passivos e conformados. É importante ressaltar, porém, que a afirmação desses padrões – tanto espaciais quanto pedagógicos – não tem ocorrido sem que haja contestação.

No que se refere à educação, o surgimento de uma pedagogia crítica, fundamentada em uma formação “para o exercício da cidadania e o pleno desenvolvimento da personalidade”, foi uma reação à educação estandardizada, à imposição de uma ordem única e ao autoritarismo pedagógico (TEDESCO, 2013, p. 231). A busca por uma educação que estivesse comprometida com a “formação humana” (e não apenas com o trabalho), tanto na esfera individual quanto na coletiva, retoma, em certa medida, alguns ideais de sujeito (crítico e atuante) que fizeram parte da democracia direta – mesmo com suas limitações. Existente no contexto europeu, desde fins do século XIX, a educação popular é um exemplo dessa busca. As universidades populares, que deveriam levar conhecimento aos operários e trabalhadores – tais como consciência de classe e de cidadania –, tiveram Gramsci (1891-1937) como referência essencial, cuja proposta de pedagogia crítica influenciou a concepção de educação popular que se desenvolveu na América Latina (SOUZA, 2016). A educação popular, no contexto latino-americano, iniciou-se pelo viés da alfabetização e com o entendimento de que o conhecimento pode se dar de outros modos, de maneira informal, “**fora da instituição** e com professores que não precisam passar por grandes carreiras” (SOUZA, 2016, *on-line*, grifo da autora). Além disso, essa educação também representou uma forma de resistência aos padrões culturais e de pensamento europeus, impostos durante a dominação colonial, e que ainda estão entranhados na população dos países colonizados (sobretudo pelos novos modos de colonialismos), mesmo após a sua independência política. A imposição da percepção cognitiva europeia, durante a colonização dos países latino-americanos, buscou conformar os indivíduos a uma visão de mundo adequada ao desenvolvimento e à expansão capitalista, de modo que a própria experiência foi sendo naturalizada conforme os padrões determinados, como se fossem autênticos e naturais (SANTOS, 1999). No contexto em que a concepção epistemológica ocidental rechaça outros modos de *ser* e *estar* no mundo, subjuga o conhecimento dos povos originais, assim como os saberes populares (SANTOS, 2010), a educação popular consistirá na proposta de inclusão desses saberes, como uma alternativa contra-hegemônica de construção social. No caso do

Brasil, a grande referência desse pensamento será o educador Paulo Freire (1921-1997), cuja proposta de educação crítica e emancipatória fundamentam a concepção de educação urbana, proposta nessa investigação, vinculada às práticas espaciais contra-hegemônicas.

Feita essa primeira abordagem, é possível destacar a contribuição dessa tese para as reflexões sobre educação: **a inserção de análises das práticas socioespaciais às discussões pedagógicas (de produção de conhecimento e formação de subjetividades) amplia o debate sobre educação.** Uma vez que a referência à pedagogia de Paulo Freire (1969) impossibilita, *per se*, uma concepção de educação urbana como um programa normativo voltado ao espaço social – pela própria natureza das críticas que o autor dirige à educação hegemônica –, a investigação conduz-se a partir de análises de práticas concretas de experimentação e produção espacial na cidade contemporânea, enquanto práticas educativas. Soma-se a isso, a concepção freiriana da prática educativa como sendo um ato político, comprometida com a formação de sujeitos críticos e lúcidos, capazes de transformar as condições sociais vigentes (assentadas em relações de dominação), e que se alinha – também na proposição desta tese – com as práticas espaciais que questionam e subvertem a normatividade restritiva de experimentação dos espaços públicos, transformando as subjetividades. No contexto em que práticas educativas coincidem com práticas espaciais autônomas, também ocorrem ganhos de cidadania, o que reestabelece a dimensão política dos espaços públicos, assim como seu valor de uso. Diante disso, e de modo semelhante, **a contribuição desse estudo para a literatura referente à Arquitetura e ao Urbanismo também diz respeito ao alinhamento entre as práticas socioespaciais contestatórias e a produção de conhecimento crítico, o que abre possibilidades para a formação de sujeitos autônomos, de sociedades e cidades transformadas.**⁵ Embora existam discussões que relacionam a educação com a realidade socioespacial – tais como as desenvolvidas por Souza (2016), Rodriguez (2002), Castela (2017), Arroyo (1997), para citar alguns autores cujas abordagens são analisadas no segundo capítulo –, elas não incorporam a perspectiva do tema que se propõe e se desenvolve nesta tese, sobretudo, no que diz respeito à construção coletiva de um

⁵ Esta tese utiliza a grafia **socioespacial** para designar, simultaneamente, as relações sociais e o espaço, tal como adotado por Souza (2007, 2008, 2009).

conhecimento emancipatório, por meio da experiência espacial e de maneira autônoma em relação aos governos.

No prefácio do livro “Educação e Mudança” (FREIRE, 1979), Gadotti destaca o pensamento de Freire como sendo responsável por uma nova concepção de educação. Gadotti considera que a suposta neutralidade atribuída à educação – alheia ao contexto político – seria uma forma de encobrir o seu comprometimento com as classes dominantes. Nessa vertente, ao mostrar “a história e a existência humana como feixe de possibilidades” que podem se tornar concretas por meio da “ação articulada dos sujeitos históricos” (GADOTTI *apud* FREIRE, 2019, p. 11), Freire desenvolveu, de acordo com Gadotti, uma proposta político-pedagógica assentada na realidade circundante e comprometida com a sua transformação. Desse modo, Gadotti irá destacar que, após os estudos de Freire, tornou-se impossível conceber a educação de modo distanciando do contexto político (*Ibidem*). Com uma postura de radicalidade, aliada à ternura e à esperança, a obra de Freire pode ser vista como um convite ao engajamento, dirigido a todo e qualquer indivíduo, que se torna responsável pela produção do saber, pela transformação do contexto social e da sua própria vida. Esta foi uma característica essencial para se pensar a educação urbana, tal como aqui se propõe.

Outro ponto relevante do pensamento de Freire para o contexto desta tese é a sua abrangência, que permite considerá-lo por um viés interdisciplinar. Loureiro (2017) ressalta que a pedagogia freiriana, entendida como a busca por uma compreensão crítica da educação e das práticas educativas, alcança bem mais do que um método de alfabetização, não podendo ser apresentada como “uma pedagogia pura, nem como um recorte sociológico, nem como uma filosofia” (LOUREIRO, 2017, p.117). Na medida em que se situa em um “lugar teórico de múltiplas articulações”, é possível realizar uma interdisciplinaridade a partir do pensamento freiriano, relacionando as suas reflexões com conteúdos diversos (*Ibidem*). A importância da interdisciplinaridade foi vista pelo próprio Freire como sendo um requisito para uma “visão da realidade nas perspectivas da unidade e da totalidade do real” (STRECK *et al.*, 2018, p. 273). Tendo em vista que o desvelamento da realidade não deve se restringir à fragmentação em subáreas do saber (tal como as especializações vindas do padrão hegemônico), Puiggrós (2001)

enumerou alguns pontos do pensamento de Freire que podem fundamentar uma interdisciplinaridade. São eles:

a relação de interioridade entre política e educação; a educação como produto de uma relação histórica e socialmente instituída e, portanto, politicamente alterável; a introdução do conceito de educação dialógica que se opõe à educação bancária e indica que o processo educacional não conduz necessariamente à reprodução do poder dominante; a educação dominante como resultado das lutas políticas e sociais; o educador e o educando como posições não-essenciais, não-inamovíveis e, portanto, suscetíveis de serem ocupadas por sujeitos sociais distintos; o estudo das particularidades de tecido político-pedagógico como objetos de interesse de toda a pedagogia democrática (PUIGGRÓS, 2001, p. 119).

Para o presente estudo, destacam-se pelo menos cinco pontos da pedagogia freiriana que, ao se interconectarem, ajudam a formular a concepção de educação urbana: 1) trata-se de uma educação para a construção de outro projeto societário; 2) consiste na formação de sujeitos críticos e conscientes que passam de uma concepção ingênua de mundo para a criticidade; 3) as práticas educativas podem ocorrer em todos os espaços de relações sociais e humanas; 4) é um processo construído a partir da experiência dos indivíduos na práxis social, pelo exercício da cidadania; 5) é uma educação construída coletivamente e que incorpora saberes de todos os que compõem o processo de aprendizagem. Esclarecendo os pontos destacados, deve-se ter em mente que a pedagogia freiriana implica na implementação de processos de aprendizagem que possibilitem uma leitura crítica do mundo e uma atuação consciente dos indivíduos na sociedade em que se inserem. Comprometida com a formação de sujeitos autônomos, sua concepção pedagógica propõe práticas educativas emancipadoras que possam gerar modificações nas estruturas do contexto social, alterando as próprias relações de poder. Embora nas práticas educativas apresentadas nas suas obras, Freire geralmente assumia a “posição de educador”, alguns dos seus apontamentos abrem possibilidades para se ampliar a compreensão desse papel e para se questionar, inclusive, a necessidade de personificar o educador. Freire defende, como essencial, o rompimento com o contexto de supervalorização de especialistas, em nome de uma construção coletiva do saber, com base na ação, reflexão e dialogação. Para isso, ele concebe um “educando” que toma a frente no seu processo de saber, não sendo mero receptor de informações vindas de um discurso externo. A crítica feita pelo autor à educação tradicional e hegemônica dirige-se, sobretudo, à existência de

um “agente” que, ao se encontrar na posição de educador, limita-se a apresentar conteúdos que vão sendo absorvidos pelos educandos, de modo acrítico e passivo. Esse modelo criticado pressupõe a transmissão de conteúdos numa relação de verticalidade. Contrapondo-se a isso, Freire propõe educador e educando como sujeitos ativos na construção do saber: ao mesmo tempo em que o educador estimula o debate dos sujeitos, entre os quais ele está incluído, o educando também assume o protagonismo no seu processo de aprendizagem.

Tendo em vista o caráter coletivo que constitui a vida humana, o processo educativo deve ser construído por meio da *práxis* social, por meio de diálogo entre os sujeitos (FREIRE, 2018), sendo que esse diálogo, tal como apontado por Birckmann (2019), vai além da simples conversa entre pessoas, estando relacionado à reflexão e à ação humana, à problematização do contexto social e à busca por mudanças. Ao concordarmos que a construção de um saber democrático e emancipatório não deve se restringir aos espaços educativos, podendo (e devendo) se realizar em todos os lugares de relações sociais e humanas (FREIRE, 2018), e que a educação é uma "produção intersubjetiva dessa relação entre uns e outros" (BIRCKMANN, 2019, p. 23), fica possível conceber essa produção coletiva de conhecimento sem que um indivíduo precise assumir a posição de educador, de modo que a própria *práxis* – situações, vivências, elementos nela presentes – possa se constituir como processo educativo. A defesa de Freire pelo respeito ao contexto social de quem aprende (e que constrói o conhecimento) também reafirma a possibilidade de se conectar o pensamento do autor com a concepção de educação urbana que se propõe nessa tese: uma educação crítica que ocorra no/pelo espaço público urbano, comprometida com o desvelamento da realidade, com o processo de transformação social e com uma produção coletiva da cidade. As características educativas da cidade foram reconhecidas pelo próprio Freire para quem a cidade pode ser tanto educanda quanto educadora (FREIRE, 2001), o que reforça a importância de se investigar o espaço público urbano enquanto potência promotora de uma *práxis* educativa.

Ainda que tenha havido críticas ao pensamento de Freire, que apontaram uma “visão simplista da opressão” e uma menor consideração de outras formas de dominação que seriam essenciais para a transformação social – como no caso do racismo e do sexismo – (SANTOS, 2016), existem reflexões do próprio Freire sobre

algumas dessas questões apontadas. Ao longo da “Pedagogia da Esperança” (2019), Freire relata que, após ter recebido cartas de inúmeras mulheres que reclamavam da sua falta de dedicação ao tema da discriminação feminina, ele passou a compreender que muitas das suas atitudes eram típicas de uma cultura machista. Tentando se corrigir, o autor modificou a sua própria escrita ao longo da obra, incorporando a expressão “mulheres e homens”, ao invés de continuar usando apenas “homem”, como significado de seres humanos em geral (FREIRE, 2019). Ações como esta demonstram que, embora seja possível concordar parcialmente com as críticas que apontam pouca dedicação de Freire a esses dois temas específicos, deve-se reconhecer as suas reflexões, assim como as tentativas de rever alguns posicionamentos sobre os temas. Nesse contexto, é possível considerar a atualidade do pensamento freiriano, tal como apontado por Boff no prefácio da Pedagogia da Esperança (FREIRE, 2019). Boff vê a defesa da liberdade e da autonomia do ser humano oprimido, empreendida por toda a obra de Freire, como referente aos muitos indivíduos que permanecem marginalizados e excluídos no contexto atual, seja o explorado econômico, os fadados à ignorância, e também “o negro, o índio, a mulher, aquele que porta qualquer marca produtora de discriminação” (FREIRE, 2019, p. 9). Se se concordar com isso, é possível estender as reflexões de Freire para análises das variadas formas de dominação, sem perder de vista, porém, que a própria concepção de interseccionalidade - entre raça, etnia e gênero – que é proposta pelo autor - carrega em si suas limitações⁶.

O fato de que as ações discriminatórias ficam evidenciadas no espaço urbano em geral, fazendo das cidades contemporâneas ambientes nem um pouco solidários, demonstra a pertinência de se trazerem as reflexões freirianas para a investigação sobre a cidade. Uma vez que no espaço público urbano materializam-se as relações de poder, tensões e disputas que constituem a vida social, se, por um lado, o caráter educativo das cidades vincula-se à nossa posição política e à maneira como “exercemos o poder na cidade”; por outro lado, as cidades também podem dizer de si mesmas, de um modo mais espontâneo, “proclamando feitos,

⁶ É importante considerar que dentro da concepção de interseccionalidade – de gênero, raça e etnia – podem existir situações que escapam da fixidez dessas categorias. Ao discutir a formação dos sujeitos, a partir das relações de poder que contextualizam essa formação, Foucault (1995) aponta que a subjetividade pode se dar como modo de sujeição, mas também como possibilidade de outras subjetivações, por meio da articulação de processos de resistência, que ocorrem em meio às próprias relações de poder. FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, H.; RABINOW, P. *Michel Foucault uma trajetória filosófica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 231-249.

fatos vividos pelos habitantes”, comunicando a sua memória (FREIRE, 2001, p. 13). Ao considerar, assim como Freire (2001), que “a cidade somos nós e nós somos a cidade” e que a herança cultural nela presente não é estática, mas em constante transformação, Arroyo (1997, p. 26) irá pontuar que a experiência de cidade pode criar “possibilidades novas de condições de vida, e conseqüentemente de construção de uma consciência mais universal de igualdade, diversidade, liberdade, enfim, de direitos humanos”. Sendo uma “construção social e cultural, que só acontece colada às formas que estruturam os espaços”, a cidade materializa “as relações e os valores sociais, políticos, racistas, de classe de inclusão ou exclusão que permeiam a sociedade”, assim como “as reações a esses valores e as tentativas de afirmar outros valores e outras relações sociais” (ARROYO, 1997, p. 35). Assim, do mesmo modo que a experiência urbana pode confirmar e reproduzir as contradições existentes, ela também pode consistir em ações que subvertem a ordem imposta, propondo espaços mais humanos e democráticos. No momento em que a vida cotidiana passa a ser constringida por normatizações voltadas para a ordem – “cotidianidade bem ordenada” (LEFEBVRE, 2008a) – e pelo aumento das desigualdades existentes nos ambientes urbanos, também começam a surgir contestações. O próprio alinhamento das cidades com os interesses das classes dominantes tende a motivar ações de resistência, vindas de indivíduos e grupos sociais que, afetados pela urbanidade seletiva, passam a reivindicar outras e melhores condições.

Refletindo sobre as práticas cotidianas, De Certeau (1998) aponta que a cidade instaurada pela ordenação urbanística, cuja “organização racional deve recalcar todas as poluições físicas, mentais ou políticas que a comprometem” (DE CERTEAU, 1998, p. 173), tende a ocultar as práticas cotidianas multiformes, resistentes, “subversivas do traço e do plano”, que sobrevivem aos mecanismos de controle. Alinhando-se com esse pensamento, Jacques (2010, p. 109) irá defender que, mesmo com a padronização e uniformidade das cidades contemporâneas – constituídas por espaços públicos “pacificados, aparentemente destituídos de seus conflitos inerentes, dos desacordos e dos desentendimentos, ou seja, espaços apolíticos” –, existe possibilidade de ruptura com esse controle tecnocrático. Para isso, a autora ressalta a importância de

compreendermos também que existe sempre uma “outra cidade” escondida, ocultada, apagada ou tornada opaca – por todas essas estratégias de marketing que criam imagens urbanas pacificadas e consensuais – que resiste (e, assim, coexiste) por trás dos cartões postais globalizados das cidades espetaculares contemporâneas (*Ibidem*).

Diante das relações entre o corpo e a cidade, presentes em toda prática urbana, a experiência corporal da cidade (hoje reduzida ao corpo entendido como mercadoria) também tende a ser resgatada a partir de uma prática que subverte a lógica imposta nos espaços públicos. Nesse contexto, onde também se possibilita a aparição dos dissensos, “a possibilidade de se opor um mundo sensível a outro” (JACQUES, 2010, p. 109) não apenas instaura outra configuração da experiência sensível, mas também inaugura outras possibilidades de cidade. Entretanto, quando as ações transgressoras de usos e padrões espaciais rompem com a suposta naturalização do contexto existente, reinserindo a cidade na dinâmica histórica e sociocultural – e passível de transformação –, elas perturbam a ordem estabelecida, sendo comumente reprimidas. Nesse contexto de subversão, em que os conflitos são inevitáveis, Oliveira (2000) irá discorrer sobre a sua relevância, visto que a luta contra qualquer tipo de constrangimento dos indivíduos na sociedade seria também uma luta pela cidadania. Uma vez que a concepção de cidadania deve ser definida por meio de disputas políticas (DAGNINO, 1994), e que é condição da educação urbana ter que incorporar **experiências** espaciais transgressoras – que resgatam a dimensão política do espaço público –, o uso subversivo do espaço defendido por Jacques (2010) assim como os conflitos apontados por Oliveira (2000) podem ser compreendidos como práticas educativas.

Com base nisso, essa tese foca-se na análise de duas realidades urbanas na cidade de Belo Horizonte: um espaço planejado para o lazer (Parque da Barragem Santa Lúcia) e a práxis social do Bloco de Carnaval de Rua e de Favela “Seu Vizinho”. Sendo a cidade onde a autora nasceu e viveu a maior parte da sua vida (o que traz experiências importantes para as análises, mesmo que compreendidas enquanto “uma” perspectiva), a própria história de Belo Horizonte indica que se trata de um ambiente que tende a impulsionar ações de transgressão e resistência (fato que pode ser confirmado pelos dados do Observatório de Conflitos Urbanos de Belo Horizonte, do qual a autora faz parte)⁷. Tendo sido planejada com base no

⁷ Fazendo parte da "Rede Internacional de Observatórios de Conflitos Urbanos", que abrange várias cidades das Américas, e criado como uma ramificação do Observatório Permanente de Conflitos

pensamento urbanístico hegemônico do século XIX, a racionalidade do seu traçado já apontava o caráter higienizador que se buscava para a capital mineira. O desenho da cidade delimitou uma área central planejada (hoje, Avenida do Contorno), dentro da qual estaria a população privilegiada, assistida e protegida pelo poder público municipal. O planejamento hierárquico criou os primeiros segregados da cidade do poder, que foram os trabalhadores que ficaram do lado de fora do limite imposto pelo plano. Com o passar do tempo, foi sendo reproduzido esse modelo de segregação, tanto pelas iniciativas estatais quanto pelas ações do mercado imobiliário. Junto com a cidade planejada (zona urbana), portanto foi também se configurando uma cidade excluída, composta pela população mais pobre que acabou se apropriando de áreas imprevistas, não desejadas. Se no ano de 1912, 68% dos moradores de Belo Horizonte já viviam do lado externo do limite planejado (COSTA, 1994), ao longo da expansão da cidade, a população carente continuou sendo repelida para áreas cada vez mais distantes (GUIMARÃES, 1992). O próprio adensamento da cidade rompeu com o traçado regulador, gerando ocupações e bairros em áreas nem sempre adequadas para se construir, o que comprometeu inúmeras nascentes que se encontravam nas encostas dos morros. Se se aliar esse tipo de ocupação com a mentalidade rodoviarista que sempre conferiu privilégio aos automóveis, é possível compreender por que os problemas de inundações e enchentes, que ocorriam com frequência, tiveram como resultado a canalização de vários córregos (BAPTISTA, 2000). As consequências desse processo têm sido violentamente sentidas ainda nos dias de hoje.

A barragem Santa Lúcia foi construída nesse contexto, em fins da década de 1960. Com a canalização do chamado Córrego do Leitão surgiu a Avenida Prudente de Moraes, ligando a Avenida do Contorno aos bairros Cidade Jardim, Coração de Jesus e Santa Lúcia (SANEAMENTO, 1997, p. 168). O represamento do córrego deu origem à lagoa artificial conhecida como Barragem Santa Lúcia, cujo entorno é constituído por bairros de classe média e alta e por uma grande área de vilas e

Urbanos do Rio de Janeiro, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), o Observatório dos Conflitos Urbanos de Belo Horizonte integra do Departamento de Urbanismo da Escola de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Minas Gerais (EA-UFGM). O grupo utiliza a metodologia de pesquisa adotada pela UFRJ, para registro, sistematização e classificação das lutas urbanas, dos movimentos sociais e das múltiplas e diversas manifestações da conflitualidade da cidade de Belo Horizonte. De abril de 2006 a dezembro de 2019, foram registrados 1321 conflitos (SIMÃO, 2020), Todos os dados disponíveis na base de dados georreferenciada. Disponível em: <https://conflitosbh.crowdmap.com/main> Acesso em: 22 set. 2021.

favelas (a parte acidentada da encosta do córrego) que compõem o Aglomerado Santa Lúcia. É nesse local que está localizado o Parque da Barragem Santa Lúcia, analisado nesta tese. Tratando-se de um espaço planejado, com projeto elaborado pelo poder público municipal, a implantação do “Parque do Santa Lúcia” – primeiro nome dado, e pelo qual o parque é conhecido, mesmo após a mudança de nome para o atual “Parque Jornalista Eduardo Couri” – deu-se em 1996, em uma área de cerca de 86 mil metros quadrados⁸. Criado para lazer e para entretenimento, esse grande espaço público é ocupado por populações bastante distintas, econômica e socialmente. Uma vez que Belo Horizonte se desenvolveu aos moldes capitalistas de produção do espaço – com uma mentalidade higienista, dispositivos de controle e disciplinamento (HENRIQUES, 1997) – e que o projeto do parque foi criado por especialistas em um processo que não contou com o envolvimento direto das comunidades do entorno (BAPTISTA, 2000), a investigação do parque mostra-se pertinente. Se o conceito de “espaço democrático” – que orientou a projeto do espaço – pode ser problematizado desde a elaboração da proposta arquitetônica – pela ausência de protagonismo popular –, a prática cotidiana que ocorre no local também abre questionamentos quanto ao caráter inclusivo desse espaço público, apontando para uma reprodução da segregação espacial que caracteriza Belo Horizonte. A importância de se analisar o Parque da Barragem Santa Lúcia não diz respeito, porém, apenas ao planejamento empenhado em criar um espaço “democrático”, entendido como “espaço de integração das populações diferenciadas que vivem ao seu redor”, (BATISTA, 2000, p. 115), mas, sobretudo, por se tratar de uma área de fronteira entre realidades socioculturais muito distintas, cujas diferenciações se estendem também aos modos de se lidar com os espaços da cidade. Enquanto membros de classes médias e altas adotam posturas de aceitação e apatia diante da realidade espacial que lhes é apresentada, adequando-se e reproduzindo a lógica de segregação espacial (que comumente os beneficia), populações menos favorecidas (de vilas, favelas e outras ocupações “informais”), pela própria carência que lhes constitui e pelo processo de exclusão em que se inserem, tendem a se organizar espacialmente a partir de definições vindas dos

⁸ Ao longo do desenvolvimento da tese, foi ficando cada vez mais evidente o desconhecimento das pessoas em relação ao Parque Jornalista Eduardo Couri, sendo que o espaço em questão é popularmente conhecido como Parque da Barragem Santa Lúcia (primeiro nome dado, associado à referência da barragem em torno da qual o parque se desenvolve). Desse modo, o nome adotado nessa tese, em referência ao parque, será **Parque da Barragem Santa Lúcia**.

próprios integrantes das comunidades (ROY, 2011). No caso dos espaços públicos (por vezes, também, nos espaços privados), essas resoluções costumam ocorrer coletivamente (HOLSTON, 2008; BAYAT, 1997; ROY, 2011). Diante das diferentes relações entre sujeito-espaço que constituem as distintas realidades dos frequentadores do parque, a pesquisa discute as formas de experimentação espacial (ocorrência de negociações, acordos, conflitos, junções, segregações e subversões dos usos) na sua vinculação (ou não) com a educação urbana.

No caso do carnaval, festa que tem ocorrido nos espaços públicos de Belo Horizonte desde os primeiros anos da sua fundação, ele tem se constituído tanto por práticas apaziguadas quanto por manifestações subversivas do ordenamento padrão. Tendo passado por diversas transformações ao longo do tempo, a trajetória do carnaval evidencia o quanto as tentativas de regulação do festejo têm consistido na imposição de normas de comportamento que reproduzem a exclusão espacial praticada em Belo Horizonte (PEREIRA FILHO, 2006). Ao longo dos tempos, vários foram os formatos e modos de se festejar o carnaval em Belo Horizonte – brincadeiras de jogar líquidos uns nos outros (entrudo), desfiles de foliões e carros fantasiados, blocos de rua, bailes em clubes, blocos caricatos, escolas de samba – sendo que, a partir de 1990, ocorreu um arrefecimento no carnaval de rua da cidade. Nesse período, as manifestações carnavalescas de Belo Horizonte passaram a se restringir – com algumas exceções que serão discutidas nesta tese – aos desfiles das escolas de samba e dos blocos caricatos, promovidos pela Prefeitura Municipal.

Se desde o século XIX, o disciplinamento tem sido o padrão definido para as experiências urbanas em Belo Horizonte, o controle dos corpos na cidade tomou maiores proporções durante a gestão municipal dos anos 2009-2016. Adotando uma política declaradamente neoliberal, a gestão do então Prefeito Márcio Lacerda administrava a cidade como se fosse mercadoria – adotando ações de privatização dos espaços públicos, de higienização das práticas socioespaciais, utilizando parcerias público-privada, para citar apenas algumas (VAINER, 2000; HARVEY, 2005). A publicação de um decreto municipal (13.798/2009), proibindo a realização de qualquer evento em uma praça tradicional de Belo Horizonte, em 2009, explicita o cerceamento de liberdade imposto pela prefeitura quanto ao uso dos espaços públicos. A reação ao decreto foi uma grande mobilização da população que passou a ocupar não apenas o espaço da praça (mesmo sofrendo ações de repressão), mas

vários espaços públicos da cidade, transformando as ações iniciais em um movimento político. A partir dessas apropriações, os blocos de carnaval de rua (res)surgiram na cidade, no ano de 2010, vinculados a reivindicações do direito de uso dos espaços públicos e alinhados com pautas políticas de vários movimentos sociais urbanos.

Acompanhando a trajetória desse carnaval de blocos de rua – pela experiência como foliã, como membro da bateria de blocos, e também pelas pesquisas realizadas – vê-se que as ações que inicialmente se restringiam a ocupar a região central transbordaram pela cidade, abrangendo áreas marginalizadas e periféricas, gerando novas experiências urbanas para um número cada vez maior de pessoas. Foi no contexto dessas práticas de resistência que surgiu o bloco Seu Vizinho, no Aglomerado da Serra – um dos maiores conjuntos de vilas e favelas do Estado de Minas Gerais. Criado em 2014, como um bloco de carnaval de rua e empenhado em romper com a exclusão dos moradores da favela, do contexto carnavalesco recém-insurgido, o Seu Vizinho teve uma grande expansão, sendo hoje, um movimento e uma escola de arte e cultura para a população da favela. Mantendo a proposta inicial de “unir o morro ao asfalto”, o grupo desenvolve práticas coletivas (festas, atividades culturais, oficinas), alinhadas com as demandas da favela. Muitas dessas práticas são ações de contestação ao ambiente socioespacial hegemônico, como é o caso do carnaval. Como destacou Harvey (2007), por mais que as diretrizes repressivas busquem criar ambientes urbanos domesticados e com frequentadores passivos, na medida em que esses espaços desconsideram as especificidades locais e sobrepõem os interesses econômicos às demandas da população local, essas ações tendem a ser contestadas. Se isto pode ser constatado por todas as práticas que envolveram o (res)surgimento do carnaval de blocos de rua, a criação do bloco de carnaval de rua e de favela Seu Vizinho destaca ainda mais a contestação. Quando corpos negros transbordam para os espaços públicos de uma cidade excludente – como é o caso de Belo Horizonte –, trazendo festas e práticas culturais representativas do cotidiano da favela, eles reagem às discriminações raciais e de classe, abrindo possibilidades para se (re)criar a cidade. Esse processo insurgente, em que a corporalidade excluída impõe sua presença na cidade (BUTLER, 2018), pode ser entendido como forma de educação urbana.

Vale ressaltar, porém, que, se por um lado, as práticas sociais e culturais podem servir como resistência aos modelos de planejamento hegemônico; por outro, a transformação de atividades culturais e manifestações populares em “festas-mercadorias” para consumo cultural de massa também tem sido ação estratégica na cidade neoliberal (SERPA, 2007). No caso do carnaval de blocos de rua de Belo Horizonte, ações do poder público, aliadas aos interesses do setor privado, têm buscado se apropriar, domesticar e subverter as manifestações carnavalescas, adequando-as aos interesses do mercado. Entre as medidas adotadas, estão a higienização, a exclusão de grupos indesejados – moradores de rua, vendedores ambulantes – e a criminalização de manifestações políticas. Regras de comportamento e vestuário já foram prescritas para o carnaval, assim como foi definida uma empresa fabricante de cerveja como a única fornecedora de bebida durante o evento. Para os desobedientes, a repressão da polícia e o encerramento dos desfiles têm sido ações recorrentes. Diante disso, considerando que o direito à cidade deve ser definido por meio de disputas (HARVEY, 2014) – assim como a cidadania – e também levando em conta que o conflito é constitutivo da cidade (OLIVEIRA, 2019; MITCHELL, 1995), as manifestações de resistência terão sempre que se reinventar, em função das novas tentativas de opressão. Por essa via, a própria conflitualidade urbana garante a continuidade do processo de educação urbana, processo que vai se renovando e produzindo novas práticas.

1.2 Com quais objetivos

O **objetivo geral** dessa tese é refletir sobre a relação entre experiência espacial e prática educadora, em espaços públicos de Belo Horizonte, quanto à possibilidade de gerar transformações subjetivas e espaciais, a partir do questionamento da concepção tecnocrática de cidade.

Quanto aos **objetivos específicos**, destacam-se:

- a) analisar em que medida o espaço público urbano pode impulsionar uma educação para a cidadania, não apenas como suporte para as atividades educativas, mas sendo ele mesmo parte do processo educador;

- b) compreender as contradições presentes na vinculação entre práticas pedagógicas e práticas socioespaciais, referentes à formação de sujeitos críticos e à reprodução de indivíduos passivos;
- c) investigar as características educadoras do carnaval de blocos de rua de Belo Horizonte (com ênfase nas práticas do Bloco Seu Vizinho), no que tange à promoção de novas relações sujeito-cidade;
- d) analisar em que medida o Parque da Barragem Santa Lúcia se caracteriza-se (ou não) por práticas socioespaciais condizentes com uma educação urbana.

1.3 Como foi feito e estruturado

Esta tese é um estudo qualitativo que utiliza métodos e fontes diversificadas de pesquisa – revisão de literatura específica, pesquisa documental, análises de publicações em jornais e revistas, blogs, sites, redes sociais (WhatsApp, Facebook e Instagram), participação direta nas práticas analisadas, conversas informais e entrevistas semiestruturadas – no intuito de obter várias perspectivas dos temas tratados, possibilitando análises mais sólidas. Na revisão de literatura, foi feita uma ampla pesquisa teórica dos principais temas tratados nesta tese. Partindo-se de pesquisas bibliográfica e documental, foram analisados os conceitos de esfera pública, espaço público e educação – enfatizando a pedagogia do educador Paulo Freire (1967) –, buscando ressaltar as suas relações com a formação e a efetivação da cidadania. Traçando uma relação entre a espacialidade urbana e o processo educativo, discutiram-se os paradoxos que envolvem os espaços públicos urbanos, no que tange à formação de subjetividades: podendo resultar em sujeitos críticos e atuantes, mas também em indivíduos acrícos e passivos. Na proposição desta tese, a constituição de uma educação urbana refere-se às práticas educativas vinculadas às experiências espaciais que desafiam as restrições de uso impostas aos espaços públicos. As discussões sobre os espaços públicos de Belo Horizonte também utilizaram pesquisas bibliográfica e documental, assim como a própria experiência da autora (moradora da cidade durante quase toda a sua vida), para desvelar relações de poder, mecanismos de controle e segregação que têm sustentado a configuração espacial da cidade, desde a sua fundação. Articulado prática espacial e processo educativo, percebe-se como as deliberações sobre os espaços da cidade

têm se empenhado em conformar subjetividades acríticas e comportamentos adaptados ao contexto urbano desigual e excludente – como uma pedagogia da adequação. Ao mesmo tempo, porém, que a conformação ao padrão de ordem imposto à cidade favorece grupos sociais privilegiados, ela marginaliza grande parte da população, excluindo-a das regiões melhor assistidas de infraestrutura, serviços e lazer. Diante disso, os conflitos urbanos têm acompanhado toda a trajetória da capital mineira, questionando esse estado de coisas e reivindicando transformações. As práticas contestatórias, que envolvem subversão dos usos impostos aos espaços públicos urbanos, coincidem com práticas educativas, na medida em que (re)criam subjetividades críticas e conformam outras possíveis cidades. Os conceitos-chave que foram analisados, articulados e discutidos na revisão de literatura são apresentados no esquema abaixo, juntamente com as principais referências utilizadas.

REFERENCIAL TEÓRICO

Figura 01 – Esquema dos conceitos-chave e referências principais



Fonte: Elaborado pela autora.

Tratando-se de estudo etnográfico, que analisa experiências socioespaciais de realidades concretas da cidade de Belo Horizonte, a observação participante mostrou ser um método adequado para a realização da pesquisa empírica. Como apontou Clifford (2008), o campo da etnografia sofreu significativas mudanças ao longo do século XX, que resultaram na ruptura com uma visão que sempre privilegiou o universo do pesquisador em detrimento ao ambiente do “investigado”. Em uma espécie de quebra de autoridade, o pesquisador deixou de ser tido como o único capaz de prover conhecimento sobre o Outro, que também passou a ser reconhecido como sujeito ativo na construção do saber. A partir daí, as relações *com* o campo e *no* campo transformaram-se, não mais se estabelecendo a partir de um observador neutro e distanciado, mas passando a se constituir por meio da partilha de vivências cotidianas (CLIFFORD, 2008). A importância de se compartilhar o cotidiano investigado está naquilo que Favret-Saada (2005) apontou como sendo fundamental e diferenciado no método etnográfico: a possibilidade de ser afetada pelos sujeitos, pelas práticas e pelas vivências, o que ocorreu neste estudo. Nessa vertente, a pesquisa participante também se mostrou coerente com a concepção de educação que orienta esta tese, e que defende o caráter coletivo da produção de conhecimento. Não por acaso, as reflexões de Freire (1981) destacam a importância da horizontalidade na relação entre pesquisado e pesquisador no processo educativo.

Fazendo pesquisa educo e estou me educando com os grupos populares. Voltando à área para pôr em prática os resultados da pesquisa, não estou somente educando ou sendo educado: estou pesquisando outra vez. No sentido aqui descrito pesquisar e educar se identificam em um permanente e dinâmico movimento (*Ibidem*, p. 36).

Para as análises do carnaval, além de utilizar estudos já desenvolvidos sobre o tema (teses, dissertações e artigos), dados disponibilizados pelos blocos e publicações em jornais, revistas e redes sociais, também foi realizado um levantamento documental junto aos órgãos públicos municipais (Empresa Municipal de Turismo de Belo Horizonte – Belotur; Polícia Militar; Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte – BHTrans) no intuito de conhecer e discutir as deliberações do poder público para o festejo. As análises dos dados foram feitas juntamente com as informações obtidas em reportagens de jornais, revistas, blogs, redes sociais dos blocos de carnaval de rua, e em entrevistas semiestruturadas

feitas com foliões, participantes e gestores dos blocos de carnaval. As entrevistas foram feitas no segundo semestre de 2020, por meio digital (*e-mail* e WhatsApp), e posteriormente transcritas pela autora. Por se tratar de um estudo qualitativo, não houve grande número de entrevistas, tendo sido feitas 20 entrevistas com integrantes do Bloco Seu Vizinho (6 moradores do Aglomerado, 10 moradores de fora do aglomerado, 04 fundadores/organizadores do bloco), 5 entrevistas com gestores de blocos e 1 entrevista com um ex-funcionário da Empresa Municipal de Turismo de Belo Horizonte (Belotur), que acompanhou os primeiros anos do carnaval de blocos de rua (2010-2012), anos críticos do ponto de vista das repressões ao festejo.

O estudo em campo consistiu em uma experiência etnográfica, que teve início em agosto de 2019, em que foi feita uma espécie de imersão no cotidiano do bloco Seu Vizinho, com participação em todos os momentos e atividades que envolvem a realização do carnaval: fase de preparação, oficinas, discussões, assembleias e demais práticas, até a saída do bloco para o desfile no carnaval de 2020. Uma vez que a pesquisa etnográfica é corporificada, abarcando todos os sentidos (FAVRETT-SAADA, 2005), ela revela várias (micro)camadas das situações e ambientes investigados, permitindo descobrir e perceber outros tipos de relações e de espaços. Nesse sentido, a partir das vivências, da criação/organização/participação em oficinas, encontros, discussões, grupos de trabalho, ficou evidente o significado de importantes lemas cunhados pelo bloco: "Somos Todos Vizinhos" e "Todo Mundo Junto e Aglomerado". O orgulho e a emoção que permeiam os encontros do grupo também ficaram visíveis, sobretudo em momentos em que narram histórias e experiências nos carnavais anteriores, quando se canta, exibem-se vídeos e imagens. O afeto aparece como um componente essencial das práticas realizadas pelo bloco, de modo que o carnaval vai sendo construído enquanto os sujeitos e suas identidades vão se formando/consolidando e a coletividade vai se fortalecendo. Se as ações de resistência do bloco materializam-se a partir do transbordamento dos corpos negros e favelados em festa nos espaços públicos urbanos, a corporalidade também permeia todos os encontros do grupo, que acontecem com muitos abraços. Relacionando-me com os participantes do bloco, experimentando e criando coletivamente todas as práticas referentes ao festejo – que extrapolam em muito o desfile – foi possível compreender melhor os processos, os modos de fazer

e de se relacionar, assim como as linguagens verbais, corporais, imagéticas, tão singulares e importantes para o grupo. Essa experiência permitiu conhecer todo um jargão próprio dos moradores do aglomerado (sobretudo dos mais jovens), que é utilizado na didática musical, nas oficinas de percussão, nas discussões, cuja utilização constitui uma formação/reafirmção da identidade dos moradores da favela. As reuniões nas quais acontecem as decisões coletivas, as oficinas de percussão e, sobretudo, o desfile do bloco envolvem um espírito de cooperação entre os integrantes, muito embora também tenha sido desvelado certo grau de desconfiança por parte dos moradores do aglomerado em relação aos integrantes que não vivem na favela, algo que se dá de modo bastante sutil, só sendo possível perceber a partir da experiência no cotidiano do bloco. Por tudo isso, a experiência etnográfica mostrou-se essencial e adequada para a investigação das práticas socioespaciais do bloco Seu Vizinho. Após esse período – que envolveu mais diretamente a construção do carnaval – a vivência com o universo do bloco passou a ser feita por meio virtual (redes sociais, grupos de WhatsApp) em função do distanciamento físico que se tornou obrigatório, desde março de 2020 até os dias de hoje, em função da pandemia do Coronavírus. Vale ressaltar também que, durante o estágio doutoral na Universidade de Coimbra (março de 2020 a julho de 2021), a experiência com o grupo foi apresentada e discutida em Congressos e Seminários internacionais, dos quais vieram questões e observações que trouxeram enriquecimento para a tese.

Em relação ao Parque da Barragem Santa Lúcia, diferentemente do carnaval, cujo trabalho em campo se deu antes das imposições de distanciamento social em função da pandemia, apenas a revisão de literatura (pesquisas documentais e bibliográficas) estavam em desenvolvimento em março de 2020. Levando também em conta os desastres naturais (excesso de chuvas, transbordamento e enchentes) que ocorreram no início de 2020 e que inviabilizaram a frequência do parque no início de 2020, a pesquisa de campo foi muito prejudicada, exigindo adaptações e readaptações. O planejamento inicial era de serem feitas entrevistas com frequentadores do parque – aplicadas por uma pesquisadora contratada, durante o período do estágio doutoral pela autora, quando do seu retorno (a previsão inicial era de que a viagem para Portugal fosse de março a dezembro de 2020). Em função da pandemia, a presença no campo foi praticamente inviabilizada. Apesar desse

contexto, foi possível fazer (por meio virtual) algumas entrevistas sobre o espaço do parque. Foram realizadas 20 entrevistas semiestruturadas (12 com moradores do Aglomerado Santa Lúcia, 6 com moradores dos bairros de classe média do entorno e 2 com arquitetas do projeto do parque) que desvelaram as discrepâncias entre o que foi planejado – e que intencionou criar um espaço democrático – e o que se vive no espaço – onde são reproduzidas as mesmas segregações que caracterizam Belo Horizonte. A experiência anterior da autora nos espaços do parque também contribuiu para o desenvolvimento das análises do espaço, que, todavia, ficaram bem mais concisas do que havia sido planejado inicialmente. Em termos de adaptações, as experiências vividas em algumas cidades portuguesas (Coimbra, Lisboa) mostraram grandes diferenças em relação às vivências dos belo-horizontinos (e dos brasileiros em geral), no que tange às políticas voltadas ao uso dos espaços públicos e também aos modos como os indivíduos passaram a lidar com as normas e com os espaços. Como o desenvolvimento da tese passou pelo imprevisto da pandemia, tendo sido feitas análises do Parque da Barragem Santa Lúcia de modo bem mais sucinto do que se pretendia fazer, a autora achou pertinente desenvolver também algumas reflexões sobre os espaços públicos dos contextos brasileiro e português, durante o período de pandemia.

Esta tese estrutura-se em 6 capítulos. O primeiro capítulo é introdutório, apresenta contextualização e as justificativas do estudo, assim como os objetivos e os procedimentos metodológicos. No segundo capítulo, encontra-se o referencial teórico e os conceitos que orientam as discussões sobre as realidades empíricas (espaço público, educação, experiência socioespacial, educação urbana, conflitos urbanos). O capítulo 3 traz uma breve análise histórica dos espaços públicos de Belo Horizonte, em que se destaca como as relações de poder têm influenciado a conformação espacial e produzido uma cidade excludente, desde a fundação da capital mineira, contexto em que se estão inseridas as realidades urbanas. O capítulo 4 analisa os carnavais de Belo Horizonte, contextualizando o (res)surgimento do carnaval de blocos de rua nos anos de 2009/2010, no qual serão destacadas as atividades do bloco de favela denominado “Seu Vizinho”, criado no Aglomerado da Serra. Ao longo das discussões, são traçadas relações entre as práticas do carnaval e as práticas pedagógicas, sendo possível compreender as ações coletivas de carnavalescos e foliões como promotoras de uma educação

urbana. O capítulo 5 formula as discussões sobre o Parque da Barragem Santa Lúcia, na perspectiva de conformação dos espaços públicos no viés da lógica que privilegia determinadas classes sociais. As discussões vão evidenciando que as práticas socioespaciais nesse espaço segregado pouco contribuem para uma educação urbana, com exceção dos momentos em que as contradições do espaço são questionadas e os usos do espaço são subvertidos (algo não muito frequente). O capítulo também traz reflexões sobre os espaços públicos urbanos no contexto brasileiro e português, durante a pandemia. As análises indicam como a efetivação e/ou a ausência de uma educação urbana podem comprometer a (sobre)vivência na cidade. Finalmente, no capítulo 6, são apresentadas as considerações finais. As referências utilizadas finalizam essa tese.

2 POR UMA EDUCAÇÃO URBANA

Este capítulo revisa a literatura dos conceitos-chave trabalhados na tese, propondo reflexões e articulações que fundamentam as análises empíricas. Discute-se o conceito de espaço público, enfatizando a sua dimensão política – quanto à ação dos sujeitos nos processos decisórios, cujas práticas efetivam/ampliam a cidadania e democratizam o espaço público urbano –, e o esvaziamento dessa dimensão nas cidades ocidentais (ARENDRT, 2007; SOUZA, 2017). Se, nos primórdios da democracia, a cidadania implicava na formação de um sujeito político e crítico, com o surgimento dos Estados Nacionais, o estatuto de cidadão vincula-se à conformação dos indivíduos às normas do Estado e das instituições que lhes dão apoio (a escola é uma delas), formando indivíduos pouco críticos e passivos (DEMO, 1995; FREIRE, 1997). A redução do espaço público envolve a criação de mecanismos de controle dos corpos nos espaços da cidade – orientados por preconceitos raciais, étnicos, de gênero, de classe social –, materializando a segregação socioespacial constitutiva da cidade (LEFEBVRE, 1991; MITCHELL 1995; SENNETT, 2007; GOMES, 2012; HARVEY, 2014; SOUZA, 2016; CASTELA, 2017). Se, por um lado, esse contexto resulta em espaços públicos pacificados (afins com interesses dos grupos privilegiados) (RODRIGUÉZ, 2001; ROBINSON, 2002; LEFEBVRE, 2008; HARVEY, 2014); por outro lado, as desigualdades por ele causadas impulsionam reações dos oprimidos, excluídos do direito à cidade (FOUCAULT, 1995; HOLSTON, 2008; 2019; LEFEBVRE, 2014; HARVEY, 2014). A partir da proposta pedagógica de Paulo Freire (1967) – de educação crítica, conformadora de sujeitos conscientes, capazes de agir e transformar (por eles mesmos) a sociedade opressora –, as experiências espaciais condizentes com esse pensamento são aqui entendidas como práticas de educação urbana – na contramão da deseducação proveniente da cidade tecnocrática. As ações subversivas das normas de experimentação da cidade, que ampliam as noções de direito e de cidadania e restabelecem a dimensão política do espaço público, promovem também educação da e na cidade (ARROYO, 1997; DE CERTEAU, 1998; ALDEROQUI, 2003; HOLSTON, 2008, 2019).

2.1 Espaço público: *lócus* da dimensão política e da formação cidadã

Na concepção de Hannah Arendt (2007), a existência da esfera pública não apenas possibilita a reunião de indivíduos, a manifestação da pluralidade humana, o embate de ideias divergentes, mas também, influencia a nossa percepção da realidade, na medida em que permite que "as coisas possam emergir da treva da existência resguardada" (ARENDR, 2007, p. 61), expondo-se ao alcance de todos. As reflexões da autora remetem-se à vida pública no contexto da democracia ateniense, ocorrida na *polis* grega, momento em que assuntos considerados importantes para a comunidade podiam ser vistos e ouvidos por todos, fazendo parte da esfera pública. Distinguindo-se dos modos de vida no domínio privado e nos impérios considerados bárbaros – onde a imposição e o despotismo fundamentavam as ações –, a vida na *polis* implicava o uso da palavra e da persuasão para as decisões sobre assuntos relevantes e comuns. Em oposição às relações hierárquicas de submissão e de domínio, o vínculo entre os homens consistia na "igual participação de todos os cidadãos no exercício do poder", de modo que, mesmo tendo funções distintas, origens e classes sociais diversas, no campo das decisões políticas, aqueles considerados cidadãos e participantes do Estado eram tidos como "iguais" (*isoi*).

Pode-se mesmo dizer que a *polis* existe apenas na medida em que se distinguiu um domínio público, nos dois sentidos diferentes, mas solidários do termo: um setor de interesse comum, opondo-se aos assuntos privados; práticas abertas, estabelecidas em pleno dia, opondo-se a processos secretos. (...) Tornando-se elementos de uma cultura comum, os conhecimentos, os valores, as técnicas mentais são levados à praça pública, sujeitos à crítica e à controvérsia. Não são mais conservados, como garantia de poder, no recesso de tradições familiares; sua publicação motivará exegese, interpretações diversas, oposições, debates apaixonados. Doravante, a discussão, a argumentação, a polêmica tornam-se as regras do jogo intelectual, assim como do jogo político (VERNANT, 2006, p. 65).

O exercício da cidadania pressupunha dedicação aos "assuntos públicos e políticos" (ARENDR, 2007, p. 20) por meio da reunião dos cidadãos, do confronto de ideias, da explicitação das diferenças, além de decisão coletiva por meio de persuasão, convencimentos e acordos construídos discursivamente. Por esse contexto, Arendt (2007) aponta como característica essencial do espaço público, ser

um *lócus* político, um domínio constituído pela ação dos homens, uns em relação aos outros.

A implementação do espaço político conhecido por *polis* contou com a criação de duas importantes instituições em Atenas – a *Boulé* e a *Ekklesia* – que possibilitaram o desenvolvimento de um governo participativo. A *Boulé* era um espécie de tribunal que decidia sobre assuntos cotidianos da cidade, sobre as relações entre os cidadãos. Era um conselho de quinhentos cidadãos que eram sorteados entre os membros de todos os *demói*. O sorteio era a forma de garantir a possibilidade de participação de todos nas decisões da *polis*. Já a *Ekklesia* era a assembleia geral de todos os cidadãos atenienses que desejavam participar, discutir e decidir, publicamente, sobre os assuntos importantes da cidade, sobretudo os que diziam respeito à guerra e à paz (CHAUÍ, 2002). Embora a participação dos cidadãos nas decisões sobre a cidade não fosse obrigatória, havia uma compreensão da importância dessa participação, havendo medidas para viabilizá-la.

Frequentemente, o Conselho dos Quinhentos e a Assembleia [sic] Geral se reuniam por vários dias (dependendo da gravidade do assunto, a *Ekklesia* poderia ficar reunida por várias semanas); para garantir que mesmo os cidadãos mais pobres pudessem participar dessas reuniões, foi instituída uma remuneração, de maneira a assegurar o sustento deles e de suas famílias enquanto estivessem sem trabalhar (*Ibidem*, p.133).

Ainda que não se possa esquecer de que o status de cidadão era limitado a uma minoria da população da cidade⁹, Souza (2017, p. 320) ressalta a importância da “experiência radical-democrática grega” que, ao possibilitar uma participação direta nas decisões, conferia aos cidadãos atenienses uma liberdade efetivamente superior às liberdades limitadas dos cidadãos das modernas democracias (SOUZA, 2016). A possibilidade de participação direta fundamentava-se no fato de que todo cidadão estava submetido a dois princípios: a *isonomia* (igualdade de todos os cidadãos perante a Lei) e a *isegoria* (direito de todo cidadão exprimir em público a sua opinião, vê-la discutida e considerada no momento da decisão coletiva), de modo que não se concebia, naquela democracia, que uns pudessem mais que outros, que se julgassem mais entendedores de política que outros, ou ainda, mais aptos às decisões (CHAUÍ, 2002, p. 134). Caso fosse necessária a opinião de especialistas ou técnicos para se decidir sobre os melhores meios para se tomar

⁹ Estavam excluídos do escopo de cidadão: as mulheres, crianças, os escravos e estrangeiros.

alguma decisão, estes eram convocados para apresentar suas competências, embasando as deliberações coletivas. Além de respeitar a liberdade dos cidadãos (garantindo igualdade de conhecimento, informação), esse procedimento também "exclui da política a ideia de competência ou de tecnocracia" (*Ibidem*, p.134), característica dos dias de hoje.

Para um cidadão ateniense seria inconcebível e inaceitável que alguém pretendesse ter mais direitos e mais poderes que os outros valendo-se do fato de conhecer alguma coisa melhor do que os demais. Em política, todos dispunham das mesmas informações (quais eram as leis, como operavam os tribunais, quais os fatos que iriam ser discutidos e decididos) e, possuíam os mesmos direitos, sendo iguais. A democracia ateniense julgava tirano todo aquele que pretendesse ser mais, saber mais e poder mais do que os outros em política (*Ibidem*, p. 135).

Se a despeito das limitações da democracia grega, reconhece-se que ela consistiu em uma prática de liberdade tanto individual quanto coletiva para os seus cidadãos, é possível compreendê-la como uma experiência de autonomia, tal como apontado por Castoriadis (1981) e Souza (2006). Ao refletir sobre a possibilidade de instauração da autonomia nas sociedades atuais, Castoriadis adverte que esta não seria uma sociedade fechada ou perfeita, mas uma sociedade em que se pudesse abolir a dicotomia entre governantes e governados (em sentido decisório) e onde fosse possível estabelecer uma esfera pública composta por cidadãos responsáveis e participantes. Por meio de constantes discussões entre seus membros, haveria uma sociedade aberta a mudanças e em constante movimento.

Uma sociedade justa não é uma sociedade que adotou leis justas para sempre. Uma sociedade justa é uma sociedade onde a questão da justiça permanece constantemente aberta, ou seja, onde existe sempre a possibilidade socialmente efetiva de interrogação sobre a lei e sobre o fundamento da lei. Eis aí uma outra maneira de dizer que ela está constantemente no movimento de sua autoinstituição explícita (CASTORIADIS *apud* SOUZA, 2010, p. 175).

Diante do fato de que só é possível conceber uma sociedade livre, autônoma, a partir de indivíduos livres, Castoriadis (2008) aponta o projeto de autonomia, inaugurado pelos gregos, como uma espécie de "germe" a partir do qual foi possível surgir um novo tipo de sociedade e um novo tipo de indivíduo.

A criação feita pelos gregos da política e da filosofia é a primeira aparição histórica de um projeto de autonomia coletiva e individual. Se queremos ser

livres, devemos fazer nossas normas [*nomos*]. Se queremos ser livres, ninguém deve poder nos dizer o que devemos pensar (CASTORIADIS, 2008, p. 107, tradução da autora).

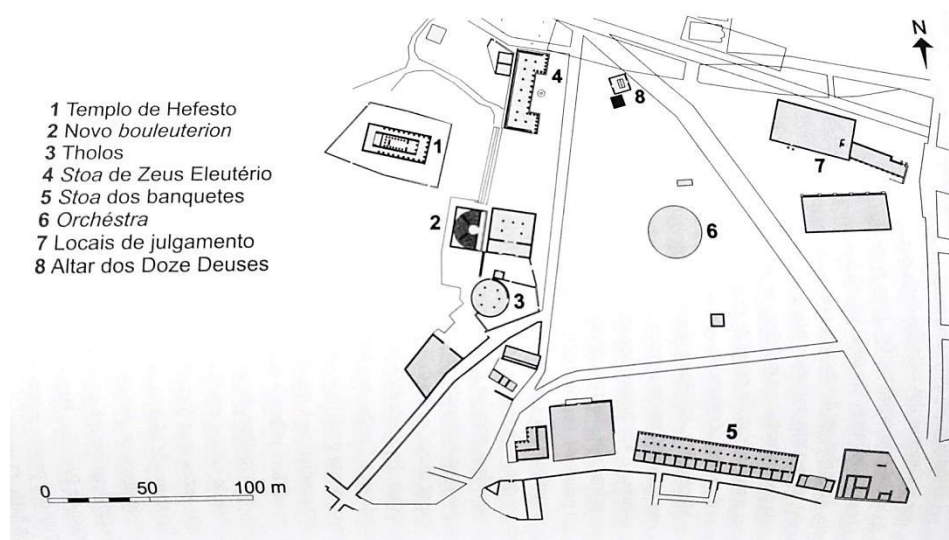
Na medida em que os gregos descobriram “o caráter arbitrário do *nomos*” (CASTORIADIS, 2008, p. 102, tradução da autora) – não mais concebido como natural –, assim como a sua “dimensão constitutiva para o ser humano, individual e coletiva” (*Ibidem*, p. 102, tradução da autora), tornou-se possível o estabelecimento de suas próprias normas/leis (*auto* + *nomos*), distintamente da heteronomia comumente instituída nas sociedades. É nesse viés, que Souza (2016) defende que qualquer projeto emancipatório que se pretenda construir/implementar, deve, necessariamente, considerar a “invenção democrática” grega, por ter sido uma experiência que “propiciou o que se pode considerar como um exemplo de sociedade basicamente autônoma” (SOUZA, 2016, p. 321)¹⁰.

Para a efetivação de autonomia na sociedade, Souza (2017) também irá ressaltar que a concretização de algo “novo” na sociedade “necessita *fazer-se (também) espaço*, necessita *exprimir-se (também) enquanto espaço*, seja como formas tangíveis do substrato social material, seja como territorialidade, seja ainda como identidades socioespaciais e imagens espaciais” (SOUZA, 2017, p. 322). Embora as reflexões de Arendt (2007) sobre a esfera pública não tenham se voltado para os espaços tangíveis, é importante considerar que, no contexto das cidades, são os espaços públicos que melhor reúnem as características apontadas pela autora como constitutivas desse domínio. Na antiga *polis* grega, era o espaço da *ágora* que dava materialidade à esfera pública, sendo uma praça aberta onde se desenrolavam as ações políticas e atividades comerciais (praça de mercado). Vinda do verbo *ageiro* – juntar, reunir, encontrar –, a própria origem da palavra *ágora* demonstra a sua relação com as ações públicas da cidade, de modo que, em meio à diversidade de funções desempenhadas por esse espaço, que demonstravam a “vitalidade da cena pública” por ele abrigada, destaca-se ser “o local de reunião para a assembleia dos cidadãos” (SOUZA, 2016, p. 322) para se deliberar sobre assuntos comuns. Na época áurea da democracia ateniense, a *ágora* era composta por vários edifícios públicos – tais como os da *boulé* e da *ekklesia* – o que indicava a sua

¹⁰ Considerar a importância da experiência grega não significa tomá-la como um modelo a ser replicado, mas compreendê-la como referência, como “sementes férteis para todo o pensamento do projeto de autonomia, do projeto de sociedade autônoma” (SOUZA, 2017, p. 320) que se pretenda estabelecer.

importância material para a “cena pública da *polis* democrática” (SOUZA, 2006, p. 322).

Figura 02 – Composição da *ágora*, em fins do século V a.C., momento áureo da democracia ateniense



Fonte: Souza (2006, p. 528).

Naquele contexto, o espaço da *ekklesia*, que deveria possibilitar a presença de milhares de cidadãos, era comumente “um espaço ao ar livre, em formato geralmente circular ou de anfiteatro”, formatos geralmente associados a uma organização não hierárquica (SOUZA, 2006, p. 526). Tanto no círculo quanto no anfiteatro, a posição do orador era em nível inferior ao das pessoas que participavam, reforçando o rompimento com a hierarquia. No caso da *boulé*, que apresentava um número de cidadãos bem mais reduzido, constituía um edifício (*bouleuterion*), de formato retangular, “mas com uma organização interna (disposição dos assentos, posição dos oradores)” semelhante à da *ekklesia* (*Ibidem*, p. 526). Como apontou Souza, ao longo da experiência grega, a relevância do espaço material para as atividades democráticas também fica explicitada pelas modificações sofridas pelos espaços, acompanhando as demandas de uso: “tanto simples refuncionalizações (readaptação do espaço aberto da *ágora*) quanto reestruturações, ora mais profundas (como a adaptação da área de encosta da Pnyx

para receber a *ekklesia* em Atenas)¹¹ (*Ibidem*, p. 525), assim como as reformas territoriais instituídas por Clístenes¹².

Definindo o espaço público "simultaneamente como um lugar material e imaterial", Gomes (2012, p. 27) irá destacar a influência recíproca existente entre o espaço público concreto e o discurso/ação político/a. Enquanto o contexto espacial, onde se inscreve a ação política, modifica e orienta as ações, também as próprias ações alteram o significado dos lugares. O autor considera que aquilo que confere ao espaço público urbano o seu estatuto de "público" é o fato de ele ser a dimensão espacial da política, ou ainda, um lugar definido pelo discurso político, assim como uma "condição para que ele ocorra de forma pública" (GOMES, 2012, p. 24). Na medida em que se caracteriza – ao menos idealmente – pela "copresença de indivíduos" e pelo "princípio da publicidade", o espaço público seria o "lugar onde se institui o debate" e "onde os problemas adquirem visibilidade e reconhecimento" (*Ibidem*, p. 25). Nesse viés, os espaços públicos – uma praça, uma rua, uma praia – seriam "lugares de mistura e cenarização da vida urbana [que] favorecem o encontro e a comunicação", produzindo um tipo de "cena pública", ou ainda, um "resumo da diversidade socioespacial da população" (*Ibidem*, 2012, p. 26).

Os espaços públicos são, nesse sentido, lugares onde os problemas são assinalados e significados, um terreno onde se exprimem tensões, o conflito se transforma em debate, e a problematização da vida social é posta em cena. Ele constitui, por isso, uma arena de debates, mas também um terreno de reconhecimento e de inscrição dos conflitos sociais. Por essa razão, esses espaços são marcadores fundamentais da transformação social (*Ibidem*, p. 25).

Se se considerar o espaço público urbano como materialização daquele espaço político analisado por Arendt (2007), ele também pode ser compreendido como um local que propicia o exercício da cidadania. Esta é a visão de Alderoqui (2003), que aponta o espaço público urbano como o lugar onde ocorrem diversas ações coletivas, onde o homem se faz sujeito social e atua como cidadão, a partir das práticas sociais.

Ao refletir sobre cidadania, Demo (1995, p. 1) caracteriza-a como sendo a "competência humana de fazer-se sujeito, para fazer história própria e coletivamente

¹¹ A assembleia dos cidadãos (*ekklesia*) era realizada na *ágora*, tendo sido transferida para um anfiteatro na encosta da colina Pnyx, devido ao aumento do número de participantes (SOUZA, 2006).

¹² As modificações territoriais implementadas, ao longo do governo de Clístenes (que não serão detalhadas aqui), são analisadas por Souza na obra *Prisão e a Ágora* (2006).

organizada” e destaca-a como sendo o fator essencial para o progresso democrático. Para que ocorra essa competência – essa capacidade crítica para uma lúcida intervenção na realidade –, são fundamentais “educação, organização política, identidade cultural, informação e comunicação” (*Ibidem*), assim como um processo emancipatório. Se o ideal de toda sociedade democrática é (ou deveria ser) a emancipação, e a cidadania está diretamente relacionada com essa condição de não-tutela, Demo defende a necessidade de se combater o que chamou de “pobreza política”, um dos grandes empecilhos para a conquista emancipatória, e que é totalmente oposto ao conceito de cidadania.

O desafio maior da cidadania é a eliminação da pobreza política, que está na raiz da ignorância da condição de massa de manobra. Não-cidadão é sobretudo quem, por estar coibido de tomar consciência crítica da marginalização que lhe é imposta, não atinge a oportunidade de conceber uma história alternativa e de organizar-se politicamente para tanto. Entende justiça como destino. Faz a riqueza do outro, sem dela participar (DEMO, 1995, p. 2).

A manutenção da pobreza política é garantida, segundo Demo, pela difusão de dois tipos de cidadania na sociedade atual: tutelada e assistida. A cidadania tutelada é identificada com uma elite econômica e política que utiliza de artifícios (clientelismo e paternalismo) para manter a população em situação de eterna dependência, o que favorece os interesses dessa classe, tanto política quanto economicamente. Já a cidadania assistida atua permitindo o direito à assistência, mas mantendo a pobreza política em algum grau, uma vez que não confronta as questões estruturais da marginalização social e não contribui para a emancipação dos indivíduos. Apesar de atuarem em graus diferentes, nenhuma delas se compromete com o desenvolvimento de consciência crítica ou competência política que possa resultar em modificações estruturais e em emancipação social (DEMO, 1995). A pobreza política pode ser entendida como um resultado das significativas mudanças ocorridas nas concepções de *cidadão* e de *cidadania*, ao longo do processo histórico, como apontado por Alderoqui (2003, p. 153, tradução da autora). Segundo a autora,

a ideia de cidadania foi moldada juntamente com a das cidades. Na Antiguidade e na Idade Média, a cidadania era o atributo que distinguia os habitantes permanentes de uma cidade e, embora a ideia de cidade implique sempre a de cidadania, quando aquela se expandiu com a

dimensão nacional pareceu ofuscar a sua origem *cidadã*. A partir do século XVIII e especialmente no século XIX, a condição de cidadão se vinculou ao Estado Nacional referindo-se basicamente ao estatuto político-jurídico (ALDEROQUI, 2003, p. 153, tradução da autora).

Na concepção de Demo, o grande desafio da cidadania é acabar com a pobreza política. Embora o autor ressalte que apenas a consciência crítica não seja suficiente para modificar as condições materiais da sociedade, romper com a ignorância seria uma condição para se efetivar outras mudanças. Considerando que “o sujeito emancipado luta pelos próprios direitos, porque faz parte de sua competência perceber que direito não é dado, mas conquistado” (DEMO, 1995, p. 157), o autor destaca a essencialidade de uma consciência crítica para o processo de transformação social.

O processo emancipatório é inevitavelmente de confronto, a começar pela consciência crítica contestatória, a busca de condução própria do destino, a formação de projeto próprio de desenvolvimento, a ocupação de espaço próprio. De si, não é problema da emancipação, mas do ambiente já assim encontrado, que é de desigualdade histórico-estrutural. Encobrir o confronto ou fugir dele, seria manter a ignorância e a subalternidade (*Ibidem*, p. 156).

Uma vez que a *formação cívica* foi se desvinculando das ações políticas ocorridas nas cidades, que constituíam as atividades cidadãs (pelo menos no caso da Antiguidade), Alderoqui (2003) aponta alguns desafios que envolvem o estatuto da cidadania nos momentos atuais: o primeiro deles, político, refere-se à necessidade de se protegerem os direitos e deveres de toda a população e a possibilidade de exercê-los; o desafio social refere-se à necessidade de se rechaçar qualquer discriminação que possa limitar ou inviabilizar o exercício da cidadania; por fim, o desafio urbano, a partir do qual caberia aos espaços da cidade (sobretudo os públicos e os coletivos) serem capazes de promover *sentido à vida cotidiana*, fomentando cidadania.

No contexto urbano atual, Arroyo (1997) salienta que a cidade materializa não apenas as formas espaciais, mas também “as funções econômicas, as instituições políticas e o significado cultural do processo de urbanização”, o que faz com que a dinâmica urbana constitua-se por embates e disputas pelos valores e interesses que orientam “a produção do espaço, dos serviços e suas ocupações” (ARROYO, 1997, p. 25). Diante disso, torna-se necessário que os sujeitos “enfrentem” os problemas urbanos para que se possa gerar melhores condições de vida nas cidades

(BARROS E SILVA, 2017). Uma vez que esse “enfrentamento” se dá, em boa parte das vezes, no espaço público urbano, seriam esses espaços os locais propícios para a formação, prática da liberdade e o exercício da cidadania, sobretudo por ser o espaço público urbano um lugar em que os valores culturais, os objetivos políticos do projeto urbano evidenciam-se, concretizando as trocas entre as pessoas e manifestando as crises da cidade (ALDEROQUI, 2003).

Diante do progressivo esvaziamento da vocação política do espaço público urbano, assim como a estratégica posição assumida pelo processo de urbanização no âmbito do capitalismo global¹³, a defesa de Alderoqui é que a concepção de cidadania desejável, a partir de um viés político, não se deve restringir aos direitos legalmente reconhecidos, devendo se vincular às ações sociais, assim como a uma cultura cidadã. (ALDEROQUI, 2003, p. 167).

Para construir esse cidadão [...] que pratique a cidadania como atividade desejável na sua proximidade, ensinar os direitos e deveres políticos do cidadão não é suficiente. Também é necessário se fazer conhecer esse território e essa organização urbana na qual se vive todos os dias, mas que se percebe como fragmentada e estranha; é preciso educar para a gestão e a construção da cidade; é fundamental educar a visão crítica para suscitar a vontade de participação dos cidadãos (ALDEROQUI, 2004, *on-line*, tradução da autora).

Se considerarmos que a cidadania se constrói na sociedade por meio de conflitos (ALDEROQUI, 2003; OLIVEIRA, 2000; DEMO, 1995), no espaço público urbano, onde ocorre a vida cotidiana e a "negociação socioespacial é fundamental" (BARROS E SILVA, 2017, p. 111) que se encontrem possibilidades de se experimentar o imprevisível. Assim como Demo (1995) denunciou a pobreza política como um empecilho ao processo emancipatório, Alderoqui (2003) também apontou uma espécie de “cultura pré-política” que envolve a sociedade atual e que faz com que as pessoas não compreendam as transformações macrossociais e nem as causas estruturais dos problemas urbanos, tendendo, assim, a identificar atores sociais isolados como sendo os culpados por diversos problemas das cidades. Isso evidencia o distanciamento dos cidadãos em relação à cidade em que habitam e a urgência de se recuperar “o público como lugar de participação (aqui incluídas as mulheres e homens, crianças e idosos, deficientes, membros de minorias étnicas etc.)” para se romper com esse descompasso (ALDEROQUI, 2003, p. 157, tradução

¹³ Esse tema será discutido no próximo capítulo.

da autora). Para tanto, a autora aponta a necessidade de repensar a relação entre cidadania e cidade, assim como o papel dessa relação no que se refere à educação.

Criticando a educação hegemônica vigente, Demo ressalta que os processos educativos a serem instituídos devem ser comprometidos com a formação de sujeitos capazes de “ler a realidade criticamente e de nela intervir de modo alternativo, instrumentalizados pelo conhecimento” (DEMO, 1995, p. 147). No contexto de busca por uma educação alternativa, que possibilite romper com a concepção hegemônica de sociedade, de espaço público urbano e de cidadania, a pedagogia crítica, desenvolvida por Paulo Freire (1967), revela-se como uma grande referência para se pensar a formação de cidadãos autônomos e emancipados nas cidades atuais. É essa teoria, portanto, que será analisada no item a seguir.

2.2 Educação para a emancipação: proposta político-pedagógica

Ao longo da sua trajetória como educador, pedagogo e filósofo, Paulo Freire (1921-1997) desenvolveu reflexões e propostas para a educação que o tornaram (re)conhecido no mundo todo. Em suas diversas obras e na sua prática pedagógica, Freire apontou o modelo de educação hegemônico – no contexto brasileiro, na América Latina e no mundo – como um modelo excludente e alienante que contribui para a manutenção dos indivíduos em estado de ignorância e impotência diante de realidades opressoras. Vinculado a um projeto de conservação de privilégios e desigualdades socioeconômicas, o modelo pedagógico oficial compromete, segundo o autor, a percepção do caráter histórico-social da realidade vivida, dificultando conceber possibilidades de transformação.

Contra-pondo-se a isso, Freire defendeu a implementação de processos de aprendizagem que possibilitassem uma leitura crítica do mundo e a atuação consciente dos indivíduos na sociedade em que se inserem. Comprometida com a liberdade dos indivíduos, sua concepção de educação propõe práticas educativas emancipadoras que possibilitem modificar as estruturas sociais, alterando as próprias relações de poder.

No momento da sua primeira obra "Educação como Prática de Liberdade" (1967), Freire apostava na possibilidade de implementação de uma educação libertária pela via institucional, porém, após o Golpe Militar de 1964, que interrompeu

o governo do presidente João Goulart¹⁴, ele passou a buscar um processo educativo que não fosse dependente de governos para se realizar¹⁵. Durante o exílio no Chile, Freire iniciou uma investigação filosófica, buscando fundamentar uma nova concepção de educação, levantando um problema ontológico que investigava "o que é o ser humano". A "Pedagogia do oprimido", sua obra mais referenciada, foi resultado das pesquisas para essa nova pedagogia, assim como do aperfeiçoamento de conceitos que haviam sido desenvolvidos na sua tese de doutorado – "Educação e atualidade brasileira" – e no livro "Educação como Prática de Liberdade". É importante ressaltar que não há distanciamento entre o trabalho intelectual de Freire e a realidade concreta, estando sua pedagogia diretamente vinculada às suas experiências como educador, tanto no Brasil quanto nos outros países em que atuou, de modo que a própria prática educativa (conhecida como Educação Popular) demandou a busca por novos fundamentos conceituais para a educação. Nesse contexto dialético, a compreensão da pedagogia freiriana deve levar em conta a concepção ontológica que deu suporte tanto às reflexões da "Pedagogia do oprimido"¹⁶ quanto às práticas educativas.

Influenciado pelos conceitos do geneticista francês, François Jacob¹⁷, para quem "a fabricação de um indivíduo, do ponto de vista físico, intelectual, moral, corresponde a uma interação permanente do inato com o adquirido" (JACOBS *apud* FREIRE, 2019, p. 136), Freire reafirma como sendo característica essencialmente humana a capacidade de se constituir com base na *relação* entre aquilo que lhe é determinado (inato) e o que foi adquirido, o que elimina qualquer compreensão do ser humano que desconsidere o contexto histórico, social, cultural. Aqui, o pensamento freiriano também encontra afinidades com a concepção de Arendt

¹⁴ Após trabalhar com pesquisas, assessoria educacional e práticas pedagógicas, por mais de 10 anos (nas décadas de 1940 e 1950), no SESI de Pernambuco, Freire desenvolveu um novo método de alfabetização de adultos que foi aplicado na cidade de Angicos, no sertão do Rio Grande do Norte, em 1963. Essa experiência resultou na alfabetização de mais de 300 pessoas no período de dois meses. O então presidente da república, João Goulart, esteve presente no encerramento do trabalho, tendo se impressionado com os resultados. Diante disso, Freire foi convidado para coordenar, em Brasília, o "Plano de Alfabetização Nacional", naquele mesmo ano. O plano foi apenas esboçado e não chegou a ser implantado em função do Golpe Militar em 1964, que resultou na prisão e no exílio de Freire na Bolívia, Chile, Estados Unidos e Suíça (FREIRE, 2019).

¹⁵ Apesar disso, ao retornar ao Brasil, em 1980, Freire teve uma nova experiência institucional como Secretário de Educação da Prefeitura de São Paulo, a convite da prefeita, Luíza Erundina.

¹⁶ A discussão sobre a concepção de homem e da sua possibilidade de aprendizagem pode ser conferida na "Justificativa" da obra "Pedagogia do Oprimido" (2018), na obra "Política e educação: ensaios" (2001), na Pedagogia da Esperança (2019).

¹⁷ Freire se referencia, sobretudo na obra "*Nous sommes programmés, mais pour apprendre*", a François Jacob, tal como ele mesmo discorre, na "Pedagogia da esperança" (FREIRE, 2019, p. 135).

sobre a condição humana, cuja constituição, para ela, vai além do que foi dado aos seres humanos de modo natural, abarcando também as condições por eles produzidas e que “possuem a mesma força condicionante das coisas naturais” (ARENDDT, 2007, p. 17).

Na visão de Freire (2001), em certo momento histórico, os seres humanos tornaram-se capazes de se distanciar de si mesmos, de desenvolver curiosidade e imaginação, abandonando a posição de seres que apenas viviam, e passando a ter consciência de que viviam. Na medida em que foi possível aos humanos *saber* que eles *sabiam*, ampliou-se ainda mais a possibilidade de conhecimento, uma vez que eles também souberam que podiam saber mais (FREIRE, 2001). O autor defende que a curiosidade e a imaginação sobre o mundo foram se incorporando à natureza humana, fazendo com que os seres humanos não parassem "de aprender e de buscar, de pesquisar a razão de ser das coisas" (FREIRE, 2019, p.136). Uma vez que os "genes determinam somente a constituição do indivíduo" (JACOBS *apud* FREIRE, 2019, p. 136) e que as estruturas hereditárias se ligam à aprendizagem no processo de existência humana, seriam os seres humanos seres *programados* para aprender, embora não sejam determinados.

As próprias condições de finitude, de inconclusão e de consciência da sua inconclusão fazem do ser humano “um ser ininterruptamente em busca, naturalmente em processo” (FREIRE, 2001, p. 12). Diante da trajetória histórico-social do ser humano e da sua potencialidade de se realizar de infinitas maneiras, Freire afirma que teria sido despertada uma vontade de ser, de se transformar, que moveria mulheres e homens na busca por uma possível completude, por uma superação. Sendo uma característica do ser humano – que vai existindo enquanto constrói a si mesmo e a sua trajetória – a busca pelo “ser mais”, pela superação de si mesmo, seria a própria busca pela realização das potencialidades infinitas do humano, de modo que negar isto seria a negação da própria humanidade (FREIRE, 2018).

É a própria natureza humana no seu modo de existir na história – por implicar um constante autofazer-se no mundo humano – que, no entender de Freire (1995; 1997), o habilita a definir a vocação ontológica do ser humano como a luta pela humanização. Ante as realidades históricas de desumanização de milhões de pessoas no mundo todo (que constitui a própria negação dessa vocação ontológica), a luta por humanização funda-se antropológicamente e eticamente no processo de construção desse ser

inconcluso, que busca superar sua humanidade e/ou superar o atual estágio de afirmação de seu ser mais (STRECK *et al.*, 2018, p. 427).

Ao compreender o permanente aprendizado do ser humano como parte do processo de “refazer o mundo, de dizer o mundo, de conhecer, de ensinar o aprendido e de aprender o ensinado, refazendo o aprendido, melhorando o ensinar” (FREIRE, 2001, p. 12), Freire identifica uma relação dialética entre subjetividade (consciência) e objetividade (mundo). Essa relação descarta, portanto, uma visão determinista dos homens em relação ao mundo e vice versa: se, por um lado, a consciência não pode ser entendida como mero reflexo do mundo material, o mundo material também não se constitui por um poder determinante vindo da consciência (FREIRE, 2019). O autor recusa, assim, uma visão inflexível de futuro que estaria presente na compreensão mecanicista e antidialética desse processo. Uma vez que, ao longo da história, a desumanização esteve presente em inúmeros momentos, o processo de humanização é compreendido por Freire como sendo uma vocação, que pode ou não se concretizar. Não havendo determinismo, nem na humanização nem na desumanização, é preciso empreender uma busca pela libertação como uma prática política que possa resultar na transformação da sociedade. Se a necessidade de saber é universal, enquanto a resposta é sempre “histórica político-ideológica, cultural” (FREIRE, 2011, p. 13), concretizar a vocação humana seria “sempre processo, sempre devir” (FREIRE, 2019, p. 137), que pressupõe a aposta em uma possível utopia e que passa pela liberdade de poder ser mais.

Homens e mulheres ao longo da história, vimo-nos tornando animais deveras especiais: inventamos a possibilidade de nos libertar na medida em que nos tornamos capazes de nos perceber como seres inconclusos, limitados, condicionados, históricos. Percebendo sobretudo, também, que a pura percepção de inconclusão, da limitação, da possibilidade, não basta. É preciso juntar a ela a luta política pela transformação do mundo. A libertação dos indivíduos só ganha profunda significação quando se alcança a transformação da sociedade (*Ibidem*, p.138).

De acordo com Freire, portanto, o futuro desejado não virá de modo natural, devendo ser produzido dentro da realidade concreta. É diante disso que o autor chama a atenção para o ambiente sociocultural que o indivíduo envolve e que tende a negar a possibilidade de “ser mais”, negando a própria potencialidade de humanização. Desde a obra “Educação como prática de liberdade” (1967), Freire já apontava o caráter de massificação presente na sociedade brasileira, ressaltando a

fragilidade da democracia vigente, como resultado das experiências de dominação e exploração que acompanham desde os tempos da colonização. Embora tenha se baseado no contexto brasileiro, onde uma tradição “verticalmente antidemocrática” (FREIRE, 1996, p. 75) dificultou vivências comunitárias que pudessem resultar na construção de “responsabilidade social e política” (FREIRE, 1967, p. 88), suas análises podem ser estendidas para outras realidades em que também esteja presente grande desigualdade social.

Freire compreende como sendo relação de opressão, dominação e exploração todas as que venham a impedir o processo de humanização dos indivíduos, “não importando que se faça através dos meios drásticos ou não” (FREIRE, 1967, p. 50). Em meio ao contexto massificado, uma das formas de opressão seria a naturalização das condições vigentes, com o intuito de convencer a todos do caráter imutável da constituição social. Com a “naturalização da realidade”, só restaria aos indivíduos uma posição de passividade diante do mundo. O controle exercido por grupos que detêm o poder (os opressores) que, “para dominar, se esforçam por deter a ânsia de busca, a inquietação, o poder de criar, que caracterizam a vida” (FREIRE, 2018, p. 65), manifesta-se em várias vertentes da sociedade que vão sendo manipuladas para a manutenção da ordem vigente.

Se considerarmos, assim como Arroyo (2007), que “cada etapa da construção do social, cada consolidação da desigualdade e da exploração humana teve e tem uma interpretação do sistema de relações que a sustenta”, pode-se entender que a educação também se insere nessa lógica (ARROYO *et al.*, 2007, p. 41). Não seria por acaso que o modelo pedagógico hegemônico – vinculado às instituições educacionais – tenda a “adaptar o educando a esta realidade que não pode ser mudada” (FREIRE, 1996, p.11). As relações adotadas nesse processo educativo – “ensino bancário”¹⁸, de acordo com Freire (2018) – baseiam-se na *hierarquia* entre o educador que sabe e os educandos que não sabem, e também na *narrativa* como forma de comunicação. Como consequência, ao mesmo tempo em que recebem passivamente o “depósito” de conteúdos nas práticas educativas, os indivíduos vão internalizando uma concepção de realidade que é posta “como algo parado, estático, compartimentado e bem comportado” (FREIRE, 2019, p. 79). Crítica semelhante também pode ser encontrada em Demo (1995), quando o autor aponta que nem

¹⁸ A concepção de “educação bancária” pressupõe o “depósito” de conteúdos e de comunicados feito nos educandos, pelo educador.

sempre a educação contribui para o processo emancipatório, atuando, muitas vezes, em direção contrária, isto é, reproduzindo “o espectro das desigualdades sociais” do capitalismo perverso (DEMO, 1995, p. 147).

Freire identifica como resultado da negação da potencialidade de humanização do ser humano, reafirmada pelo contexto social (escola, meios de comunicação, legislações, espaços físicos), a própria redução da vontade de criar, de se transformar, de se superar. Em lugar da pulsão de “ser mais”, surge uma espécie de “medo de ser”, um medo da própria liberdade, “do risco de assumi-la” (FREIRE, 2019, p.47), o que contribui para a manutenção da ignorância e da passividade. Soma-se a isso, uma concepção de mundo que vai sendo naturalizada e que resulta na compreensão das experiências opressoras como sendo necessárias. Freire destaca que um sentimento de “aderência” (ou quase admiração) pode surgir em relação aos opressores, juntamente com o desejo dos indivíduos de fazerem parte da sua condição, o que implicaria tanto na aceitação quanto na reprodução do modelo de opressão e desigualdades (FREIRE, 2018). Aqui, vale a pena pontuar que o processo de emancipação social proposto por Paulo Freire envolve transformação, não devendo ser confundido com uma inversão de posições entre oprimidos e opressores.

Diante disso, a aposta de Freire (1967) quanto à ruptura com esse estado de coisas é na implementação de um processo educativo que possa desvelar a realidade social, promover a conscientização das condições massificadas, viabilizando práticas de modificação.

Uma educação que possibilitasse ao homem a discussão corajosa de sua problemática. De sua inserção nesta problemática. Que o advertisse dos perigos de seu tempo, para que, consciente deles, ganhasse a força e a coragem de lutar, ao invés de ser levado e arrastado à perdição de seu próprio “eu”, submetido às prescrições alheias. Educação que o colocasse em diálogo constante com o outro. Que o predispuesse a constantes revisões. À análise crítica dos seus “achados”. A uma certa rebeldia, no sentido mais humano da expressão (FREIRE, 1967, p. 90).

Demo também defende que, para um processo emancipatório, a educação a ser implementada deve ser capaz de combater a ignorância quanto à “condição de massa de manobra” (DEMO, 1995, p. 133), rompendo com a tendência de manutenção do *status quo*. Tanto na proposta de educação freiriana quanto no processo emancipatório analisado por Demo, há um destaque para a etapa da

conscientização, vista como o elemento essencial para desnaturalizar os contextos vigentes, retirando os indivíduos da condição de passividade e da postura de não cidadão. Nas palavras de Demo,

no processo educativo é mister ocorrer a emergência do sujeito histórico, capaz de ler a realidade criticamente e nela intervir de modo alternativo instrumentado pelo conhecimento. Trata-se de aprender a aprender, saber pensar para melhor intervir (*Ibidem*, p. 147).

Embora não haja garantia de que a educação possa resultar em transformação social, os dois autores concordam que, sem uma “leitura crítica do mundo” (FREIRE, 1979), as mudanças tornam-se impossíveis. A etapa de desvelamento da realidade ainda não significa, porém, uma transformação social, sendo aquele apenas um momento (essencial) do processo. A partir de uma nova percepção da realidade, das situações de opressão, os indivíduos devem optar pelo caminho da mudança e empreender ações que possam resultar em ruptura com esse contexto (FREIRE, 2019). Diante do objetivo de subversão das relações e estruturas de poder, pela ação dos sujeitos, a educação freiriana traz uma proposta revolucionária, motivo pelo qual tem sido tão combatida ainda nos dias de hoje.

Também na concepção de Gadotti (GADOTTI *apud* FREIRE, 1979, p. 13), “em uma sociedade de classes, toda a educação é classista”, de modo que a única educação que pode ser aceita nesse contexto é a que pretende “conscientizar e lutar contra essa ordem, subvertê-la” (FREIRE, 1979, p. 13), sendo uma educação diferenciada e transformadora. Uma educação emancipadora seria, portanto, o caminho para a substituição de uma visão ingênua da realidade, pela criticidade, modificando a posição dos indivíduos no contexto social: que passam da condição de objetos (espectadores) à condição de sujeitos (protagonistas). No quadro abaixo, estão apresentadas as mudanças que uma educação emancipadora seria capaz de promover no comportamento dos indivíduos em relação ao mundo, a partir da concepção de Freire (1967).

Figura 03 – Esquema da educação emancipadora, a partir das descrições de Freire (1979, p. 40)

EDUCAÇÃO EMANCIPADORA	
Consciência ingênua do contexto social	Consciência crítica do contexto social
Simplicidade na compreensão dos problemas, dos fatos. Conclusões apressadas e superficiais.	Busca se aprofundar na compreensão de problemas.
Receio frente ao novo e exaltação de um passado que sempre lhe parece ser melhor.	Não repele o novo e nem o velho, mas aceita ambos, na medida em que são válidos.
Tende a aceitar formas massificadoras de comportamento.	Não aceita posições de passividade. É inquieta.
Tem preconceitos com o homem simples.	Tenta abolir preconceitos, quando da captação, análise e resposta de fatos/problemas.
Satisfaz-se com as aparências. Descarta a investigação e a concepção científica, considerando-as “jogo de palavras”.	Busca ir além das aparências, compreender os motivos na análise de problemas, verificar, testar descobertas.
Parte do princípio de que sabe tudo. Tem argumentação frágil e tende a brigar para impor sua visão ao outro.	Gosta do diálogo e aprende com ele.
Tem forte apelo emocional.	É indagadora, racional, reflexiva.
Apresenta fortes concepções mágicas.	Busca compreender os motivos, as causalidades das coisas, dos fatos.
Concebe a realidade como estática e imutável.	Reconhece que a realidade é mutável.

Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

Distintamente de uma visão estática de sociedade, afirmada como natural, Freire aponta como condição para se alcançar uma sociedade modificada a implementação de um ambiente verdadeiramente democrático, cuja característica intrínseca seria a própria mudança. Denunciando como “farsa” a democracia estabelecida, constituída como um regime de manutenção da exclusão, ele defende uma sociedade em que caiba inquietude, flexibilidade e possibilidade de mudança (FREIRE, 1967, p. 90).

Nesse viés, a defesa de Arroyo et al. (2007) é quanto à necessidade de se criar um novo entendimento da relação entre educação, cidadania e participação política. Uma vez que a cidadania não se constrói, necessariamente, por meio de intervenções externas (agentes e programas que educam para o exercício da cidadania), ela pode ser “um processo que se dá no *interior* da prática social e política das classes” (ARROYO *et al.*, 2007, p. 75). E já que o processo de “inserção crítica das massas na sua realidade” (FREIRE, 2018, p. 55) constitui-se por meio da *ação* e da *reflexão*, não podendo se limitar ao modo reflexivo e nem às ações irrefletidas incapazes de gerar novos níveis de consciência¹⁹, um autêntico aprendizado implica a participação daquele que aprende, na elaboração do

¹⁹ Freire refere-se a ações provenientes de um ativismo irrefletido, originadas de doutrinação vindas de líderes revolucionários. Evidencia-se, assim, a crítica dirigida a qualquer manipulação, seja vinda de uma ideologia de direita ou do pensamento da esquerda. Contra a doutrinação, o autor defende a conscientização (FREIRE, 2018).

conhecimento. Assim, a partir do entendimento da participação "enquanto exercício de voz, de ter voz, de ingerir, de decidir em certos níveis de poder, enquanto direito de cidadania" (FREIRE, 2001, p. 37), pode-se relacioná-la diretamente ao processo educativo freiriano. É nesse contexto que Freire ressalta que o senso de participação "se instala na consciência do povo e se transforma em sabedoria democrática" (FREIRE, 1967, p. 71). Uma vez que o saber democrático "só se incorpora ao homem, experimentalmente, existencialmente" (*Ibidem*, p. 92), o processo emancipatório torna-se dependente do contexto social concreto, do senso de participação e da experiência dos indivíduos.

Inversamente aos saberes prescritos, cuja racionalidade sustenta-se no "eu reproduzo" e "eu fabrico" (*Ibidem*, p. 93), a educação progressista constrói-se ativa e coletivamente, não negligenciando o conhecimento e a capacidade dos indivíduos, mas incorporando-os como sujeitos na construção do saber. A própria compreensão de que "não há educação fora das sociedades humanas e não há homem no vazio" (*Ibidem*, p. 35) demonstra que apenas consciências ingênuas podem considerar que as situações ou temáticas a serem conhecidas possam estar "fora dos homens, como se fossem coisas" (FREIRE, 2018, p. 137). Considerando-se que temas, situações e contextos estão inseridos no tempo e no espaço, eles "são tão históricos quanto os homens", não podendo ser concebidos fora deles. Por esse motivo, "quanto mais assumam os homens uma postura ativa no processo de conhecimento, mais aprofundam a sua tomada de consciência em torno da realidade" (FREIRE, 2018, p. 137) e melhor dela se apropriam. Em relação aos assuntos que se pretenda conhecer, Freire ressalta que

captá-los e entendê-los é entender os homens que os encarnam e a realidade a eles referida. Mas, precisamente porque não é possível entendê-los fora dos homens, é preciso que estes também os entendam. A investigação temática se faz, assim, um esforço comum de consciência da realidade e de autoconsciência, que a inscreve como ponto de partida do processo educativo, ou da ação cultural de caráter libertador (FREIRE, 2018, p. 138).

Não se tratando, portanto, de uma educação que ministra conteúdos, mas de uma educação que se constrói a partir de reflexão, problematização, revisão das concepções de realidade e do próprio indivíduo, Erich Fromm ressaltou a importância da educação freiriana, apontando que "uma prática educativa assim é uma espécie de psicanálise histórico-sociocultural e política" (FROMM *apud*

FREIRE, 2019, p. 77). O fato de poder ser capaz de transformar tanto a percepção da realidade quanto a percepção que o indivíduo tem de si mesmo, alinha a prática educativa com a prática formadora (FREIRE, 1996), evidenciando a necessidade da participação ativa dos sujeitos na construção desses processos.

Rejeitando a visão de mundo que supervaloriza os especialistas, em detrimento do saber popular, Freire (1967) pontua que ninguém é ignorante sobre tudo, assim como ninguém tem conhecimento de tudo. A difusão de uma suposta incapacidade dos indivíduos seria responsável por mantê-los afastados dos processos decisórios, enquanto "profissionais capacitados" assumem o protagonismo em todas as esferas sociais, inclusive na educação. O autor também denuncia a "proibição ou a inibição total da participação", assim como a "falsa participação" (FREIRE, 2001, p. 38) presente em mecanismos "participativos" que sobrepujam os saberes populares, em prol da visão do especialista. Nesse contexto, toda a relação que se estabelece já viria preconcebida pela pretensa superioridade daqueles que conduzem o processo.

Vamos às áreas populares com nossos esquemas "teóricos" montados e não nos preocupamos com o que sabem já as pessoas, os indivíduos que lá estão e como sabem. Não nos interessa saber o que homens e mulheres populares conhecem do mundo, como o conhecem e como nele se reconhecem, não nos interessa entender sua linguagem em torno do mundo (...) Interessa-nos, pelo contrário, que "conheçam" o que conhecemos e da forma como conhecemos. E quando assim nos comportamos, prática ou teoricamente, somos autoritários, elitistas, reacionários, não importa que digamos de nós mesmos que somos avançados e pensamos dialeticamente (*Ibidem*, p. 30).

Chomsky (2002) considera que todos os procedimentos e aparatos democráticos criados (permitidos) pela sociedade burguesa servem para legitimação e manutenção da ideologia e do poder burguês. É em meio a esse contexto que Demo (1995) denuncia as estratégias utilizadas para conter o avanço de uma cidadania efetiva nas sociedades atuais. Como já foi visto, o tipo de cidadania permitida e suportada pelas elites (econômica e política), no contexto neoliberal, seria "aquela que se tem por dádiva ou concessão de cima", ou seja, "uma cidadania tutelada" (DEMO, 1995, p. 6). Devido a isso, tanto consciência crítica e competência política – essencial para o processo de emancipação, participação – ficam dificultadas, mantendo-se a "reprodução indefinida dela sempre mesma elite histórica" (*Ibidem*, p. 6).

Freire também esclarece que o processo de aprendizagem – que pressupõe a própria participação – deve levar em conta que um pensamento superficial, ou o senso comum, só pode ser superado partindo-se dele mesmo. Não se trata de uma acomodação diante do conhecimento prévio que se tem, mas da sua aceitação dentro do processo de aprendizagem. Assim, mesmo para uma elite autoritária, “a democracia deteriora-se quando as classes populares estão ficando demasiado presentes nas escolas, nas ruas, nas praças públicas, denunciando a feiúra do mundo e anunciando um mundo mais bonito” (FREIRE, 2001, p. 39), somente com construção coletiva, com solidariedade social e política será possível uma sociedade transformada.

Quando se tem em mente que inteligibilidade e a sobrevivência do ser humano ocorrem socialmente e que “a associação de homens livres é o berço da democracia” (DEMO, 1995, p.135), o exercício da cidadania torna-se mais autêntico por meio da “coletividade organizada” e pelas decisões tomadas em conjunto. Arendt chama a atenção para o fato de que “todas as atividades humanas são condicionadas pelo fato de que os homens vivem juntos” (ARENDR, 2007, p. 31), sendo que a ação é uma atividade que “não pode sequer ser imaginada fora da sociedade dos homens” (*Ibidem*), compreendida como coletividade. Destacando a importância do coletivo não apenas para a ação em si, mas para a própria educação/formação dos sujeitos dentro da sociedade, Arendt reforça o vínculo entre coletividade, ação e formação. Os apontamentos de Freire (1967) de que, uma vez que a transformação social demanda escolha e ação de vários indivíduos, trata-se de um processo que deve se dar coletivamente, sobretudo quando se leva em conta que “não há pensamento democrático fora da tolerância” (FREIRE, 2001, p. 11), também evidenciam que a convivência e o diálogo entre dessemelhantes constituem práticas essenciais para uma nova sociedade.

Diante disso, tendo em vista que as práticas educativas emancipadoras estão diretamente vinculadas à conscientização, à formação e às ações de transformação social, será também em meio ao coletivo que essa educação constituir-se-á. Se a educação emancipadora depende da coletividade para se efetivar, o que faz com que essa condição também seja um princípio para uma educação urbana, ao se olhar para a cidade, é o espaço público que possui características mais condizentes

para a construção dessa educação. As investigações sobre esse tema serão feitas a partir dos itens a seguir.

2.3 Educação da e na cidade

2.3.1 Definições socioespaciais e pedagogias para adequação

Muitas das discussões que relacionam educação e cidade têm sido embasadas na concepção de desenvolvimento – que sempre integrou o discurso colonizador –, compreendido como um estágio a ser atingido por todos os países do mundo (CHOAY, 1980; ROBINSON, 2002; MITCHELL, 2002)²⁰. O famoso discurso de posse do então presidente americano Harry S. Truman, em 20 de janeiro de 1949, exemplifica essa questão.

[...] devemos embarcar em um novo e ousado programa para disponibilizar os benefícios de nossos avanços científicos e progresso industrial para a melhoria e o crescimento de áreas subdesenvolvidas.

[...]

Os Estados Unidos são proeminentes entre as nações no desenvolvimento de técnicas industriais e científicas. Os recursos materiais que podemos usar para ajudar outras pessoas são limitados. Mas nossos recursos imponderáveis em conhecimento técnico estão em constante crescimento e são inesgotáveis.

Acredito que devemos disponibilizar aos povos amantes da paz os benefícios de nosso estoque de conhecimentos técnicos, a fim de ajudá-los a realizar suas aspirações por uma vida melhor. E, em cooperação com outras nações, devemos promover o investimento de capital em áreas que precisam de desenvolvimento (TRUMAN, 1949, *on-line*, tradução da autora)²¹.

Considerando que todos os países deveriam seguir um mesmo padrão, o discurso de Truman legitima uma interferência em outros países – supostamente necessitados de “desenvolvimento” – a partir da superioridade tecno-científica dos interventores. Crítico da imposição de uma concepção de desenvolvimento enquanto única via possível para todos os países, Sachs (1992, p. 1) denuncia que “(...) o desenvolvimento é muito mais do que apenas um esforço socioeconômico; é uma percepção que modeliza a realidade, um mito que conforta as sociedades e uma

²⁰ No capítulo 3, veremos como essa concepção tem caracterizado a cidade de Belo Horizonte, desde a sua fundação até os dias de hoje.

²¹ Disponível em: <https://www.trumanlibrary.gov/library/public-papers/19/inaugural-address> Acesso em: 28 abr. 2020.

fantasia que desencadeia paixões”. Essa concepção tem condicionado a conformação de cidades no mundo inteiro²², gerando padronização espacial. Por dificultarem a percepção das relações de poder que estão em jogo nas conformações urbanas, a padronização das cidades (gerada pelo “modelo desenvolvimentista”) influencia a própria forma de se conceber a realidade urbana, gerando uma espécie de “deseducação”, de modo que as cidades passam a ser compreendidas como “dado”, quase sem questionamentos e/ou problematizações. O termo “deseducação urbana” será utilizado nesta tese para se referir à educação que foi criticada por Freire (1967), Bourdieu (2015) e Santos (1999), pela sua tentativa de adequação das subjetividades ao contexto social vigente (desigual e opressor). Comprometida com uma formação acrítica, que insere os indivíduos na posição de objeto (e não de sujeitos), induzindo comportamentos conformistas e passivos, que contribuem para a manutenção desse estado de coisas, essa educação “alienante” seria o contrário da educação urbana proposta nesta tese – daí o termo **deseducação**.

Ao analisar as relações estabelecidas entre educação e cidade nos contextos atuais, Rodriguez (2002) identifica uma diversidade de profissionais (pedagogos, sociólogos, antropólogos, psicólogos, geógrafos, urbanistas) que têm se dedicado ao tema. Enquanto urbanistas e sociólogos analisam as formas como a cidade torna-se mais inteligível, pedagogos têm investigado conteúdos escolares que envolvem a cidade. Uma importante referência que tem sido utilizada nas reflexões dos autores é o documento "Aprender a Ser" (1972), produzido por Edgar Faure, então presidente da Comissão Internacional para Desenvolvimento da Educação da UNESCO, que consistiu na sistematização da relação entre cidade e educação, com o objetivo de transformar o conceito de educação da época. Reconhecendo a potencialidade educadora das cidades, o documento explicitou a possibilidade de aproximação entre a cidade e a escola – até então, pouco explorada – como "uma possibilidade frente aos rígidos marcos pedagógicos que se busca[va] superar" (RODRIGUEZ, 2002, p. 123, tradução da autora).

As consequências práticas desse marco teórico começaram a surgir, entretanto, cerca de duas décadas após a publicação, como no caso da Associação Internacional de Cidades Educadoras (AICE), criada em 1990 e composta por

²² Discussões sobre o desenvolvimento serão retomadas no capítulo 3, a partir das discussões de Robinson (2002), Mitchell (2002), Gonçalves (2003).

representantes de governos de várias cidades do mundo (RODRIGUEZ, 2002). O Primeiro Congresso Internacional da Associação foi realizado em Barcelona, também no ano de 1990, e resultou na chamada "Carta das Cidades Educadoras"²³, documento que explicita os princípios que devem ser considerados e utilizados em propostas e ações de governos locais para que as cidades se tornem educadoras. Desde então, a associação tem promovido encontros para apresentar, discutir e rever diretrizes, práticas e ações que potencializam o caráter educador das cidades. Segundo o site da AICE, esta seria uma entidade

sem fins lucrativos constituída como uma estrutura permanente de colaboração entre governos locais que se comprometem a reger-se pelos princípios inscritos na Carta das Cidades Educadoras. Qualquer governo local que aceite este compromisso pode converter-se em membro ativo da Associação, independentemente das suas competências administrativas. Após o fecho do exercício de 2018, o seu número de membros ascendia a 493 cidades de 36 países distribuídos por todos os continentes (ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DE CIDADES EDUCADORAS, *online*)²⁴.

Segundo as diretrizes apresentadas, a maneira de se levar a escola à cidade, convertendo a cidade em agente educador, deve se dar por meio de políticas e ações abrangentes, que incluem intervenções, propostas urbanas e programas de inclusão cidadã (RODRIGUEZ, 2002). Com a criação da "Delegação Cone Sul" (1996), responsável por adequar as diretrizes da AICE para o contexto dos países latino-americanos, as concepções da associação para as cidades passam a transcender o contexto europeu e a influenciar a América Latina. Se, por um lado, alguns autores defendem que o poder público deve assumir o compromisso de elaborar e executar projetos e ações alinhadas com as potencialidades educativas da cidade, no que se refere a "novas formas de gestão cidadã e de projetos urbanos" (RODRIGUÉZ, 2001, p. 54, tradução da autora); por outro lado, muitos dos projetos desenvolvidos na América Latina passam a ser desenvolvidos em total consonância com as diretrizes da AICE²⁵.

²³ Segundo o site da Associação, o documento foi criado com base na Declaração Universal dos Direitos do Homem (1948); no Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1966); na Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança (1989); na Declaração Mundial sobre Educação para Todos (1990) e, após revisões, com base também na Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural (2001).

²⁴ Disponível em: <http://www.edcities.org/pt/quem-somos/> Acesso em: 14 fev.2020.

²⁵ Para conhecer as experiências desenvolvidas, as discussões sobre os projetos para cidades educadoras dos países latino-americanos, conferir os "Cadernos de Debates", no site da Associação Internacional de Cidades Educadoras. Disponível em: <http://www.edcities.org/pt/publicaciones/caderno-de-debate-america-latina/> Acesso em:14 fev. 2020.

Ressalta-se aqui que, por mais abrangentes que sejam as propostas da associação, o tipo de educação que ela propõe compreende atividades que devem ser desenvolvidas a partir do poder público local. Embora alguns dos princípios enunciados pareçam estar alinhados com os conceitos de uma educação progressista, Chisté e Sgarbi (2015) lembram que a concepção de "cidade educadora" fez parte do relatório publicado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO –, em 1972, que estava vinculado à possibilidade de ajuda aos países que foram devastados pela Segunda Guerra Mundial. Nesse contexto, por meio das parcerias com instituições financeiras – tais como o Banco Mundial –, essa associação tem buscado, desde a sua criação, "contribuir com a educação nos países que necessitam se adequar ao contexto de globalização do mercado" (CHISTÉ; SGARBI, 2015, p. 85). Não seria por acaso que entre os objetivos anunciados pela Carta das Cidades Educadoras estejam a implementação de ações para formar pessoas alinhadas com os desafios e possibilidades que se abrem com a globalização dos processos econômicos e sociais.

O discurso do desenvolvimento que está em jogo nessas relações hierárquicas analisadas por Escobar (1995) influencia diretamente o programa das cidades educadoras, inclusive (e sobretudo) da América Latina.

Para falar de desenvolvimento, é preciso aderir a certas regras de declaração que remontam ao sistema básico de categorias e relações. Este sistema define a visão hegemônica do mundo do desenvolvimento, uma visão do mundo que permeia e transforma cada vez mais a visão econômica, social e o tecido cultural das cidades e aldeias do Terceiro Mundo, mesmo que as línguas do desenvolvimento sejam sempre adaptadas e retrabalhadas de forma significativa no nível local (ESCOBAR, 1995, p. 17, tradução da autora).

Isso resulta, segundo Chisté e Sgarbi, em uma espécie de imposição de propostas e ações – entre as quais está a própria concepção de "cidade educadora" – que contribuem para a manutenção e a reprodução do *status quo* (*ibidem*). Diante desse quadro, Rodriguez (2002) aponta que, ao se adotarem diretrizes genéricas, as particularidades sociais e urbanas tendem a ser negligenciadas, causando grandes prejuízos em função das diferenças existentes entre os países que fazem parte da AICE. Nas palavras do autor,

é possível fazer uma última distinção entre as diferentes direções que podem tomar as cidades dos chamados países desenvolvidos e as cidades dos demais países. Embora existam abordagens comuns, tais como em relação à democracia e à igualdade, é evidente que, nesses últimos, a aplicação e a constituição da cidade requerida são mais complexas, visto que ainda não resolveram muitos dos problemas básicos da subsistência (RODRIGUEZ, 2002, p. 126).

Salcedo (2008) irá destacar que algumas das expressões presentes na Carta das Cidades Educadoras reproduzem valores historicamente enaltecidos, sobretudo por homens ocidentais, europeus, responsáveis pela criação do documento. Em um contexto que também se alinha com os interesses da sociedade neoliberal, o que se observa é que muitos projetos incluídos no escopo de cidade educadora contam com uma visão de sociedade que abole o conflito social e aposta na "suavização dos costumes dos cidadãos para que possam viver em paz e harmonia, em um ambiente acolhedor e agradável, com bons e amáveis vizinhos" (SALCEDO, 2008, p. 102, tradução da autora). Esta também foi a conclusão a que chegaram Gómez *et al.* (2019) a partir da análise de experiências propostas por Medellín, no contexto das cidades educadoras. Segundo as autoras, é possível deduzir pelos projetos

[...] que o propósito das práticas formativas é corrigir as condutas das pessoas; isto é, as práticas de governo são práticas de regulação e controle, de direcionamento de condutas e comportamentos. Assim, a pedagogização da vida é uma tentativa de governar, moralizar, conduzir, regular, normatizar [...] Assim, podemos dizer que a pedagogização para o caso de Medellín é uma forma de ação que corrige, ensina, demonstra e promove condutas saudáveis e necessárias para a coesão social, a confiança, a aplicação da norma, a regulação dos demais e, especialmente, para a conquista de outras formas de conduta para a convivência social (GÓMEZ *et al.*, 2019, p. 26).

Diante disso, a despeito de adotarem um discurso progressista na apresentação de suas propostas, a ideia de cidades educadoras está longe de apresentar componentes de radicalidade – semelhantes à concepção freiriana adotada nesta pesquisa –, tornando-se bem mais reformistas do que transformadoras. Embora Freire não negue a possibilidade de se atuar em várias frentes, aproveitando as frestas do próprio sistema capitalista para melhorar as condições de vida (FREIRE, 2018), uma educação emancipatória assume um caráter revolucionário, afastando-se de práticas que não visem modificar a lógica do sistema de dominação. Além disso, o conceito de educação freiriano aponta para uma construção coletiva de conhecimento que não necessite da intervenção dos

governos para a sua efetivação. Devido à dependência das instituições políticas locais e ao seu comprometimento com a manutenção do sistema capitalista, as atuações e propostas das cidades educadoras não se encontram em consonância com o conceito de educação na perspectiva freiriana, proposta aqui. Com o objetivo de transformar a estrutura social e as relações de poder, as práticas educativas emancipatórias devem se converter em ações políticas, de caráter contra-hegemônico.

Quando se analisa a institucionalização do pensamento progressista, o que costuma ficar evidente é que, a despeito da potencialidade de democratização inaugurada por leis, diretrizes, instrumentos urbanísticos etc., o que de fato se efetiva é uma apropriação de um discurso democrático, por parte dos governos, como forma de avalizarem decisões que favorecem grupos específicos. Exemplo disso são os processos participativos institucionalizados²⁶ que vêm sendo subvertidos a mecanismos de *pseudoparticipação*, legitimando interesses políticos e econômicos e enfraquecendo o exercício da cidadania. Nesse contexto, Souza (2016) reconhece a quase impossibilidade de participação dos indivíduos nos processos decisórios, diante da assimetria estrutural existente entre os diferentes grupos e classes da sociedade capitalista. Em relação ao espaço urbano, a tecnocracia presente na sociedade faz com que as decisões relativas à cidade fiquem concentradas nas mãos de técnicos planejadores, comumente vinculados às instituições governamentais, realidade que, conforme já mencionado, também foi denunciada por Freire (2001). Lefebvre (2008b) também já havia acusado os tecnocratas de serem servidores dos financistas (privados e do Estado) que, depois de terem produzido espaços urbanos extremamente especializados e mortos, tentam restabelecer um pouco da vida social por meio de uma suposta participação.²⁷ Na perspectiva de Souza (2016), por terem uma formação que, por vezes, alinha-se com uma “mentalidade profissional corporativista e frequentemente conservadora”, os especialistas costumam se identificar com os interesses das classes dominantes e com o *status quo* (SOUZA, 2016, p. 417). O autor também aponta a arrogância de alguns profissionais – privilegiados dentro de um sistema de grandes desigualdades

²⁶ Sobre isso, ver Souza (2016) e Gonçalves *et al.* (2018).

²⁷ Ao narrar uma experiência de participação, ocorrida em Toulouse, Lefebvre (2008b) ressaltou que propostas prontas foram apresentadas para uma parcela da população e que, depois disso, o processo foi descrito como tendo sido participativo. Todavia, na concepção do autor, essa experiência consistiu na “mistificação da pseudodemocracia” (LEFEBVRE *apud* SOUZA, 2016).

sociais – que tendem a se considerar superiores e mais capacitados do que a população em geral, “não somente devido ao seu conhecimento e à sua pretensão de absoluta objetividade, mas também em função de uma crença na sua própria neutralidade” (*Ibidem*, p. 416). Desconstruindo a suposta imparcialidade dos técnicos, Souza (2016) denuncia que as suas ações tendem a favorecer a permanência e a reprodução de uma concepção hegemônica de cidade, favorecendo grupos específicos. Diante disso, o autor aponta a necessidade de se rechaçar a tecnocracia para que os processos decisórios possam estar acessíveis a todos.

A implementação de uma “pedagogia urbana” foi proposta por Souza (2006, p. 263) como forma de democratizar o planejamento e a gestão do espaço urbano, permitindo um diálogo entre técnicos e cidadãos comuns e a tomada de decisões coletivas. Ele reconhece, porém, que essa pedagogia não poderia ser consequência apenas de “canais participativos formais” (*Ibidem*) – facilmente manipuláveis –, devendo fazer parte de uma ampla disseminação de informações relevantes para todos os cidadãos. Essa pedagogia urbana implicaria, portanto, na desmistificação do planejamento e da gestão urbanos, por meio da sua popularização e da socialização dos seus conteúdos (SOUZA, 2006). A aposta de Souza (2006) é na possibilidade de que os especialistas planejadores possam assumir o papel de “educadores libertários” – em sentido freiriano do termo, segundo o autor – por meio de uma postura dialógica e horizontal no processo de conhecimento, que não reproduza uma educação do tipo “bancária”, depositária de conteúdos. Entre as medidas propostas para essa pedagogia, destacam-se a “tradução” das ideias dos técnicos para uma linguagem acessível e de fácil comunicação popular; a “realização de cursos de oficinas de capacitação/formação; o fornecimento de informação como uma verdadeira formação” (SOUZA, 2006, p. 269); e a execução de palestras nas escolas, com a apresentação de conteúdos essenciais para se pensar a cidade (tais como a legislação e a política urbana). O autor adverte, porém, que para que os técnicos especialistas possam se tornar “pedagogos urbanos”, é imprescindível que haja “condições político-institucionais favoráveis”, de modo que “forças políticas comprometidas com a justiça social e a democratização do espaço urbano” possam estar à frente das administrações municipais (SOUZA, 2016, p. 418).

Apesar de se remeter ao pensamento freiriano, algumas das ações sugeridas por Souza (2006) podem se converter, na prática, em mero depósito de conteúdos, no sentido “bancário” do termo. Tendo em mente que Freire [1968] desenvolveu uma pedagogia **do** oprimido, e não uma pedagogia **para** o oprimido, cursos e oficinas de capacitação, palestras para apresentação de conteúdos, simplificação da linguagem técnica podem facilmente ser utilizados para disseminar uma concepção hegemônica de cidade, sobretudo quando os “educadores” são profissionais considerados superiores aos demais e geralmente alinhados com uma visão conservadora, tal como apontado pelo próprio Souza (2006). Soma-se a isto, o despreparo dos técnicos para lidar com atividades que envolvem a educação. Além disso, a “pedagogia urbana” defendida por Souza é uma proposta que também se encontra condicionada às iniciativas do poder público para a sua implementação, o que a insere em um lugar semelhante ao das cidades educadoras, quando comparada à pedagogia de Freire. Se uma educação urbana emancipatória deve incorporar o caráter de radicalidade presente no pensamento freiriano, os “educadores” devem estar dispostos a questionar a sua própria formação, a sua visão de sociedade, de cidade e a própria concepção de planejamento urbano. Somente a partir de posturas comprometidas com uma profunda transformação é que uma educação emancipatória do espaço urbano poderá resultar na construção de outras cidades possíveis.

Relações entre pedagogia e cidade também estão presentes nas discussões sobre construções, monumentos e memoriais históricos, tendo ganhado repercussão a partir dos recentes ataques às estátuas de colonizadores em diversos contextos urbanos²⁸. Refletindo sobre a forma acrítica como alguns governos têm lidado com as heranças culturais coloniais, Castela (2017) problematiza a manutenção de símbolos que reforçam a superioridade colonizadora em relação aos países e aos povos colonizados, incorporando, muitas vezes, discursos ligados à educação. No contexto português, o autor analisa obras expostas nos espaços públicos urbanos que seriam uma demonstração de como o governo difunde uma visão distorcida da colonização protagonizada pelo país, reproduzindo uma racionalidade que reforça

²⁸ Reflexões sobre como edifícios monumentais (sobretudo os jurídicos) podem ser relacionados à pedagogia de difusão de poder imperial (por seus arranjos espaciais, padrões estéticos, as funções simbólicas e políticas da sua implantação na cidade) podem ser conferidas em: BRANCO, Patrícia. *City/Courthouse Building: A Mirror Game. Examining Connections Between Courthouse Buildings and Location in the Urban Environment*. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007%2Fs11196-019-09622-7> Acesso em: 30 set. 2021.

uma “tradição colonial de memorialização na formação de subjetividades” (CASTELA, 2017, p. 188-189, tradução da autora). Diante da intenção de levar conhecimento aos cidadãos, explicitada pelos próprios autores/promotores dessas obras, Castela (2017) vincula essas supostas ações educadoras a uma “pedagogia da desigualdade” (*Ibidem*), uma vez que as representações criadas estariam reforçando um sentido de desigualdade racial, característico do regime colonial. Este seria o caso das esculturas de africanos que estão no Jardim Tropical de Lisboa. Tendo sido utilizadas para investigações sobre o colonialismo e a etnografia da “Exposição Mundo Português”, em 1940 – cujo guia do evento, elaborado pelo Instituto de Antropologia do Porto, descrevia essas esculturas como sendo reproduções dos “mais característicos chefes de raças e tribos do Império Colonial Português” –, as obras representam os corpos africanos como desiguais e os insere em um contexto de submissão e exotismo. Confirmando os apontamentos de Mudimbe (2013), de que a demonstração de superioridade da raça branca contou com “um discurso em que um poder político explícito pressupunha a autoridade de um conhecimento científico”, Castela (2017) destaca que o Instituto de Antropologia do Porto (fundado em 1912) teria sido “crucial para o lançamento de programa nacional de pesquisa antropológica com foco nas colônias e suas populações ‘indígenas’ [...]”, tendo sido convocados os antropólogos para “produzir ‘conhecimento colonial’ útil” (CASTELA, 2017, p. 201, tradução da autora). Esses ensinamentos sobre os colonizados – a partir dos quais, o imperialismo e a ciência possibilitaram a “reificação do primitivo” (MUDIMBE, 2013, p. 28) – continuam disponíveis para quem experimenta os espaços do jardim, reforçando, ainda nos dias de hoje, a supremacia do colonialismo português. “Portugal dos Pequenitos” é outro bom exemplo do que apontou Castela (2017). Implantado na década de 1940, na cidade de Coimbra, o parque temático voltado para crianças – que, assim como a Exposição Mundo Português, também fez parte do projeto político nacionalista do Estado Novo de Salazar (1933-1974) – propunha ser “uma lição de portuguesismo em forma arquitetônica” (SILVA, 2015, p. 1). Na sua proposta de pedagogia pela experimentação espacial, o parque difundia uma visão da identidade e da história nacional (por meio de reprodução urbana em miniatura, que deveria ser experimentada pelas crianças) que encenava “uma história pátria glorificada da ação civilizadora e ecumênica do império colonial e da sua cultura como reduto último das

virtudes morais da nação” (*Ibidem*). Sendo ainda hoje um local bastante visitado na cidade de Coimbra, a apresentação do “Portugal dos Pequenitos”, na sua página oficial na internet, indica como um dos objetivos do empreendimento trazer um conhecimento etnográfico dos povos colonizados, semelhantemente ao que propunha o Jardim Tropical de Lisboa.

Nos finais da década de 30 e inícios da de 40 do séc. XX, deu-se início à construção da primeira fase do Portugal dos Pequenitos, constituída pelo conjunto de casas regionais portuguesas. A segunda e a terceira fases correspondem ao espaço ilustrativo dos principais monumentos do país e à representação etnográfica e monumental dos atuais países africanos de Língua Oficial Portuguesa, do Brasil, de Macau, da Índia e de Timor, respetivamente. Esse espaço proporciona a todo o tipo de público, tanto crianças como adultas, um contacto com diversos aspectos culturais da etnografia portuguesa e dos países suprarreferidos, nomeadamente, mobiliário, traje e artesanato, tudo numa escala apropriada ao entretenimento do visitante mais pequeno, como também do adulto, sendo ainda contempladas as diferentes tipologias arquitetônicas de Portugal (FUNDAÇÃO BISSAYA BARRETO, *online*)²⁹.

Também em relação aos monumentos e memoriais, é comum encontrar estátuas de personagens que protagonizaram atos cruéis durante a colonização, a serem reverenciadas e colocadas em posição de destaque nos espaços públicos das antigas metrópoles e colônias. Essas práticas incorporam visões acríticas da colonização, sendo comum a utilização de obras que dão destaque ao poder do império, sem mencionar as consequências para o próprio povo colonizado. Na medida em que camufla as atrocidades constitutivas da dominação colonizadora, o que se vê nessas homenagens – que pretendem ser promotoras de “conhecimento histórico” – é uma espécie de continuidade da colonização, na medida em que a “superioridade imperial” continua a ser reverenciada³⁰. Diante disso, não é por acaso que a exclusão de memoriais, ligados à violência praticada contra os colonizados – que têm no racismo o seu maior exemplo –, tem sido uma das exigências dos

²⁹ Disponível em: <https://www.fbb.pt/pp/historia/> Acesso em: 01 out. 2021.

³⁰ Poderíamos inserir nessa discussão sobre a naturalização de políticas que valorizam uma mentalidade colonial (racista e patriarcal) o fato de os monumentos celebrarem, majoritariamente, homens ligados ao contexto bélico. A invisibilidade feminina, tanto em monumentos quanto em nomes de ruas, explicita a mentalidade patriarcal constitutiva das práticas de celebração, o que nos faz perceber de onde provêm ações de violência como a praticada por um vereador, branco, do Rio de Janeiro, que quebrou uma placa com o nome de rua que homenageava Marielle Franco, vereadora, negra, também do Rio de Janeiro, que foi assassinada por questões políticas no ano de 2018 e cujo crime não foi solucionado até os dias de hoje.

movimentos antirracistas e que, nos últimos tempos, têm praticado atos de depredação e destruição a esses ícones³¹.

Embora não se refiram a um espaço público aberto (como no caso dos parques), as análises de Castela sobre o museu Fortaleza, em Moçambique, apresentam dois contextos de utilização dos memoriais históricos naquele país: durante a colonização, por meio da manipulação imperialista e segregadora; e, após a independência política, no viés de uma educação crítica e consciente. Criado na década de 1940, na então capital colonial moçambicana de Lourenço Marques (renomeada Maputo, em 1976), Maputo Fortaleza foi um projeto conduzido por um arquiteto português, que transformou uma antiga fortaleza em um museu para receber monumentos de heróis coloniais portugueses, que ocupavam locais de destaque na cidade. Como parte da política colonial de manipulação simbólica, Castela (2017) pontua que

através de uma gestão apolítica de edifícios (...) arquitetos contribuíram para a hegemonia de uma história nacionalista através da reinvenção do ambiente edificado, participando assim na obra de generalização das subjetividades tanto em Portugal quanto nas suas colônias (CASTELA, 2017, p. 191, tradução da autora).

O museu de Fortaleza exemplifica a difusão da tradição (como se fosse a interpretação legítima), com a pretensão de criar um ambiente de suposta harmonia social entre colonizados e colonizadores. Na medida em que “criou um espaço memorial imutável no centro simbólico de Lourenço Marques de meados do século XX” (*Ibidem*, p. 192, tradução da autora), o museu reproduziu a segregação racial que já caracterizava a cidade, legitimando “a superioridade de uma pequena minoria europeia [por meio] de uma exibição teatral de poder” (HOSAGRAHAR *apud*

³¹ Em maio de 2020, nos EUA, o assassinato do cidadão negro George Floyd por um policial branco, que apertou o seu pescoço contra o chão, utilizando o joelho e ocasionando a sua morte, impulsionou o movimento antirracista “Black Lives Matter” (Vidas Negras Importam), com atos de repúdio à violência dirigida aos negros. Inserindo-se na linhagem dos movimentos de resistência negra, que acompanha toda a história dos EUA, o “Black Lives Matter” começou nos EUA e estendeu-se por países do mundo todo – englobando outros movimentos antirracistas e anticolonialistas – incorporando entre suas práticas de resistência o ataque a monumentos que reverenciam personagens protagonistas de atos racistas. Algumas dessas ações podem ser conferidas em <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2020/06/ataques-a-monumentos-enunciam-desavencas-pelo-direito-a-memoria.shtml>; <https://observador.pt/2020/06/11/descolonizacao-estatua-de-padre-antonio-vieira-em-lisboa-foi-vandalizada-com-dizeres/>; <https://www.dw.com/pt-br/opini%C3%A3o-vamos-derrubar-est%C3%A1tuas-para-descolonizar/a-53862190>; <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-07-24/estatua-do-borba-gato-simbolo-da-escravidao-em-sao-paulo-e-incendiada-por-ativistas.html>
Acesso em: 11 out. 2021.

CASTELA, 2017, p.192, tradução da autora). Apesar disso, Castela (2017) destaca um momento em que houve ruptura com a política de manipulação de símbolos coloniais, que inferiorizava moçambicanos e valorizava o império português. Após a independência política de Moçambique (1975), estátuas foram removidas, destruídas e também reenquadradas. Por meio de iniciativas do poder público, ícones herdados da colonização (elementos e espacialidades) foram substituídos e remanejados para a construção de uma subjetividade pós-colonial, baseada em uma perspectiva educadora crítica e ativa. Nessa vertente, o museu Fortaleza passou a conservar não apenas os símbolos da presença portuguesa em Moçambique – para lembrar a dominação e conscientizar as novas gerações –, mas também aqueles memoriais que celebravam a criatividade, a resistência e a luta dos moçambicanos. A implementação de um “projeto de pedagogia espacial”, criado em fins da década de 1970, pelo governo de Moçambique, cujas intenções oficiais eram “liquidar o racismo, permitir que as pessoas tomem a cidade, organizar a democracia dentro da cidade” (SAMORA *apud* CASTELA, p. 196, tradução da autora), incluiu intervenções participativas da população, legitimando a construção de identidades que rompiam com a tradicional herança hegemônica portuguesa, assentada na desigualdade. Infelizmente, essa orientação foi sendo modificada com o passar dos anos. Se, no primeiro momento, houve ruptura até mesmo com a concepção urbana colonial, que segregava os espaços periféricos da cidade – com medidas que incluíram redução da autonomia do mercado e organizações de gestões populares regionais –, com a transformação de Maputo na capital do país, ocorreu uma revalorização do padrão urbanístico colonial, de modo que as grandes avenidas, assim como as edificações monumentais passaram a ser conservadas e também reproduzidas (CASTELA, 2017).

Ao destacar que o caráter educativo da cidade implica na promoção da tolerância, do direito a ser diferente e de ser respeitado na diferença, Freire (2001) refletiu sobre a memória urbana e sobre a importância de uma visão crítica na divulgação da história. Diante da grande “quantidade de marcos que falam ou que proclamam envaidecidamente feitos de guerra”, o autor questiona a forma como esses ícones são apresentados às gerações mais jovens e propõe não que sejam ocultados os fatos belicosos, mas que se possa “mostrá-los nem sempre como quem deles se orgulha” (FREIRE, 2001, p. 13-14). Embora exemplifique a utilização de

práticas espaciais alinhadas com uma pedagogia crítica – tal como proposto por uma educação urbana – o que se vê, no caso de Maputo, é a implementação de medidas a partir do poder público e que, se, em um primeiro momento, empenhou-se na ruptura com os padrões hegemônicos portugueses, no momento posterior – que envolveu o crescimento do papel internacional da capital Maputo (CASTELA, 2017) –, retomou a reprodução dos padrões europeus de urbanismo e estética. Diante disso, por mais que tenha envolvido participação popular nas decisões iniciais, o que a experiência de Moçambique demonstrou foram as limitações para se efetivar a educação urbana – no sentido proposto por esta tese – apenas por meio da participação nos espaços institucionais, tendo em vista que os alinhamentos políticos dos governos estão sujeitos a interesses que nem sempre coincidem com os da população. Nesse sentido, as manifestações e as ações diretas mostram-se essenciais para se efetivar uma educação urbana, tal como será discutido no item a seguir.

2.3.2 Direito a outras cidades possíveis: quando a subversão educa

Embora a concepção de espaço público proveniente da antiguidade clássica, seja uma referência frequente nas reflexões sobre a dimensão política das cidades ocidentais (SOUZA, 2006, 2016; GOMES, 2006; SENNETT, 2014), é importante considerar nessas discussões apontamentos como os de Mitchell (1997), quanto ao caráter excludente que caracterizava aqueles espaços. Distinguindo o “ideal normativo” de espaço público – presente na concepção clássica –, de uma descrição empírica do espaço público existente, o autor ressalta que locais como a ágora grega – assim como os mercados, praças, parques – “nunca foram simplesmente locais de interação livre e não mediada”, constituindo-se como lugares de exclusão – basta recordar que a maior parte da população de Atenas não possuía o *status* de cidadão, não podendo empreender práticas políticas no espaço da polis (MITCHELL, 1995, p. 8, tradução da autora). Nesse contexto de distinções, a compreensão de cidadania como sendo uma “estratégia política”, tal como proposto pela cientista política Evelina Dagnino – que enfatiza a dimensão cultural, o caráter histórico, e a ausência de uma única e permanente definição do conceito de cidadania – possibilita entender que a definição de cidadania deverá ser conquistada por

“conflitos reais, tais como vividos pela sociedade num determinado momento histórico” (DAGNINO, 1994, p. 105). Retirada da perspectiva fatalista que naturaliza e engessa a sua concepção (FREIRE, 1967), a cidadania insere-se na dinâmica que é própria da dimensão histórica, podendo ser continuamente definida e redefinida.

Ainda que a cidadania não esteja assegurada naturalmente na cidade, Arroyo (1997) destaca que é no ambiente urbano que a luta pela sua efetivação deverá ser travada, sendo que esse embate influenciará também a compreensão de espaço público. No contexto em que “as propriedades imobiliárias e fundiárias sempre estiveram relacionadas à formação do sujeito ocidental, branco, masculino, colonizador, capitalista” (BUTLER; ATHANASIOU, 2013, p. 13, tradução da autora) – condicionando a cidadania – Mitchell (1995) irá destacar que a definição de espaço público – assim como a própria concepção de “público” – deve vir dos embates materializados na cidade, sendo produzida, dialeticamente, em relação às noções de propriedade e de esfera privadas. Para o educador espanhol Miguel Arroyo (1997), os embates e as mobilizações urbanas para transformar interesses e valores privados em valores coletivos vão tornando mais explícitas as relações entre cidade e cidadania, de modo que, como analisou Holston (2008), uma “nova cidadania urbana” pode surgir, impulsionada pelas desigualdades socioespaciais. Nesse bojo, Arroyo compreende as ações de contestação e afirmação da cidadania tanto como práticas educadoras, quanto como luta por direitos: se a “dinâmica urbana como um todo é educativa ou deseducativa, forma novos padrões de conduta, civiliza ou embrutece”, a cultura do público – ou ainda, a política de cidadania – envolve o direito do cidadão à própria cidade (ARROYO, 1997, p. 25).

Criada por Lefebvre, em 1968, a concepção de direito à cidade surgiu vinculada à possibilidade de acesso a uma vida urbana renovada: distintamente da conformação de cidade enquanto produto, assentada no valor de troca. Esse direito estaria relacionado à reconstituição da cidade como obra coletiva (ou ainda, na sua dimensão de festa), na possibilidade do encontro e de relações interpessoais que fomentam vida social ativa e restabelecem o valor de uso na cidade (LEFEBVRE, 2008a). É nesse contexto onde as práticas sociais coincidem com a produção coletiva do espaço urbano – influenciando subjetividades e relações coletivas –, que Harvey (2014) irá assentar a sua concepção de direito à cidade (referenciando-se no conceito de Lefebvre), segundo o qual,

[...] a questão do tipo de cidade que queremos não pode ser separada da questão do tipo de pessoas que queremos ser, que tipos de relações sociais buscamos, que relações com a natureza nos satisfazem mais, que estilo de vida desejamos levar, quais são nossos valores estéticos. O direito à cidade é, portanto, muito mais do que um direito de acesso individual ou grupal aos recursos que a cidade incorpora: é um direito de mudar e reinventar a cidade mais de acordo com nossos mais profundos desejos (HARVEY, 2014, p. 28).

Salientando que “o direito à cidade é um significante vazio”, cujo significado será conferido por meio de disputas – assim como as concepções de cidadania e de público –, Harvey justifica a necessidade de ações coletivas reivindicatórias, pela própria fluidez desse conceito, que demandaria o uso da força para a decisão sobre o “direito que quem?” (HARVEY, 2014, p. 24). Por implicar na possibilidade de se intervir na feitura das cidades, indo na contramão das determinações hegemônicas, as mobilizações coletivas para que esse direito se efetive e para que sejam consideradas as demandas dos diversos cidadãos passam a ser essenciais.

Mesmo reconhecendo que “a classe dominante mantém sua hegemonia por todos os meios, aí incluindo o saber” e que, no contexto da cidade, o poder é exercido por meio de estratégias espaciais – que instrumentalizam o espaço –, Lefebvre irá destacar que “mesmo com um espaço muito bem definido, o espaço do capitalismo não se vê livre de contradições”, de modo que o conhecimento crítico pode surgir a partir do conflito e/ou do não reconhecimento desse poder (LEFEBVRE, 1991, p. 11, tradução da autora). Na medida em que o espaço abstrato (o do plano) restringe as possibilidades do espaço vivido, em nome de homogeneidade, consenso e segurança, ele produz suas próprias contradições, de modo que, “entre a segurança aparente e a violência que ameaça sem cessar explodir” (LEFEBVRE, 1991, p. 6, tradução da autora), em muitos momentos, a violência explodirá.

As análises feitas por Mitchell (1995) dos episódios que envolveram o chamado “Parque do Povo”, na cidade de Berkeley (Califórnia), desde os anos 1967-1969, exemplificam as lutas pelo direito à cidade que se dão nos espaços públicos contemporâneos. Segundo Mitchell, o terreno do parque pertencia à Universidade de Berkeley que, a pretexto de construir dormitórios estudantis (que nunca foram edificadas), demoliu casas que ali existiam (1967), deixando, porém, o terreno vazio para estacionamento de veículos. Diante disso, os embates pelo espaço começaram em 1969, quando estudantes, ativistas comunitários e comerciantes locais passaram

a reivindicar o terreno para a criação de um parque que seria autogerido. Como a reação da universidade foi o cercamento da área, manifestações de protestos tomaram a cidade de Berkeley e foram crescendo, ganhando adesão dos moradores, sobretudo, diante da repercussão dos violentos confrontos entre manifestantes e a polícia. Tendo resistido ao poder das agências governamentais, da polícia e das instâncias corporativas empenhadas em controlar a estrutura da cidade, os ativistas saíram vitoriosos, conseguindo fundar o chamado “Parque do Povo”. De acordo com Mitchell, essa implementação representou um “símbolo importante de poder político” para os manifestantes, que

conseguiram manter o parque conforme originalmente imaginado: como refúgio para pessoas expulsas pela sociedade dominante, como um lugar de ativismo político e como uma fortaleza simbólica nas lutas contínuas entre planejadores e universidade e os residentes da cidade (MITCHELL, 1995, p. 3, tradução da autora).

Em 1989, com um discurso de que o parque estava tomado por moradores de rua e traficantes de drogas, a universidade propôs um plano de intervenção que, dessa vez, teve mais sucesso. A proposta consistiu na ocupação de parte da área do parque com atividades de recreação para os alunos da universidade, deixando o restante do parque para a população – mas, para a “legítima população”, como bem pontuou a instituição. Como observou Mitchell (1995), a remoção de atividades consideradas inadequadas – e que supostamente haviam afastado os estudantes da classe média, deixando o parque deteriorado – resultou em nova indignação por parte dos fundadores do parque, que denunciaram a tentativa de higienização do espaço, tal como já estaria ocorrendo em outras áreas do entorno – gerando a substituição dos antigos comerciantes por serviços caros e sofisticados e ocasionando o declínio da área. Defendendo que o Parque do Povo funcionava como deve funcionar um espaço público – um lugar para todas as pessoas, incluindo os moradores de rua –, mais uma vez os ativistas uniram-se para defender o caráter democrático do espaço, visto que as intervenções realizadas pela universidade atingiram não apenas os desabrigados, mas também as práticas coletivas que ocorriam no parque: no lugar da área de palco e do gramado que era utilizado pelas pessoas, foram instaladas quadras de vôlei da universidade. Depois de novos embates (1991) entre os resistentes e a polícia – que utilizou balas de borracha, promoveu espancamentos de manifestantes, e que recebeu como resposta o

lançamento de pedras e garrafas –, o Parque do Povo foi finalmente fechado, por estar sendo alvo de novas invasões, segundo o discurso da universidade (MITCHELL, 1995).

Mitchell (1995) destacou que as lutas em torno desse espaço giraram em torno de duas concepções de espaço público: uma, que compreendia o espaço público como lugar de interação política, devendo se caracterizar pela interação de todos e sem as restrições impostas pelas instituições do poder; e outra, que via o espaço público como lugar de recreação controlada, onde a necessidade de segurança, planejamento e ordem implicaria na presença de frequentadores “apropriados e legítimos” (*Ibidem*). A trajetória dos embates ligados ao Parque do Povo evidencia, portanto, o significado mutável e transitório do direito à cidade, cuja definição vai se alternando de acordo com as lutas/conquistas de poder materializadas no espaço público.

Quando avança o caráter humano das formas de produção da existência e de gestão do público, consolida-se "uma nova cultura urbana, educadora do direito à cidade" (ARROYO, 1997, p. 25), de modo que a práxis social, enquanto luta por essas conquistas, coincide com a reivindicação do direito à cidade. Tendo em vista que, como destacou Gonçalves *et al.* (2019), “em uma sociedade desigual, o acesso aos recursos urbanos também é injusto, variando de acordo com o poder econômico, a raça, a faixa etária, o gênero”³², Lefebvre (1991) destaca que o resgate do valor de uso do espaço deverá ser promovido por ações da classe operária – aqui relacionada aos oprimidos freirianos –, por ser a classe diretamente afetada pelas contradições socioespaciais. Nessa perspectiva, ainda que as práticas reivindicatórias do direito à cidade não estejam explicitamente voltadas para a destituição do sistema capitalista – estando mais alinhadas às demandas concretas da vida cotidiana – Harvey (2014) compreende as lutas pelo direito à cidade como parte do processo de derrubada do capitalismo, o que as coloca no meio do caminho da destruição desse sistema – e também alinhadas com a perspectiva pedagógica freiriana quanto à criação de uma sociedade transformada.

Nesse contexto, Harvey irá apontar as práticas reivindicatórias do direito à cidade como consequência das restrições e contradições da cidade tecnocrática,

³² Disponível em: <https://proceedings.science/arquisur-2019/papers/a-luta-pela-democratizacao-dos-espacos-da-cidade--sobre-direito-a-cidade-e-genero-?lang=pt-br> Acesso em: 04 out. 2021.

mas, também, como possibilidade de superação desse estado de coisas. Segundo ele,

o direito à cidade é uma queixa e uma exigência. A queixa é uma resposta à dor existencial de uma crise devastadora da vida cotidiana na cidade. A exigência é, na verdade, uma ordem para encarar a crise nos olhos **e criar uma vida urbana alternativa que seja menos alienada, mais significativa e divertida**, porém, como sempre em Lefebvre, conflitante e dialética, aberta ao futuro, aos embates (tanto temíveis como prazerosos), e à eterna busca de uma novidade incognoscível (HARVEY, 2014, p. 11, grifo da autora).

Para Lefebvre (2014), quando o cotidiano é experimentado criticamente, ele se torna o lugar onde é possível criar resistência e superar o apaziguamento e a apatia provocados pela cidade tecnocrática. Também para Arroyo (1997), uma vez que “é no cotidiano que ocorrem os processos socializadores de construção do conhecimento, da cultura, das identidades (...)”, a própria experiência urbana seria capaz de abrir outras possibilidades de relações, de sociabilidade, de confrontos das visões de mundo, podendo conformar subjetividades mais alinhadas com as práticas de direitos humanos (ARROYO, 1997, p. 34). Considerando que, quando avança o caráter humano das formas de produção da existência e de gestão do público, consolida-se “uma nova cultura urbana, educadora do direito à cidade” (*Ibidem*, p. 25), a práxis social, enquanto luta por essas conquistas, coincide com a reivindicação do direito à cidade. Pelo exposto, é possível compreender as manifestações coletivas que buscam democratizar os espaços públicos urbanos, resgatando a dimensão política e o valor de uso lefebvriano, tanto como reivindicadoras do direito à cidade quanto como práticas educadoras.

Relacionando educação e experiência urbana, a pedagoga argentina Silvia Alderoqui defende que a dimensão de “agente de educação informal” da cidade implica em compreendê-la “como um transmissor de informação e cultura, denso, mutável e diversificado”, cuja materialidade dos espaços possibilita o encontro “com diferentes classes de pessoas, homens e mulheres, crianças e idosos, ricos e pobres, trabalhadores e desempregados, e assim por diante” (ALDEROQUI, 2003, p. 165, tradução da autora). Alderoqui (2003) salienta, porém, que o conhecimento obtido pela experiência urbana pode se restringir a um saber superficial – limitando-se aos usos, normas, circulações – mas também pode ir além, a partir de estímulos, reflexões e abertura de novas possibilidades, que transformariam o “conhecimento

ingênuo” em “conhecimento enriquecedor” (*Ibidem*). Nesse contexto, Alderoqui (2003) compreende uma experiência urbana transformadora como

uma prática ampla de cidade, uma apropriação ininterrupta e autônoma, no sentido de experiências diretas, seguras e socialmente integradas, nas quais o prazer gerado pela independência e pela autonomia se integra com a curiosidade, a surpresa, a admiração e também a preocupação e percepção de um controle difuso que limita, mas que também traz segurança (*Ibidem*, p. 166, tradução da autora).

Entre os elementos que a autora destaca nas experiências urbanas, como sendo potencialmente educadores, podem ser ressaltados: a percepção e a consciência histórica; as experiências de convivência diversificada como ampliação do processo de socialização, para além das relações familiares (o que contribui para a formação de personalidades autônomas e conscientes); o desvelamento de limites e fronteiras urbanas, além dos quais é possível descobrir outras realidades; a percepção do controle social existente e a possibilidade de se experimentar a subversão das normas de comportamento. Também na concepção dessa autora, o local onde seria mais possível vivenciar tais experiências é o espaço público urbano, uma vez que nele se “concretizam e condensam as trocas com outras pessoas” e também se manifestam as crises da cidade (ALDEROQUI, 2003, p. 167). As concepções de Certeau (1998) acerca da prática urbana ajudam a compreender a distinção feita por Alderoqui (2003) entre saber artificial e conhecimento enriquecedor. O autor faz uma contraposição entre a “cidade visual” – característica do urbanismo – e a cidade traçada pela experiência urbana, sendo as práticas espaciais “estranhas ao ‘espaço geométrico’ ou ‘geográfico’ das construções visuais, panópticas ou teóricas”, as que seriam capazes de gerar/desvelar outras espacialidades na cidade planejada e visível (DE CERTEAU, 1998, p. 172). Em perspectiva semelhante – e se baseando nas concepções de Certeau –, Jacques (2010, p. 111) discorre sobre as “diferentes maneiras de utilizar [os espaços], de consumir, presentes nos usos e ações cotidianas”, ressaltando, que, por vezes, elas envolvem “maneiras criativas, quase invisíveis, de utilizar ou desviar aquilo que foi imposto em cada ocasião”. Uma vez que a vida cotidiana dos habitantes é capaz de criar, modificar, transformar, estabelecendo “outros usos e possibilidades de apropriação pelos próprios praticantes” (*Ibidem*, p. 112), a prática espacial seria uma forma de reinventar ou recriar a cidade, motivo pelo qual a autora destaca a

importância de se devolver a cidade aos seus praticantes ordinários, reestabelecendo a vitalidade popular dos espaços.

Os praticantes ordinários das cidades atualizam os projetos urbanos e o próprio urbanismo, através da prática, uso ou experiência cotidiana dos espaços urbanos e, assim, os reinventam, subvertem ou profanam. São as apropriações, escapes e improvisações dos espaços que legitimam ou não aquilo que foi projetado (...) São sobretudo os usos, as táticas e as ações que importam nesse processo de reinvenção, as apropriações feitas a posteriori, com seus desvios, atalhos e astúcias (JACQUES, 2010, p. 113).

Enquanto acontecimentos no espaço, as práticas urbanas desviantes envolvem a criação de novos arranjos, novos modos de se agrupar para contestar/subverter os arranjos impostos. Sendo uma reação ao controle, essas ações, lutas e conflitos urbanos configuram uma experiência do corpo que contesta a imposição de condutas, instaurando condutas alternativas. Destacando o empobrecimento das experiências corporais e a negação dos conflitos, como característicos dos espaços públicos urbanos contemporâneos, que vão sendo conformados como espaços pacificados, Jacques vê nas práticas desviantes a possibilidade de se restituir o caráter político dos espaços públicos e também de se resgatarem sensibilidades e corporalidades que foram homogeneizadas na cidade tecnocrática.

Nesse contexto, onde Butler e Athanasiou (2013, p. 16, tradução da autora) apontam que “quando ocorrem atos de resistência no local de controle, quando os corpos aparecem e se movimentam de formas não permitidas”, a própria exposição corporal pode ser uma forma de resistência, Mitchell (1997) destaca a importância das manifestações urbanas insurgentes, por fazerem com que os grupos sociais envolvidos também se tornem públicos. Também para Holston (2013), a publicitação dos movimentos sociais – e dos argumentos que envolvem o direito à cidade –, corporifica a luta de excluídos, marginalizados (dos oprimidos freirianos), que impõem a sua presença no espaço público urbano. A partir dessa visibilidade, as ações coletivas urbanas desnaturalizam os contextos socioespaciais – desconstroem a concepção de espaço público pacífico, transferem "os problemas da cidade, suas causas e seu equacionamento para outra lógica: a lógica dos direitos, da igualdade, da diversidade, da inclusão social e cultural, da democracia" – expondo-os ao debate público e gerando importantes transformações (ARROYO,

1997, p. 34). O caráter pedagógico dessas manifestações foi ressaltado por Arroyo (1997).

A dinâmica urbana, as mudanças demográficas, econômicas e políticas (a eleição democrática de governos populares), as formas de ocupação do espaço e sobretudo os fenômenos de protesto social, a mobilização cultural agem como formadores de novos valores, percepções, nova consciência cívica. Educam os cidadãos e a própria cidade. Educam os dirigentes, invertendo as prioridades políticas e o próprio estilo de governar (*Ibidem*, p. 24).

Ao exporem as contradições urbanas ao debate público, as práticas insurgentes podem ser vistas como um espelho, onde a sociedade tem que se enxergar e lidar com seus conflitos, o que abre possibilidades para a conscientização, que é apontada por Freire (2018) como condição para se alcançar uma sociedade transformada. E uma vez que os conflitos mostram-se necessários para impulsionar modificações socioespaciais, as ações urbanas insurgentes podem ser compreendidas como práticas de educação urbana.

Este capítulo discutiu os principais conceitos e temas (espaço público, cidadania, educação, direito à cidade, práticas espaciais subversivas) que orientam as análises empíricas feitas nesta tese (capítulos 5 e 6). Ressaltando a importância do espaço público para a efetivação e a ampliação da cidadania, o capítulo relaciona a conformação desses espaços e as experiências espaciais nele praticadas, com a formação de subjetividades, que podem constituir tanto sujeitos críticos e autônomos quanto indivíduos subservientes. Com isto em mente, o exame de situações que têm relacionado educação e cidade evidenciou que, se, por um lado, a desigualdade social que tem se materializado nas cidades (sobretudo, a partir da redução do espaço público) tem contribuído para a formação de indivíduos apáticos – com corpos domesticados e comportamentos programados –, funcionando como uma pedagogia de adequação ao contexto hegemônico opressor (promovendo uma deseducação urbana); por outro lado, as reações a esse estado de coisas, feitas por manifestações coletivas que subvertem as restrições espaciais impostas e reivindicam outras possíveis cidades, constituem-se como uma pedagogia contra-hegemônica, comprometida com a conscientização, a reflexão, o questionamento e a transformação. Diante desse paradoxo e embasada na pedagogia freiriana, a compreensão que se tem nesta tese é de que as práticas espaciais subversivas –

que abrem possibilidades para novas e mais democráticas relações socioespaciais – são as que constituem práticas de educação urbana.

3 ESPAÇOS PÚBLICOS EM BELO HORIZONTE

Utilizando, majoritariamente, fontes secundárias, este capítulo discute a produção de espaços públicos na cidade de Belo Horizonte, ressaltando que as características de controle e segregação espacial, presentes nos dias de hoje, fazem parte da cidade desde a sua fundação. Considerando o contexto político e econômico (brasileiro e global), as discussões apontam como Belo Horizonte tem sido conformada a partir da adoção de modelos de cidade que negligenciam as desigualdades existentes, gerando segregação socioespacial (ROBINSON, 2002; GONÇALVES, 2003; CALDEIRA, 2010). A criminalização da pobreza, que orientou a conformação urbana no século XIX (CHOAY, 1980; HALL, 2014; SCOBAY, 2002), continua legitimando ações que visam “educar os incivilizados”, por meio de controle dos comportamentos nos espaços públicos (por planejamento urbano, arquitetura hostil, legislações, repressão direta, imprensa conivente) e da exclusão dos indivíduos supostamente inadequados aos padrões de uso e frequência definidos (por grupos privilegiados) para a cidade (CALDEIRA, 2000; SILVA, 2009). Configurando um contexto de deseducação urbana (tal como discutido no capítulo anterior), os espaços públicos de Belo Horizonte têm geralmente se conformado como ambientes apolíticos, segregados, condizentes com uma imagem de cidade que estaria isenta de conflitos – adequada, portanto, à esfera dos negócios (ARANTES, 2000; HARVEY, 2014). Por outro lado, as reflexões também evidenciam que as reações à cidade excludente têm acompanhado toda a história de Belo Horizonte. A partir da adoção de uma mentalidade neoliberal (DARDOT; LAVAL, 2016; AVRITZER, 2002), as disputas nos espaços públicos têm ficado mais acirradas (HOLSTON, 2013; HARVEY, 2014), de modo que as tentativas de esvaziamento dos espaços públicos e de transformação da cidade em mercadoria não têm sido recebidas sem que haja ações de resistência. Sendo práticas de educação urbana, essas ações fissuram a rigidez da cidade tecnocrática e abrem possibilidades para cidades alternativas.

3.1 Ordem e disciplina *versus* miséria e caos urbano

A compreensão de que os problemas espaciais das cidades relacionam-se com uma deficiência moral dos seus habitantes caracterizou o pensamento urbanístico do século XIX, tendo sido moldada no contexto de expansão das cidades industriais, cujo aumento populacional e a ocupação urbana sem precedentes – fruto do desenvolvimento tecnológico e das inovações no campo produtivo – geraram centros urbanos bastante caóticos.

Ao analisarem cidades europeias e americanas do século XIX, Hall (2014) e Wilson (1991) explicitaram as desigualdades sociais ali presentes, responsáveis por manter a classe trabalhadora urbana em situação de miséria, insalubridade e exploração. No caso de Londres – o maior centro urbano da Europa, com cerca de 5,6 milhões de habitantes, em 1890 –, a superlotação, aliada a “um sistema de governo local incompetente e amiúde corrupto, inepto no manejo dos pobres” (HALL, 2014, p. 25, tradução da autora), evidenciou que as promessas do progresso da industrialização, quanto às melhores condições de vida, não se concretizaram. Eram cada vez mais frequentes os levantes dos trabalhadores que reivindicavam melhores condições de moradia e trabalho, mas que eram recebidos com violenta repressão “dos guardiões da paz pública”. O avanço da miséria anunciava “um espírito de mudança catalítica e mesmo violenta” no contexto da cidade, o que gerava uma atmosfera de terror para a classe média e para os meios governamentais que se viam ameaçados com a possibilidade da “classe trabalhadora se sublevar” (*Ibidem*, p. 29-30, tradução da autora). Com isso, foi sendo formado um consenso quanto ao comportamento imoral, perigoso e grosseiro dos pobres trabalhadores urbanos.

Inspirado pelo modelo de produção social do espaço de Lefebvre (1991), o historiador estado-unidense David Scobey (2002) analisou a construção e o crescimento da cidade de Manhattan, ocorridos no século XIX, destacando as relações que eram estabelecidas (por ilustradores dos jornais e revistas da época e pelos nova-iorquinos burgueses) entre a desordem espacial de uma cidade em expansão caótica e questões de ordem moral. Em um ambiente urbano onde a desigualdade de classe podia ser vista em todo lado, a presença das crianças de rua, o trânsito de cavalos indisciplinados, a mistura de pessoas nos transportes coletivos urbanos e, principalmente, a classe trabalhadora eram vistos como “um

perigo moral, de classe e sexual, uma ameaça à ordem civilizadora” (SCOBNEY, 2002, p. 147, tradução da autora). Além de ser considerada prejudicial ao desenvolvimento de uma cidade segura e saudável, a miséria também era uma forma de “criminalizar” os mais pobres, que eram vistos como negligentes quanto às regras sanitárias. Em função disso, Nova Iorque era considerada uma “esfera pública em que a civilidade poderia se dissolver em um instante” (*Ibidem*, p. 148, tradução da autora), tanto pela heterogeneidade dos espaços públicos quanto pela proximidade das moradias precárias que abrigavam os trabalhadores, mesmo sendo ocultadas por altos muros.

A paisagem da classe trabalhadora representava uma espécie de antimetrópole, uma inversão dos ideais civilizados da virtude pública e doméstica. As representações sobre desordem espacial projetavam, assim, um mapa complexo da desordem de classe dividido, um lugar onde o “lado inferior” era distante demais para ser supervisionado, mas próximo demais para conforto. [...] Essa combinação de fronteiras e ausência de fronteiras evocou uma ansiedade aguda entre urbanistas, jornalistas e reformadores, que temiam a presença de “uma vasta explosiva e perigosa massa de seres humanos pobres e ignorantes”, afastados da supervisão dos seus superiores, mas (como resultado) capazes de avassalar as instituições e os espaços comuns de Nova Iorque (*Ibidem*, tradução da autora)³³.

Uma separação feita por muros que camuflavam casebres e cortiços foi dando origem a duas cidades (baixa e alta), onde se dividiam os nova-iorquinos burgueses e os trabalhadores mais pobres. Assim como ocorria em Londres (HALL, 2014), também em Nova Iorque eram inevitáveis greves, incêndios e revoltas, em que trabalhadores e desempregados protestavam contra a escassez e também contra as degeneradas condições de trabalho. Tais “invasões” no espaço público, dividido e setorizado em classe, reforçavam, ainda mais, a imagem da classe trabalhadora como desordeira e perigosa (SCOBNEY, 2002).

Naquele momento, a intenção era construir a imagem de Nova Iorque como sendo “centro nacional de uma civilização capitalista” (SCOBNEY, 2002, p. 217, tradução da autora), o que exigia “um ambiente externo estável” (*Ibidem.*, p. 154, tradução da autora). Por um lado, os economistas enfatizaram “o papel de regimes político-legais, instituições de tal disciplina e normas morais apropriadas para garantir a estabilidade capitalista”, fazendo com que as legislações passassem a regular a expansão da cidade, restringindo usos e ocupações indesejados (*Ibidem*).

³³ As análises dos espaços públicos da cidade de Nova Iorque (SCOBNEY, 2014) serão importantes para se ter uma melhor compreensão da mentalidade utilizada para conformar a espacialidade de Belo Horizonte.

Na outra vertente, havia também a concepção de que os aspectos construtivos também deveriam auxiliar na produção de uma “harmonia urbana”. A importância de um ambiente construído estável para o desenvolvimento do capitalismo mobilizou diversos atores (construtores, planejadores, poder público, mercado imobiliário) na (re)criação da paisagem urbana da cidade.

Este era o contexto em que o pensamento científico positivista se expandia – assumindo um papel ideológico –, que a cidade ia sendo vista como um “espaço doente”, necessitada de especialistas para promoverem sua “cura”, por meio dos procedimentos da ciência (CHOAY, 1980). Buscando na racionalidade científica os parâmetros para a sua atuação, os planejadores urbanos do século XIX adotaram como seu fundamento um “conjunto de conhecimentos e de princípios imutáveis e regras fixas que permitiam organizar cientificamente as construções dos homens” (CHOAY, 1980, p. 267)³⁴.

Um dos mais significativos exemplos de aplicação dessa racionalidade nas concepções espaciais é a conhecida urbanização de Paris, empreendida pelo prefeito Haussmann, no século XIX, e que consistiu na destruição da “cidade antiga” para dar lugar ao novo planejamento (tabula rasa). A nova estrutura urbana foi composta por grandes vias retilíneas, largas, arborizadas e iluminadas – que facilitavam o acesso das tropas para reprimir revoltas populares –, além de mobiliários urbanos disciplinados e construções com plantas padronizadas, fachadas regularizadas. Esse novo padrão de ordenamento espacial, que não apenas auxiliava no controle social, mas que se mostrava mais adequado ao “centro administrativo de uma economia capitalista em expansão” (FRAMPTON, 2003, p. 17), passou a ser utilizado não apenas na organização das cidades europeias existentes, mas também nas novas cidades que iam sendo conformadas. Nesse contexto, cidades da Europa, da América – e do Brasil – foram se desenvolvendo com características semelhantes, adotando um rigor racional tido como eficaz na formação de cidades modernas, saudáveis e civilizadas.

³⁴ Em 1867, o engenheiro espanhol Ildefonso Cerdà escreveu a “Teoria Geral de Urbanização”, na qual criou o termo “urbanização”, diretamente vinculado à racionalização do espaço construído, por meio de procedimentos trazidos da ciência (CHOAY, 1980).

3.2 Belo e controlado horizonte

Ao discorrer sobre os modelos de planejamento urbano adotados na cidade de Belo Horizonte, Gonçalves (2003, p. 1) ressalta que, desde o século XIX até os dias de hoje, tem ocorrido a importação de algum modelo “ideal pré-estabelecido, a cujas regras o projeto urbanístico e/ou governamental tem procurado submeter, forçosamente, a realidade”. Diante dessa tendência de replicação de modelos, não é de se espantar que características urbanísticas explicitadas por Scobey (2002), nas análises de Nova Iorque, também possam a ser identificadas na conformação urbana da capital mineira. Alinhada com a mentalidade do século XIX, a cidade foi concebida a partir de um plano racionalista e higienizador que procurou moldar o comportamento dos habitantes, desde a sua implantação. Se, nos primórdios do desenvolvimento da cidade, a busca por controle do espaço social contou tanto com a criação de “um espaço uniforme, homogêneo, controlável para prevenir os movimentos sociais” (MATOS, 1995, p. 75), quanto com legislações que definiam até o vestuário adequado para os passeios dos moradores (BELO HORIZONTE, 1925)³⁵; nos dias atuais, mecanismos de vigilância mais tecnológicos e sofisticados – tais como a distribuição de câmeras –, continuam promovendo a hierarquia social, domesticando corpos, padronizando comportamentos e associando a pobreza com a criminalidade.

Belo Horizonte foi inaugurada em 1897, como capital do Estado de Minas Gerais, em substituição à cidade de Ouro Preto. Projetada por uma comissão construtora, chefiada pelo engenheiro Aarão Reis³⁶, a cidade foi planejada com base em um traçado racional – nos moldes das cidades positivistas – para uma população

³⁵ No Artigo 1º, do Decreto Municipal n.10, de 24 de junho de 1925, ficava estabelecido que “nos jardins publicos e praças ajardinadas, a cargo da Municipalidade, é prohibida a entrada de: a) Pessoa ébria, alienadas, descalças, indigentes e das que não tiverem descentemente trajadas, e bem assim das que levarem consigo cães e outros animaes em liberdade, e em volume excedente de 30 centimetros de largura por 40 centimetros de comprimento; [...]”.

³⁶ Nascido em Belém/PA, Aarão Reis (1853-1936) foi engenheiro civil, geógrafo, urbanista, professor e político. Com uma postura técnica, racionalista e progressista, atuou em obras do Ministério da Marinha (1886-1889); na Estrada de Ferro de Pernambuco (1889); na Secretaria de Estado da Agricultura, Indústria, Viação e Obras Públicas (1890); nas Estradas de Ferro D. Pedro II (1881-1885) e da Tijuca (1891); em projetos da Escola Naval (1887) e da Escola de Aprendizes de Marinheiros (1887), no Rio de Janeiro. Presidia a Comissão Geral de Melhoramentos do Maranhão (1891-1892), quando foi convidado por Afonso Pena – presidente do Estado de Minas Gerais – para ser o responsável pela maior iniciativa urbanística do século XIX no Brasil: a construção da nova capital do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa4987/aarao-reis> Acesso em: 30 out. 2020.

máxima de 200 mil habitantes (previsão para o século XXI) e para ser uma metrópole desenvolvida, monumental, símbolo da modernidade republicana.

O plano elaborado por Reis para a nova capital de Minas denota conhecimento e proximidade com relação ao plano de Washington, à reforma realizada por Georges-Eugène Haussmann (1809 - 1891) em Paris e, sobretudo, ao plano de La Plata, na Argentina, com o qual o projeto da capital mineira divide uma mesma concepção urbanística. Da experiência francesa, Reis [aproveita] principalmente a ideia dos extensos bulevares arborizados e a importância concedida aos parques e às praças ajardinadas; para isto a contribuição de seu colaborador, o 'arquiteto-paisagista' francês Paul Villon, deve ter sido de grande valia. Com La Plata, o plano de Belo Horizonte [tem] muito em comum: o sistema de quadrículas cortado por vias diagonais e 'fechado' por um bulevar circular, a importância das áreas verdes, os quarteirões com 120 metros de lado (GOMES, 1999, p. 121).

A eliminação do povoado, há mais de um século existente, foi coerente com o pensamento cientificista que adotava a *tabula rasa* nos locais em que instaurava um novo ordenamento (BARRETO, 1995). A apresentação da planta da capital, contida no relatório final de Aarão Reis (Figura 04), evidencia características racionais, segregadoras e higienistas que orientaram o projeto da cidade.

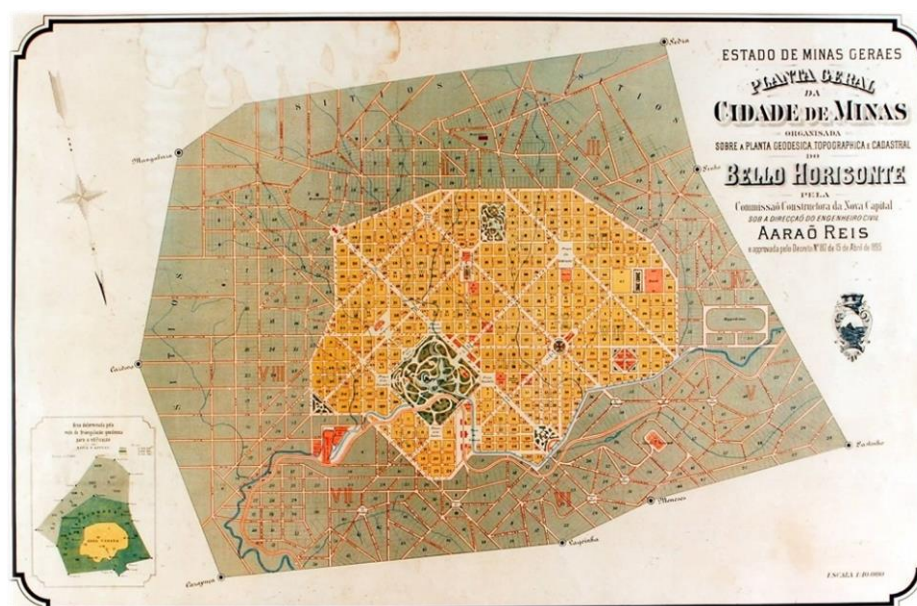
Foi organizada a planta geral da futura cidade dispondo-se na parte central, no local do actual arraial, a área urbana de 8.815.382m, dividida em quarteirões de 120 m X 120 m pelas ruas, largas e bem orientadas, que se cruzam em ângulos rectos, e por algumas avenidas que cortam em ângulos de 45°. Às ruas fiz dar a largura de 20 metros, necessária para a conveniente arborização, a livre circulação dos veículos, o tráfego dos carros e os trabalhos da colocação e reparos das canalizações subterrâneas. Às avenidas fixei largura de 35 m, suficiente para dar-lhes a beleza e o conforto que deverão, de futuro proporcionar à população. Apenas a uma das avenidas - que corta a zona urbana de norte a sul, e é destinada à ligação dos bairros opostos - dei a largura de 50 m, para constituí-la em centro obrigado da cidade e, assim, forçar a população, quando possível, a ir-se desenvolvendo do centro para a periferia, como convém à economia municipal, à manutenção da hygiene sanitária, e ao prosseguimento regular dos trabalhos técnicos. Essa zona urbana é delimitada e separada da suburbana por uma avenida de contorno, que facilitará a conveniente distribuição dos impostos locais, e que, de futuro, será uma das mais apreciadas bellezas da cidade (COMISSÃO CONSTRUCTORA DA NOVA CAPITAL, 1895, p. 59).³⁷

A criação de três zonas – urbana, suburbana e rural – já prenunciava uma segregação que se manteria ao longo da história da cidade. Embora o engenheiro tenha intencionado que o desenvolvimento da capital ocorresse a partir do centro em

³⁷ Disponível em http://memoria.bn.br/pdf/339997/per339997_1895_00002.pdf Acesso em: 02 novembro 2021.

direção à periferia, ao desconsiderar a população existente e investir de modo diferenciado na implantação da zona urbana (infraestrutura, serviços), o planejamento resultou na valorização dos terrenos localizados na área central e na expulsão dos antigos moradores para áreas mais periféricas (zonas suburbana e rural).

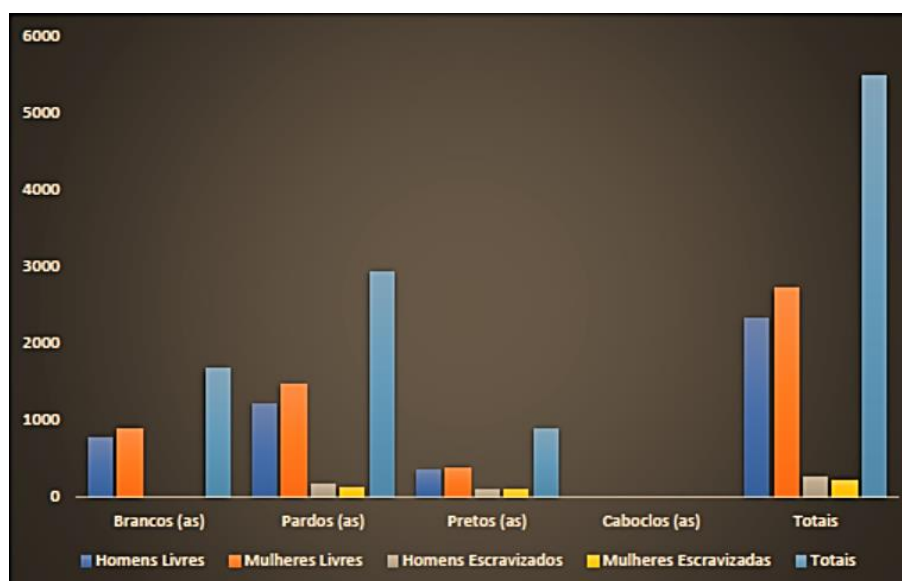
Figura 04 – Planta da cidade de Belo Horizonte



Fonte: Acervo do Museu Histórico Abílio Barreto (MAHAB), 2020.

Os dados contidos no mapa de distribuição dos habitantes (por sexo e raça) do antigo arraial Curral Del Rey, em 1872³⁸ (Gráfico 01), apontam a existência de uma população de 5.524 habitantes, composta por 2690 homens e 2834 mulheres, sendo 3890 pessoas pretas/pardas e 1634 pessoas brancas. Com isso, é possível inferir que a parcela da população mais atingida pelo processo de “expulsão” de terras/casas para a implantação da nova capital tenha sido a de pessoas pretas/pardas e do sexo feminino (PEREIRA, 2019). Não por acaso, estes continuam sendo os grupos mais discriminados pelos processos de segregação espacial na cidade de Belo Horizonte.

³⁸ Naquele momento, o antigo arraial integrava o distrito de Sabará e era denominado “Freguesia de Nossa Senhora da Boa Viagem do Curral Del Rey”.

Gráfico 01 – População do antigo Curral Del Rey em 1872

Fonte: Pereira (2019, p. 51).

Embora tenham recebido facilidades e incentivos para se estabelecerem na nova capital – ocupando as áreas nobres da cidade –, a transferência dos representantes da elite ouropretana não ocorreu de imediato. Segundo dados do recenseamento de 1912, naquele mesmo ano, a maior parte da população de Belo Horizonte já morava fora da área urbana. Com uma população total de 38.822 habitantes, apenas 12.033 (32%) encontravam-se na área mais desenvolvida da cidade – zona urbana. Com 14.842 habitantes (38%), a zona suburbana era a região mais ocupada e a área rural contava com os outros 11.947 habitantes (30%) (MINAS GERAIS, 1912). Assim, com a zona urbana pouco ocupada e as demais áreas abrigando novos e antigos moradores, o crescimento da cidade teve um movimento contrário ao desejado por Aarão Reis: ocorreu das periferias em direção ao centro.

O caráter excludente do plano criado por Reis foi analisado por Le Vem (1977), que apontou na construção das vias da capital a intenção de isolamento dos indivíduos e classes. Se, por um lado, as características das vias dificultavam o encontro, privilegiando a circulação (de pessoas, de mercadorias, de veículos); por outro lado, a criação da avenida em volta da zona urbana – hoje, Avenida do Contorno –, somada à ausência de vias que permitissem a união entre zonas urbana e suburbana, deixavam clara a intenção de separar a parte monumental da cidade daquela que era vista como perigosa e insalubre (LE VEN, 1977).

Como já foi mencionado, semelhantemente a Nova Iorque, o controle dos comportamentos contou com a configuração espacial, com a legislação que ia sendo criada e com os meios de comunicação de massa que ecoavam discursos de criminalização da pobreza. Havia também a difusão dos propósitos progressistas do poder público para a cidade, que ajudava a justificar as ações restritivas para uma população que ia aceitando e desejando mais controle e segregação. Com uma setorização predefinida, tanto para as pessoas quanto para as construções – segundo uso e função –, tudo devia ocupar exatamente o lugar destinado, de modo que qualquer desvio era indício de caos urbano. Nesse viés, a segregação social foi sendo materializada em Belo Horizonte, com a criação de “lugares na capital que pareciam reservados exclusivamente para um tipo de atividade ou grupo social” e tornando evidente a intenção do planejamento de “congelar a capital em sua concepção de gabinete”, como apontou a historiadora Eliana Dutra (1996, p. 60).

A moderna e republicana capital mineira tentava combater as deficiências morais por meio do controle de “qualquer intervenção espontânea dos habitantes no espaço” – tais como “as manifestações da pluralidade e das contradições das relações humanas do território urbano” (DUTRA *et al.*, 1996, p. 60) – utilizando, para isso, a coibição preventiva e/ou a repressão direta da polícia. Dentro do contexto urbano discriminatório e hierárquico, a socióloga Daniela Passos (2013) ressaltou o papel do Estado no disciplinamento da massa de trabalhadores.

Além da derrubada das cafuas da área central, o governo também procurou disciplinar os homens despojados de bens, em sua maioria, os trabalhadores. Com as modificações sofridas nas relações de trabalho, no final do século XIX, com o fim da escravidão, as classes dominantes procuraram ajustar os operários assalariados a novos dispositivos de repressão: eram mecanismos mais sutis e disseminados por toda sociedade, como exemplo a adaptação dos mesmos aos serviços de higiene e a polícia. E o estado teve um papel fundamental neste assunto, pois mesmo havendo uma ausência de legislação trabalhista, tanto os modelos de salubridade quanto as ordens policiais, eram mecanismos disciplinadores da massa de trabalhadores urbanos. Essas estruturas estariam incumbidas de assegurar a ordem pública na cidade, o que representaria submeter os espaços de moradia, lazer e mesmo o trabalho das classes populares a expedientes normativos, aliados a uma vigilância e repressão sistemática (PASSOS, 2013, p. 18).

As análises feitas por Marina Silva (2009) sobre o policiamento de Belo Horizonte, entre 1897 e 1910, apontam a presença constante do aparato policial nas ruas da capital, com o objetivo de “controlar e normatizar a circulação de pessoas e

veículos, a frequência a determinados ambientes, a forma de apropriação dos prédios públicos” (SILVA, 2009, p. 60). Para manter a ordem, sobretudo nos espaços públicos da zona urbana, os policiais eram instruídos a adotar “a máxima severidade em relação aos vagabundos e dessocupados, classe esta que mais consideravelmente contribuem para o aumento de cifras nas estatísticas criminaes” (APM *apud* SILVA, 2009, p. 64), ações que também deveriam se estender aos jogadores, aos bêbados e às prostitutas³⁹.

Em 1900, foi criado um regulamento destinado aos mendigos, contendo regras para se conseguir autorização do poder público para exercer a mendicância, assim como normas para praticá-la (dentro da moralidade e dos bons costumes). Uma vez adquirida a concessão, os mendigos deveriam usar uma placa visível, “que além de dados pessoais, designaria o local e dias exatos nos quais poderiam exercer a mendicância” (SILVA, 2009, p. 104). Por tudo isso, Silva destaca que a polícia

[...] era um aparelho de disciplina do Estado e atuava sobre os corpos na medida em que estava muito menos comprometida com a questão da criminalidade e muito mais envolvida com a questão da manutenção da ordem e controle social através do controle dos corpos. Ela agia para garantir a tranquilidade e a ordem pública, ou seja, prezava por um determinado modelo de se comportar na cidade, legitimava algumas práticas, no limite, legitimava modos de ver, ouvir, comer, sentir, se divertir (*Ibidem*, p. 79).

Ao discorrer sobre manifestações político-urbanas ocorridas em Belo Horizonte, Magalhães (2008) aponta resistências quanto às restrições de acesso à cidade e às más condições de trabalho, desde as primeiras décadas da capital. Se ajuntamentos de trabalhadores eram constantemente cerceados (nos bares e nos espaços públicos, em geral), os encontros foram possibilitados pelas próprias vilas operárias, onde viviam precariamente os trabalhadores. A junção de operários indignados gerou os primeiros sindicatos que passaram a reivindicar direitos, tendo promovido as primeiras greves trabalhistas no ano de 1912. Como as contestações eram inevitáveis, elas geravam mais repressão, agravando ainda mais o contexto de indignação e resultando em novos protestos.

³⁹ O futebol de rua, que começava a surgir como um jogo popular, era caso de polícia por ser “uma prática triplamente desordenada: **ressignificava os usos dos espaços públicos** – pensados a partir de uma racionalidade que pretendeu esquadrihar a cidade a fim de determinar usos e práticas específicos para cada espaço –, era um divertimento popular e ao mesmo tempo uma prática que se distanciava dos códigos do *ethos* esportivo do momento” (SILVA, 2009, p. 103, grifo da autora).

Desde a implantação da capital, os espaços voltados para o lazer foram priorizados para ao público seletivo da cidade. Como apontou Caldeira (2007), enquanto a zona urbana contava com 24 praças, 21 avenidas, 63 ruas e um parque urbano, a zona suburbana possuía um número superior de vias em relação aos espaços de encontro, apesar de ter uma população bem mais numerosa: eram 168 ruas, 3 avenidas e apenas 7 praças. Diferentemente das praças, que eram destinadas aos encontros do público civilizado, as ruas eram tratadas pelos planejadores como locais de desordem e perigo, devendo ser, portanto, apenas locais de passagem. Uma vez que eram criminalizadas as ações que podiam promover desvios da racionalidade do trabalho, quase sempre relacionadas ao divertimento e prazer (SILVA, 2009), os espaços destinados ao lazer também tinham a função de conduzir as experiências, civilizar hábitos e comportamentos, na contramão de uma educação urbana emancipatória.

Mas isso não se deu somente aqui. Relações entre o planejamento do lazer e a educação dos habitantes foram apontadas por Scobey (2002), na concepção do Central Park (Nova Iorque), cuja proposta envolvia a criação não apenas de um ambiente saudável destinado ao deleite da burguesia, mas também de um espaço capaz de educar os frequentadores, no sentido de promover comportamentos civilizados. Segundo Olmsted, arquiteto responsável pelo projeto, o parque deveria “assegurar uma antítese de objetos visuais àqueles das ruas e casas que pudesse agir como terapia, através de impressões na mente e de sugestões para a imaginação” (OLMSTED *apud* MACEDO; SAKATA, 2010, p. 7). Privilegiando uma ocupação passiva, baseada na contemplação, a proposta do Central Park contou com elementos arquitetônicos e paisagísticos que criavam perspectivas cênicas, remetendo à vida rural idealizada. Acreditava-se que o ambiente artificial pudesse garantir a “renovação de toda a comunidade cívica” por meio das experiências controladas de sociabilidade (SCOBEY, 2002, p. 237, tradução da autora). Mentalidade semelhante pode ser identificada no Parque Municipal Américo Renné Giannet (ou simplesmente Parque Municipal da cidade de Belo Horizonte). Previsto já no projeto da capital mineira para ser um dos espaços públicos mais importantes da zona urbana, ele foi configurado pela racionalidade geométrica e pela mistura de características dos jardins europeus (ingleses e franceses) para criar um ambiente de lazer idealizado (MACEDO; SAKATA, 2010). As alamedas amplas e sinuosas, os

lagos, os monumentos, as pérgolas e as esculturas convidavam os frequentadores a um lazer passivo que consistia em passear e contemplar uma natureza vultosa e comportada. A legislação também normalizava os modos de ser do público quando da ocupação desses espaços. A educação dos corpos nos momentos de lazer foi analisada por Simão (2020), a partir da legislação da época.

As ações no espaço público eram claramente limitadas pela lei: os usuários poderiam andar (em lugares determinados e não na grama) e sentar (somente nos bancos). As praças e os parques tinham função exclusivamente contemplativa, pois qualquer outro tipo de função (comércio, descanso e festa) era proibido: não era permitido pôr as mãos nos vegetais, deitar nos bancos e fazer algazarra. A apropriação do espaço público era ordenada e organizada, sendo os indivíduos meros corpos disciplinados e programados no lugar (SIMÃO, 2020, p. 103).

Destinados aos momentos de ócio da elite, praças e parques eram locais abertos a frequentadores quaisquer e apresentavam características, elementos arquitetônicos que facilitavam a exposição e a visibilidade de todos (vegetação controlada, ruas largas), permitindo um maior controle sobre os ocupantes do espaço. As descrições feitas por Cyro dos Anjos (1979) das experiências por ele vividas em Belo Horizonte, entre 1920-1930, revelam o controle e a segregação que ocorria na Praça da Liberdade, que era a praça “mais importante política e economicamente”, tendo sido “a única a ser implantada na inauguração” (MACIEL, 1998, p. 88).

Na alameda à direita de quem ia rumo ao Palácio, caminhavam rapazes e moças de família; na esquerda, que passava ao pé do coreto, criadas e soldados de polícia. Uma rua central, em meio a renques de palmeiras-imperiais, separava sociedade e plebe; democráticas as roseiras floriam indiscriminadamente do lado preto e do lado branco. (...) Depois da retreta, que acabava às nove da noite, as mulatas desciam para outro footing, o da Avenida, e dali iam para cinemas-poeira ou sumiam com os namorados pelo Parque (ANJOS, 1979, p. 238).

Juntamente com o Palácio da Liberdade – moradia oficial do representante do Estado –, a Praça da Liberdade simbolizava poder. A partir da descrição de Anjos (1979), constata-se que a própria concepção espacial da praça facilitava uma ocupação segregada.

Seguindo a mentalidade de disciplina do lazer, também as manifestações culturais, as festas religiosas e as populares tiveram que se adequar às regras predefinidas – mas não sem negociação, sem subversão e sem conflito. Ao se

debruçar sobre diversas fontes referentes ao carnaval de Belo Horizonte, entre os anos de 1899-1936, Pereira Filho (2006) analisa que as primeiras legislações municipais criadas para o evento deixavam “claras as intenções de se transformar o carnaval de rua em práticas cidadinas bem vistas aos olhos da alta sociedade belo-horizontina” (PEREIRA FILHO, 2006, p.74-79). Também aqui o caráter moralista das normas era reafirmado tanto por uma imprensa parcial e conivente com as classes mais abastadas, quanto por órgãos responsáveis pela segurança pública, sendo que ambos ecoavam para a população quais seriam as práticas, atitudes e vestimentas desejadas e quais seriam as ações impróprias para se festejar o carnaval. Seja definindo os horários das festas, as ruas a serem ocupadas, o funcionamento dos serviços, ou distinguindo “aquilo que era luxuoso, requintado e polido das formas consideradas rudes, grosseiras e incivilizadas”, apropriações dos espaços públicos por meio de eventos de rua vinham sempre acompanhadas de regras gerais de ocupação. Análises detalhadas do carnaval de rua de Belo Horizonte serão desenvolvidas no capítulo 4, enfatizando não apenas as normas impostas, mas, sobretudo, os “escapes” criativos característicos do trânsito fluido existente entre o carnaval autorizado e o subversivo.

3.3 Progressos na cidade de/para quem?

Na década de 1930, foi dado impulso à industrialização no Brasil pelo governo de Getúlio Vargas, gerando investimentos e ações de caráter desenvolvimentista por todo o país⁴⁰. Um dos resultados dessa política – que modernizou a agricultura, gerando grande migração da população do campo para a cidade – foi o crescimento das cidades brasileiras e dos desequilíbrios urbanos. Nas palavras de Gonçalves,

⁴⁰ Como resumiu AVRITZER (2002, p. 569), o sistema político dominante entre 1930-45, no Brasil, foi um tipo de corporativismo que teve um período de intenções democráticas, mas que se converteu, em seguida, em autoritarismo, suspendendo eleições regulares, assim como os direitos civis e políticos. Entre 1945-64, dominou um tipo instável de populismo semidemocrático, em que é possível apontar em todos os governos do período algum tipo de questionamento antidemocrático. Entre 1964-85, com a instauração de governos militares, ocorreu a pior experiência autoritária no país, com fechamento do Congresso duas vezes, suspensão de eleições para presidente, assim como de boa parte das garantias civis. Os avanços alcançados em termos de desenvolvimento industrial, produtivo e econômico, durante esses governos, não foram acompanhados pelos mesmos ganhos sociais. O intenso processo de urbanização, incentivado por esses regimes políticos, foi responsável por manter (e agravar) as desigualdades no país.

[...] esse processo de crescimento vai ocasionar o aumento dos problemas urbanos, com uma espécie de “congestionamento” da rede urbana existente. Evidenciam-se as questões referentes à precariedade da infraestrutura em geral, à poluição ambiental, às péssimas condições de transporte e habitação, ao aumento da marginalidade e criminalidade. Soma-se a tudo isso a escassez de moradias, a alta dos aluguéis, o aumento das construções clandestinas, de favelas, da especulação imobiliária, da pressão sobre o sistema político e da “temida” inquietação social (GONÇALVES, 2003, p. 4).

Na crescente Belo Horizonte – cuja expansão já havia feito com que, desde 1920, a Avenida do Contorno não mais delimitasse a zona urbana, mas apenas a área central da cidade (JAYME; TREVISAN, 2012) –, a chegada do concreto armado trouxe novas características, sobretudo para a área central: demolições de edifícios e arborização existentes, implantação de construções verticalizadas e asfaltamento de vias. Foi também nesse período que surgiu o primeiro “espigão” na capital, o edifício Ibaté – “o mais alto” em Tupi – que atraía a atenção dos habitantes, tanto pelo seu porte quanto pela presença de um elevador, equipamento inédito na cidade, que permitia vencer os 10 andares do prédio.

Belo Horizonte foi se reconfigurando distintamente da utopia de um rigoroso controle. Com o adensamento e a proliferação de arranha-céus (edifícios comerciais e condomínios residenciais), a região central foi perdendo as características residenciais voltadas para a classe alta e os moradores mais abastados foram migrando para a área centro-sul da cidade. A população mais pobre – já excluída do centro e agora também da zona suburbana – passou a ocupar áreas de encostas e morros, sem infraestrutura urbana, gerando as favelas e os aglomerados (BEIRÃO, 2012). Na década de 1950, surgiu o Aglomerado da Serra, local de onde virá o “Movimento Seu Vizinho”, analisado nesta tese.

Em meio às grandes transformações das cidades brasileiras, iniciadas nos anos 1930, intensificou-se o planejamento urbano no país, sendo a construção de Brasília (1960), “símbolo da modernidade e da expressão ‘político-ideológica’ de um país”, o exemplo mais relevante (GONÇALVES, 2003, p. 3-4). A proposta de uma cidade monumental cenográfica, criada para ser a nova capital do país, deu-se a partir de mais um modelo racionalista importado do contexto europeu⁴¹ e implantado

⁴¹ Em 1933, no 4º Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM), foi elaborada a chamada “Carta de Atenas”, documento que estabelecia as premissas básicas do urbanismo moderno, dentro de um rígido planejamento racional e funcionalista. A partir disso, a planificação urbana, anunciada e preparada desde o século XIX, passou a ser adotada em cidades do mundo todo. Este foi o caso da construção de Brasília.

“sem participação popular e totalmente afastado da realidade e dos problemas socioeconômicos da sociedade brasileira” (*Ibidem*)⁴². A elaboração de planos urbanos foi ainda mais acentuada durante o período militar (1964-1985), sobretudo nos primeiros anos, quando havia uma “preocupação do governo emergente de tentar garantir legitimidade junto às massas e conter as mobilizações e agitações dos setores populares” (GONÇALVES, 2003, p. 5). Apesar de tanto planejamento, os problemas urbanos não foram sanados, demonstrando o distanciamento das propostas – geralmente alinhadas aos interesses do mercado e também dos políticos – com a realidade contraditória que excluía boa parte da população dos avanços econômicos e das melhorias urbanas.

Se, nos primeiros anos de Belo Horizonte, os espaços públicos foram marcados por uma apropriação cerceada, que impedia a experimentação espontânea, o crescimento da capital continuou reproduzindo a mesma concepção. Ações que iam sendo adotadas e que aumentavam o tráfego de veículos reafirmavam que a prioridade não era promover encontros, mas viabilizar o transporte, o movimento, a circulação (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1996). A redução de investimentos do governo municipal nos espaços públicos e em infraestrutura urbana somada às concessões feitas a empreendedores imobiliários privados (VILLELA, 2006) aumentaram a especulação imobiliária e a degradação no centro da cidade, mudanças que foram discutidas por Jayme e Trevisan (2012).

A década de 1960 foi marcada por intervenções físicas que responderam, basicamente, aos interesses do capital e do automóvel. As ruas do centro, que até então abrigavam uma sociabilidade marcada pelo andar à toa, a pé, foram tomadas pelos carros, se tornando cada vez mais lugares de passagem. A cidade perdeu muito de seu patrimônio edificado e redefiniu áreas e funções descaracterizando, muitas vezes, edifícios e áreas públicas (JAYME; TREVISAN, 2012, p. 362).

Andrés (*apud* LIBÂNIO, 2017) chamou a atenção para o projeto “Nova BH 66”, criado em 1966, a partir de investimentos do governo federal – na sua composição militar, desde 1964 – que com uma mentalidade ainda mais desenvolvimentista, impulsionou a transformação de Belo Horizonte segundo os padrões do urbanismo moderno. Segundo o autor, para melhorar a mobilidade de uma metrópole em expansão, “foram pavimentados um milhão de metros quadrados

⁴² Sobre a vinculação entre o processo de modernização do Brasil e o modernismo urbanístico de Brasília, conferir Holston (1993).

de asfalto, construídas calçadas/passeios e foram preparando a cidade para o *boom* do automóvel” (ANDRÉS *apud* LIBÂNIO, 2015, p. 109). A transformação da ambiência da cidade já podia ser constatada nos cinco anos posteriores à implantação do projeto: um aumento do número de enfisemas pulmonares (cinco vezes mais) e a redução da qualidade do ar (*Ibidem*). A impermeabilização do solo, o adensamento das encostas dos morros, o aumento da produção de esgoto e uma infraestrutura urbana que não acompanhava essas transformações comprometeram ainda mais a qualidade da capital. Com córregos poluídos, gerando transbordamentos e enchentes, a resposta do poder público foi canalizar os cursos d’água que faziam parte da cidade – dando lugar a mais áreas asfaltadas –, ação que não sanou os problemas e cujas consequências são sentidas até hoje.

Além do aumento progressivo de moradores periféricos, a região central da cidade – já não considerada adequada para a moradia da classe dominante – foi também deixando de ser uma referência comercial para a população de melhor renda. A partir da década de 1970, o surgimento de áreas mais sofisticadas para compras e lazer – tais como a Savassi, na região centro-sul da cidade –, abarcou essa população e gerou esvaziamento do centro. Com um trânsito intenso (de veículos e pessoas) e uma frequência reduzida às camadas populares, a região central de Belo Horizonte foi sofrendo degradação e perdendo a relevância simbólica que teve nos primeiros anos (JAYME; TREVISAN, 2012). Apesar de trazer melhorias pontuais, as intervenções que buscaram reverter a decadência espacial na cidade não geraram redução significativa das contradições socioespaciais. Em boa medida, isto se deu por terem sido ações predominantemente orientadas pelo viés econômico, em detrimento das necessidades sociais, algo que já ocorria em outras cidades do Brasil e que vinha provocando reações de protestos.

As análises feitas pelo sociólogo Leonardo Avritzer (2002) mostram que, ao longo do século XX, mesmo com a instabilidade política, o Brasil deixou de ser predominantemente rural e se tornou a décima economia industrial do mundo. Ao mesmo tempo, também passou a ser um dos países de maior desigualdade social. O aumento da população urbana não foi acompanhado pela ampliação de serviços públicos, o que gerou enormes desigualdades em nível local. A falta de infraestrutura de serviços públicos das cidades brasileiras pode ser explicada tanto pelo "baixo nível de organização da população do país quanto pela fortíssima

tradição clientelista, com suas repercussões no sistema de distribuição de bens públicos" (AVRITZER, 2002, p. 571). Apesar disso, mesmo com a redução significativa dos espaços de cidadania no país, promovidos pelo governo militar (redução de poder dos sindicatos, exclusão do direito à greve), os protestos provenientes das fábricas, de sindicatos que resistiam, das organizações de moradores das periferias não deixaram de ocorrer e fizeram do centro urbano o "elemento simbólico e espacial contra o qual e onde resistir" (SILVA, 2017, p. 72). A importância dessas ações foi ressaltada por Caldeira (2010, p. 17, tradução da autora), para quem os movimentos sociais urbanos foram "os atores centrais no processo político que culminou na destituição do governo militar", no processo de redemocratização do país e na retomada das eleições regulares para presidente a partir de 1989. Também nessa vertente, Avritzer (2002) e Holston (2013) apontaram que, mesmo no contexto de grande precariedade social – e muito em função dele –, novas formas de ação coletiva emergiram no país (associações comunitárias independentes do sistema político e presentes em várias cidades brasileiras), buscando autonomia de organização em relação ao Estado e questionando a oferta de serviços urbanos, que eram distribuídos de maneira elitizada. Esses movimentos tiveram grande influência na Constituição Federal de 1988 e trouxeram conquistas legais para o contexto da política urbana: descentralização das decisões e maior participação popular.

Belo Horizonte incorporou a mentalidade trazida pela Constituição de 1988, sobretudo na década de 1990, quando ocorreu uma administração municipal progressista. Nesse período, foram implementadas medidas para democratizar a política urbana (cujo maior exemplo é o Orçamento Participativo), além de projetos voltados para a recuperação da área central e para a reapropriação dos espaços públicos. Ao analisarem as intervenções urbanas feitas em Belo Horizonte, Jayme e Trevisan (2012) ressaltam que

nos anos 1990, acompanhando as tendências internacionais de revalorização dos Centros Históricos, em Belo Horizonte – como em outras cidades brasileiras – os projetos de intervenção, física e simbólica, na região central se afirmaram de forma mais sistemática e concreta. Nesse período, a região passou a ser objeto de diferentes diagnósticos, sendo que mereceu destaque o concurso nacional BH-Centro (1990), promovido pela Prefeitura de Belo Horizonte, que visava à seleção de ideias para revitalização de algumas áreas de maior valor simbólico no centro (JAYME; TREVISAN, 2012, p. 368).

Com essas medidas, algumas praças dos primeiros anos da cidade, que haviam perdido espaço para o asfalto e os veículos, tiveram características restabelecidas (JAYME; TREVISAN, 2012). Embora as ações iniciais tenham priorizado a área central, as intervenções também se estenderam para outras regiões da capital. A implantação de parques urbanos em diversos locais da cidade foi resultado dessas medidas. Em função de novas demandas culturais, esportivas, sanitárias e ecológicas, os novos parques romperam com a apropriação meramente contemplativa e trouxeram atividades que incluíam o acesso às áreas de jogos, de recreação infantil, além das caminhadas tradicionais (MACEDO; SAKATA, 2010). Criado em 1996, o Parque da Barragem Santa Lúcia é um dos exemplos de parque menor e diversificado. Implantado como “Parque do Santa Lúcia”, seu perímetro incorporou uma barragem que havia sido criada para controle fluvial, na década de 1960, cuja demanda se deu com a abertura da Avenida Prudente de Moraes sobre o córrego Leitão canalizado, para a expansão de novos bairros de classe alta. O Parque da Barragem Santa Lúcia será analisado no capítulo 5.

Apesar das conquistas democráticas e inclusivas no aparato legal brasileiro e dos seus reflexos nas ações implementadas em Belo Horizonte, os retrocessos no âmbito da política urbana continuaram a ser percebidos na própria cidade segregada e excludente. As contradições da sociedade brasileira, agravadas nos anos 1990, fizeram parte dos estudos de Caldeira (2000), segundo os quais, ao mesmo tempo em que ocorreu a expansão da cidadania política no Brasil, houve um efetivo retrocesso no exercício dos direitos civis, em função do aumento da violência, após o fim do regime militar. Além da grande recessão econômica e da inflação descontrolada, que mantinha a sociedade brasileira em profunda desigualdade social, Caldeira (2000) também associa o aumento da criminalidade com a “falência do sistema jurídico, a privatização da justiça, os abusos da polícia, a fortificação das cidades e a destruição dos espaços públicos” (CALDEIRA, 2000, p. 56). Os mecanismos que contribuíram para diminuir a sociabilidade e o uso dos espaços públicos foram destacados pela autora.

A distância social é marcada de várias maneiras. Ela pode ser criada materialmente através do uso de grades, que ajudam a marcar uma casa própria, como algo claramente distinto de cortiços e favelas. O uso de cercamentos ainda oferece o sentimento de proteção, crucial em tempos de medo. Mas concepções depreciativas dos pobres também cumprem a função de criar distanciamento social: elas formam uma espécie de cerca

simbólica que tanto marca fronteiras quanto encerra uma categoria e, portanto, previne as perigosas misturas de categorias (*Ibidem*, p. 70).

Também, nessa vertente, pode-se apontar a apropriação dos discursos e mecanismos democráticos por grupos conservadores detentores de poder e a sua utilização em benefício próprio – com a criação de leis que anistiam construções irregulares, flexibilizações de parâmetros legais, manipulação de decisões tomadas pelos conselhos deliberativos. Tudo isso tem enfraquecido instrumentos e leis que buscavam possibilitar uma maior democratização das cidades.

No acelerado processo de urbanização mundial, de crescimento dos grandes centros urbanos e do estabelecimento de uma mentalidade neoliberal por parte de ações do Estado, cenários metropolitanos cada vez mais excludentes têm se materializado nas grandes cidades. Se se considerar que um dos motivos para o aumento das contradições na política urbana brasileira (e, em boa medida, mundial) diz respeito ao alinhamento cada vez maior da produção espacial com a lógica do desenvolvimento econômico global – que tem demandado constante enquadramento das realidades urbanas nas diretrizes definidas a partir de cidades do Atlântico Norte tidas como desenvolvidas (algo que não é inédito) –, uma reflexão sobre essa dinâmica, que tem condicionado os rumos das cidades, torna-se necessária.

3.4 Democracia e neoliberalismo: contradições da cidade atual

Análises feitas por Robinson (2002), Mitchell (2002) e Cooper (1998) destacam que, no momento em que cidades do mundo todo têm sido categorizadas hierarquicamente, sendo discursivamente excluídas as que não se adequam às exigências previamente estabelecidas no modelo global de cidade⁴³, as realidades urbanas passam a ter que se adequar ao contexto de globalização dos mercados para terem visibilidade, acesso a investimentos e ao mercado internacional. Essa adequação tem sido essencial para as cidades alcançarem boa colocação no *ranking* que as avalia, classifica e promove no mercado externo. De acordo com Robinson, “a compreensão da cidade passou a se apoiar nas experiências

⁴³ Sobre o enquadramento das cidades nos “modelos globais”, vindos de países do Atlântico Norte, consultar Mitchell (2002), Cooper (1998) e Robinson (2002) – a autora esclarece que o termo “cidade global” é utilizado nas suas discussões tal como foi cunhado por Saskia Sassen, isto é, referente à economia mundial das cidades a partir dos anos 1980.

(geralmente não declaradas) de um grupo relativamente pequeno de cidades (principalmente ocidentais)”, de modo que as cidades fora do Ocidente – tais como as da América Latina – passaram (ou voltaram) a ser percebidas como lugares carentes das qualidades de cidades, devendo “melhorar as capacidades de governança, prestação de serviço e produtividade” (ROBINSON, 2002, p. 531-532, tradução da autora). Nesse contexto, em que se dá a imposição dos modelos globais homogeneizantes e universalizantes, as cidades são colocadas em posições semelhantes às que se encontravam nos períodos coloniais. E uma vez que essa lógica tem sido aplicada em cidades de todos os continentes, os estudos de Cooper (1998) apontam como o modelo de desenvolvimento baseado na imposição de métodos empresariais de organização e na mentalidade tecnicista foi utilizado, pela Grã-Bretanha e pela França, nas colônias africanas, mesmo depois que elas se tornaram ex-colônias. Consistindo na adoção do princípio desenvolvimentista como fornecedor de imperativos para as decisões e organizações internas, esta tem sido a dinâmica praticada, desde a década de 1950 até os dias de hoje, conforme denuncia o autor. Também, nessa vertente, Mitchell (2002) analisou como as propostas econômicas feitas para o Egito, por especialistas de agências internacionais americanas (FMI, Banco Mundial e USAD) – orientadas por discursos de modernização, de desregulamentação, de livre mercado, de privatização de serviços sociais e de educação –, levaram o país ao endividamento, à dependência econômica e ao agravamento dos problemas sociais, nas décadas de 1970-1980. Segundo Mitchell (2002), ao apontarem supostos problemas no país como sendo resultado de deficiência tecnológica e gerencial (e não de decisões políticas que geravam problemas sociais) e imporem modelos/medidas para o desenvolvimento do Egito, o que essas agências fizeram foi agravar os problemas sociais do país.

Sobre a expansão desses modelos, Ribeiro (2020) destaca que “seus efeitos também foram sentidos em países emergentes, como o Brasil, favorecidos pela atuação das agências multilaterais que incorporaram esse tipo de intervenção em seus manuais de *Best Practices*” (RIBEIRO, 2020, p. 31). O autor analisa as transformações ocorridas na política urbana do país a partir de 1990, quando acordos para a negociação da dívida externa, junto aos órgãos internacionais de financiamento – tais como o FMI –, resultaram na imposição de ajustes que influenciaram os rumos das cidades. Em um processo em que foi sendo

gradualmente adotada a “lógica das empresas para a gestão das cidades”, municípios passaram a ter que auxiliar no “equilíbrio financeiro do ajuste fiscal”, devendo se tornar, também, produtores de riquezas (*Ibidem*, p. 26-27). Retomando as análises de Arantes (2006) sobre as novas formas de governança, geradas pela Constituição de 1988, Ribeiro também destaca que a descentralização promovida pela carta magna, tal como se deu, contribuiu para o enquadramento das cidades nesse novo contexto. Uma vez que a autonomia conquistada pelos governos locais consistiu no aumento de responsabilidade – passando a responder por “funções ligadas à seguridade social”, sem que houvesse um aumento proporcional de recursos para a implementação das ações – e na submissão a regras e controles de suas gestões orçamentárias (tetos máximos para gastos, vinculação de receitas etc.), ocorreu uma nova dependência dos estados e municípios em relação ao governo federal e às agências de financiamento, que “passaram a exigir a adoção de modelos de governança ‘empreendedores’, como contrapartida à liberação dos empréstimos” (RIBEIRO, 2020, p. 27-29). As mudanças atingiram investimentos em infraestrutura urbana e impeliram os governos locais a conseguirem financiamento junto ao setor privado, o que influenciou diretamente a política urbana das cidades: com a criação de “agências independentes e responsáveis pela gestão e captação de recursos para projetos específicos”; a implementação de “parcerias público-privadas e concessão de serviços públicos ao setor privado”; a “emissão de títulos para levantar recursos no mercado de capitais”, e de “títulos específicos voltados para o financiamento de intervenções concentradas em um perímetro urbano específico” (*Ibidem*, p. 27). Várias análises situam essas transformações dentro da “tendência global, relacionada aos ajustes estruturais em curso na economia capitalista” e empenhada em conformar um novo “regime de acumulação flexível”, contexto em que o urbano adquire maior destaque no processo de acumulação do capital (*Ibidem*, p. 31)⁴⁴.

A adesão às agendas de desenvolvimento econômico baseadas em “políticas pró-crescimento” mantém uma relação direta com a implementação de estratégias de governança calcadas sobre o “empreendedorismo urbano”, como forma de criar ambientes favoráveis para estimular a atração de investimentos privados e criar condições

⁴⁴ Análises mais detalhadas do contexto mundial, quanto à prioridade assumida pelas realidades urbanas dentro da dinâmica de expansão do capitalismo global, podem ser encontradas em: HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.

concretas para favorecer a inserção do urbano nos circuitos de acumulação (*Ibidem*, p. 30).

A crise econômica da década de 1970, somada ao avanço de uma mentalidade defensora do mercado e também à exigência de que as cidades despertem o interesse de investimento do setor privado – nacional e internacional –, resultou no aumento da interferência estrangeira nas questões urbanas brasileiras – tais como a definição de normas e diretrizes para as atuações nas cidades –, desde fins dos anos 1980 (GONÇALVES, 2003). Segundo Gonçalves (2003), em nome de supostos desenvolvimento e modernização, muitas intervenções urbanas definidas pelas cidades passaram a se orientar por uma visão de mundo generalista que privilegia aspectos econômicos. Nesse processo de replicação de um padrão de intervenção urbana, Arantes (2000) irá destacar que, no contexto brasileiro, a efetivação dessa dinâmica tem ocorrido por meio da

[...] convergência entre governantes, burocratas e urbanistas em torno de uma espécie de teorema-padrão: que as cidades só se tornarão protagonistas privilegiadas, como a Idade da Informação lhes promete, se, e somente se, forem devidamente dotadas de um **Plano Estratégico** capaz de gerar respostas competitivas aos desafios da globalização (sempre na língua geral dos prospectos), e isto a cada oportunidade (ainda na língua dos negócios) de renovação urbana que porventura se apresente na forma de uma possível vantagem comparativa a ser criada (ARANTES, 2000, p. 13, grifo da autora).

Ainda que os reflexos desse processo já podiam ser apontados na política urbana de Belo Horizonte, desde os projetos de revitalização ocorridos na década de 1990 – que, segundo Alvares e Bessa (2014), buscavam adequar a cidade ao mercado do turismo com medidas de higienização nem sempre evidentes –, foi na gestão municipal dos anos 2009-2016 que a mentalidade “mercadológica” materializou-se por toda Belo Horizonte. Sustentadas por um discurso neoliberal, diversas ações adotadas na política urbana desse período tiveram o intuito de privatizar a cidade, seja expulsando moradores de rua, decretando leis proibitivas de apropriação da cidade, enfraquecendo as instâncias participativas ou criando normas de exceção para favorecer os representantes do mercado. Segundo Tonucci e Freitas (2013, *online*)⁴⁵, Belo Horizonte retomou, naquela gestão, o projeto de “modernização conservadora e elitista” para facilitar grandes empreendimentos de

⁴⁵ Disponível em: <https://olhorua.wordpress.com/2013/06/12/politica-urbana-as-avessas-em-bh/>
Acesso em: 10 out. 2021.

remodelação urbana, mantendo a hegemonia do automóvel, intensificando “medidas para disciplinamento e higienização dos espaços públicos” (*Ibidem*). Na visão dos autores, a política urbana adotada por Belo Horizonte é exemplo de uma política destrutiva, desastrosa.

Ainda neste bojo se insere a retomada dos investimentos em mobilidade, mas a partir de premissas equivocadas de prioridade ao veículo particular, contrariando a agenda internacional sobre o tema e promovendo desastres urbanísticos de impacto irremediável. Para ficar apenas nos dois maiores exemplos, o tamponamento de parte do Ribeirão Arrudas e a chamada Linha Verde, que liga a área central ao aeroporto internacional de Confins. Cabe ainda mencionar a inserção desastrosa das chamadas obras da Copa, que, para atender à demanda pelo legado do Megaevento, sobrepôs uma agenda de priorização de intervenções desarticuladas e orientadas pela opção pelo transporte rápido por ônibus do tipo BRT que chega à cidade através de soluções impensadas, projetos de má qualidade, prazos comprometidos, desarticulação metropolitana e tarifária, estações de alto impacto no tecido urbano e aparente saturação do sistema antes de sua inauguração (TONUCCI; FREITAS, 2013, *online*).

Não raras vezes, essas ações utilizam-se do conceito de “requalificação urbana” para justificar a sua necessidade e camuflar o favorecimento que geravam para os empresários imobiliários. Nessa dinâmica neoliberal, intervenções voltadas para o lazer também têm se orientado pela lógica da espetacularização urbana que, por meio do consumo cultural, “propõem aos usuários/espectadores/turistas/visitantes lugares programados e sem surpresas” (SERPA, 2017, p. 107). A redução do caráter público dos espaços tem sido uma consequência direta desse tipo de ação, tema que será discutido no capítulo 4 desta tese.

Na atual gestão, cuja conformação tem se mantido, desde 2017, muitas incongruências ainda são reproduzidas na política urbana de Belo Horizonte, ainda que de modos mais brandos. Ao mesmo tempo em que ocorre a aprovação de uma legislação urbana progressista (Plano Diretor aprovado em 2019) – que contrariou os anseios do mercado imobiliário –, também se reproduz uma mentalidade elitista e segmentadora na regulação dos espaços públicos. Assim que assumiu a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, em 2017, o então presidente Mário Werneck demonstrou sua visão higienista e preconceituosa em relação aos espaços públicos da cidade, ao falar sobre futuras propostas para o Parque Municipal, em uma entrevista dada a um jornal da capital.

No Parque Municipal, você encontra, não me leve a mal, uns pipoqueiros horrorosos, coisa da pior qualidade. Mas pobre gosta de luxo e paga pelo luxo. Temos que chamar a população para esse espaço [...] No Parque Municipal há centenas de mendigos e gatos. A briga ali hoje é de mendigos contra gatos. Isso não pode acontecer. Vá ao Central Park para ver se acha um mendigo deitado. Por que precisamos ser sempre os cães vira-latas? Por que temos que nos sentir inferiorizados? (PROFESSORES..., 2017)⁴⁶.

Além de posturas como essas, que resultam em ações de controle do espaço público (como a expulsão de moradores de rua, a proibição de camelôs e vendedores ambulantes, entre outras), o município de Belo Horizonte tem também aderido a programas globais e a redes de conexões urbanas, em que instituições internacionais credenciam as cidades de acordo com diretrizes pré-estabelecidas. Se as “cidades educadoras”, discutidas no capítulo 2, são um exemplo da adesão de Belo Horizonte a modelos prescritos genericamente, em diversas outras modalidades é possível acompanhar a divulgação feita pela Prefeitura Municipal, da evolução anual da cidade (premiações, menções e títulos) em programas “globais”. Integrando o grupo das “Cidades Inteligentes”⁴⁷, no ano de 2018, Belo Horizonte ocupou o “7º lugar geral no ranking *Connected Smart Cities*, elaborado pela *Urban Systems*”, que, segundo o site da prefeitura, “avalia a integração entre mobilidade, urbanismo, meio ambiente, energia, tecnologia e inovação, economia, educação, saúde, segurança, empreendedorismo e governança em diversas cidades brasileiras” (PREFEITURA DE BELO HORIZONTE, 2020, *on-line*). Também o *Fab City*⁴⁸ é um programa que conta com a participação de Belo Horizonte, desde 2018, e que é apresentado como sendo uma rede mundial, com 34 cidades, tais como

Amsterdã, Barcelona, Boston, Cidade do México, Paris e Hamburgo, que trabalham para a mudança de paradigma da economia industrial atual e **que se comprometem a atuar localmente na implementação de novos modelos urbanos** (PREFEITURA DE BELO HORIZONTE, 2020, *on-line*, grifo da autora)⁴⁹.

⁴⁶ Disponível em: <https://www.otempo.com.br/politica/professores-da-rede-municipal-terao-nocoos-de-meio-ambiente-1.1426916> Acesso em: 24 jan. 2021.

⁴⁷ “Cidades inteligentes são aquelas que, por meio de um programa estratégico de interação com o ecossistema tecnológico, inovam para otimizar o planejamento e o atendimento das necessidades dos moradores e visitantes, promovendo melhora na qualidade de vida”. Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/cidade-inteligente> Acesso em: 01 mar. 2021.

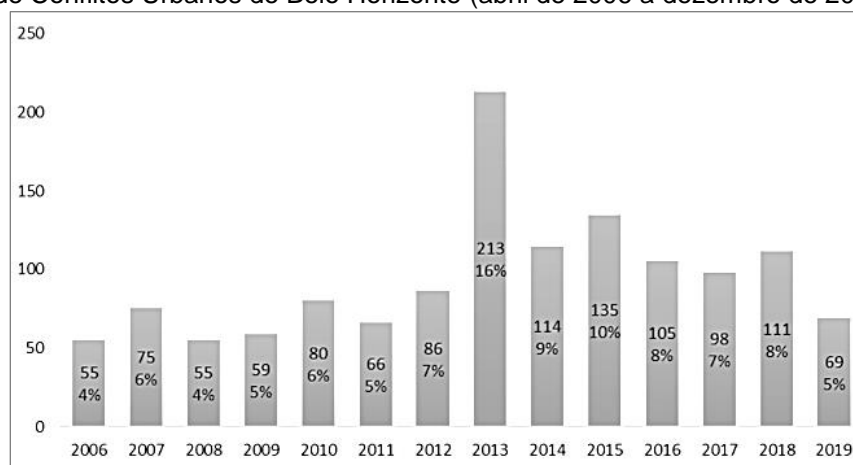
⁴⁸ Sobre o FAB City, disponível em: <https://fab.city/> Acesso em: 01 mar. 2021.

⁴⁹ Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/cidade-inteligente> Acesso em: 01 mar. 2021.

Em 2019, após concorrer com várias outras cidades inscritas, foi a vez de Belo Horizonte receber da UNESCO o título de “Cidade Criativa”⁵⁰ em função da sua gastronomia.

Em um contexto em que o que está sendo promovido e comercializado é a própria cidade – “que não se vende se não se fizer acompanhar por uma adequada política de *image-making*” (ARANTES, 2000, p. 17) –, a produção de uma imagem cidadina inovadora, estimulante, criativa e “segura para se viver ou visitar, para divertir-se e consumir” (HARVEY, 2005, p. 176) tem sido uma das medidas adotadas pelos governantes locais, como forma de empreendedorismo urbano. Com a implementação de ações do chamado urbanismo neoliberal, os protestos ocorridos nos espaços públicos da capital mineira têm se tornado mais frequentes (Gráfico 02). Considerando os conflitos urbanos como elementos essenciais para o processo de construção de cidades justas e inclusivas, e vendo as manifestações coletivas como expressão desses conflitos – por meio “de subversão à ordem, de luta pelo direito à cidade, que visa à transformação urbana”, Simão (2020, p. 24) observa que o aumento dos conflitos urbanos nos espaços públicos de Belo Horizonte “reflete a desigualdade socioespacial resultante da produção do espaço por uma ordem hegemônica” (SIMÃO, 2020, p. 121).

Gráfico 02 – Manifestações coletivas nos espaços públicos de Belo Horizonte, registradas pelo Observatório de Conflitos Urbanos de Belo Horizonte (abril de 2006 a dezembro de 2019)



Fonte: Simão (2020, p. 115).

Diante disso, até mesmo os movimentos de resistência que lutam contra esse estado de coisas vêm sofrendo tentativas de apropriação e da sua conversão em

⁵⁰ Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/noticias/belo-horizonte-recebe-titulo-de-cidade-criativa-da-unesco-pela-gastronomia> Acesso em: 01 mar. 2021.


mercadoria-espetáculo. As ações do poder público em relação ao carnaval de blocos de rua de Belo Horizonte evidenciam essa política que tenta enquadrar a cidade no *rol* das mercadorias voltadas para o turismo. As discussões referentes ao carnaval de Belo Horizonte integram o próximo capítulo desta tese.

Buscou-se, neste capítulo, traçar uma breve trajetória histórica da cidade de Belo Horizonte, ressaltando as contradições que envolvem a “pedagogia urbana”, presentes desde a fundação da cidade. Embora a utilização de estratégias para moralizar, disciplinar o comportamento da população e excluir os corpos vistos como inadequados para frequentarem os espaços públicos (criando um ambiente de deseducação urbana) – seja para conter o medo das elites do potencial destruidor das massas, seja para criar um ambiente harmônico e favorável aos interesses econômicos das classes dominantes – tenha estado presente nas ações do Estado e da elite – o constrangimento socioespacial sofrido por grande parte da população sempre impulsionou ações de resistência, aqui compreendidas como práticas de educação urbana. Essas análises contextualizam o ambiente a partir do qual são discutidas as realidades urbanas, nos capítulos a seguir.

4 PRÁXIS SOCIAL COMO DISPUTA PELO ESPAÇO URBANO



*“Não põe corda no meu bloco
Nem vem com teu carro-chefe
Não dá ordem ao pessoal
Não traz lema nem divisa
Que a gente não precisa
Que organizem nosso carnaval
[...]*

*Por um bloco que aumente o movimento
Que sacuda e arrebente
O cordão de isolamento.”* 

Trechos da música “Plataforma”
(João Bosco e Aldir Blanc)

Este capítulo aborda o carnaval de blocos de rua de Belo Horizonte – na atual configuração, iniciada em 2009/2010 –, destacando a práxis do bloco de favela do Aglomerado da Serra, denominado “Seu Vizinho”, aqui analisada no viés da educação urbana. A história do carnaval de Belo Horizonte demonstra que a apropriação dos espaços públicos pelas ações lúdicas do festejo – desde as primeiras décadas da cidade – sempre esteve envolvida no contexto de disputas territoriais, de controle, de segregação e de conflitos: de um lado, as tentativas de conformação de subjetividades e corpos disciplinados/passivos; e, de outro, as ações de resistência, driblando o controle e subvertendo as normas – e possibilitando a educação e transformação dos sujeitos e da cidade. Os recentes blocos de carnaval de rua surgiram como manifestações de protesto à política urbana neoliberal, alinhando festa, política e luta por direito à cidade. Se, nos primeiros momentos, esse carnaval foi alvo de ataques do poder público (por repressão, controle do uso e da frequência nos espaços públicos), posteriormente, a estratégia do poder público (juntamente com empresas privadas) passou a ser a apropriação do festejo e de seu enquadramento em evento turístico (condizente com as intenções neoliberais de comercializar a cidade), o que tem gerado novas ações de resistência. Foi nesse ambiente que surgiu o Bloco de Favela Seu Vizinho, colocando os corpos negros e favelados como protagonistas e (re)criadores dos/nos espaços públicos de Belo Horizonte, representando resistência de um grupo marginalizado (negros e de favela) e promovendo ações que podem ser compreendidas como práticas de educação urbana.

4.1 Apropriação coletiva desviante: controles e resistências

4.1.1 Festa: transgressão lúdica da norma reducionista

Embora não se saiba a origem precisa do carnaval⁵¹, a sua ocorrência no Brasil dá-se desde os tempos da colonização, havendo registros de comemorações em áreas urbanas, desde o século do XVII (DIAS, 2015). As primeiras brincadeiras carnavalescas adotadas no país já indicavam alguma segregação (não de uma maneira rígida), como no caso do “entrudo” – herança carnavalesca portuguesa que consistia na prática de jogar pós e líquidos entre os participantes e também nos passantes – que se dividia entre “familiar” e “popular”, sendo o primeiro realizado dentro das casas, enquanto o outro ocorria nas ruas, tendo a população mais pobre como participante (DIAS, 2015).

A transferência da família real portuguesa para o Rio de Janeiro (1808) assim como a chegada de artistas franceses (1816), convocados pelo rei para ajudar a “educar” o Brasil, geraram grandes mudanças “civilizatórias” no país. Uma vez que o jogo do entrudo, às vezes, ocorria em tom menos cordial – com a utilização de urina e outros líquidos indesejados –, após inúmeras críticas recebidas, passou a ser proibido, no século XIX, na cidade do Rio de Janeiro. Mesmo assim, Ferreira (2004) ressalta a subversão promovida pelos populares, que continuaram a realizar a brincadeira do entrudo, desobedecendo à legislação.

A mudança de costumes também foi acelerada após a independência do país (1822) que, influenciado pela cultura francesa (vista como mais moderna), passou a rechaçar aspectos da herança cultural portuguesa (DIAS, 2015). Novas formas de se comemorar o carnaval foram sendo adotadas pelas classes mais abastadas que buscavam se diferenciar da rudeza dos populares. Enquanto as práticas festivas da elite passaram a se realizar em bailes à fantasia – que mais tarde também incorporaram um “desfile” de pessoas fantasiadas que caminhavam pelas ruas

⁵¹ Entre as várias versões da origem histórica do carnaval está a que o relaciona com as culturas festivas pagãs (greco-romanas e mesopotâmicas) devido às suas características hedonistas, de excessos, prazeres, comilança, libertinagem, fantasias, etc. Apesar dessas semelhanças, a visão tem sido contestada por historiadores da Antiguidade para quem aquelas festas possuíam lógicas próprias, não estando relacionadas aos primórdios do carnaval. Noutra vertente, pesquisadores também apontam uma origem cristã do festejo carnavalesco ligada às privações impostas pela Igreja Católica durante o período da Quaresma. Os dias anteriores à quaresma seriam, nessa proposição, dias de se compensar (por antecipação) as privações que viriam a seguir (DIAS, 2015, p. 78).

(prenunciando os carnavais de rua), em direção aos bailes –, o estruendo continuava a ser a comemoração dos populares, mas, também, já incorporando outras práticas – música, viola portuguesa, batuques, passeios desorganizados. Por não seguirem as normas de “civildade”, as brincadeiras populares que aconteciam nas ruas sequer eram consideradas carnaval, sendo criminalizadas pela elite e pelos meios de comunicação (FERREIRA, 2004). As disputas ligadas aos modos da festa carnavalesca ocupar os espaços públicos dos centros urbanos refletiam a segregação e a resistência que já acompanham a evolução das cidades.

Reflexões sobre a festa, como prática fundamental para a formação das sociedades, têm sido recorrentes entre os estudiosos. Ao se alinhar aos conceitos lefebvrianos, para quem a festa é um fenômeno espacial que se efetiva pela experimentação urbana, Souza (2013) destaca o caráter coletivo e agregador que fazem com que a festa seja “o elemento formador da sociabilidade urbana” (SOUZA, 2013, p. 35), sendo essencial para a vida na cidade. Estando vinculada ao prazer, à fruição (ou à improdutividade) e tendo a cidade como *locus* privilegiado para tais realizações, a festa torna-se uma alternativa à urbanidade hegemônica, rompendo com o individualismo que se destaca na cidade produzida no viés neoliberal, expressando-se na “vida cidadina através do convívio do eu com o outro, do encontro entre os diferentes” e trazendo “à tona sua essência, a saber: as relações sociais” (*Ibidem*). Uma vez que “o processo de formação identitária é conflituoso”, a ocupação do espaço público urbano tende a explicitar os confrontos de códigos simbólicos, que são constitutivos da festa e que estão longe de serem homogêneos dentro dos contextos sociais (PEREIRA FILHO, 2006, p. 33). O carnaval é o exemplo de festa analisado pelo autor, segundo o qual,

por ser uma parte integrante e distinta do viver urbano, o carnaval carrega consigo mesmo uma série de ambiguidades (*sic*) típicas dos tempos contemporâneos: impulsionador de algumas mudanças e inibidor de outras alterações; símbolo da liberdade para os foliões e ícone opressivo para aqueles que não o admiram; contestador da ordem vigente e reiterador das diferenças sociais [...] (PEREIRA FILHO, 2006, p. 33).

Como a “ruptura” com o modelo hegemônico não costuma se dar de maneira pacífica, sendo um processo que envolve confrontos e embates de poder, os festejos do carnaval, quando destoantes dos padrões estabelecidos, tendem a ser criminalizados e/ou domesticados. Foi nesse contexto que o Rio de Janeiro passou a

distinguir, nas primeiras décadas do século XX, o Grande Carnaval (da elite que desfilava em carros decorados e que se jogava confetes), do Pequeno Carnaval (de populares organizados em clubes, blocos, cordões e ranchos) e também do entrudo (da população pobre e desorganizada)⁵². De modo geral, a definição de regras para a realização do carnaval, assim como os espaços exclusivos e caros que iam sendo construídos para o festejo privilegiavam as manifestações da elite e favoreciam sua ocupação em importantes ruas da cidade. Enquanto isso, a população excluída reagia ao seu modo, hora destruindo construções (palanques, camarotes) que tentavam privatizar os espaços públicos, hora criando novos modos de festejar, burlando as regras de domesticação da folia (FERREIRA, 2004).

A expansão do carnaval, que passou a ser visto como símbolo da cultura brasileira, gerou novos investimentos, além da divulgação (nacional e internacional) da festa como produto turístico. A partir de 1930, durante o governo desenvolvimentista de Vargas, a conformação das escolas de samba – fruto “das rodas de batuques dos morros cariocas e dos terreiros das ‘tias’ baianas” (DIAS, 2015, p. 89), em que se misturavam cantos, batuques e crenças de origem africana – deram novo impulso ao carnaval, transformando-o em evento cobiçado por turistas do mundo inteiro.

Por ser uma experiência composta por trocas dinâmicas (espaciais, simbólicas, relacionais) e por significados mutantes (que envolvem disputas de poder), a festa do carnaval não se conformou de modo homogêneo nas áreas urbanas do país, devendo ser compreendido dentro do contexto histórico no qual as coletividades estão inseridas. Desse modo, apesar do destaque que sempre foi dado ao carnaval do Rio de Janeiro (cujos desfiles das escolas de samba se expandiram e se profissionalizaram, atraindo investimentos, proporcionando empregos e renda), cidades como Salvador, Recife, Olinda (assim como diversas cidades menores do interior dos estados) também apresentam carnavais muito significativos (inclusive, do ponto de vista turístico), com particularidades e renovação dinâmica quanto ao formato, vestuário, música, número de dias da folia. Há também variações no que diz respeito aos embates (que não deixam de ocorrer) em torno da apropriação dos espaços públicos, de modo que,

⁵² Os cordões assemelhavam-se, formalmente, às procissões religiosas, que eram incrementadas por práticas populares como a capoeira e os batuques em grandes bumbos feitos pelos chamados de zé-pereiras. Em geral, quem participava dos cortejos chamados ranchos eram populares da zona rural.

as cidades e metrópoles de tradição carnavalesca mais consolidada lidam com os conflitos de apropriação dos espaços públicos postos em destaque pela maior festa popular brasileira de uma forma mais corriqueira e negociável do que aquelas com menor tradição carnavalesca. Nesse sentido, algumas questões do carnaval de rua que já foram consideradas impeditivas pelo Poder Público de São Paulo e Belo Horizonte, como o grande número de pessoas nas ruas, o fechamento de vias, a sujeira gerada e a necessidade de segurança, são tratadas de forma corriqueira no Rio de Janeiro, Salvador, Recife e Olinda, cidades onde a folia possui maior dimensão e acontece há mais tempo (DIAS, 2015, p. 116).

No caso de Belo Horizonte, ao se referenciar no carnaval carioca – pelo conceito de cidade moderna e civilizada que era atrelado ao Rio de Janeiro –, a capital mineira foi adotando práticas excludentes e higienizadoras também para a festa do carnaval. Como já foi discutido, uma vez que a “modernidade ambígua e paradoxal” da capital mineira não estendeu a liberdade característica da “*res pública*” a todos os sujeitos da cidade, muitos “anônimos sujeitos históricos que experienciavam o tecido urbano” viram-se excluídos da gama de direitos dos cidadãos republicanos (PEREIRA FILHO, 2006, p. 46), de modo que “muitos foram aqueles que se viram estigmatizados pelo fardo do preconceito e da intolerância”. Nesse sentido, a ocupação dos espaços públicos, que sempre despertou temores, recebia atenção redobrada quando ocorriam as festas, sobretudo as que envolviam “uma atmosfera de pretensa licenciosidade e subversão da ordem”, como era o caso do carnaval (*Ibidem*, p. 84). Festejos populares com brincadeiras como o entrudo, por exemplo, eram vistos como impróprios para uma cidade moderna, ordeira e civilizada, sendo atacados pelas camadas mais abastadas que os via como “carnavais sujos”.

A fundação de clubes sociais – grupos de participantes seletos e organizados de carnavalescos – já constava no Rio de Janeiro, desde meados do século XIX. Em Belo Horizonte, essas associações tornaram-se presentes já nos primeiros anos da cidade, desenvolvendo atividades que não se restringiam aos festejos do carnaval, mas que englobavam diversas práticas culturais e de lazer para seus sócios (representantes das classes média e alta), em uma espécie de organização da vida coletiva e do tempo improdutivo (PEREIRA FILHO, 2006). Como os festejos do carnaval também envolviam a população humilde nas ruas, “tanto os moradores dos bairros residenciais como os associados dos clubes tentaram relegar esses anônimos foliões aos espaços da periferia ou aos lugares tidos como ‘do baixo centro’” (*Ibidem*, p. 101). Nesse bojo, o poder público normalmente beneficiava os

clubes, permitindo sua ocupação das áreas mais nobres da cidade (Bairro Funcionários, Parque Municipal, Praça da Liberdade, Rua da Bahia), cuidando da infraestrutura necessária para os elegantes desfiles de pessoas, famílias e seus carros, doando terrenos e quantias em dinheiro para a construção das suas sedes e para a organização interna desses grupos. Tudo isso, com verba pública.

Pereira Filho (2006) chama a atenção para o caráter disciplinador das primeiras legislações e regras municipais para o carnaval de Belo Horizonte, diante das quais ficavam “claras as intenções de se transformar o carnaval de rua em práticas cidadinas bem vistas aos olhos da alta sociedade belo-horizontina” (*Ibidem*, p. 74). Vista como desordeira e perigosa, a massa de foliões anônimos que ocupava as ruas durante o carnaval eram alvo de vigilância e repressão por parte das autoridades policiais, sobretudo se desrespeitassem as proibições impostas e que iam “desde aquelas que cerceavam críticas dirigidas às autoridades políticas, militares ou religiosas, chegando até mesmo na intenção de se vetar determinadas fantasias e danças” (*Ibidem*, p. 132). Exemplo disso é uma publicação feita em 1930, pela chamada “Delegacia de Fiscalização de Costumes e Jogos”, divulgando a proibição “(...) de cordões, blocos e agrupamentos carnavalescos de quaisquer espécies”, sem licença escrita da delegacia e que não tivessem submetido à inspeção da censura “os disfarces e fantasias, as letras das canções ou recitativos que tenham de ser cantados ou exibidos em público” (MINAS GERAIS, 1929). Como apontou Pereira Filho (2006), por mais que fizesse menção aos “agrupamentos carnavalescos” – em que poderiam ser enquadrados os clubes –, o rigor anunciado no regulamento era dirigido somente aos blocos e cordões (ainda mais, diante da boa relação que existia entre clubes, meios de comunicação e o poder público).

Buscando regular o festejo – mais do que proibir por completo –, iam sendo divulgadas orientações sobre as “práticas desejadas” e sobre o que seriam “formas indecorosas” de se festejar, contexto em que, mais uma vez, destacam-se os meios de comunicação na difusão de padrões de comportamentos, sempre alinhados com a visão de mundo, os valores e desejos de “civildade” das classes média e alta. As intenções de polidez dos festejos eram comumente proclamadas nas páginas dos jornais da época. O objetivo desses meios era criar um ambiente harmônico, onde corpos disciplinados por comportamentos padronizados pudessem participar dos festejos, civilizadamente.

Uma nota que convém acenar é a de que o Carnaval, entre nós, se vai tornando uma festa mais aprimorada e distinta, pela substituição feliz que se verifica dos antigos cordões pelos pequenos grupos de seletos cavalheiros e famílias da nossa melhor sociedade, que se fantasia com arte e bom gosto, para a crítica leve e espirituosa da atualidade (MINAS GERAIS *apud* PEREIRA FILHO, 2006, p. 87).

As “mensagens pedagógicas” eram difundidas também pelas associações carnavalescas, tais como o Club Matakims (fundado em 1902) que publicou em um dos seus impressos a intenção “civilizadora” do grupo: “a instrução do povo será um dos pontos primordiais e por ela nos bateremos ardorosamente e sem desfalecimentos” (O MATAKIM *apud* PEREIRA FILHO, 2006, p. 84). As análises de Foucault (1987) ajudam a compreender algumas relações entre os mecanismos utilizados pelas instâncias de poder – nem sempre associados à violência física ou à proibição propriamente dita – e a construção de uma visão de mundo que, em geral, beneficia esse mesmo grupo. Considerando que o poder constitui-se como um “modo de ação de alguns contra os outros”, condicionando condutas e relações entre os indivíduos, Foucault (1995) analisa que

o exercício do poder opera sobre o campo de possibilidades onde se inscreve o comportamento dos sujeitos ativos; ele incita, induz, desvia, facilita ou torna mais difícil, amplia ou limita, torna mais ou menos provável; no limite, ele coage ou impede absolutamente, mas é sempre uma maneira de agir sobre um ou vários sujeitos ativos, e o quanto eles agem ou são suscetíveis de agir (FOUCAULT, 1995, p. 243).

Para isso, o poder utiliza estratégias diversas para condicionar comportamentos – nem sempre associadas à repressão direta –, permeando e produzindo coisas, induzindo ao prazer, formando saber e criando discursos (tais como as mensagens pedagógicas do carnaval), o que faz com que ele vá sendo permitido no contexto social, por não ser sempre percebido como imposição (FOUCAULT, 1987, p. 8). Induzindo a percepção dos sujeitos a uma naturalização desse estado de coisas, ao mesmo tempo em que essas mensagens representam um modo de segregar a cidade por parte de um segmento social com “claras intenções de se sobrepor ao outro de maneira autoritária (PEREIRA FILHO, 2006, p. 124), ao “conformar alguns padrões homogêneos de comportamento, descartando, com isso, a espontaneidade dos diferentes sujeitos e grupos sociais” (*Ibidem*, p. 109), elas também geram uma “deseducação urbana”, no sentido que se discute nessa tese.

Levando em conta que a festa na cidade engloba dimensões de classe, raça, gênero, sendo heterogênea e diversa, por mais que fosse prescrito e planejado um carnaval harmonioso e ordeiro, o que se efetivava, na prática, era uma experiência conflituosa, em que eram confrontadas as múltiplas narrativas, visões de mundo e os posicionamentos dos sujeitos urbanos, que caracterizam o viver cotidiano.

Ao adotarem diversificados cantos, danças e músicas como ícones do riso festivo, os habitantes de Belo Horizonte souberam amplificar suas respectivas participações ativas quando das ocorrências dos festejos de rua. Munidos de muito bom humor e de uma azeitada sátira ao cotidiano, esses sujeitos anônimos empreenderam uma busca louvável pelos direitos à cidadania cultural; dessa forma, o carnaval emergia como alternativa viável de participação para aqueles que se encontravam excluídos do processo da modernização belo-horizontina (PEREIRA FILHO, 2006, p. 73).

Nesse viés, os festejos carnavalescos (sobretudo, os populares) englobavam críticas aos problemas da vida urbana cotidiana – pobreza, fome, desemprego, corrupção, favorecimento das elites, deficiências nos transportes e em outros serviços básicos. Assim, desde os primeiros tempos do carnaval de Belo Horizonte, a subversão dos padrões “corretos” de se festejar fazia com que a cidade fosse sendo (re)criada de maneira criativa, imprevisível e com um viés político que deveria caracterizar os modos de ser nos espaços públicos. Sem dúvida alguma, além do perigo que geravam na visão das elites, essas manifestações representavam um modo de resistência à urbanidade hegemônica.

Como era de se prever, os conflitos mais noticiados pela imprensa eram os que ocorriam no “carnaval sujo”, sendo que os festejos das classes mais abastadas eram relatados como civilizados e ordeiros, enaltecendo os modos domesticados e moralizados desses grupos festejarem. Entretanto, apesar de todas as ações de distinção entre os festejos corretos e os inadequados, Pereira Filho (2006) chama a atenção para o caráter híbrido, dinâmico e ambíguo do carnaval, visto que ele também possibilitava “um trânsito dinâmico de trocas e influências entre a festa ‘moderna’ e os festejos ditos ‘anárquicos’, de modo que “tanto o carnaval planejado como aquele de caráter mais espontâneo influenciavam-se reciprocamente” (*Ibidem*, p. 175). Um resultado desse diálogo – que podia ser visto nas brincadeiras, fantasias, alegorias e máscaras – seria o constante (re)vigoreamento da festa, conforme apontado por Bakhtin (1999).

A partir de 1930, tanto os clubes sociais quanto as manifestações carnavalescas populares começaram a estagnar em Belo Horizonte. Enquanto os clubes alegaram questões de ordem financeira – e que eram agravadas pelas dificuldades de se sair às ruas sob as fortes chuvas dos dias de carnaval –, os formatos populares (cordões, ranchos e blocos) foram se tornando desgastados diante de tantas perseguições e proibições. Com isso, foram surgindo novos modos de se brincar o carnaval, que contaram novamente com a inspiração carioca, tendo sido fundadas as escolas de samba de Belo Horizonte (DIAS, 2015). Além das escolas de samba, outro formato de festejo também surgiu na capital mineira: os chamados blocos caricatos eram compostos por músicos/batuqueiros fantasiados que, tocando sobre um veículo elevado, arrastavam foliões e passistas que seguiam o caminhão alegórico, andando pelas ruas. Apresentando um formato mais ou menos espontâneo de ocupação das ruas, os blocos caricatos foram se proliferando ao longo dos anos, tendo sido regulamentados (juntamente com as escolas de samba) em 1980. Várias regras e restrições começaram a vigorar a partir da regulamentação: exigência de registro dos grupos em cartório e na prefeitura, redução do percurso dos desfiles, normas para organização, formato dos desfiles, número de pessoas em cada formato (DIAS, 2016, p. 111).

Do período anterior à regulamentação oficial das manifestações carnavalescas, ainda existem, nos dias de hoje, escola de samba (Escola de Samba Cidade Jardim) e blocos caricatos (Corsários do Samba, Aflitos do Anchieta e Bacharéis do Samba) que foram fundados na década de 1960 (DIAS, 2016). As manifestações carnavalescas assim como os desfiles ocorriam na Avenida Afonso Pena (uma das vias mais importantes da cidade), que, a partir de 1974, também passou a receber a chamada “Banda Mole”, no período de pré-carnaval. Formada por uma banda de músicos que tocam no chão, a Banda Mole tem atraído grande número de foliões (muitos dos quais, são homens vestidos de mulher) até os dias de hoje⁵³. Após um período de grande destaque carnavalesco (décadas de 1970 e 1980), com grande número de escolas de samba, blocos caricatos e foliões⁵⁴, houve nova estagnação dos festejos em Belo Horizonte. Os desfiles na Avenida Afonso

⁵³ Atualmente, milhares de foliões acompanham a Banda Mole, que teve somente um ano de interrupção (2004) desde a sua estreia no pré-carnaval de Belo Horizonte, por falta de apoio e também por restrições quanto ao espaço a ser ocupado na Avenida Afonso Pena.

⁵⁴ De acordo com Dias (2016, p. 111), na década de 1980, havia mais de 17 escolas de samba, 23 blocos caricatos e um público aproximado de 300 mil pessoas.

Pena foram interrompidos, os investimentos da prefeitura foram sendo reduzidos e o carnaval da cidade foi perdendo sua importância. Desse modo,

a década de 1990 representa um esvaziamento no que se refere às manifestações carnavalescas em Belo Horizonte, já que a festa passou a contar apenas com o desfile pelas ruas da “Banda Mole” no pré-carnaval e com os bailes privados que aconteciam, desde a década de 1940, nos salões dos clubes recreativos (DIAS, 2016, p. 114).

Com o declínio das manifestações carnavalescas nas ruas de Belo Horizonte, poucos desfiles ocorreram na cidade, tendo sido transferidos os desfiles (entre 2004-2010) para uma região periférica da cidade (região norte) que tinha pouca facilidade de acesso. Por um longo período, os blocos caricatos e as escolas de samba buscaram novos investimentos do poder público, negociações que só surtiram efeito em 2011, quando os desfiles foram novamente transferidos para a região central da cidade (Avenida dos Andradas), dando novo impulso à folia. Em 2014, o carnaval retornou à Avenida Afonso Pena (*Ibidem*, p. 113-114)⁵⁵.

Durante os anos em que o carnaval de rua foi ficando menos expressivo, várias formas de ativismos criativos e lúdicos foram surgindo em Belo Horizonte. A expansão desses movimentos também contribuiu para a nova safra de festejos na cidade, desencadeando a ocorrência de “outros carnavais”. Uma vez que o desenvolvimento da capital mineira alinhou-se ao das grandes metrópoles, onde os espaços tornaram-se estratégicos também no atual contexto neoliberal, o cerceamento da liberdade de experimentação da cidade passou a ser prática explícita na produção do espaço urbano, contexto em que as ruas da cidade (sobretudo, as centrais) privilegiavam apenas a circulação de mercadorias, veículos e pessoas, em detrimento da sociabilidade. Nesse universo, diversas e diversificadas manifestações de oposição a esse modelo de cultura/cidade têm surgido na capital mineira, seja na forma explícita de protesto/contestação, seja na construção de alternativas (muitas vezes, lúdicas e criativas) a esse contexto hegemônico.

⁵⁵ Vale destacar que as pequenas festas de carnaval (assim como festa Junina e outras) sempre foram mantidas nas ruas de alguns bairros, sobretudo dos periféricos, onde os moradores incorporam relações mais comunitárias.

4.1.2 Que a cidade possa ser (também) nossa!

Ao refletir sobre os cem anos da capital mineira, Arroyo (1997) observou que a ideia matriz de uma cidade civilizada – característica que teria orientado a fundação de Belo Horizonte – seria a sua capacidade de “incorporar reivindicações e os direitos dos diversos grupos sociais” (ARROYO, 1997, p. 24). No contexto em que o desenvolvimento da cidade não efetiva essa civilidade, os embates sociais e culturais intensificam-se, forçando a ampliação dos direitos. Destacando o aumento da ocorrência de ações dos movimentos urbanos na cidade, desde a década de 1970, o autor pontua que nem sempre essas manifestações trazem uma bandeira reivindicatória explícita, podendo consistir em “eventos que atraem a presença da população nas ruas, praças, espaços públicos, nas eleições, nos comícios, festivais” (*Ibidem*). Muitas vezes, essas manifestações evidenciam “questões contemporâneas da democracia, de igualdade e diversidade, da função social do espaço público, dos direitos da mulher, do trabalhador, do negro, dos meninos de rua” (*Ibidem*), sendo possível, na perspectiva defendida por Arroyo (1997), relacioná-las com a promoção de uma educação urbana na cidade (*Ibidem*). Se este já era o caso das ações de resistência que sempre fizeram parte do carnaval de rua de Belo Horizonte, as práticas educadoras da cidade também estiveram ligadas aos movimentos urbanos surgidos em Belo Horizonte em meados dos anos 2000, tais como os coletivos Gato Negro e Mansão Libertina – compostos por jovens que buscavam criar um contexto cultural alternativo na cidade⁵⁶ – que se alinhavam com a “cultura libertária” e com a bandeira “anticapitalista”⁵⁷ (OLIVEIRA, 2012). Em meio a essa efervescência contra-hegemônica, o chamado “Carnaval Revolução” surgiu como uma proposta diferente para os dias de carnaval em Belo Horizonte, trazendo atividades culturais (oficinas,

⁵⁶ Criado em 2002, o Coletivo Gato Negro funcionou no Edifício Maleta até o ano de 2005. Era um local onde se tinha acesso a revistas, livros, vídeos, assim como à diversificada programação criada pelo grupo (vídeos, debates, palestras, oficinas e cursos) e a um café vegano. Atualmente, o veganismo e o direito dos animais são as principais bandeiras empunhadas pelo coletivo. Já a Mansão Libertina era um espaço de moradia e de eventos musicais, shows, festas e palestras, que contava com biblioteca e estúdio, entre o final dos anos 1990 e início do ano 2000. Informações disponíveis em <https://comjuntovazio.wordpress.com/tag/belo-horizonte/> Acesso em: 21 set. 2021.

⁵⁷ “A cultura libertária do *faça-você-mesmo*, o protesto lúdico e criativo, a cultura da horizontalidade, o uso intenso das novas tecnologias da informação e comunicação para organização, mobilização etc., a cultura da cooperação, da subversão, da ação direta, a prática de conformação de redes, a divulgação e promoção da cultura livre e não-proprietária — expressa pelos temas do *software* livre, rádio livre, freeganismo etc. — a autonomia e negação das hierarquias eram as marcas das ações, iniciativas e agenciamentos que abriram janelas para a criação de formas de sociabilidade e contestação do presente e do futuro” (OLIVEIRA, 2012, p. 66).

debates, música, audiovisual) entre os anos de 2002 e 2008 (tendo sido esse último evento realizado em São Paulo). Entre as atividades desse coletivo estava a ocupação dos espaços públicos por meio da mistura de protesto e festa.

Os blocos de carnaval que saíram em algumas edições do Carnaval Revolução traziam a mensagem de resgate da festa popular feita nas ruas [...] e davam a esse resgate um sentido de manifestação política. Festa e protesto, cultura e política eram então dimensões que se entrecruzavam nas ações de ocupação dos espaços públicos urbanos. A ideia de tomada das ruas, de ir para as ruas, cara aos movimentos antiglobalização e aos dias de ação global, era no Carnaval Revolução marcada como forma de vivenciar a cidade, de desobediência civil, de protagonizar a festa/protesto sem permissões, sem controle, sem alvarás etc. (OLIVEIRA, 2012, p. 67).

Alguns desses coletivos incorporavam em seus ativismos preocupações com os problemas da cidade. Eventos como a “Universidade Pirata” promoviam conexões e trocas entre os diversos coletivos, explicitando – nas chamadas para os encontros, que ocorriam em praça pública – o caráter democrático, o compromisso com as questões urbanas e com uma educação emancipatória.

Universidade Pirata é o encontro de encontros. Esta teia de trocas está contando com a colaboração de pessoas que se indagam sobre a forma de se educarem num mundo hierarquizante. Onde tod@s aprendem e tod@s ensinam, onde tod@s falam e tod@s ouvem, onde tod@s tenham vários modos de ver o mesmo. É aberta, móvel, nômade e pirata. Toma e ocupa a cidade (PRAÇA LIVRE BH, 2010, *on-line*)⁵⁸.

Outros ativismos inauguraram novos formatos de manifestações de resistência nos espaços públicos. Ao invés das tradicionais passeatas defendendo o uso de bicicletas, a chamada “Bicicletada” – que ocorria uma vez por mês, questionando a mobilidade urbana e o privilégio dado ao automóvel – consistia em passeios noturnos de bicicleta, materializando um tipo de ativismo em que a prática já “incorpora o que se quer para a cidade”, de modo que “os participantes fazem de sua própria ação no presente o que desejam para o cotidiano da cidade” (OLIVEIRA, 2012, p. 77). Analisando esses movimentos, Oliveira (2012) observa que, após arrefecerem os protestos nas ruas, dos coletivos antiglobalização, parece ter havido uma inflexão para as questões locais, referentes ao cotidiano, de modo que

⁵⁸ Disponível em: <http://pracalivrebh.wordpress.com/2010/10/28/0211-universidade-pirata-em-construcao/> Acesso em: 08 ago. 2021.

problemas da “cidade e seu desenvolvimento ganharam destaque como questão a ser contestada pelos jovens” (*Ibidem*, p. 79).

No contexto que em Belo Horizonte passou a ser gerida por um governo municipal de viés neoliberal, que tratava a cidade como mercadoria – tais como as grandes intervenções propostas na forma de “revitalizações urbanas” e que envolviam transformações da cidade para os eventos da Copa do Mundo de Futebol de 2014 – não faltaram motivos para protestar. Quando o poder municipal passou a restringir a apropriação dos espaços públicos⁵⁹, no ano de 2009, as manifestações ganharam força, contestando a lógica espacial hegemônica e reivindicando o direito de uso e experimentação dos espaços públicos. A indignação de Harvey explicita o quão abusivas são as ações que restringem a ocupação dos espaços públicos nas cidades contemporâneas.

Com que direito os prefeitos, os chefes de polícia, os oficiais militares e as autoridades do Estado dizem para nós, o povo, que eles podem determinar o que é público em “nosso” espaço público, bem como quem pode ocupá-lo e quando? Quando é que eles presumem expulsar-nos, o povo, de qualquer espaço que nós, o povo, decidimos coletiva e pacificamente ocupar? (HARVEY, 2012, p. 62).

Foi essa indignação que tomou conta de alguns belo-horizontinos que reagiram rapidamente ao decreto municipal. Contando com as facilidades de comunicação das redes sociais, uma mobilização virtual convocou as pessoas para ocuparem a Praça da Estação, em janeiro de 2010. Com o discurso de que já que Belo Horizonte não tem praia, a praça seria transformada na praia dos mineiros, foi criado o evento que ficou conhecido como “Praia da Estação” e que consistiu na ocupação da praça por jovens vestindo trajes de banho, com guarda-sóis, cadeira, toalhas e fazendo uso das fontes da praça em substituição ao banho de mar. A repressão do poder público foi imediata, mas, a cada tentativa de intimidação por parte da guarda municipal e da polícia militar, ocorria resistência e nova convocação, de modo que o número de frequentadores da “praia” foi aumentando a cada novo evento, que tem sido realizado até os dias de hoje. O transbordamento de corpos

⁵⁹ Alegando dificuldades de controlar o número de pessoas e de garantir a segurança, o então prefeito da cidade de Belo Horizonte, Márcio Lacerda, estabeleceu a proibição de quaisquer tipos de eventos na Praça da Estação (uma praça tradicional da cidade), com o Decreto nº 13.798, de 9 de Dezembro de 2009.

seminus, em festa, na Praça da Estação também incorpora o ativismo, cuja ação já representa o que se deseja para a cidade.

Figuras 05 e 06 – Primeira "Praia da Estação" (2010): resistência à proibição de eventos na Praça da Estação



Fonte: BHZ, 2018⁶⁰.

Figura 07 – Praia da Estação, no ano de 2010



Fonte: O tempo, 2010⁶¹.

Da reunião desses jovens, onde foram se incorporando manifestações culturais e discussões políticas, o evento foi se transformando em “movimento” com diversas pautas reivindicativas, entre elas o movimento “Fora Lacerda” – de repúdio aos atos do prefeito e à mercantilização da cidade⁶². Diante do aumento expressivo

⁶⁰ Disponível em: <https://bhaz.com.br/2018/01/08/praias-estacao-oito-anos/> Acesso em: 10 fev. 2020.

⁶¹ Disponível em: <https://www.otempo.com.br/pampulha/reportagem/cinco-anos-de-praia-1.971376> Acesso em: 10 fev. 2020.

⁶² As ações higienistas do prefeito incluíam confisco de posses dos moradores de rua, colocação de pedras embaixo de viadutos, despejos, venda de espaços públicos para o mercado imobiliário.

do evento, o decreto foi revogado em maio de 2010⁶³, o que representou certa vitória da população e ganhos de direito à cidade. Apesar do recuo do poder público, as reivindicações foram se ampliando, de modo que a agitação política que ganhou a cidade naquele momento resultou na disseminação de blocos de carnaval de rua, que uniam festa, manifestação cultural e política. Não por acaso, esse carnaval de rua passou a ser conhecido como “carnaval de luta”. A partir da experiência vivida nesse movimento de resistência, Mayer (2021, p. 298) relaciona as práticas coletivas da Praia da Estação com os inéditos viáveis freirianos, por terem sido “situações inusitadas de conquistas perante o poder”, originadas por meio de uma situação-limite (assim percebidas pelos atores que praticaram a resistência) impostas pelo poder público municipal. No contexto dessa praia, “nasceu o Bloco da Praia da Estação (2010) que fez parte do renascimento do carnaval de rua de Beagá”, as ações coletivas de resistência da Praia da Estação impuseram derrotas simbólicas ao poder tecnocrático (MAYER, 2021, p. 298). E uma vez que os movimentos urbanos forçam a ampliação de direitos e a efetivação da cidade civilizada (ARROYO, 2017), ao mesmo tempo em que reconfiguram subjetividades e conformações espaciais, a Praia da Estação e o carnaval impulsionado por ela podem ser compreendidos como práticas de educação urbana.

Sobre o “renascimento” do carnaval de blocos de rua, é importante abrir parênteses e esclarecer que a primeira ocorrência da retomada desse formato de carnaval na cidade já havia ocorrido no pré-carnaval de 2004, com o chamado “Santo Bando”. O novo festejo carnavalesco gerou conflitos nas ruas onde o Santo Bando manifestava-se, por ser o bairro Santo Antônio, majoritariamente residencial. Outros blocos que também foram precursores do atual carnaval de blocos de rua de Belo Horizonte são o bloco “Diz que me ama” (do bairro Sagrada Família), o “Inocentes de Santa Tereza” (no bairro boêmio de Santa Tereza) e o “Trema na Linguixa” (no bairro Santo Antônio). Assim como os ativismos, esses blocos também influenciaram os “novos” festejos carnavalescos que tomaram a cidade a partir de

⁶³ A proibição total de eventos na praça foi substituída por várias regras de regulamentação que, todavia, já constavam no Decreto nº 13792, de 02 de Dezembro de 2009. Entre as normas, o licenciamento de eventos passou a ter custo (o que já excluía certa parcela da população), além de abranger uma burocracia limitadora da apropriação do espaço. Até o momento da pandemia, estava em vigor a Lei Municipal nº 10277 de 2011, que não mais exige autorização para a realização de eventos de pequeno porte nos espaços públicos da cidade, respeitadas algumas condições, como ausência de som mecânico e de palco, a não obstrução da circulação de veículos e pedestres e o cumprimento do horário limite até as 22h (DIAS, 2015). Com a pandemia, as regras de ocupação dos espaços públicos têm variado conforme a política de saúde adotada pelo poder público.

2010. Alinhados com pautas ligadas às demandas coletivas atuais – mobilidade urbana, moradia, políticas culturais, racismo, feminismo, preservação ambiental, religiosidade – os inúmeros blocos de carnaval foram transbordando, ano a ano, pelos espaços públicos, instaurando outros modos de se lidar com a cidade (Figuras 08 a 10).

Figura 08 – Cortejo do Bloco Tico Serra Copo (2018) no Túnel da Lagoinha, trazendo outros modos de apropriação das áreas de passagens da cidade



Fonte: Priscila Musa, 2018.

Figura 09 – Cortejo Bloco "Então Brilha" na área central da cidade. O caráter político do carnaval pode ser visto no "Fora Temer" da faixa, exigindo a saída do então presidente da república



Fonte: Facebook do Bloco "Então, Brilha", 2019.

Figura 10 – Cortejo bloco "Pena de Pavão de Krishna" na região metropolitana de BH, em homenagem à "Serra do Gandarela", área remanescente de Mata Atlântica e ameaçada pela mineração



Fonte: Acervo da autora, 2019.

Destacando o caráter pedagógico das mobilizações coletivas urbanas, Arroyo (1997) chama a atenção para o fato de que, nessas práticas, os manifestantes “educam os cidadãos, agindo eles mesmos como cidadãos” – o que se alinha com as práticas educativas propostas por Freire (1967) –, que corporificam o

questionamento do uso e da ocupação privada daquilo que é público (ARROYO, 1997, p. 30). A apropriação de espaços públicos que inclui áreas usualmente de passagem de veículos e de pessoas (viadutos, estações de metrô), regiões e bairros periféricos e marginalizados (ocupações, vilas e favelas) evidencia o engajamento dos blocos com a reivindicação do direito à cidade, sobretudo quando se considera a abrangência desse conceito. Nas palavras de Harvey,

o direito à cidade é muito mais do que a liberdade individual de acesso aos recursos urbanos: ele é o direito de mudar a nós mesmo mudando a cidade. Ele é, antes disso, um direito comum mais do que um direito individual, pois essa transformação inevitavelmente depende do exercício de um poder coletivo de remodelar o processo de urbanização (HARVEY, 2008, p. 23).

A indignação e as práticas insurgentes promovidas por esse carnaval também podem ser relacionadas ao que Holloway (2013, p. 20) classificou como "negação-e-criação", ao analisar possibilidades de rompimento com o sistema capitalista⁶⁴. Apontando o caráter criativo que o processo de fissura deve conter, o autor ressalta a importância de que uma determinada recusa vá além da simples ruptura, convertendo-se, também, em desenvolvimento de novas atividades. Nas palavras do autor,

romper significa que fazemos mais do que isto [do que protestar], que tomamos a iniciativa, que definimos a agenda. Nós negamos, mas de nossa negação cresce uma criação, um outro-fazer, uma atividade que não é determinada pelo dinheiro, que não é condicionada pelas regras do poder. Frequentemente, o fazer surge da necessidade: o funcionamento do mercado capitalista não nos permite sobreviver, o que nos leva a procurar outras formas de viver, formas de solidariedade e cooperação. Também frequentemente, ele vem por escolha: nós nos recusamos a submeter nossas vidas ao comando do dinheiro e nos dedicamos ao que consideramos necessário ou desejável. De qualquer uma das formas, vivemos o mundo que queremos criar (*Ibidem*, p. 8).

Ainda segundo Holloway (2013), essa tomada de posição na construção de um mundo desejável faz parte da experiência e da vida cotidiana de pessoas comuns que, em dado momento, seja por conscientização ou por necessidade mais imediata, rejeitam situações impostas por autoridades externas e promovem um

⁶⁴ Embora Holloway (2013) discorra sobre a possibilidade de rompimento com o sistema capitalista, as análises do carnaval, com base nas suas reflexões, estão mais relacionadas à possibilidade de se abrirem frestas e fissuras nesse sistema, sobretudo se levarmos em conta que, mesmo nos primeiros momentos do carnaval de blocos de rua, quando ainda não havia tentativas de cooptação, a realização do evento já envolvia capital e movimentava a economia.

"movimento contra-e-mais-além", isto é, um dizer "não" apoiado em propostas de outros modos de fazer/ser (HOLLOWAY, 2013, p. 23). Com essa prática de insurgência, os indivíduos abandonam a posição de vítimas ou objetos e assumem o protagonismo, como sujeitos, numa perspectiva semelhante à concepção contra-hegemônica de Freire. Assim, uma das leituras possíveis do carnaval de blocos de rua dá-se pelo viés da fissura/ruptura com o ordenamento vigente: a resistência inicial à proibição do uso do espaço consistiu não apenas na rejeição do cerceamento que foi imposto, mas também na tomada do espaço público pelos cidadãos, que instauraram outras experimentações da cidade. Nesse processo, em que sujeitos e cidade vão se (re)construindo mútua e dialeticamente, outras concepções de cidadania e de direito vão sendo afirmadas, o que constitui um processo de aprendizagem e de ressignificação cultural (ARROYO, 1997).

O carnaval de blocos de rua ainda encontra conexões com o pensamento de Lefebvre (2008a, 2008b), que vê as práticas cotidianas como ações fundamentais para se transformar a cidade. Criticando o espaço urbano que privilegia o espetáculo, o apaziguamento das diferenças e as relações mediadas pelo consumo, o autor compreende a cidade na sua dimensão de festa: na possibilidade do encontro e de relações interpessoais que fomentam a vida social ativa, restabelecendo o valor de uso na cidade (LEFEBVRE, 2008a)⁶⁵. Sendo um fenômeno social que não se conforma por uma rígida limitação física, a festa transborda os espaços urbanos, rompendo com as dinâmicas habituais e materializando a "não-finalidade" e a "não-produtividade" (SOUZA, 2013, p. 55). Mas, uma vez que "o aprendizado do direito à cidade é mais perigoso do que o aprendizado das primeiras letras, das noções elementares de ciências" e de outros saberes (ARROYO, 1997, p.30), uma vez que contesta a lógica hegemônica de conformação da cidade, surgem novas ações de combate a essas formas de resistência. Assim, se "a relação entre cidade, festa e poder é capaz de remeter à condição da cidade como palco e objeto pelo qual se luta, a uma batalha pelo direito à vida urbana" (SOUZA, 2013, p. 55), de modo que a efervescência e a "desordem festiva" sejam vistas como ameaça ao poder instituído, surgem sempre novas estratégias para descaracterizar a festa. Nesses casos, "o poder instituído procura

⁶⁵ Lefebvre (2008a) aponta a perda do valor de uso dos espaços urbanos como resultado da concepção capitalista de cidade, que privilegia a dimensão econômica, em detrimento das dimensões de socialização e das práticas sociais.

dominar o gozo coletivo, impondo-lhe regras de domesticação” (SOUZA, 2013, p. 55). O que tem ocorrido com o carnaval de blocos de rua de Belo Horizonte pode ser enquadrado nesse contexto.

4.1.3 Se não dá para detê-lo, vamos vendê-lo!

Arantes (2000, p. 31) apontou a cultura como sendo “a nova grife do mundo *fashion*, da sociedade afluyente dos altos serviços a que todos aspiram” e, portanto, a “senha mais prestigiosa” para entrar no universo dos negócios. Uma vez que o empreendedorismo cultural passou a ser um importante meio de atração de consumidores para as cidades que buscam uma melhor “posição competitiva com respeito à divisão espacial de consumo (...) os festivais e os eventos culturais também se tornaram focos das atividades de investimento” (HARVEY, 2005, p. 176-177). Como já foi discutido, a adoção de políticas urbanas que manipulam atividades culturais, para criar imagens ideais das cidades, tem sido prática recorrente, sendo que, não raras vezes, as próprias energias contrárias à política neoliberal vão sendo absorvidas, domesticadas e utilizadas para favorecer os mesmos interesses que elas contestavam. Esse modo de apropriação, analisado por Harvey (1992) e por Arantes (2000) como sendo característico do contexto atual, promove a substituição “do espetáculo como forma de resistência ou de festa popular revolucionária pelo espetáculo como forma de controle social” (ARANTES, 2000, p. 23) e de extração de benefício econômico.

Belo Horizonte acumula exemplos das tentativas de cooptação de atividades culturais, que haviam sido reprimidas em -um primeiro momento. Um dos casos emblemáticos foi a proposta do “Corredor Cultural Praça da Estação”, lançado pela Fundação Municipal de Cultura (FMC) no fim de 2012. Segundo Berquó (2015, p. 86), a proposta contemplava um dos eixos que estavam recebendo “tratamento especial desenvolvido pelo órgão de Belo Horizonte naquele momento” para viabilizar a “candidatura da Pampulha como Patrimônio Cultural da Humanidade⁶⁶ e a restauração dos bens tombados da cidade⁶⁷. Fazendo parte de um processo

⁶⁶ O “Conjunto Moderno da Pampulha” foi reconhecido pela UNESCO como Patrimônio Cultural da Humanidade em 17 de julho de 2016, em Istambul, na Turquia.

⁶⁷ Nas palavras de Berquó (2015, p. 86), “apesar de instaurado em 2012 é apenas em janeiro do ano seguinte, contudo, que tal Programa começa, de fato, a tomar forma. O motivo é o lançamento do “PAC Cidades Históricas”, linha do Programa de Aceleração do Crescimento do Governo Federal

polêmico⁶⁸, que contou com a contratação de uma empresa de arquitetura, sem processo de licitação; com o desenvolvimento de uma proposta arquitetônica, sem a devida participação dos atores existentes na região a ser “revitalizada” e cujo projeto proposto foi apontado como gerador de segregação espacial; não teria sido por acaso que o “Corredor Cultural da Praça da Estação” foi incorporado a um projeto mais amplo, uma operação urbana consorciada⁶⁹ denominada “Nova BH”⁷⁰. Sendo, posteriormente, denominada “Operação Urbana Consorciada dos Corredores Antônio Carlos–Pedro I e Leste–Oeste”, trazia propostas de alterações significativas nos padrões urbanos de uma extensa área da cidade (cerca de 7% do território do município), atingindo aproximadamente 170 mil moradores.⁷¹ Essa operação, que deveria se dar pela parceria-público-privada, ilustra as reflexões de Arantes (2000) sobre a apropriação da cidade feita por representantes do grande capital.

A receita [de crescimento da cidade, a qualquer custo] veio dos Estados Unidos e, com ela, outra palavra-isca, a famigerada “revitalização urbana”, bem como seus derivados não menos famigerados: a “parceria” público/privada, encarregada por sua vez de “alavancar” investimentos privados com fundos públicos (ARANTES, 2000, p. 22).

(PAC) voltada especificamente para a preservação de sítios históricos urbanos. Concebida pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), tal linha de ação previa a destinação de 1,6 bilhão de reais a obras de restauração de edifícios e espaços públicos em 44 cidades do Brasil – dentre as quais Belo Horizonte. É, assim, com o objetivo de pleitear parte de tais recursos, que técnicos da Fundação Municipal de Cultura (FMC) dão início, em janeiro de 2013, ao desenvolvimento do projeto de revitalização que possibilitaria a “implementação” do referido Corredor Cultural.

⁶⁸ Análises detalhadas das transformações ocorridas na Praça da Estação (e seu entorno), do seu englobamento na proposta do “Corredor Cultural Praça da Estação”, assim como as resistências que surgiram contra esse modelo, podem ser conferidas em Berquó (2015).

⁶⁹ De acordo com a Lei Federal nº 10.257, de 10 de Julho de 2001 – ou Estatuto da Cidade –, “considera-se operação urbana consorciada o conjunto de intervenções e medidas coordenadas pelo Poder Público municipal, com a participação dos proprietários, moradores, usuários permanentes e investidores privados, com o objetivo de alcançar em uma área transformações urbanísticas estruturais, melhorias sociais e a valorização ambiental”.

⁷⁰ Não seria por acaso a adoção do mesmo nome do já mencionado projeto “Nova BH 66”, criado no contexto da ditadura militar, sendo que ambas as propostas se orientaram por interesses econômicos, em detrimento do social.

⁷¹ Na página do grupo de pesquisa da UFMG “Indisciplinar”, é possível conhecer a proposta e algumas críticas feitas a essa Operação Urbana. De acordo com o grupo, a Operação Urbana Consorciada “Nova BH” foi apresentada para autoridades do mercado imobiliário mineiro, em um seminário organizado pelo Instituto Brasileiro de Estudos Imobiliários, por meio da seguinte fala do então Secretário Adjunto de Planejamento Urbano da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, o economista Marcello Faulhaber: “Eu vim aqui para trazer uma boa notícia para o mercado imobiliário: vamos criar terrenos em Belo Horizonte”. Segundo o grupo, o secretário não deixou de enfatizar que as OUCs são “como um pacto entre a cidade e o mercado imobiliário”, sendo “um excelente negócio para o mercado”. Disponível em: http://oucbh.indisciplinar.com/?page_id=17 Acesso em: 09 fev. 2021.

É dentro desse contexto que o economista e sociólogo Carlos Vainer (2000) aponta os planejamentos estratégicos, criados para adequar as cidades à lógica dos negócios, como sendo instrumentos geradores de segregação – ou *gentrificação* – na medida em que alteram realidades urbanas para valorizar determinadas áreas da cidade, promovendo a substituição de uma população de menor poder aquisitivo por grupos de maior poder econômico. Segundo Vainer, quando a configuração da cidade passa a ser guiada pelos interesses de quem pode consumir e/ou lucrar, ocorre um “encolhimento tão radical do espaço público” que só é possível se concretizar a partir de um consenso. Considerando que “o plano estratégico supõe, exige, depende de que a cidade esteja unificada, toda, sem brechas, em torno de um projeto” (VAINER, 2000, p. 91), um componente ideológico faz-se essencial para o sucesso do plano, sendo responsável por “instaurar o sentimento de ‘patriotismo de cidade’, de sentimento de pertencimento, de vontade coletiva de participação e de confiança no futuro da urbe” (CASTELLS; BORJA *apud* VAINER, 2000, p. 94). Arantes (2000, p. 57) também chamou a atenção para a importância de se conseguir o apoio da opinião pública para as novas estratégias de configuração urbana, bem como de se obter o “empenho dos ‘agentes’ que podem promovê-la”, mobilizando “todos os recursos capazes de despertar nos indivíduos ‘um patriotismo de cidade’ e o concomitante ‘desejo de inserção’ (nas redes globais, obviamente)” (ARANTES, 2000, p. 57).

Assim como em outros momentos da história de Belo Horizonte, também, no contexto atual, os meios de comunicação de massa têm exercido influência no pensamento do público – promovendo uma deseducação urbana, a partir de um ambiente acrítico e de conformismo – para que este valide (e até deseje) as propostas espaciais excludentes. Uma reportagem publicada na revista mineira “Encontro”⁷² (Figura 11) lançou a ideia da transformação da Praça da Estação na nova “Lapa Carioca”⁷³, por meio de processos de “revitalização urbana”. Na publicação, vê-se a inserção de atividades culturais antes combatidas – tais como o

⁷² Disponível em: <https://comjuntovazio.wordpress.com/tag/praiadaestacao/> Acesso em: 07 fev. 2021.

⁷³ Referência ao bairro localizado na região central da cidade do Rio de Janeiro, que também fez parte dos projetos de revitalização dos centros históricos brasileiros, nos anos 1990 – dentro do recuário dos planejamentos estratégicos –, sendo visto como um importante reduto cultural da cidade, composto pelo contexto boêmio, por bares, instituições culturais.

Como reação, um texto publicado no blog “COMjunto Vazio” discutiu o teor da reportagem, evidenciando a estratégia de esvaziamento do caráter político dos eventos apresentados, como no caso da Praia da Estação.

A apreensão da imprensa muitas vezes ajudou a reforçar apenas esse lado festivo, a reportagem da revista Encontro intitulada “Até Parece A Lapa” aparece como a mais sintomática nesse aspecto. A matéria não expõe, nem mesmo superficialmente, as críticas feitas ao Prefeito Márcio Lacerda que com seus mandos e desmandos foi o mote para a primeira praia, no relato da revista, jovens aparecem, como que em um passe de mágica, usando trajes de banho e tomando sol na Praça com o intuito de revitalizar o Centro (COMJUNTO VAZIO, 2011, *on-line*)⁷⁵.

Foi também com essa lógica que o carnaval de blocos de rua de Belo Horizonte passou a ser cobiçado como um “novo produto” cultural para um consumo de massa, o que vem resultando em novos formatos do festejo e também em manifestações de repúdio por parte de representantes de alguns blocos. Um manifesto publicado em 2015, contra a apropriação comercial do evento, lembrou o descaso e a repressão do poder público, ocorridos nos primeiros anos do carnaval de rua, e apontou o repentino interesse da prefeitura pelo carnaval, a partir de 2012, como sendo oportunista, uma vez que tenta se apropriar e subverter a festa.

Em 2009 e 2010, a prefeitura ignorou a festa que vinha sendo feita. Em 2011, decidiu combatê-la, com ameaças a bares e uso de efetivo policial: pouco importa se a fantasia era de rei, pirata ou marinheiro, o expediente foi cacete e bomba de gás lacrimogênio. A partir de 2012, a PBH tentou se apropriar da festa e distorcê-la. Vendeu o direito de se fazer comércio nas ruas para uma marca de cerveja, montou palcos e esbanjou em publicidade. O fato é que os palcos da PBH não atraíram um décimo dos foliões presentes nos blocos, segundo dados oficiais. Na sua ânsia privatista, o ex-presidente da Belotur chegou a propor que a cidade se tornasse um grande blocódromo, com áreas restritas para a festa, todas elas comercializadas com grandes marcas (BLOCOS..., 2015, *on-line*)⁷⁶.

Gelton Coelho Filho (2020, informação verbal)⁷⁷, Diretor de Desenvolvimento e Novos Negócios da Belotur, no ano de 2011, apresenta uma outra versão dos fatos. Segundo ele, o que ocorreu durante os primeiros anos do carnaval de rua de

⁷⁵ Disponível em: <https://comjuntovazio.wordpress.com/tag/praiada-estacao/> Acesso em: 07 fev. 2021.

⁷⁶ Disponível em: <https://www.uai.com.br/app/noticia/musica/2015/11/24/noticias-musica,174456/blocos-de-carnaval-divulgam-nota-de-repudio-a-camarotizacao-e-a-pbh.shtml> Acesso em: 23 jan. 2021.

⁷⁷ Entrevista realizada, em 21/09/2020, com o economista Gelton Pinto Coelho Filho, ex-diretor da Belotur – órgão da prefeitura, responsável pelo turismo da cidade de Belo Horizonte.

Belo Horizonte foram “muitos erros de diálogo entre a gestão pública e a população em geral” e que esse teria sido o caso do decreto que proibiu a realização de eventos na Praça da Estação. Coelho Filho (2020, informação verbal) relata que foi após surgirem diversas reclamações – vindas do Ministério Público – sobre vandalismos ocorridos na praça, após um show gospel, que a prefeitura decretou a proibição de eventos no local, até que fosse feita uma avaliação adequada do caso. Admitindo que naquele momento faltou uma melhor leitura política da gestão, Coelho Filho (2020, informação verbal) observa que a avaliação prevista não ocorreu na velocidade correta, o que motivou as reações (COELHO FILHO, 2020, informação verbal).

Ao discutir, em tom de ironia, o decreto que restringiu o uso da praça, o professor da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais, Roberto Andrés (2010, *on-line*)⁷⁸ escreveu um artigo em que criticava uma suposta (e fictícia) “barreira de proteção”, “construída” em torno da Praça da Estação, com o intuito de “proteger o precioso patrimônio composto por, além do edifício da estação, um piso acimentado, uma magnífica estátua, uma árvore e doze totens de iluminação”, dos “vândalos festeiros” (Figura 12)⁷⁹.

Figura 12 – Imagem fictícia da barreira criada na praça



Fonte: Andrés (2010, *on-line*).

⁷⁸ Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/10.119/3461> Acesso em: 11 mar. 2021.

⁷⁹ Ressaltando que a Prefeitura teria contratado arquitetos para buscar soluções de proteção para a praça, Andrés (2010) relacionou a suposta ação com a política urbana privatista e excludente que a gestão municipal adotava naquele momento. “Com um projeto que concilia inovação, austeridade e respeito à tradição, os arquitetos criaram uma BPP que nada deve ao West Bank Barrier Israelense ou aos “Ecolimites” construídos por Sérgio Cabral nas favelas cariocas. Ao mesmo tempo em que protege a Praça das multidões, a barreira não impede a visada do edifício da estação pelos passantes de helicóptero e permite a entrada de pessoas munidas do Documento de Comprovação de Registro junto ao Departamento de Controle de Acesso a Praças e Jardins – recém criado pela administração para oferecer mais segurança, ordem e controle no uso da cidade” (ANDRÉS, 2010, *on-line*).

Apesar das restrições e das críticas ocorridas em 2010, Coelho Filho (2020, informação verbal) salientou que entre 2011-2014 havia um grupo “de esquerda à frente da Belotur” que compreendia o carnaval de Belo Horizonte como um “carnaval popular, para as pessoas” e que, muito em função disso, o órgão teria começado a convocar os blocos para reuniões no intuito de ouvir suas demandas e lhes fornecer uma estrutura adequada, a partir de 2011. Segundo ele, ainda que a iniciativa privada também fizesse suas festas, o carnaval de rua sempre teria podido contar com investimentos e incentivos da prefeitura, uma vez que as maiores dificuldades para a realização do carnaval naqueles anos vinham do Governo do Estado (na gestão de Antônio Anastasia), sobretudo da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros. O ex-diretor destaca também que, com a troca de gestão do Governo do Estado, em 2015, ocorreram mudanças na postura dessas corporações, o que permitiu a explosão do carnaval, “em relação ao número de pessoas e também de qualidade” (COELHO FILHO, 2020, informação verbal).

No ano de 2012, o então presidente da Belotur, Fernando Rios, declarou o interesse do órgão em contribuir para a realização do carnaval de blocos de rua e ressaltou os encontros promovidos com os representantes dos blocos e com os demais órgãos (Polícia Militar, Bombeiros, BHTrans) para se criar, conjuntamente, a logística necessária para uma festa segura e de qualidade. Segundo Rios, os pequenos blocos deveriam ser tratados como “manifestações culturais espontâneas e populares que contribuem para alegrar o carnaval de Belo Horizonte” (ESTADO DE MINAS, 2012)⁸⁰ e não como evento. Mas de acordo com Dias (2015, p. 127), essa não era exatamente a compreensão que os órgãos públicos tinham do carnaval. Por ser considerado **evento**⁸¹ (e não manifestação cultural), era exigido dos blocos de carnaval de rua o cumprimento de uma série de “medidas para controle da festa, como cercamento da área de desfile do cortejo, a limitação do número de participantes e a elaboração de projeto de acidentes”. Essas exigências foram responsáveis por inviabilizar, por exemplo, o desfile do bloco pré-carnavalesco

⁸⁰ Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/especiais/carnaval/carnaval-noticias/2012/01/27/noticia-carnaval,274759/blocos-de-rua-de-bh-serao-apoiados-pela-prefeitura.shtml> Acesso em: 16 fev. 2021.

⁸¹ Dias observa que o Código de Posturas (legislação municipal que regulamenta a utilização dos logradouros e vias públicas) em vigor naquele momento possibilitava o uso desses espaços para “manifestação popular”, mas que, diante da falta de definição do que seriam “manifestações populares” e, ainda, com a publicação da Lei 9.063/2005 – que regulamentou procedimentos e exigências para a realização de eventos em Belo Horizonte –, “praticamente qualquer manifestação realizada no espaço público podia ser interpretada como um evento” (DIAS, 2015, p. 126).

“Santo Bando”, entre 2012-2014, que não conseguiu licenciar o “festejo”, tendo em vista que as “cobranças foram muito rigorosas e os próprios órgãos públicos – Ministério Público Estadual, Polícia Militar, BHTrans e do Corpo de Bombeiros – não chegavam a um acordo sobre as exigências e as recomendações necessárias para o desfile do bloco”. Diante disso, os procedimentos burocráticos de licenciamento, os custos com taxas e alvarás, o enquadramento do carnaval de rua como evento eram vistos pelos blocos como “uma medida excessiva de controle sobre as manifestações culturais no espaço público” que poderia abrir “precedentes para a institucionalização dos blocos e a criação de laços de dependência com a administração municipal” (DIAS, 2015, p. 127), descaracterizando a proposta inicial dos blocos.

Embora alguns representantes dos blocos reconheçam que há funcionários na Belotur (desde os primeiros anos) empenhados na realização de um festejo popular e democrático, é quase unânime a percepção de que na gestão do Prefeito Márcio Lacerda muitas dificuldades ocorreram para a ocupação do espaço público pela festa. Esta é a posição do antropólogo Rafael Barros – um dos fundadores dos Blocos “Filhos de Tcha” e “Tico Serra Copo” – que aponta a prefeitura como um dos grandes obstáculos para o carnaval de rua naquele momento. Barros (UM DOS CRIADORES..., 2018, *on-line*) relembra que em várias ações realizadas pela Polícia Militar e por fiscais da Prefeitura Municipal foram feitas ameaças aos foliões para impedir a apropriação dos espaços públicos pela festa, sendo que, não raras vezes, com uso de violência.

A administração do Prefeito Márcio Lacerda combateu o carnaval de Belo Horizonte. Nós vivemos em Belo Horizonte episódios de violência e de repressão durante o carnaval, que tiveram o seu início e sua base dentro da administração pública, dentro da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (ibidem)⁸².

Integrantes dos blocos lembram que, nesse ambiente de repressão e controle sobre o uso dos espaços públicos, a Prefeitura informou aos estabelecimentos comerciais do Bairro de Santa Tereza – local de desfile de alguns blocos tradicionais –, no ano de 2012, sobre a possibilidade de serem multados

⁸² Disponível em: <https://www.hojeemdia.com.br/almanaque/um-dos-criadores-da-praia-da-esta%C3%A7%C3%A3o-antrop%C3%B3logo-rafa-barros-fala-dos-rumos-do-carnaval-de-bh-1.592534> Acesso em: 05 out. 2021.

“caso eles recebessem qualquer evento em logradouro público que não fosse previamente licenciado junto à regional, inclusive carnaval, blocos, desfiles e outros” (DIAS, 2015, p. 128). Mas, uma vez que “o exercício do poder não é um fato bruto, um dado institucional, nem uma estrutura que se mantém ou se quebra”, mas algo que “se elabora, se organiza, se transforma, se dota de procedimentos mais ou menos ajustados” (FOUCAULT, 1995, p. 247), o poder público mudou sua postura em relação ao carnaval, sendo que, a partir de 2013, jornais de grande circulação passaram a divulgar o carnaval de Belo Horizonte como um “evento” de repercussão nacional, o que foi conformando a visão dos leitores quanto ao caráter turístico do festejo belo-horizontino. Também, nesse contexto, a “proposta pedagógica” dos meios de comunicação consistiu em despertar o orgulho patriótico quanto ao carnaval da cidade, o que ia legitimando as medidas empenhadas em institucionalizar o carnaval de blocos de rua para transformá-lo em mercadoria turística, ainda que para isso fosse preciso descaracterizá-lo.

Figura 13 – Divulgação carnaval como grande evento, a partir de 2013



Fonte: G1 MG, 2013⁸³; G1 MG, 2014⁸⁴; G1 MG, 2015⁸⁵.

Com essa mudança de postura, vários eventos foram incorporados à programação oficial do carnaval de Belo Horizonte, a partir de 2014. Aos blocos de carnaval de rua, somaram-se o desfile das escolas de samba e grupos caricatos (que voltaram a ocupar a Avenida Afonso Pena, após 14 anos fora desse espaço), além de outras atrações criadas em todas as regionais – 14 palcos foram montados pela Belotur (DIAS, 2015, p. 131). As novas ações do poder público em relação ao carnaval de blocos de rua foram analisadas por Dias (2015).

⁸³ Disponível em: <http://g1.globo.com/minas-gerais/carnaval/2013/noticia/2013/01/carnaval-de-rua-de-bh-se-torna-opcao-para-moradores-da-cidade-e-turistas.html> Acesso em: 27 maio 2021.

⁸⁴ Disponível em: <http://g1.globo.com/minas-gerais/carnaval/2014/noticia/2014/01/blocos-de-rua-inscritos-para-carnaval-de-bh-quase-dobram-em-2014.html> Acesso em: 27 maio 2021.

⁸⁵ Disponível em: <http://g1.globo.com/minas-gerais/carnaval/2015/noticia/2015/02/blocos-de-rua-marcam-carnaval-de-2015-em-bh-e-arrastam-multidoes.html> Acesso em: 27 maio 2021.

Se, em um primeiro momento, o carnaval de Belo Horizonte estava relegado ao segundo plano pela administração pública, o crescimento vertiginoso do carnaval de rua despertou os interesses políticos e econômicos pela institucionalização do carnaval. Assim, em 2014, acontece **uma intervenção mais incisiva e estruturada no sentido de promover o carnaval de rua como um novo produto turístico da capital**. Nesse ano, a própria Prefeitura e a imprensa anunciaram amplamente que Belo Horizonte teria o maior carnaval de sua história (DIAS, 2015, p. 131, grifo da autora).

Dias (2015) também destaca que o interesse do setor de turismo nas novas oportunidades de negócios resultou na oferta de vários pacotes turísticos para os interessados em participar do carnaval de Belo Horizonte, que utilizou a estratégia de unir “folia, cultura e belezas naturais, agregando aos pacotes passeios a outros atrativos em locais próximos de Belo Horizonte” (cidades históricas, regiões de grutas e cachoeiras). Em meio à expectativa de um turismo promissor – que incluía a recepção do público que assistiria aos jogos da Copa do Mundo naquele ano –, foi lançado pela Belotur, em abril de 2014, o programa “BH Receptiva”, que estabelecia uma parceria com agências de turismo para “dotar Belo Horizonte de atributos” que a promovesse à “cidade receptiva e hospitaleira, com infraestrutura, serviços e oferta turística de qualidade para atender ao visitante nacional e internacional” (MERCADO E EVENTOS, 2014)⁸⁶. Segundo um balanço da Belotur, houve um aumento de 50% na procura de serviços turísticos no ano de 2015 (DIAS, 2015). Esse contexto contribuiu, portanto, para que os representantes dos blocos considerassem o interesse do poder público pelo festejo, a partir de 2012, como sendo oportunista, estando investido apenas na apropriação e venda do carnaval.

Como analisou Di Souza (2020, informação verbal)⁸⁷ – regente e fundador de inúmeros blocos –, muitas mudanças têm ocorrido desde os primeiros momentos do carnaval de rua de Belo Horizonte, incluindo as relações entre “bloco, gestão pública, prefeitura, folião, cidade, comunidade carnavalesca”. Em relação aos blocos, o que se percebe é a ocorrência de “um crescimento muito disperso, fruto desse crescimento exacerbado do carnaval, que tem seus lados positivos e seus lados negativos”. Nas palavras do regente,

ao longo dos anos, a prefeitura passa de um lugar de tentar reprimir para um lugar de tentar se apropriar. Então, hoje ela não reprime mais o

⁸⁶ Disponível em: <https://www.mercadoeventos.com.br/noticias/destinos/belotur-apresentara-programa-bh-receptiva-nesta-quarta-1604/> Acesso em: 25 fev. 2021.

⁸⁷ Entrevista realizada com o regente Di Souza, em 11/12/2020.

carnaval, muito pelo contrário, ela apoia porque ela sabe o quanto é potente economicamente para a cidade ter esse giro de pessoas aqui. Então, muito pelo contrário ela infla o carnaval hoje, com divulgação, com marketing, mas, ao mesmo tempo, o tempo inteiro, a gente tem que ficar nesse lugar de ressaltar, de ter que fincar o pé ali, de ter que afirmar o nosso lugar de protagonismo enquanto blocos (DI SOUZA, 2020, informação verbal).

Também, nesse caso, reportagens de jornais e sites (Figura 14) dão visibilidade aos embates entre o poder público/mercado e a população: de um lado, a adoção de medidas que tentam domesticar, higienizar e despolitizar o carnaval de rua para torná-lo “turístico”; e, de outro, ações de resistência por parte dos blocos na tentativa de preservar o caráter autônomo do festejo. Para Arroyo (1997, p. 30), a exposição desses embates revela a importância das manifestações sociais urbanas na instauração de um processo de grande força educativa: a publicitação dos questionamentos da “apropriação privada do público e seu gerenciamento na lógica dos interesses privados”, que há tempos têm sido aceitos e naturalizados.

Figura 14 – Publicações sobre o carnaval 2014



Fonte: BH Eventos, 2015⁸⁸; G1 MG, 2015⁸⁹; Carta Capital, 2015⁹⁰.

No ano de 2016, a prefeitura decidiu criar um grande palco na Praça da Estação para promover o que chamou de “Estação do Samba” (assim como nas regionais), com a apresentação de shows diversos, desfiles de Blocos Caricatos e Escolas de Samba (novamente retirados da Avenida Afonso Pena). Com programação gratuita, a ideia era que os foliões pudessem desfrutar do carnaval ali mesmo na praça (ou nas suas regionais), sem a necessidade de se deslocarem para outros lugares da cidade. Ressalta-se aqui o distanciamento em relação à proposta

⁸⁸ Disponível em: <https://www.bheventos.com.br/noticia/02-13-2014-a-pbh-divulgou-hoje-a-programacao-do-carnaval-2014-que-tera-como-principal-patrocinadora-a-skol> Acesso em: 18 fev. 2021.

⁸⁹ Disponível em: <https://www.uai.com.br/app/noticia/carnaval/2015/02/24/noticias-carnaval,165002/blocos-de-rua-de-bh-divulgam-manifesto-de-repudio-contra-a-skol.shtml> Acesso em: 18 fev. 2021.

⁹⁰ Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/folioes-e-prefeitura-disputam-pelo-carnaval-em-belo-horizonte-7733/> Acesso em: 18 fev. 2021

do carnaval de rua, que se assentava, justamente, na possibilidade de se explorar os espaços públicos, inaugurando outras relações sujeitos-cidade. Também, naquele ano, foi inaugurado o “Camarote Belô”⁹¹, um espaço criado por uma empresa privada para ser o “espaço mais exclusivo do carnaval mineiro”, composto por “uma estrutura inédita, serviços sofisticados, além de uma grade de artistas diversificada”. O próprio anúncio – que destacava o evento como “exclusivo” – evidencia que a proposta daquela festa passava longe da ideia de inclusão que caracterizava os blocos de rua, tratando-se de uma opção para um público seletivo, capaz de comprar os ingressos de alto custo para desfrutar de shows, bailes, além de privilégios como “*open bar* completo em todas as áreas, *wi-fi*, salão de beleza, espaço para massagem e um ambiente totalmente coberto”. Ações como estas mostram como a segregação continua orientando a ocupação da cidade pelo carnaval, colocando, de um lado, a população pobre (nos espaços públicos de regiões específicas e pré-definidas, onde ela deveria festejar, sem precisar transitar e ocupar outros espaços mais cobiçados); e, do outro lado, um público com poder aquisitivo para ocupar as melhores áreas, onde não seriam incomodados.

Repudiando o que chamaram de “camarotização do carnaval”, vários blocos divulgaram um manifesto contra a apropriação e a distorção da festa carnavalesca. A nota denunciava a busca do poder público e das empresas privadas de transformar aquilo que seria uma festa espontânea, democrática e gratuita em um evento privatista, excludente e despolitizado. Além disso, o manifesto também reagia à tentativa de lucros das empresas em cima do trabalho árduo (e não remunerado) realizado, durante todo o ano, pelos blocos de carnaval de rua.

Os blocos são feitos com o suor e a dedicação de quem quer transformar a cidade [...]. Contra tudo o que afirma hoje o prefeito dessa capital, queremos sim um carnaval sem cordões, sectarismo e moralismo, lutando pelas liberdades individuais, pelo direito à moradia e ao transporte gratuito, pela desmilitarização da polícia, por uma política de drogas mais humana, contra o racismo, o machismo, a homofobia, a higienização e a privatização do espaço público [...]. É o Carnaval do amor, sim. Mas também é Carnaval de luta (BLOCOS DE CARNAVAL..., 2015, *on-line*)⁹².

⁹¹ Disponível em: <https://www.soubh.com.br/agenda/festas/camarote-belo> Acesso em: 20 jan. 2020

⁹² Manifesto dos Blocos de Carnaval de Rua. Disponível em: <https://www.uai.com.br/app/noticia/musica/2015/11/24/noticias-musica,174456/blocos-de-carnaval-divulgam-nota-de-repudio-a-camarotizacao-e-a-pbh.shtml> Acesso em: 23 jan. 2021.

Em resposta, a prefeitura negou qualquer tentativa de cerceamento de liberdade em relação ao carnaval de rua e, lamentando a “distorção de informações” por parte dos blocos, esclareceu que o Camarote Belô não integrava a programação oficial do carnaval, tratando-se de um evento “organizado pela iniciativa privada, particular”, de uma empresa que estava licenciada para realizá-lo “em um espaço de eventos que não pertence à administração municipal” (*Ibidem*).

Figura 15 – Privatização do espaço público, no centro de Belo Horizonte



Fonte: Artênus, 2016.

Apesar do posicionamento da prefeitura, o que se viu no espaço público da capital mineira foi o cercamento da área em volta da Serraria Souza Pinto, restringido o acesso para não perturbar o “Camarote Belô” (Figura 15). Após ter sido impedido de seguir com o cortejo do “Bloco Angola Janga”, cujo trajeto inclui o Viaduto Santa Tereza, o jornalista Artênus Daniel (2016) divulgou sua indignação e tristeza em sua página do Facebook. Segundo ele, o trajeto já havia sido comunicado à prefeitura com toda a antecedência exigida, mas, diante dos interesses privados, não foi permitido que um bloco que representa o empoderamento negro tivesse acesso àquele espaço público, agora privatizado.

Ao chegarmos, descobrimos que o evento particular Camarote BH, realizado pela DM produções na Serraria Souza Pinto, ordenou o gradeamento de todas as entradas do viaduto. Seguranças selecionavam quem iria entrar ou não, moradores de rua acuada. Os pretos foram barrados. O viaduto não era mais deles. No meio das tensões e negociações, um dos agentes da BHTrans deixou escapar que o tal evento conseguiu na justiça o direito de fechar a rua, por meio de “umas quatro liminares” [...] O Angola teve de terminar o seu desfile em outro espaço e reflete, tristemente, que a recuperação do viaduto Santa Tereza, antes

completamente esquecido, foi realizada exatamente por negros da periferia (DANIEL, 2016)⁹³.

Tudo isso evidencia que, na cidade de Belo Horizonte (assim como em outras metrópoles), ao mesmo tempo em que vai sendo abandonada “a perspectiva lefebvriana de cidade enquanto obra (atividade participante)”, vai avançando a privatização dos espaços públicos, com a restrição de apropriação da cidade e a sua transformação em “produto, mercadoria, espaço de consumo” (FALCÃO, 2019, p. 426). Mas, mesmo prevalecendo uma cidade-negócio, nem todos têm acesso às possibilidades de trabalho, de rendimento e de lucro que o carnaval inaugura. Uma regra⁹⁴ criada pela Prefeitura Municipal, pouco antes do carnaval de 2016, gerou polêmica entre os belo-horizontinos por proibir a colocação “de churrasqueiras, *coolers* ou similares nas ruas ou em carros estacionados na capital, durante o carnaval e os jogos esportivos” (O TEMPO, 2016, *on-line*)⁹⁵. Enquanto moradores das proximidades dos estádios esportivos comemoraram a iniciativa alegando serem prejudicados por ambulantes que se instalam nas redondezas e nas portas das suas casas; comerciantes informais, foliões e integrantes dos blocos consideraram o decreto abusivo por interferir no direito de escolha dos cidadãos e tornar “elitistas os eventos de Belo Horizonte” (*Ibidem*). Nesse contexto de disputa, as ocorrências de repressão – ao carnaval visto como inadequado para ser um produto turístico – continuaram (e permanecem) a ser noticiadas pela imprensa (Figuras 16 e 17).

Figura 16 – Repressão policial



Fonte: Esquerda Diário, 2016.⁹⁶

Figura 17 – Posição do prefeito sobre conflitos



Fonte: O tempo, 2016.⁹⁷

⁹³ Disponível em: <https://www.facebook.com/arteniusdaniel/posts/10153952143394083> Acesso em: 12 fev. 2021.

⁹⁴ Tratava-se do Decreto nº 16.203/2016.

⁹⁵ Disponível em: <https://www.otempo.com.br/cidades/as-vesperas-do-carnaval-pbh-proibe-isopor-e-churrasqueira-1.1210785> Acesso em: 27 fev. 2021.

⁹⁶ Disponível em: https://www.esquerdadiario.com.br/spip.php?page=gacetilla-articulo&id_article=4922 Acesso em: 27 maio 2021.

A mudança de gestão do governo municipal, em 2017, trouxe novos investimentos para o carnaval de Belo Horizonte. Com o intuito de incentivar e ampliar o festejo, ocorreram negociações da prefeitura com a Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU), possibilitando a extensão dos horários de funcionamento do metrô (2017), assim como medidas para descentralizar o evento e espalhá-lo por toda a cidade (maior número de palcos e atrações). Ao mesmo tempo, as medidas de controle do espaço e da festa também foram se tornando mais rigorosas.

O Chamamento Público 001/2017, que regulamentava a atividade dos ambulantes no carnaval, criava restrições quanto aos locais e aos horários em que se podia exercer a atividade – “exclusivamente nos locais dos desfiles, sem ponto fixo, devendo acompanhar todo o percurso dos blocos até a dispersão” – e quanto aos produtos que podiam ser comercializados (PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE, 2017, *on-line*)⁹⁸. Em função das reclamações dos proprietários de bares e restaurantes, houve também um aumento do número de fiscais que autuavam os ambulantes que não seguiam as normas, confiscando suas credenciais e/ou apreendendo suas mercadorias. Em 2018, a quantidade de blocos de rua já era 750% a mais, em relação a 2010 (FALCÃO, 2019), motivando a criação de um Centro de Operações da Prefeitura – formado por membros da Belotur, Guarda Civil, BHTrans, Polícia Militar e Corpo de Bombeiros – para monitorar “palcos, blocos de rua e qualquer possível ocorrência que pudesse afetar o andamento e a segurança do Carnaval” (PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE, 2018, *on-line*)⁹⁹.

Sendo considerado um **evento** de sucesso e com potencial para se tornar ainda maior, no ano de 2019, as festividades do carnaval de Belo Horizonte foram ampliadas para 23 dias no calendário oficial da Prefeitura (FALCÃO, 2019). A expectativa da Prefeitura Municipal era de ter um carnaval que colocasse Belo Horizonte entre as cidades de maior (e melhor) carnaval do país. Dados que apresentam a evolução do carnaval de Belo Horizonte demonstram o crescimento do festejo em termos de público (Gráficos 03 e 04). Corroborando as reflexões de Robinson (2002) e Arantes (2006) sobre as disputas das cidades para se

⁹⁷ Disponível em: <https://www.otempo.com.br/cidades/sao-rebeldes-sem-caoa-diz-lacerda-sobre-tumulto-entre-folhoes-e-pm-1.1230871> Acesso em: 27 maio 2021.

⁹⁸ Disponível em: <http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DetalheArtigo&pk=1174043> Acesso em: 01 mar. 2021.

⁹⁹ Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/noticias/carnaval-supera-expectativas-e-tem-publico-de-38-milhoes> Acesso em: 27 fev. 2021.

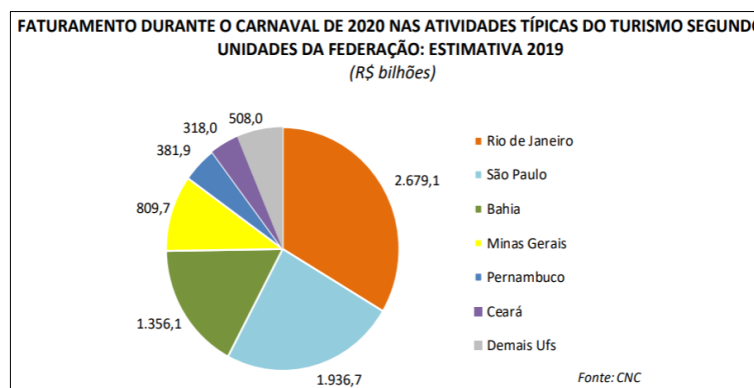
destacarem no mercado (nacional e global) e atraírem investimentos, os dados também trazem a estimativa feita em 2019, quanto à colocação de Minas Gerais no ranking dos estados que possuem as mais expressivas festas de carnaval do país.

Gráfico 03 – Evolução anual de público



Fonte: Elaborado pela autora com dados da Belotur, 2021.

Gráfico 04 – Faturamento do carnaval 2020, em cidades do Brasil



Fonte: Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), 2021.

No ano de 2020, em meio às polêmicas e incertezas quanto à realização da festa – devido às fortes chuvas que atingiram a capital mineira, causando muita destruição, assim como ao prenúncio de uma pandemia que viria a se alastrar pelo mundo todo –, a Prefeitura Municipal decidiu manter as atividades referentes ao carnaval. Uma das críticas em relação à realização do carnaval no ano de 2020 foi em função da necessidade de se reconstruir grandes áreas da cidade, de modo que

não deveria ser despendido dinheiro público para a festa. Porém, os defensores da realização do evento – entre eles, a própria prefeitura – argumentaram que pouco recurso público costuma ser investido no carnaval de Belo Horizonte, sendo que a maior parte do custeio tem ficado a cargo de patrocinadores privados (e dos próprios blocos). O próprio presidente da Belotur já havia afirmado, sobre o carnaval realizado em 2019, que “nenhum recurso é proveniente diretamente dos cofres públicos e todo investimento na festa foi feito por patrocinadores” (FALCÃO, 2019, p. 429-430).

Em reportagem publicada no site BHAZ¹⁰⁰, no ano de 2020, o jornalista e fundador de blocos, Kerison Lopes, analisou alguns números da Belotur que atestam o investimento pouco expressivo da prefeitura no carnaval de Belo Horizonte. Segundo ele, dos 453 blocos cadastrados em 2020, apenas 102 teriam sido contemplados com valores do edital que distribui R\$ 850 mil, em cotas de R\$ 5 mil a R\$ 12 mil para cada bloco. Além disso, ele chama a atenção para os valores vindos de patrocinadores, como AmBev e iFood, que, em 2019, foram da ordem de “R\$ 6 milhões em verba direta e R\$ 8,3 milhões em planilhas de estruturas e serviços, como banheiros químicos, gradil e outros gastos em logística” (BHZ, 2020, *on-line*). Quando se soma a isso o faturamento de milhões em impostos arrecadados durante os 23 dias oficiais de carnaval (como foi em 2019), fica claro que o carnaval não é realizado a partir do investimento de verba pública e que traz muitos ganhos financeiros para Belo Horizonte.

Basta fazer as contas pra perceber que dos 6 milhões em patrocínio direto, depositado na conta da Belotur, ela investe menos da metade do valor nos realizadores do Carnaval. Ou seja, a prefeitura lucra, e muito, com a realização do Carnaval, já que todos os gastos em logística são realizados pelas empresas na outra parte do patrocínio, através de planilhas de estruturas e serviços (A PREFEITURA..., 2020, *on-line*)¹⁰¹.

Diante disso, uma das queixas dos integrantes dos blocos de carnaval de rua tem sido exatamente sobre o pouco incentivo financeiro vindo do poder público, apesar da grande lucratividade obtida com o festejo todos os anos. Como observa a regente e gestora de vários blocos de rua, Carol Nogueira (2020, informação

¹⁰⁰ O artigo também traz dados dos blocos caricatos e das escolas de samba, que não serão discutidos aqui. Disponível em: <https://bhaz.com.br/2020/01/27/prefeitura-gasta-carnaval/> Acesso em: 18 fev. 2021.

¹⁰¹ Disponível em: <https://bhaz.com.br/2020/01/27/prefeitura-gasta-carnaval/> Acesso em: 18 fev. 2021.

verbal)¹⁰², com a virada do carnaval em “produto, comercial, turístico”, além do controle do que acontece na rua, a prefeitura passou a participar dos lucros que a festa gera, mas sem repartir, de um modo justo, com aqueles que fazem o carnaval.

Um incômodo muito grande meu, assim, nos blocos que eu tô envolvida é que a gente percebe que a gente trabalha muito, a gente trabalha o ano inteiro, a gente não é remunerado, a gente trabalha porque acredita naquilo mesmo [...] e a gente sabe que circula muita grana no carnaval a partir desse momento, dessa virada turística que virou o carnaval de BH. Circula grana de patrocinador, circula grana da própria prefeitura e que demorou muito tempo pra chegar na nossa mão e chegou de uma forma muito superficial ainda (NOGUEIRA, 2020, informação verbal).

Mesmo considerando insuficiente o auxílio financeiro repassado pelo poder público – valor máximo de R\$ 12.000,00 por bloco contemplado –, Nogueira (*Ibidem*) ressalta a importância dos editais que têm financiado a sonorização dos blocos, uma iniciativa criada pela atual gestão da Prefeitura Municipal¹⁰³. Em função da escassez de recursos (nem todos os blocos são contemplados todos os anos), a regente também vê como positivo o patrocínio de empresas privadas, embora ressalte a preocupação que os blocos têm de o carnaval “se tornar um camarote, se tornar algo completamente vendido”, sobretudo diante da desproporção de “forças” entre blocos e “investidores”. Ao mesmo tempo, porém, enfatiza que sem os blocos não há carnaval, de modo que ela considera justo que haja reconhecimento/remuneração do trabalho dos integrantes dos blocos, que são os maiores realizadores da festa. Desse modo, Nogueira argumenta que alguns blocos têm conseguido resistir às tentativas de dominação da festa pelo mercado.

Isto acontece [imposição de patrocinadores aos blocos], sempre vai acontecer dentro de um modelo capitalista de sociedade. Mas cada vez a gente tem se posicionado e revertido um pouco essa situação [...] É importante que os patrocinadores entendam que somos blocos políticos e temos mensagens a passar. Esse ano a gente teve patrocínio da Skol. Foi uma relação muito massa, muito diferente do que a gente imaginava. A Skol tem um trio da Skol, amarelão, com a logo. A gente não quis usar, porque é importante que a gente não seja o carnaval da Skol, sabe? (NOGUEIRA, 2020, informação verbal).

¹⁰² Entrevista realizada com a regente Carol Nogueira, em 17/12/2020.

¹⁰³ Nesse contexto, as análises de Falcão apontam que, diferentemente do carnaval realizado nos anos anteriores – sem distribuição de verba –, no ano de 2019, “foram utilizados como subvenção para os blocos de rua o montante total de R\$ 564.000,00 (R\$ 36.000,00 a menos do que o previsto). O edital da BELOTUR para financiamento dos blocos foi organizado em 4 categorias com valores diferenciados (R\$ 10.000,00, R\$ 7.000,00, R\$ 5.000,00 e R\$ 3.000,00)”, tendo sido contemplados 84 blocos” (FALCÃO, 2019, p. 430).

Reconhecendo que o carnaval de hoje é muito diferente daquele dos primeiros anos, Di Souza (2020, informação verbal) destaca a existência atual de blocos de vários estilos e para todos os gostos: “blocos identitários, blocos extremamente comerciais que estão na luta apenas para poder vender seus produtos e se apresentarem como alternativa cultural” (DI SOUZA, 2020, informação verbal). O regente não vê como problema essa diversidade de opções no festejo, mas critica qualquer tentativa externa de “impor uma maneira de carnaval mais válida, sobreposta à outra” (*Ibidem*). Ele observa ainda que, nessa tentativa de padronização do evento, blocos maiores, tradicionais e que possuem grandes patrocinadores (Bloco Baianas Ozadas, Bloco Então, Brilha!) costumam ser poupados da repressão policial, uma vez que é sabido que se “está mexendo com um bloco, primeiro, de muitas pessoas, com alcance midiático muito grande e que está sob o guarda-chuva de um patrocinador” (*Ibidem*). Esta também é a percepção de Nogueira (2020, informação verbal), que vê os “blocos políticos e identitários (que não têm muita grana circulando)”, assim como os que atraem um público mais periférico, como sendo os que enfrentam maiores problemas de repressão. Enquanto isso, os blocos que “cobram da bateria, que vendem abadás, que têm grandes patrocínios” e se dirigem a um público mais elitizado realizam seus cortejos sem maiores perturbações dos órgãos públicos. Como muitos blocos – sobretudo os que surgiram inicialmente – recusam-se a realizar cadastramento na Belotur, a participar dos editais de financiamentos do poder público e, sobretudo, de receber patrocínio de empresas privadas, preferindo manter o formato “original” do festejo, sem utilização de carro de som e não precisando, portanto, submeterem-se às regras impostas para a saída dos blocos, eles se tornam os mais vulneráveis durante o carnaval.

Ainda que integrantes e regentes de blocos, como Nogueira (2020, informação verbal) e Saturnino (2020, informação verbal)¹⁰⁴, reconheçam que tem havido uma boa relação com a atual gestão da Belotur, já que o órgão tem mantido constante diálogo com os blocos, para a tomada de decisões em conjunto, a mudança de gestão municipal não eliminou os problemas de repressão sofrida pelos blocos durante o carnaval. E, nesse contexto, Nogueira (2020, informação verbal)

¹⁰⁴ Entrevista feita com Paulinho Saturnino, em 11/12/2020. Paulinho é integrante da bateria de vários blocos, sendo um dos fundadores e regentes do “Bloco Pisa Na Fulô”, em 2015 (primeiro bloco carnavalesco de forró do Brasil), junto com Di Souza e outros.

também destaca que o órgão que está menos alinhado com o festejo é a Polícia Militar, cuja responsabilidade é do governo do Estado. Di Souza (2020, informação verbal) também ressalta que “a polícia militar não participa quando é convocada pras reuniões e nem para as audiências públicas” quando elas ocorrem. O resultado desse “desalinhamento” tem sido a adoção de medidas arbitrárias, violentas e com abuso de poder por parte da Polícia Militar, dirigidas, sobretudo, aos blocos mais politizados, conforme apontaram os regentes.

Diante das ocorrências de repressão em 2017, os blocos de rua fizeram uma manifestação conjunta, em 2018, contra a truculência da polícia e ainda publicaram uma “Carta aberta à PMMG contra a repressão do carnaval de BH”¹⁰⁵. No documento, eles afirmam que, apesar da abertura de diálogo por parte da prefeitura – muito diferente da gestão anterior –, as ações da Polícia Militar de Minas Gerais permanecem com a mesma truculência. Eles também enumeram alguns eventos violentos ocorridos contra blocos e população periférica.

Neste ano, no Centro de BH, violência contra o Bloco Tarifa zero, bombas foram atiradas no Kandandu – Encontro de Blocos Afro (...) assim como um show de Marcelo Veronez na Guaicurus, onde a Família de Rua também foi impedida de se apresentar. Vários são os relatos de esculachos e dispersões descabidas e violentas contra foliões negros e LGBTQs. É na periferia, no entanto, que a repressão, assim como ocorre no cotidiano, ganha feições de terror. Na segunda-feira de carnaval, a PM invadiu o final do Bloco Filhos de Tcha, que estava na Ocupação Paulo Freire, no Barreiro, (...) atacou as pessoas que ali festejavam, incluindo crianças, com tiros de borracha, cassetetes, spray de pimenta e bombas de efeito moral (UNIDOS DO SAMBA QUEIXINHO, 2018)¹⁰⁶.

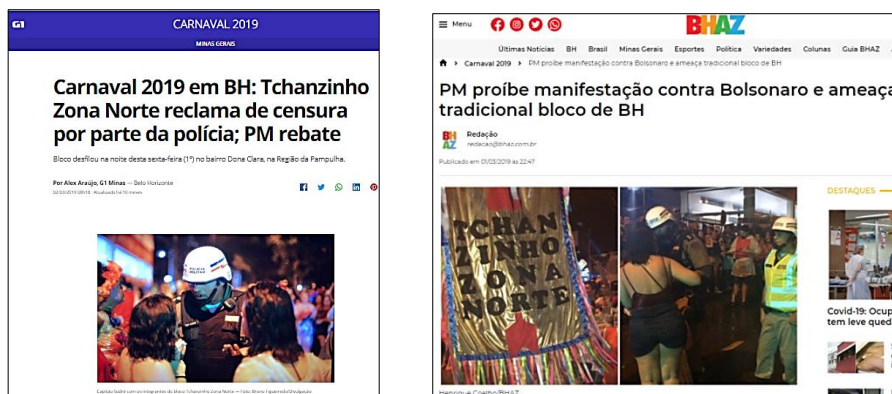
Desde 2019, na gestão estadual do governador Romeu Zema – alinhada com o neoliberalismo e o conservadorismo do Governo Federal –, tem sido registrado (pela mídia e pelos integrantes de blocos) um grande número de ocorrências de

¹⁰⁵ Disponível em: <https://www.facebook.com/sambaqueixinho/posts/1925211204175070> Acesso em: 06 mar. 2021.

¹⁰⁶ Relatos de agressão policial destacados na Carta, disponível em: <https://www.facebook.com/sambaqueixinho/posts/1925211204175070> Acesso em: 06 mar. 2021. Centro: repressão e violência contra o Bloco Tarifa Zero nas imediações da Estação Central do Metrô; uma jovem foi presa no Mikatreta por usar boné com símbolo da maconha; demonstração ostensiva de força na dispersão do Garotas Solteiras. Bairro Nazaré: o Baile Uai Sound System foi constrangido e ameaçado por tocar reggae; Bairro Carlos Prates: a PM usou de violência para dispersar o Bloco Pisa na Fulô; Praça da Liberdade: dispersão violenta realizada pela PM e Guarda Municipal, com uso de motos e carros; Bairro Santa Tereza: intimidação cotidiana para fazer valer o toque de recolher; Praça Raul Soares: Bloco Unidos do Barro Preto, spray de pimenta para dispersar o resto do pessoal que estava sentado na grama, jogando conversa fora. Bairro Sagrada Família: abordagem abusiva e arbitrária a um jovem no I Wanna Love You. Santa Lúcia, violência para dispersar os forroliões do Bloco Baião. Por toda a cidade: esculacho de ambulantes.

repressão e censura aos blocos de rua, sobretudo aos que mantêm pautas políticas e manifestam-se contra o presidente Jair Bolsonaro (Figura 18).

Figura 18 – Censura a blocos politizados



Fontes: G1 MG, 2019¹⁰⁷; BHAZ, 2019¹⁰⁸.

No ano de 2020, os blocos de carnaval de rua enfrentaram problemas com a polícia militar que quase inviabilizaram vários cortejos. Segundo o governador Romeu Zema, teriam sido encontradas irregularidades nos documentos de alguns carros, além de problemas de segurança¹⁰⁹. Advogados dos blocos contestaram o governador, afirmando que, nas vésperas do carnaval, foi exigido dos blocos um documento que nunca havia sido solicitado antes – Certificado de Adequação à Legislação de Trânsito – e que sequer é emitido por empresas em Minas Gerais. Considerando essa ação do Governo do Estado como sendo arbitrária, Nogueira (2020, informação verbal) relata como recebeu as novas exigências.

O nosso carnaval [do Bloco Garotas Solteiras] tem um formato de bateria, então, não é trio elétrico (...) pra gente é muito importante que seja um carro baixo, que a sonorização seja feita voltada pra trás pra bateria escutar. A gente já trabalha com esse tipo de fornecedor de carro há muitos anos. E aí, justamente nesse ano, no governo Zema, a gente começou a ter problemas. Foi uma correria pra conseguir autorização pra usar carros que já tinham passado pela fiscalização dos bombeiros, já tinham sido aprovados, já tinham autorização da própria prefeitura e a polícia militar começou a problematizar com isso (NOGUEIRA, 2020, informação verbal).

¹⁰⁷ Disponível em: <https://bhaz.com.br/2019/03/01/pm-proibe-manifesta-bolsonaro-ameaca-bloco-bh/> Acesso em: 06 mar. 2021.

¹⁰⁸ Disponível em: <https://bhaz.com.br/2019/03/01/pm-proibe-manifesta-bolsonaro-ameaca-bloco-bh/> Acesso em: 06 mar. 2021.

¹⁰⁹ Disponível em: <https://entretenimento.r7.com/carnaval-2020/queremos-evitar-uma-tragedia-diz-zema-sobre-carros-de-som-em-bh-21022020> Acesso em: 11 mar. 2021.

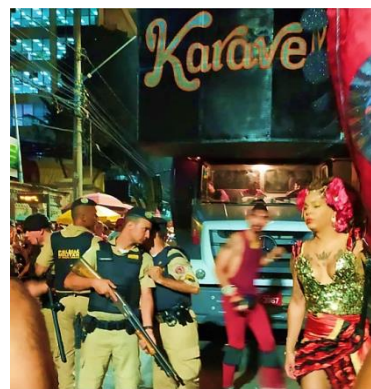
Diante do imbróglio, alguns blocos buscaram patrocínio para alugar um trio – como no caso do Bloco Garotas Solteiras, que teve financiamento da Skol –, outros blocos fizeram “vaquinha” para conseguir bancar o aluguel e os demais contaram com a oferta inusitada de algumas centrais sindicais: a Central Única dos Trabalhadores (CUT), assim como o Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais (Sind-UTE) colocaram dois trios à disposição dos blocos (Figura 19). Embora tenha sido possível realizar os cortejos, mais uma vez foram registradas ocorrências de intimidação, repressão e censura (Figuras 20 e 21), o que levou a Defensoria Pública do Estado a recomendar à Polícia Militar que não interferisse na autonomia dos blocos. Em resposta, a PM negou qualquer tipo de ação dessa natureza.¹¹⁰

Figura 19 – Desfile de bloco em trio elétrico da CUT



Fonte: Rede Brasil Atual, 2020¹¹¹.

Figura 20 – Repressão policial



Fonte: G1 MG, 2020¹¹².

Figura 21 – Intimidação da Polícia Militar



Fonte: G1 MG, 2020¹¹³.

¹¹⁰ Disponível em: <https://bhaz.com.br/2020/02/23/pm-casa-representante-bloco/#gref> Acesso em: 10 mar. 2021.

¹¹¹ Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2020/02/blocos-carnaval-minas-gerais/> Acesso em: 10 mar. 2021.

¹¹² Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/carnaval/2020/noticia/2020/02/21/desfile-de-bloco-termina-com-interferencia-da-pm-em-bh-integrantes-reclamam.ghtml> Acesso em: 10 mar. 2021.

¹¹³ Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/carnaval/2020/noticia/2020/02/21/desfile-de-bloco-termina-com-interferencia-da-pm-em-bh-integrantes-reclamam.ghtml> Acesso em: 10 mar. 2021.

Além dos problemas com a censura e a intimidação da polícia, os foliões também foram surpreendidos por uma publicação da Prefeitura Municipal que trazia orientações sobre fantasias, músicas (marchinhas) e condutas para o carnaval de 2020. Embora as “dicas” não tivessem força de lei, a cartilha publicada no Diário Oficial do Município¹¹⁴, criada pelo Conselho Municipal de Promoção de Igualdade Racial (COMPIR), apontava como sendo preconceituosas algumas práticas frequentes no carnaval, tais como homens vestidos de mulher, que “além de ser machista e desrespeitoso com as mulheres”, é “preconceituosa com as pessoas trans e apenas reforça os estereótipos de gênero” (O TEMPO, 2020, *on-line*)¹¹⁵.

As opiniões sobre a publicação ficaram divididas entre aqueles que a viram como tentativa de disciplinar o comportamento dos foliões e aqueles que concordaram com os apontamentos da prefeitura. Um dos fundadores do tradicional bloco pré-carnavalesco “Banda Mole” recebeu com indignação a cartilha da prefeitura e rechaçou o que considerou ser uma tentativa de engessar o carnaval. Uma vez que há 45 anos a Banda Mole tem se destacado como um bloco de homens vestidos de mulher, seus integrantes posicionaram-se, imediatamente, afirmando que não cumpririam as orientações da prefeitura.

No ano de 2021, com a pandemia viral que impôs medidas de confinamento e a suspensão do carnaval, relatos trazidos pela reportagem do Jornal O Tempo (2021, *on-line*)¹¹⁶ mostram a preocupação de integrantes dos blocos, diante do escasso investimento financeiro que lhes são dirigidos e da fragilidade dos blocos frente às empresas privadas, cada vez mais atuantes. Ressaltando que os custos de manutenção dos blocos continuam a existir, mesmo sem a realização do festejo – cujo cancelamento não é contestado –, eles observam que há um “um risco de desmanche” e um temor dos blocos de que “o próximo carnaval seja capturado pelas grandes empresas ou pelo poder público e seja não uma festa popular, no melhor sentido da palavra, mas uma camarotização” (*Ibidem*).

¹¹⁴ “Nota de orientação para práticas não racistas no carnaval” publicada no Diário Oficial do Município, em 13/02/2020. Disponível em: <<http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DetalheArtigo&pk=1225290>> Acesso em: 24 jan. 2021.

¹¹⁵ Disponível em: <https://www.otempo.com.br/cidades/cartilha-pede-que-homens-nao-se-vistam-de-mulher-no-carnaval-em-bh-1.2297572> Acesso em: 11 mar. 2021.

¹¹⁶ Disponível em: https://www.otempo.com.br/economia/sem-fofia-em-bh-em-2021-blocos-temem-desmanche-do-carnaval-no-pos-pandemia-1.2445503?fbclid=IwAR2eoeMT-CpXOf9v9zYwgZNYW7EPx_9NoHtvY2N3e0M8Dzc6g53TNtM4Ck0 Acesso em: 12 fev. 2021.

Se as ocorrências referentes à censura e à despolitização do festejo já permitem concordar com os temores dos blocos, os relatos de Klein (2003, p. 139) sobre a apropriação privada do espaço público, no contexto de um Festival de Jazz na Europa, em que “nenhum material crítico foi permitido em suas instalações”, pela empresa de tabaco patrocinadora do evento, levam a partilhar as preocupações dos integrantes de blocos quanto a um possível “desmanche” do carnaval. Segundo a autora,

quando qualquer espaço é comprado, mesmo que apenas temporariamente, ele muda de forma ao se ajustar a seus patrocinadores. E quanto mais espaços anteriormente públicos são vendidos a corporações ou "marcados" por elas, mais nós, como cidadãos, somos obrigados a jogar de acordo com as regras corporativas para ter acesso a nossa própria cultura (*Ibidem*).

Todavia, ainda que essa proposta implique “a direta e imediata apropriação da cidade por interesses empresariais globalizados”, buscando o “banimento da política e a eliminação do conflito e das condições de exercício da cidadania” (VAINER, 2000, p. 78), os movimentos de resistência também têm se fortalecido e driblado as forças que tentam minar o conflito. Como analisou Falcão (2019),

o carnaval tornou-se um produto dominado pela lógica da troca e, seu espaço, um lugar de consumo. Entretanto não se pode negar que sempre há resistências e que, mesmo disputando com o setor da economia, também existe o carnaval como manifestação cultural, que mantém o caráter de uma prática espacial que se apropria da cidade de Belo Horizonte a partir de seu uso simbólico, improdutivo e revelador para a experimentação humana (FALCÃO, 2019, p. 429).

Como a resistência tem marcado a história do carnaval de rua de Belo Horizonte, no ano de 2020, além das ações de repúdio ao Governador Romeu Zema, ocorreu a inédita junção entre os blocos politizados e os movimentos sindicais de esquerda, dando novo impulso à luta contra tentativas de domesticação da festa e de imposição de um carnaval “adocicado” e de viés neoliberal. Nessa disputa, Di Souza (2020, informação verbal) analisa que

então cê tem aí uma ideia de carnaval que tenta se sobrepor a outra e que tenta se apresentar como a única possível. E cê tem os blocos de resistência, vamos dizer assim, que tão aí sempre mostrando pra nós, mostrando pro poder público, pra mídia que o carnaval é livre para acontecer de diversos formatos, geograficamente dizendo, economicamente dizendo, musicalmente dizendo (DI SOUZA, 2020, informação verbal).

Nesse contexto, definido por Vainer (2000, p. 101) como sendo uma disputa entre a *city* – cidade dos negócios – e a polis – cidade de encontro e confronto entre os cidadãos –, a contestação dos espaços públicos mercantilizados, por ações que “politizam o cotidiano e quotidianizam a política, através de um permanente processo de reconstrução e reapropriação dos espaços públicos”, inauguram alternativas ao modelo de urbanidade neoliberal. Considerando, tal como Freire (2018, p. 29), que “ninguém liberta ninguém. Ninguém se liberta sozinho. Os homens se libertam em comunhão”, as ações de resistência, apontadas por Vainer (2000) – que são práticas coletivas, experimentais, contra-hegemônicas e promotoras de novas relações entre sujeito-cidade e sujeito-sujeito –, podem ser compreendidas como práticas de educação da/na cidade, sobretudo, quando se tem em mente que a educação urbana implica em mudanças nas relações, com vistas à conformação de cidades mais inclusivas, justas e igualitárias, estando diretamente ligada à cidadania/coletividade. As análises da práxis do Bloco de Carnaval de Rua e de Favela “Seu Vizinho” mostram mais de perto como a educação urbana está presente nas ações coletivas que permeiam o carnaval de Belo Horizonte.

4.2 Corpos negros, aglomerados, em f(r)esta

Este subitem traz uma narrativa um pouco diferente. Por vezes, os conteúdos e as análises apresentados estão acompanhados de relatos pessoais decorrentes da experiência etnográfica vivenciada pela autora, na tentativa de evidenciar a afetação proveniente da experiência, o que ajuda a explicar as reflexões analíticas sobre os temas discorridos. Apresentando partes do texto em primeira pessoa, busca-se enfatizar o envolvimento não neutro e a construção coletiva de conhecimentos, de ações e do carnaval de 2020, ocorridos junto ao Bloco de carnaval de rua e de favela “Seu Vizinho”.

Meu primeiro contato presencial com o Bloco Seu Vizinho deu-se em uma manhã do sábado, dia 17/08/2020, no evento que havia sido agendado no Facebook, denominado “Brota na Mansão do Seu Vizinho – 5 lançamentos em um dia”¹¹⁷, programado para acontecer de 10h às 20h, na “Casinha do Seu Vizinho” (na

¹¹⁷ Os 5 lançamentos eram: lançamento da nova sede, da marca nova do bloco, da grife do bloco, do vídeo “Serra Resiste” e do financiamento coletivo para arrecadar recursos.

Vila Marçola, no Aglomerado da Serra). Subindo várias ladeiras, sob o calor intenso de um sol escaldante, eu e a amiga que me acompanhava fomos percebendo o cotidiano de um sábado naquela comunidade: becos ocupados por pessoas, animais, carros, entulhos; inúmeros grupos espalhados ao longo dos morros, realizando seus churrascos; pessoas reunidas em frente aos pequenos comércios espalhados pelas vielas; carros com porta-malas abertos e com caixas de som potentes, de onde vinham músicas em alto volume e que pareciam alegrar os lazes em meio à vila. A multiplicidade de sons e de ritmos musicais, que eram acompanhados por pessoas que cantavam e dançavam ali mesmo nas ruelas, foi apontada também pelo pesquisador João Domingues, nos seus estudos sobre o Aglomerado da Serra, a Vila Marçola e o Bloco Seu Vizinho. Segundo ele,

por onde quer que você caminhe, é possível escutar uma música, os ritmos são variados e vão desde o tradicional funk, pagode e o samba, passando pelo sertanejo e o gospel, seguindo em direção ao forró e o Axé. Em comum, o alto volume das músicas. Essa pode ser outra maneira de interpretar a construção social, política e cultural próprias do Aglomerado (DOMINGUES, 2019, p. 94).

Depois de muito caminhar, chegamos a uma pequena casa de dois andares – a sede do bloco –, em frente à qual havia pequenos grupos de pessoas conversando de pé e sentadas nos estreitos passeios. Fui conhecendo moradores da comunidade que se misturavam aos integrantes do bloco, de dentro e de fora do morro. Conheci os fundadores/organizadores do Seu Vizinho (com quem já tinha tido contato por mensagem, anteriormente) e me senti tão em casa que já me apresentei como aquela que iria fazer parte do bloco. Logo fui informada das oficinas de percussão, que comecei a frequentar em 27 de agosto de 2019.

Esteticamente, era tudo diferente do que eu tinha imaginado ser a “mansão do Seu Vizinho”. Era uma casinha pequena e simples, alugada para guardar instrumentos e para servir de espaço para as oficinas, apresentações, biblioteca e escritório. A casa havia sido preparada para as pessoas acompanharem o lançamento da campanha de financiamento coletivo do bloco para assistirem à apresentação do vídeo “Serra Resiste”, gravado no desfile de 2019, contando a história do bloco. Este foi um momento importante, no qual se reuniram adultos, jovens e crianças para rever o carnaval do ano anterior, em uma confraternização

em que todo mundo conversava, ria, comia junto, relembrava e comemorava as atividades passadas, de maneira indiscriminada (Figura 22).

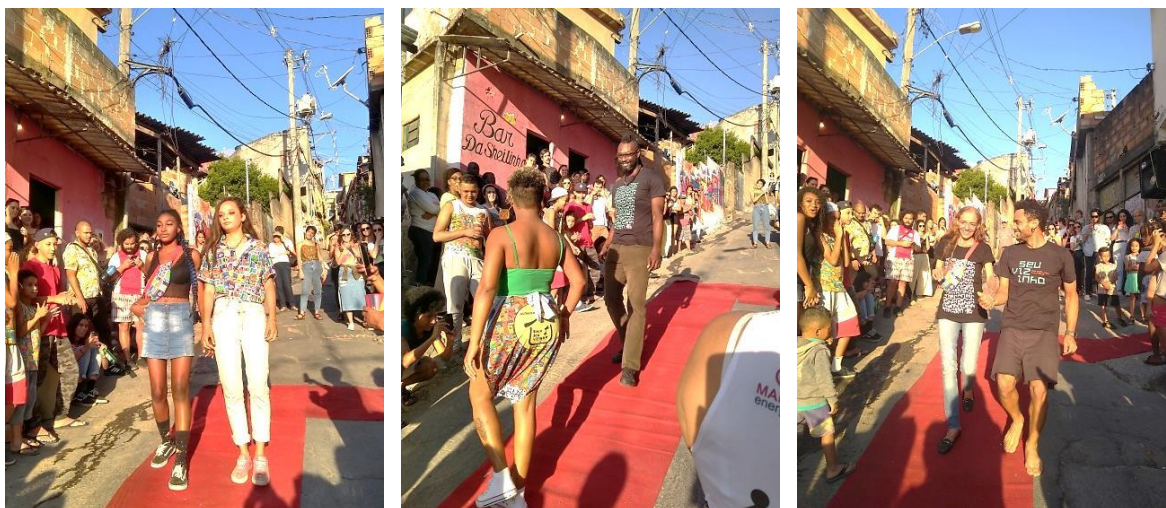
Figura 22 – Integrantes reunidos na “Mansão do Seu Vizinho”, acompanhando a exibição do documentário “Serra Resiste”. Já nesse primeiro encontro com o grupo, a multiplicidade dos participantes (idade, gênero, raça) foi motivo de minha atenção



Fonte: Acervo da autora, 2019.

Um microfone era utilizado pelos organizadores para informar sobre as atividades, convidar as pessoas ao almoço, feito e vendido por uma moradora do Aglomerado, dentro da mansão. Vários produtos com a nova marca do bloco – camisetas, canecas, ímãs, adesivos, chinelos com estampas em referência ao bloco e/ou ao Aglomerado – foram apresentados em um desfile e colocados à venda. As pessoas da comunidade foram sendo chamadas para exibirem roupas e acessórios no tapete vermelho colocado na rua, em frente à casinha, como se vê nas figuras.

Figura 23 – Apresentação da grife Seu Vizinho. O efeito da valorização das pessoas da comunidade era visível no comportamento dos que desfilavam pelo espaço público e nas reações dos moradores que assistiam: um misto de reconhecimento, pertencimento e orgulho

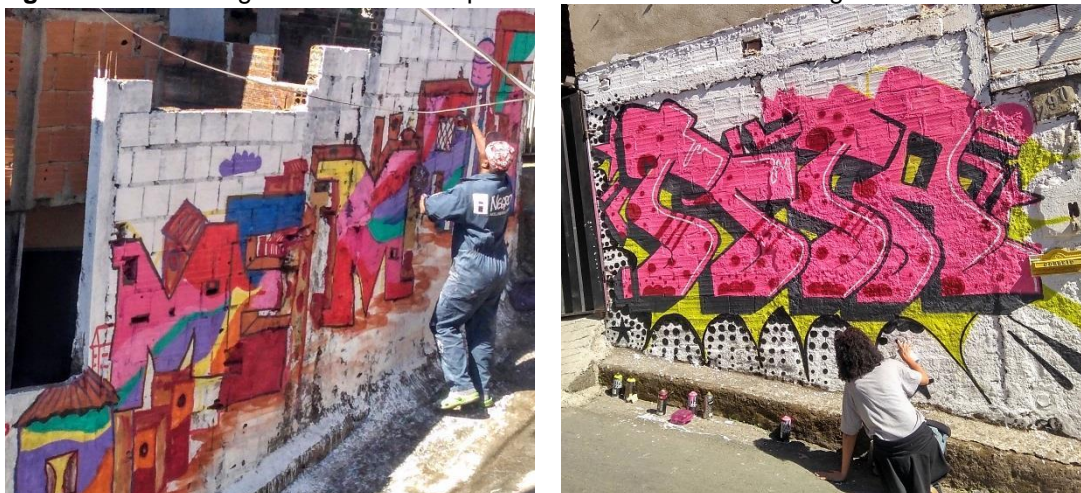


Fonte: Acervo da autora, 2019.

Em meio a gritos e aplausos despertados pelo descontraído desfile, fomos apresentados à Lili, costureira do Aglomerado e estilista do bloco, responsável por aquelas criações. Tendo ingressado no bloco recentemente, Lili demonstrava grande emoção por estar participando do projeto, dizendo-se feliz por estar criando as roupas e acessórios da grife. A partir daí, eu já comecei a perceber uma face importante do Seu Vizinho: a valorização do trabalho das pessoas de dentro do Aglomerado, uma forma de movimentar a economia local, mas também de reafirmar identidades e trazer ganhos de autoestima. Ao longo do dia, eu também conversei com crianças (muitas delas apareceram no vídeo apresentado) que me contaram, com um orgulho incontido, quais instrumentos que elas tocam e/ou já tocaram no bloco. Crianças de idades diversas falavam com segurança e com autoestima elevada, deixando transparecer a importância que davam à participação naquele grupo.

Sobre os espaços públicos do Aglomerado, um ponto que merece destaque é a forma como os usos da rua iam sendo compartilhados de maneira harmônica. Durante o evento, enquanto artistas grafitavam muros da vizinhança (Figura 24), a rua estreita e íngreme foi sendo tomada por pessoas de várias idades, cores, vestimentas, jeitos, que se espremiavam junto aos muros ou entravam nos pequenos becos, sempre que um veículo descia/subia interrompendo a festa.

Figura 24 - Artistas grafitando muros e possibilitando uma estética singular na comunidade



Fonte: Acervo da autora, 2019.

Também presenciei, durante a apresentação de um grupo de dança da comunidade, na rua logo abaixo da sede – Rua da Água – (Figura 25), que alguns carros que por ali passavam estavam aguardando o fim da apresentação ou dando a

volta e retornando, para não interromperem o evento. Uma negociação velada e pouco comum quando se pensa nas ruas do asfalto.

Figura 25 - Apresentação de dança na rua: negociação harmônica do uso do espaço público



Fonte: Acervo da autora, 2019.

Avalio essa primeira vivência junto ao bloco como uma experiência rica de conhecimentos, sobretudo no que diz respeito à maneira de se relacionar dos moradores do Aglomerado, mediada pelo Seu Vizinho. Os modos próprios de organização, de interação e de apropriação dos espaços públicos, baseados no sentido de comunidade, apontam para uma singularidade que destoa do individualismo contemporâneo e das relações comumente experimentadas nos espaços públicos da cidade tecnocrática. Essa percepção pessoal encontra respaldo em reflexões de alguns autores que analisaram espaços públicos conformados em áreas periféricas, como é o caso do Aglomerado da Serra. Segundo o pensamento de Kapp, quanto à produção diferenciada característica desses “espaços públicos cotidianos”, pode-se considerar o espaço cotidiano como sendo um

espaço não especializado ou que não demanda organização para uma atividade especializada e nem tampouco demanda organização por especialistas. O exemplo mais evidente disso é o espaço doméstico, mas o mesmo critério se aplica à maioria dos espaços coletivos públicos, sobretudo nas áreas urbanas predominantemente habitacionais. A autonomia na produção desses espaços cotidianos seria um ponto de partida para uma sociedade autônoma de fato (KAPP, 2011, *on-line*)¹¹⁸.

¹¹⁸ Disponível em: <http://www.nomads.usp.br/virus/virus05/?sec=3&item=2&lang=pt>. Acesso em: 19 out. 2021.

Ao identificar alguma autonomia na produção desses espaços, Kapp não está se referindo à possibilidade de um pleno autogoverno – devido às limitações materiais e por estarem em desconformidade com as legislações vigentes, podendo ser removidas a qualquer tempo – mas por reconhecer que nesses territórios marginais estaria “a origem dos ativismos e movimentos sociais urbanos de oposição à produção do espaço abstrato” (para usar um termo lefebvriano). Nesse viés, os “ganhos de autonomia” estariam vinculados a uma conscientização quanto às reais condições vigentes, que dará embasamento para mobilizações e reivindicações dos “elementos efetivamente democráticos incorporados na Constituição Federal de 1988” (*Ibidem*), processo este que estaria alinhado com as práticas de educação crítica propostas pela pedagogia freiriana. Se, por um lado, os espaços públicos localizados no entorno das moradias, produzidos e apropriados pelos próprios moradores podem contar com alguma singularidade; por outro lado, em áreas marginalizadas, a população costuma não ter muitas alternativas além da própria organização espacial. Este é o caso do Aglomerado da Serra que, a despeito de intervenções pontuais que têm sido feitas pelo poder público, continua sendo um local sócio e espacialmente excluído e marginalizado dentro da cidade. Em boa medida, essa exclusão impulsiona estratégias criativas para a solução de demandas cotidianas e também gera um senso de comunidade, necessários para viabilizar melhores condições de vida para os que vivem nesses espaços. Esse senso de comunidade foi apontado por um dos fundadores do bloco, Paulo Vítor (RIBEIRO, 2019, p. 39)¹¹⁹, como tendo sido essencial para a formação do Seu Vizinho (SV).

E é justamente nesse contexto de formação do Aglomerado da Serra que surge o SV como reflexo da cultura local. Assim, nós que o concebemos fomos e somos influenciados pela cultura do Aglomerado e, ao mesmo tempo, através das nossas ações, influenciemos a cultura da comunidade. As histórias do coletivo e do território misturam-se e tornam-se indissociáveis (*Ibidem*).

As reflexões sobre o bloco de carnaval de rua e de favela Seu Vizinho (SV) quanto à organização, práticas, relações interpessoais, modos de apropriação do espaço público (dentro e fora da comunidade) demonstram a singularidade apontada por Kapp. Na práxis cotidiana, a realidade socioespacial hegemônica passa a ser

¹¹⁹ O trabalho de conclusão de curso de Engenharia de Produção (UFMG), de Paulo Vítor Ribeiro (PV), foi sobre o Bloco Seu Vizinho, com o título “Construção Social da demanda: compreendendo o Seu Vizinho”.

confrontada pelo modo particular como os integrantes do bloco se organizam, relacionam-se e vivem: com base no afeto, na horizontalidade, na produção conjunta de conhecimentos, nas ações e territorialidades. Vale a pena ressaltar, porém, que não se trata de adotar uma visão ingênua sobre conhecimentos e práticas locais, como sendo “intocados” ou “puros”, mas de se reconhecer e buscar alternativas que possam ir além da perspectiva hegemônica que aponta para modos únicos e corretos de existência. Para tanto, o viés político das análises faz-se essencial, como observou Escobar (2005).

O conhecimento local não é “puro”, nem livre de dominação; os lugares podem ter suas próprias formas de opressão e até de terror; são históricos e estão conectados com o mundo através de relações de poder, e de muitas maneiras, estão determinados por elas. A defesa do conhecimento local que se propõe aqui é política e epistemológica, e surge do compromisso com um discurso anti-essencialista do diferente. Contra os que pensam que a defesa do lugar e do conhecimento local é inegavelmente “romântica”, poder-se-ia dizer, como Jacobs (1996: 161), “que é uma forma de nostalgia imperial, um desejo do ‘nativo intocado’, que presume que tais encontros (entre o local e o global) somente significam outra forma de imperialismo” (ESCOBAR, 2005, p. 77).

Nesse ponto, é importante retomar a concepção de Lefebvre (2008a) para quem a alienação e a expropriação do corpo seriam resultado da colonização do espaço e da vida cotidiana. As experiências dos pequenos movimentos que acontecem nos bairros, nas comunidades – que constituem sobrevivências no contexto citado pelo autor – podem ser vistas como potências capazes de resgatar o sentido da vida humana e urbana. É com isso em mente, portanto, que as reflexões sobre o Seu Vizinho, quanto ao transbordamento dos corpos negros e favelados no espaço público, à valorização de manifestações culturais locais e à importância da festa para uma urbanidade mais humana, são aqui analisadas dentro do contexto de luta por direito à cidade, de construção e de exercício da cidadania e de uma educação urbana.

O surgimento do Bloco Seu Vizinho (BSV) no Aglomerado da Serra, em 2014, deu-se no bojo do crescimento do carnaval de rua (e de luta) de Belo Horizonte. Criado, inicialmente, como um bloco de carnaval de rua, o Seu Vizinho teve uma grande expansão, transformando-se em movimento e em escola de arte e cultura para a população da favela. A iniciativa de criação do bloco veio de quatro irmãos, negros e moradores do Aglomerado – Paulo Vitor Ribeiro (PV), Diego Henrique

Ribeiro (Chassi), Bárbara Luísa Ribeiro (Babi) e Núbia Aparecida Ribeiro – que, juntamente com o amigo Matheus Nunes Lobo – morador do asfalto –, começaram a perceber e a se incomodar com a ausência de blocos de carnaval na favela, mesmo com a multiplicação do número de blocos na cidade. A limitação da presença negra, com protagonismo e poder de decisão, nos blocos de carnaval existentes – cujo público majoritário era de jovens brancos de classe média – fez o grupo questionar-se se o carnaval de Belo Horizonte estava, de fato, representando e sendo acessível à população da cidade ou se ele mantinha e reproduzia a segregação característica da realidade socioespacial vigente. Nas palavras de Ribeiro (2019), havia a percepção do grupo de que

[...] se os moradores quisessem acompanhar um desfile de bloco e andar atrás de um trio elétrico, teriam de se deslocar para a região central da cidade, onde a festa acontecia. E, caso quisessem participar de um bloco, integrando a bateria, por exemplo, teriam de providenciar seu instrumento, encontrar um bloco cuja bateria fosse aberta, se conectar com pessoas desse bloco e participar dos ensaios antes do desfile. Vale destacar que alguns blocos em BH têm bateria aberta e, ainda, alguns não fazem ensaios prévios, mas estas são situações raras. Os organizadores de alguns deles não divulgam com antecedência seus desfiles, de modo que apenas as pessoas mais próximas conseguem acessá-los e, de todo modo, quem consegue entrar para esses grupos precisa adquirir seu instrumento por conta própria (RIBEIRO, 2019, p. 18).

A partir desse incômodo, e já sendo participantes da bateria de vários blocos de carnaval de rua, eles decidiram fundar um “bloco de favela e para a favela” – denominação que fazem questão de mencionar e manter – com o objetivo de promover a “ligação entre o morro e o asfalto” para reduzir o preconceito da cidade em relação ao Aglomerado (RIBEIRO; LOBO, 2019, informação verbal)¹²⁰. O Bloco Seu Vizinho surgiu, portanto, alinhado com as experiências coletivas de luta dos demais blocos, mas também como uma “reação” ao próprio carnaval recém (in)surgido na cidade, que se mostrava limitado em termos de representatividade. Junto com esse objetivo, Ribeiro (2019, p. 19) também aponta que a criação do BSV pretendeu levar “o poder de mobilização e conscientização” característico do carnaval de rua, para a comunidade; promover transformação social pela oferta de atividades socioculturais; dar visibilidade aos agentes culturais locais; impulsionar maior circulação de pessoas pelas vilas do Aglomerado (moradores ou não);

¹²⁰ Conversa realizada com dois dos fundadores do Bloco Seu Vizinho, Paulo Vítor (PV) e Matheus, na sede do bloco, em 20/11/2019.

aquecer a economia local; e aumentar a geração de renda. Ainda que o Seu Vizinho seja hoje parte de um projeto maior do que o bloco em si, a ênfase que será dada neste estudo será ao bloco de carnaval de rua, quanto à sua organização/gestão participativa, às suas atividades e à apropriação/construção de espaços públicos.

Ribeiro (*Ibidem*) descreve o Seu Vizinho como sendo “uma Escola de Artes, Periférica e Livre, com foco em Formação Musical e Produção Cultural” e voltada para moradores do Aglomerado – pessoas negras e de baixa renda – e também para moradores de outras regiões da cidade. Atuando por meio da “arte, da cultura, da educação, da cidadania e da garantia de direitos humanos”, o Seu Vizinho desenvolve “atividades de percussão, danças urbanas, violão e canto, com crianças, jovens, adultos e terceira idade” e ainda produz “eventos para incentivar os artistas da comunidade e movimentar a economia local”. Mesmo com sede própria (uma casa alugada na comunidade), o bloco ainda utiliza centros culturais existentes no Aglomerado (nas Vilas Marçola e Fátima) e a Praça do Cardoso, também no Aglomerado da Serra, para realizar parte das suas atividades, o que contribui para um maior envolvimento da comunidade.

Embora as práticas empreendidas pelo Seu Vizinho não se restrinjam ao carnaval e à apropriação do espaço público pela festa, o nome do bloco e os lemas por ele cunhados – “Somos Todos Vizinhos” e “Todo Mundo Junto e Aglomerado” – revelam a importância do contexto espacial na sua constituição, nas práticas e nas reivindicações. As palavras de Ribeiro confirmam a importância da espacialidade para o bloco.

Desde o início, nossas ações são orientadas pelas questões do NOSSO TERRITÓRIO. Essas questões nos levam a discutir sobre desigualdade social, relações étnico-raciais, direitos humanos, preconceito, racismo, economia local, igualdade de gênero, lugar de fala, entre outros temas relacionados. E a gente não quer fazer isso a sós. Sempre que possível, envolvendo outros coletivos e agentes do Aglomerado da Serra e de outras quebradas (*Ibidem*).

Figura 26 – Bandeira do Bloco Seu Vizinho (2017) com o Aglomerado da Serra ao fundo



Fonte: Facebook do Seu Vizinho¹²¹.

Nesse viés, Ribeiro (2019, p. 21) também explica que o nome do bloco foi um “trocadilho” que quis deixar clara a visão do grupo de que “o bloco preza muito pela mistura e envolvimento de pessoas que moram e que não moram no Aglomerado da Serra”, devendo estar, portanto, “#TodoMundoJuntoEAGLOMERADO”.

A intenção era, desde o início, dizer para os vizinhos, moradores da Serra ou não, que o bloco é deles, é de todos (“é SEU, vizinho”) e, ao mesmo tempo, que o bloco é vizinho deles (“é seu VIZINHO”), ensaia e desfila próximo, dentro da comunidade. Isso porque as pessoas que conduzem o projeto acreditam que todos são vizinhos na nossa cidade, independente do bairro (*Ibidem*).

Uma música criada pelo grupo também evidencia a relevância territorial, assim como o caráter afirmativo do bloco (Figura 27). Sendo uma espécie de hino do Seu Vizinho, a música é cantada nos eventos, cortejos e desfiles, revelando, por meio do canto coletivo, o orgulho pelo pertencimento ao grupo.

¹²¹ Disponível em: https://www.facebook.com/pg/blocoseuvizinho/photos/?ref=page_internal. Acesso em: 20 nov. 2019.

Figura 27 – Letra do “hino” do Seu Vizinho



SERRA RESISTE (Seu Vizinho, 2018)
(Letra e melodia, PV. Arranjo harmônico, Matheus Lobo)

Fazia tempo q a Serra desse jeito não comemorava.
Fazia tempo q a Serra desse jeito não se misturava.
Tendo direito a uma alegria fugaz, numa ofegante epidemia chamada carnaval.
Logo a favela que sem "f", festa e funk morre ou passa mal.
Fazia tempo q a Serra desse jeito não comemorava.
Fazia tempo q a Serra desse jeito não se misturava.
Mas resistência é uma coisa que vem do berço pra gente sobreviver nesse sistema visceral.
Ô abram alas! Não embaça! Eu vou curtir! Não peço seu aval!

—

A Serra resiste!
Meu povão jogado às margens
Aqui foi se aglomerando.
A Serra resiste!
E eles lá fazem reforma,
Sempre nos prejudicando.
A Serra resiste!
Morro hoje parece moda.
Pensem em como estão me olhando.
A Serra resiste!
São 100 anos de história!
E o show só tá começando!

—

REFRÃO:
Agora escute o som do tamborzão q vem lá do Serrão,
Repare na beleza desse meu povão!
Sou bloco de favela sou perifa sim!
Agora escute o som do tamborzão q vem lá do Serrão,
Olhe pro seu vizinho e abra o coração,
Porque juntos somos fortes! Ninguém tá sozinho!

—

Eu vou descendo a ladeira, fazendo zuera, eu quero é embrazar!
Respeite a nossa cultura. Nossa carne é dura d colonizar.

Fonte: Facebook do Seu Vizinho¹²².

Algumas expressões utilizadas na canção demonstram consciência quanto ao tratamento discriminatório que coloca o morador da favela na condição de “jogado às margens”, obrigando-o a ir “se aglomerando” no morro. Do mesmo modo, as referências feitas às intervenções realizadas no Aglomerado, pelo poder público, demonstram descontentamento e percepção de que “as reformas” acabam lhes trazendo alguns prejuízos. Há também menção aos modismos recentes que têm inserido as favelas no contexto de um turismo de contemplação das periferias, como “realidades exóticas” – reproduzindo a visão colonialista, apontada nas discussões sobre os memoriais. Todos esses ditos, quando apropriados por moradores do morro e replicados para o restante da cidade, tornam-se potencialidades para

¹²² Disponível em: https://www.facebook.com/blocoseuvizinho/photos/?ref=page_internal. Acesso em: 20 abr. 2021.

reflexão, conscientização e transformação social – constituindo práticas de educação urbana.

Ao longo da minha experiência etnográfica, pude constatar a multiplicidade dos atores que participam e contribuem com as práticas do bloco. Em meio a essa diversidade, alguns integrantes entrevistados reafirmam as declarações de Ribeiro (2019) quanto ao tratamento igualitário existente entre todos os membros do bloco, independentemente do bairro de onde eles vêm.

É uma relação tranquila [entre moradores e não moradores do Aglomerado] pois a gente se abraça. O lema é *TodoMundoJuntoEAglomerado* assim mesmo sem espaços para não haver diferenças. Aqui a gente tenta quebrar todo e qualquer preconceito imposto pela sociedade (MORADOR A¹²³, 2020, informação verbal)¹²⁴.

O bloco está de portas abertas pra acolher a todos de forma respeitosa e carinhosa, dando assim a oportunidade a muitos moradores de experiências muito especiais. É perceptível no bloco a adesão por parte de inúmeras pessoas advindas de realidades socioeconômicas diversificadas. Essas pessoas são muito bem acolhidas (MEMBRO EXTERNO A, 2020, informação verbal)¹²⁵.

Por outro lado, também alguns membros externos percebem um tratamento diferenciado entre os integrantes que são moradores com os membros de fora do Aglomerado.

Os “não moradores” do Aglomerado que são integrantes do bloco têm uma relação muito boa e respeitosa com os integrantes e moradores da comunidade. A recíproca é verdadeira, mas há um distanciamento claro, uma faixa e um limite, que você, como não integrante da comunidade, não transpõe (...) há uma resistência dos moradores que iniciaram esse projeto para com quem mora no asfalto (MEMBRO EXTERNO B, 2020, informação verbal)¹²⁶.

Vejo um certo olhar de desconfiança/receio por parte dos moradores do Aglomerado em relação aos não moradores, mas acredito que com o tempo e com diálogo é possível construir melhor essa ponte entre aglomerado e asfalto (MEMBRO EXTERNO C, 2020, informação verbal)¹²⁷.

¹²³ Conforme apresentado no item sobre a metodologia, as entrevistas realizadas com os integrantes do Bloco Seu Vizinho foram divididas em três grupos: moradores do Aglomerado (MORADOR), membros residentes de outros bairros (MEMBRO EXTERNO) e fundadores/organizadores do bloco (FUNDADOR). Conforme acertado com os entrevistados (para dar maior liberdade para a exposição de problemas que sejam identificados por eles no bloco), os nomes não são divulgados, sendo diferenciadas por letras (A, B, C...) as falas individuais de cada entrevistado.

¹²⁴ Entrevista realizada com Morador A, em 27/08/2020.

¹²⁵ Entrevista realizada com Membro Externo A, em 11/09/2020.

¹²⁶ Entrevista realizada com Membro Externo B, em 24/09/2020.

¹²⁷ Entrevista realizada com Membro Externo C, em 09/09/2020.

Minha visão em relação a isso foi sendo alterada ao longo do tempo: no primeiro contato com o grupo, tive uma percepção de que havia grande integração entre os moradores da comunidade e as pessoas de outras localidades (muitas pessoas de classe média que também participam do bloco). O evento do qual participei, no primeiro dia em que estive com o bloco, fez-me pensar que o relacionamento entre os integrantes devia ser frequente, não se restringindo apenas ao momento do carnaval, pois todos pareciam se conhecer intimamente. Aos poucos, a percepção de que há certa resistência em relação aos participantes “de fora” – o que de certa maneira reproduz uma mentalidade de segregação que o Seu Vizinho propõe combater – também passou a fazer parte da minha experiência com o bloco. Essa aparente “contradição” entre o discurso de inclusão do bloco e certa dificuldade em se “aceitarem” os integrantes que são de fora do Aglomerado – e que foi mencionado nas entrevistas, por alguns membros externos, é contrabalançada, porém, pelo esforço que é despendido pelos fundadores do bloco para sanar essas questões. Esta é uma percepção que foi apontada nas entrevistas e com a qual também tendo a compartilhar.

É uma relação dicotômica entre morro e asfalto. Por ser um bloco de favela, às vezes acontecem críticas sobre a atuação (ou receptividade) dos gestores do bloco com o pessoal do “asfalto”. Mas como os gestores são pessoas muito receptivas e humanas, eles administram esses conflitos de uma maneira muito eficiente. Existem diversos outros conflitos, como em qualquer comunidade que agrega diferentes tipos de pessoas, mas a turma do Seu Vizinho consegue contornar esses problemas como se fossem realmente uma família (MEMBRO EXTERNO D, 2020, informação verbal)¹²⁸.

Ao olhar para a história do Seu Vizinho, percebe-se que, desde o início, o bloco foi se conformando com auxílio de várias pessoas. No primeiro ano do bloco (2014), os ensaios da bateria foram viabilizados graças à doação de instrumentos que puderam ser emprestados aos participantes. Naquele contexto, os ensaios ocorriam em praças públicas e em Centros Culturais do Aglomerado, enquanto os ensaios da banda (dois cantores, cavaquinho e guitarra) davam-se nas casas dos integrantes. O primeiro desfile (2015) não contou com muita gente e o investimento financeiro foi feito pelos próprios membros. Tendo em vista que boa parte da bateria do bloco era composta por pessoas do “asfalto”, muitas críticas foram feitas pelos

¹²⁸ Entrevista realizada com Membro Externo D, em 24/09/2020.

moradores, que rotularam o Seu Vizinho de “bloco de *playboys*” (RIBEIRO, 2019, informação verbal)¹²⁹. Se críticas como essa reafirmam a dificuldade de se aceitarem pessoas que vêm de outros bairros da cidade, a tese de que há empenho dos organizadores na busca de solução dos conflitos é também reforçada pelo fato de que os apontamentos dirigidos ao bloco trouxeram reflexões, discussões e geraram ações de resposta aos moradores. Já que um dos empecilhos para que mais pessoas do Aglomerado pudessem ingressar na bateria do bloco era a ausência de conhecimento musical, o grupo resolveu investir na formação das pessoas da comunidade, criando oficinas de percussão. Assim, desde 2015, as oficinas passaram a ser ofertadas aos interessados e os ensaios continuaram sendo abertos, em locais públicos (até o aluguel da sede), permitindo maior integração do bloco com a comunidade, conforme mostram as figuras abaixo.

Figura 28 – Chamada para as primeiras oficinas em 2015. A orientação sobre como se chegar ao local, utilizando o transporte coletivo, evidencia a intenção de “mistura” do bloco



Fonte: Facebook do Seu Vizinho¹³⁰.

¹²⁹ História narrada pelo PV no encontro do dia 31/10/2019, na sede do bloco.

¹³⁰ Disponível em: https://www.facebook.com/blocoseuvizinho/photos/?ref=page_internal. Acesso em: 20 abr. 2021.

Figura 29: Ensaios em 2019. Escola Pública do Aglomerado e Centro Cultural da Vila Marçola



Fonte: Acervo da autora, 2019.

Figura 30 – Oficina de percussão em 2019, na sede do Seu Vizinho



Fonte: Acervo da autora, 2019.

Figura 31 – Ensaio em 2020, no Centro Cultural Vila Marçola



Fonte: Acervo da autora, 2020.

Em 2016, ocorreu um evento que foi importante para o Seu Vizinho, o “1º Festival Vizinhança”, que teve participação de artistas (60 artistas do Aglomerado e outros de fora), além do bloco de carnaval “Pisa na Fulô”. De acordo com PV (RIBEIRO, 2019, informação verbal)¹³¹, o evento foi um sucesso e trouxe grande visibilidade para o bloco dentro do Aglomerado. Também, naquele ano, o Seu Vizinho começou a participar de editais públicos de financiamento, passando a ser contemplado em todos os anos seguintes. Somado a isso, a realização de shows da banda, assim como a apresentação da bateria – agora, com cachê – em eventos dentro e fora do Aglomerado, permitiram que, a partir de 2017, os membros mais atuantes e os músicos da banda pudessem ser remunerados pelo seu trabalho (RIBEIRO, 2019).

Ao refletir sobre a recriação do laço social que tem sido promovida pelos novos movimentos de resistência (nas suas diversas configurações), Zibechi (2015) aponta como características desses grupos: autonomia perante o Estado e outros tipos de organização institucionais, afirmação da identidade e da diferença, criação de novas territorialidades espaciais, **utilização de outros processos educativos**, relações não hierárquicas, formas de ação autoafirmativas. Embora o recurso financeiro vindo dos órgãos públicos seja bastante relevante para a atuação do bloco, existe uma movimentação dos próprios integrantes para viabilizar suas atividades de modo autogerido (comercialização de produtos, campanhas de financiamento, show da banda, entre outros). Na busca por integração entre membros, comunidade e bloco, uma das iniciativas criadas para viabilizar um processo participativo de construção do carnaval e de outras atividades é o chamado “Papo Reto”. Desde 2017, o carnaval do Seu Vizinho passou a ser “construído com muuuitas mãos, cabeças e corações” (SEU VIZINHO, 2019, *online*)¹³² em reuniões realizadas à noite, abertas aos membros e à comunidade em geral, nas quais são debatidos temas referentes não apenas ao carnaval, mas também ligados aos interesses da comunidade (Figura 32).

¹³¹ História narrada pelo PV no encontro do dia 31/10/2019, na sede do bloco.

¹³² Disponível em: https://www.facebook.com/pg/blocoseuvizinho/photos/?ref=page_internal. Acesso em: 13 fev. 2020.

Figura 32 - As chamadas para o Papo Reto são divulgadas nas redes sociais do bloco e também por meio de cartazes que são colocados na comunidade, democratizando a participação



Fonte: Facebook e Instagram do Seu Vizinho¹³³.

Se, no primeiro momento, as reuniões eram realizadas em espaços públicos e/ou em bares do Aglomerado, a partir do aluguel da primeira sede do bloco, o Papo Reto passou a ter um espaço para os encontros (DOMINGUES, 2019). Sendo um evento divulgado no Facebook, Instagram, em grupos de WhatsApp do bloco e por meio de cartazes na comunidade, os encontros têm sido locais de confraternização, de troca de informações, discussões, críticas, sugestões de ações e atividades, divisão de tarefas e tomada de decisões (Figuras 33 a 34). Nesse sentido, o Papo Reto alinha-se com a pedagogia de Freire (1967), que propõe relações de diálogo e horizontalidade, para que os conhecimentos de todos possam se inter-relacionar na construção coletiva de um novo saber.

Nos encontros do Papo Reto em que estive, fui percebendo essa “construção coletiva” efetivando-se, não apenas pelos apontamentos e reflexões de problemas identificados nos desfiles anteriores, mas, sobretudo, pela discussão conjunta de possíveis melhorias. Em 31/10/2019, por exemplo, ao discorrerem sobre o desfile de 2018, foram levantados problemas ocorridos com a bateria, por ter recebido batuqueiros que não tinham participado dos ensaios – fato que gerou maior rigor nos anos seguintes, podendo participar apenas quem fez parte dos ensaios –; a altura do trio elétrico, que gerou insegurança em relação à fiação elétrica dentro do Aglomerado e a corda de isolamento que levou algumas pessoas a se machucarem.

Ao ser discutido o desfile de 2019 – que se deu fora do Aglomerado, em um bairro limítrofe ao morro – foi quase unânime a visão de todos quanto ao sucesso que foi o evento. Por ter sido realizado em uma avenida larga, o desfile pôde contar com um trio elétrico grande, adotar as medidas de segurança exigidas e fazer um festejo com um grande número de foliões, sem riscos de acidentes. A partir dessas

¹³³ Disponível em: https://www.facebook.com/blocoseuvizinho/photos/?ref=page_internal e https://www.instagram.com/seuvizinho_/?hl=pt Acesso em: 21 abr. 2021.

reflexões, PV colocou em pauta o local onde deveriam se realizar os próximos desfiles (dentro ou fora do Aglomerado), decisão que implicaria diretamente no tamanho do trio e nas medidas de segurança necessárias. Foi um tema bastante polêmico e que gerou manifestação de muitos integrantes, mais ou menos exaltados: uns defendendo que o carnaval deveria ser dentro do Aglomerado (não é um carnaval para a favela?) e outros reconhecendo o crescimento do carnaval do Seu Vizinho e apoiando a realização do desfile em uma via maior, com possibilidade para um trio grande e adoção de medidas de segurança.

Além do trajeto, foram discutidos os horários dos ensaios, o tema do carnaval 2020 e foram montadas comissões de trabalho para as atividades necessárias para o desfile. O resultado dessa reunião longa e cansativa, que terminou por volta das 23h, foi uma produção coletiva de conhecimentos, saberes, práxis, tendo em vista que todos os temas foram decididos por meio de votação (Figura 35), como ocorre em várias reuniões do Papo Reto. No caso do tema, para garantir uma decisão mais democrática, a votação foi estendida para o grupo de WhatsApp, possibilitando a participação dos membros que não puderam estar no encontro.

Aqui, é importante ressaltar que nem todos saem totalmente satisfeitos com os resultados das votações – sobretudo quando suas opiniões não são as eleitas. Um assunto que causou grandes desavenças nas discussões sobre o carnaval 2020 foi em relação ao tema “diversidade”, escolhido por votação. As polêmicas giraram em torno de “qual diversidade” deveria ser tratada pelo bloco, tendo em vista que não é possível trabalhar com tudo. Eleito o tema da religiosidade (um dos que foram escolhidos), houve grande insatisfação de participantes que não concordavam que suas religiões específicas não fossem abordadas no desfile, algo que evidenciou preconceitos existentes entre os membros do grupo. Ao final de alguns ensaios do bloco, quando todos já estavam reunidos, foram convidados representantes de várias religiões para apresentarem as suas doutrinas aos membros do bloco, algo que trouxe esclarecimento a muitos dos integrantes que desconheciam aquelas realidades. Ficou decidido que as religiões que seriam abordadas seriam aquelas que mais têm sofrido discriminações e ataques, ou seja, as religiões de matriz africana. Ao longo desse trajeto de escolha, alguns integrantes foram ficando menos incomodados após as conversas sobre o tema, enquanto outros membros, porém, continuaram sentindo-se discriminados. De qualquer forma, permaneceu a

compreensão de que se tratava de um processo democrático onde a decisão da maioria é que deveria ser seguida. E assim foi feito com a religião e com todas as outras temáticas abordadas no desfile.

Figura 33 – Reuniões do Papo Reto em que eu participei (2019).
Vemos o PV coordenando as discussões e a diversidade dos atores presentes



Fonte: Acervo da autora, 2019.

Figura 34 – Reunião do Papo Reto em 22/08/2019, com o tema “Eventos e acessibilidade no morro e no asfalto” e a presença de artistas e produtores culturais convidados, de dentro e fora do Aglomerado. Discussões sobre interação entre morro e asfalto a partir de eventos culturais



Fonte: Acervo da autora, 2019.

Figura 35 – Reunião do Papo Reto em 31/10/2019, onde vários temas referentes à construção do carnaval 2020 foram colocados em pauta, discutidos e votados, confirmando a construção coletiva que caracteriza o Seu Vizinho



Fonte: Acervo da autora, 2019.

Diante de tudo isso, Domingues analisou a importância do Papo Reto (enquanto atividade coletiva) para a construção, a gestão e a tomada de decisão no bloco Seu Vizinho. Segundo ele,

o Papo Reto constituiu-se como um importante espaço de planejamento, organização e tomadas de decisões do Seu Vizinho, de uma maneira mais ampla. Era um espaço importante de construção de diálogo entre os

diversos sujeitos envolvidos. As falas dos diferentes participantes eram respeitadas e as pautas discutidas independente da prioridade e da importância de cada uma (DOMINGUES, 2019, p. 125).

Após participar de vários encontros do Papo Reto, compartilho da visão de Domingues (*Ibidem*) quanto à relevância da atividade para a construção do bloco e do carnaval, sobretudo pelo exercício da cidadania que o encontro possibilita, na perspectiva das práticas emancipatórias discutidas por Freire (1967) e Demo (1995), no item 2.2. Retomando as análises dos autores, para quem a conscientização do contexto opressor é uma condição para se empreender ações contra-hegemônicas, capazes de produzir uma realidade transformada, é possível compreender o Papo Reto como parte de um processo educativo emancipatório, na medida em que ele catalisa reflexões sobre as ações do bloco e sobre o contexto em que a comunidade se insere. Assim, ao se considerar que a educação urbana inaugura possibilidades de “afirmação da cidadania crítica e ativa”, sendo um “processo permanente de autocapacitação do indivíduo para lidar com os problemas urbanos cotidianos” (BARROS E SILVA, 2017, p. 110), pode-se compreender a experiência proporcionada pelo Papo Reto como sendo promotora de educação urbana, na medida em que propõe uma compreensão da natureza política do ambiente construído: para que as formas de opressão espacial possam ser combatidas, temas como classe, gênero e raça devem, necessariamente, ser incluídos na discussão sobre o espaço urbano (WEISMAN, 2013), tal como tem sido feito no Papo Reto, cujas discussões perpassam temas, como racismo, violência, feminismo, empoderamento negro, direito à cidade e outros. Segundo Zibechi (2015, p. 162), nesses encontros, “se constrói coletivamente uma nova organização de sociedade”, alternativa ao sistema dominante, e por meio de outras formas de educação (que se alinham com a educação proposta por Freire).

A educação tende a ser autoeducação; o espaço educativo não é somente a sala de aula, mas toda a comunidade; os que ensinam não são apenas os mestres, mas todos os integrantes da comunidade, e as próprias crianças mostram a sua capacidade de aprender-ensinar; o movimento todo é um espaço autoeducativo (ZIBECHI, 2015, p. 164).

Essa construção coletiva de conhecimento, em que os atores são inseridos em uma “discussão corajosa da sua problemática”, em “diálogo constante com o Outro” e em um contexto de “constantes revisões” e “análise crítica dos seus

‘achados’” (FREIRE, 1967, p. 90), abre possibilidades para uma realidade transformada. As análises de Libânio (2016) também reafirmam a importância da construção desse conhecimento para as comunidades periféricas. Para a autora,

a ampliação do acesso dos moradores de periferia à informação (construída, vivenciada), à cultura e à cidade pode ter como consequência a geração de oportunidades e potencialidades que permitam o deslocamento do sujeito, podendo contribuir para a redução das desigualdades, individuais ou sociais (LIBÂNIO, 2016, p. 287).

Ainda que a vivência dos indivíduos nessas atividades já seja uma ação política, *per se*, questões diretamente ligadas à política do país, e também do município, estão sempre em pauta nas reuniões do bloco. As chamadas para manifestações nas ruas da cidade – onde os corpos negros e favelados novamente se apresentam de maneira afirmativa – deixam evidente que, assim como vários outros blocos de carnaval de rua, o Seu Vizinho também se posiciona como um bloco de resistência ao sistema hegemônico, sobretudo, diante das ameaças e ações (racistas, misóginas, homofóbicas) vindas do governo federal, e que já se renunciavam desde as eleições presidenciais de 2018.

Figura 36 - Chamada para manifestações de repúdio ao então candidato às eleições presidenciais de 2018, Jair Bolsonaro, que acabou se elegendo como Presidente da República



Fonte: Facebook e Instagram do Seu Vizinho¹³⁴.

Visando à maior democratização do carnaval no morro, e também em atenção aos pedidos de moradores das outras vilas do Aglomerado, o Seu Vizinho passou a realizar cortejos menores, antes do desfile oficial do carnaval (RIBEIRO, 2019). Tanto em relação aos cortejos (Figura 37) quanto no caso dos desfiles sempre ocorre comunicação prévia sobre trajeto, horário e duração, aos moradores e comerciantes locais. Ao longo dos cortejos, os moradores acompanham – de suas

¹³⁴ Disponível em: https://www.facebook.com/blocoseuvizinho/photos/?ref=page_internal e https://www.instagram.com/seuvizinho_/?hl=pt Acesso em: 21 abr. 2021.

portas, janelas e lajes – e participam com cantos, danças e/ou com jatos de água que amenizam o calor do verão. Enquanto alguns moradores aproveitam para vender alimentos e bebidas ao longo do trajeto e no local de dispersão do cortejo, parcerias feitas com comerciantes locais permitem que integrantes do bloco tenham acesso prioritário aos banheiros dos estabelecimentos durante o cortejo, sendo mais uma forma de inserir os comerciantes locais no contexto do carnaval do bloco.

Figura 37 – Cortejos no Aglomerado em 2020



Fonte: Acervo da autora, 2020.

Apesar das iniciativas do bloco, democratizar o acesso às atividades culturais da favela nem sempre ocorre de modo tranquilo. Como já foi discutido, ainda que a repressão à ocupação dos espaços públicos pelo carnaval de rua seja recorrente, quando se trata de blocos identitários e de grupos já comumente excluídos – feministas, LGBTQI+, negros, indígenas – essas ações tornam-se mais corriqueiras e contundentes. Na concepção de Butler (EL PAÍS, 2020, *on-line*)¹³⁵, a violência não acontece de modo igual para todos, pois há um tipo de divisão nas sociedades – “entre aqueles cujas vidas são dignas de serem protegidas a qualquer custo e aqueles cujas vidas são consideradas prescindíveis” –, referente ao gênero, à raça e à posição econômica. Segundo uma das fundadoras do Seu Vizinho, “as favelas por si só são tratadas de forma hostil e agressiva pela polícia! No carnaval nem sempre é diferente” (FUNDADOR B, 2020, informação verbal)¹³⁶. Embora diversos problemas que eram frequentes entre o bloco e os órgãos públicos tenham deixado

¹³⁵ Disponível em: https://brasil.elpais.com/babelia/2020-07-10/judith-butler-de-quem-sao-as-vidas-consideradas-choraveis-em-nosso-mundo-publico.html?fbclid=IwAR05jMcbL1VmELYbIMKcj_ReSG6Z5Do2ERt61BrVwUWg0N-2R9QuaQSuy0I
Acesso em: 13 jul. 2020.

¹³⁶ Entrevista realizada com Fundador B, em 09/09/2020.

de acontecer, as distinções já ocorridas (e/ou que ainda ocorrem) em relação ao bloco podem ser inseridas no contexto da “divisão” denunciada por Butler. Ações de repressão nos espaços públicos dentro e fora do Aglomerado (Figuras 38 e 39) reforçam a compreensão de que a cidade possui uma normatividade – explícita e/ou implícita – que reproduz o tipo de “política de distribuição corporal”, em que os corpos são diferencialmente distribuídos e tratados (BUTLER; ATHANASIOU, 2013, p. 16, tradução da autora). As falas de dois fundadores do bloco reforçam a tese de que há (e/ou já houve) tratamento diferenciado em relação ao Seu Vizinho.

Por ser um bloco de favela, e que sai na favela, somos vistos e tratados de uma forma que não fariam num bloco do asfalto. Infelizmente a polícia militar com uma ação bruta, a BHTrans sem ação não auxiliam no fechamento da rua e retirada de carros estacionados em dias de desfile, o que prejudica o acesso dos foliões (FUNDADOR C, 2020, informação verbal)¹³⁷.

A BHTrans sempre foi meio alienada com nosso bloco. Em 2015, 2016 esteve, mas não fez diferença. Em 2017 e 2018, não vimos ela atuando como deveria, pois o técnico do dia nem sabia do nosso trajeto previamente. Já, em 2019, quando mudamos de trajeto para a Avenida Mem de Sá, a BHTrans quis intervir e não liberar o trajeto, houve grande discussão o que atrapalhou nossa produção e no dia do desfile também não fechou o trânsito como combinado [...]. No final do desfile, também teve uma atitude hostil [por parte da polícia militar] para encerrar o evento, sem violência física, mas uma presença ostensiva (FUNDADOR A, 2020, informação verbal)¹³⁸.

Figura 38 – Repressão policial que impediu o ensaio do bloco em uma praça pública (Praça JK) em 2015. A polícia ainda “escoltou” os batuqueiros para fora da praça para evitar a retomada do ensaio



Fonte: Facebook do Seu Vizinho¹³⁹.

¹³⁷ Entrevista realizada com Fundador C, em 09/09/2020.

¹³⁸ Entrevista realizada com Fundador A, em 19/09/2020.

¹³⁹ Disponível em: https://www.facebook.com/blocoseuvizinho/photos/?ref=page_internal Acesso em: 21 abr. 2021.

Em um cortejo no Aglomerado, no ano de 2020, vivenciei uma das ações repressivas da Polícia Militar. Como de costume, o bloco já havia programado com antecedência, comunicando moradores, comerciantes, muitos dos quais compraram alimentos e bebidas para venderem para os foliões e batuqueiros. Também havia sido montada uma estrutura para que a banda pudesse tocar, junto com a bateria, onde terminaria o cortejo. Assim que chegamos ao local de dispersão, surgiram vários carros da Polícia Militar e os policiais exigiram que fosse desmontada a estrutura e que fosse desocupada a rua. A alegação era de que ali era uma área de comércio do tráfico de drogas e que, portanto, existia perigo de estarmos naquele local. Houve muita discussão e vi alguns jovens questionando os policiais: “já que sabem que é uma ‘boca’, por que cês num vão lá e fecham?”. A maneira como aqueles jovens lidaram com a polícia, com uma destemida familiaridade, fez-me perceber o quão corriqueiro é esse tipo de abordagem repressiva. A situação foi muito tensa e inesperada, pois era um festejo, em um final de semana, em que pessoas fantasiadas (jovens, adultos, crianças, idosos, moradores da comunidade) estavam comemorando, cantando, dançando, bebendo nas ruas “do seu bairro”, onde foram abordadas por policiais com armas em punho, sem nenhum motivo convincente para tal. Na ocasião, os organizadores do bloco, nascidos e criados na favela, disseram aos policiais que providências, avisos e autorizações para realizarem o evento, naquele local, já haviam sido feitas, pois a presença do tráfico de drogas faz parte do cotidiano dos moradores de favela. Depois de muita discussão, o evento foi interrompido, a rua foi desocupada, as mercadorias dos vendedores foram recolhidas, e nós, do bloco, fomos escoltados pela polícia até o Centro Cultural Vila Marçola. Em atitude intimidadora, os carros de polícia permaneceram estacionados na porta do Centro Cultural, por longo tempo.

Figura 39 – Repressão policial que impediu o cortejo do bloco, dentro do Aglomerado, em 2020



Fonte: Acervo da autora, 2020.

A experiência causou grande revolta, principalmente nos integrantes que moram no asfalto, enquanto para os integrantes do bloco e moradores do Aglomerado, apesar da frustração pelo fim do festejo, este foi um evento tão comum e corriqueiro, que pareceu nem afetar os seus humores. Se, por um lado, essa experiência explicitou o exercício do poder e a imposição de regras de comportamento nos espaços públicos, que reproduzem a exclusão social constitutiva de Belo Horizonte (FOUCAULT, 1991; PEREIRA FILHO, 2006); por outro lado, vivenciar essa situação trouxe maior conscientização quanto a essas práticas de poder que, muitas vezes, são conhecidas somente de uma maneira teórica, abstrata e distante – sobretudo pelos moradores de fora da favela, como é o meu caso. Mas, uma vez que “o conhecimento e a reflexão da realidade concreta que se dão nas experiências urbanas” impulsionam os sujeitos a buscarem melhores condições de

vida e de exercício da cidadania (BARROS E SILVA, 2017, p. 107), avalio que esta foi uma experiência importante tanto para mim (pessoalmente) quanto para o desenvolvimento desta tese.

Assim como nos espaços públicos que estão fora do Aglomerado, também dentro da comunidade os espaços apresentam essa normatividade nem sempre evidente, que se relaciona com as posições de poder no contexto territorial. As práticas do Seu Vizinho também são perpassadas e afetadas por essas relações de poder internas ao Aglomerado, seja pela inibição da participação de moradores evangélicos no bloco, já que as igrejas evangélicas – religião predominante no Aglomerado – tendem a considerar o carnaval um pecado (FUNDADOR B, 2020, informação verbal), seja pela ocorrência de conflitos entre facções do tráfico de drogas – realidade presente no cotidiano das favelas. No ano de 2016, por exemplo, o desfile de carnaval do bloco teve que ser suspenso, em função de conflitos relacionados ao tráfico. Embora não haja grande convivência entre o Seu Vizinho e os indivíduos que fazem parte do tráfico de drogas, Domingues (2019) ressalta que

ao invés de acusar, julgar e repelir os jovens do tráfico, há um reconhecimento de que, por falta de acesso, uma parte dos jovens escolheu o movimento. Ao mesmo tempo, aqueles que faziam parte do tráfico, não inibiam as práticas propostas e compreendiam a importância das ações do Seu Vizinho (...) e de outros movimentos culturais que são construídos por sujeitos moradores do Aglomerado da Serra. Ou seja, **o fato do Seu Vizinho ter reconhecimento como uma atividade positiva para a comunidade na visão dos sujeitos do tráfico**, passa por um processo de afirmação, de construção de diálogo, em que o Seu Vizinho anuncia sua prática como detentora do direito ao território tanto quanto o tráfico de drogas (DOMINGUES, 2019, p. 103, grifo da autora).

Se se concordar com Butler (2018) que na medida em que os corpos se congregam, movem-se e falam juntos, “o ambiente material é ativamente reconfigurado e refuncionalizado”, a presença de corpos marginalizados nos espaços públicos da cidade (apesar e também em função da repressão) constitui resistência e exercício do direito à cidade. Isto também ocorre quando se trata da apropriação dos espaços dentro do Aglomerado. Nessa vertente, uma vez que os próprios envolvidos no tráfico de drogas reconhecem a importância das atividades promovidas pelo Seu Vizinho, talvez possamos nos indagar se a ocupação dos espaços do Aglomerado, pelos integrantes do bloco, estaria constituindo um processo educativo capaz de influenciar e alterar (positivamente) as próprias

relações de poder que ali ocorrem. Essas reflexões encontram respaldo nas análises feitas por Miraftab, para quem

a simples presença de corpos no domínio público, como Judith Butler e Athanasiou (2013) ressaltam, gera uma certa força performática através do “Nós estamos aqui”, mensagem que também poderia ser lida como “Nós ainda estamos aqui” a despeito dos esforços persistentes de despossessão e opressão (MIRAFTAB, 2016, p. 372)¹⁴⁰.

No contexto de preservação e do direito à subjetividade, o caráter de inclusão que caracteriza o Seu Vizinho também deve ser destacado. Uma vez que a discriminação de corpos, que é indesejável em ambientes urbanos, faz das mulheres, suas maiores vítimas – tanto de violência física e simbólica quanto de exclusão dos espaços públicos (FEDERICI, 2017) –, no caso de mulheres negras que moram nas favelas, a situação torna-se ainda mais agravada, pela soma de preconceitos que geram a discriminação. Diante da mentalidade patriarcal, historicamente construída e que busca exercer o controle sobre os corpos femininos, têm ocorrido reações frequentes de mulheres que reivindicam relações de igualdade e ampliação de autonomia. Colocando seus corpos na rua, elas desafiam a ordenação hegemônica e lutam por seus direitos, inclusive pelo direito à cidade. É considerando essa realidade de disputa e afirmação que a fundadora do Seu Vizinho, Babi (*apud* DOMINGUES, 2019), rememora que o espaço feminino também teve que ser conquistado, desde a fundação do bloco, para que o protagonismo em “lugares de representação do bloco – eventos, palestras, rodas de conversa, mídia televisiva e radiofônica” (DOMINGUES, 2019, p. 154) passasse a ser compartilhado com as mulheres integrantes.

A gente teve que chegar e mostrar a cara, teve palestra do SV que eu fui. Teve palestra que era pra mulher falar. E se não tivesse mulher? Então estamos aqui. A gente divide funções e eu acho isso muito importante, não só pela representatividade, mas porque a gente também faz (BABI *apud* DOMINGUES, 2019, p. 154).

¹⁴⁰ Ao tratar do tema da “despossessão” (tema que não será aprofundado aqui), Butler e Athanasiou (2013) apontam um tipo de subjugação – para além da expropriação denunciada por Harvey (2014) quanto à negação de acesso a recursos e serviços urbanos e ao poder de decisão sobre esses assuntos – pelo qual passam determinados grupos: a expropriação da subjetividade. Essa lógica da desapropriação, que se dá por meio de normas e práticas, que envolvem “raça, gênero, sexualidade, intimidade, capacidade física, economia e cidadania”, e que pode ser mapeada em nossos corpos, também podem resultar em “subjetividades desapropriadas” (BUTLER; ATHANASIOU, 2013, p. 16, tradução da autora).

Graças a essas ações, e tendo em vista que “não é possível simplesmente fazer o discurso democrático, antidiscriminatório e ter uma prática colonial” (FREIRE, 2019, p. 36), o bloco conta hoje com um número expressivo de mulheres integrantes, presentes em todos os espaços de tomada de decisão. Os próprios temas discutidos nos encontros – muitos deles ligados às questões femininas e de gênero – evidenciam essa representatividade, de modo que o bloco Seu Vizinho também pode ser visto como um impulsionador de ganhos para as mulheres (e para a sociedade). Com discussões que buscam compreensão/conscientização do contexto social vivido pelas mulheres, fortalece-se a autoestima, constrói-se autonomia, combatendo qualquer viés de vitimização e inferioridade em relação a elas – o que, de fato, é bastante visível na postura das adolescentes (cantoras, batuqueiras, modelos do Seu Vizinho), cujos corpos e falas estão em todas as atividades. Nessa vertente, o poder de fala das mães – que participam e/ou cujos filhos fazem parte do bloco – também evidencia o protagonismo feminino nas decisões do bloco.¹⁴¹ Com o objetivo de maior inclusão, também foram criadas oficinas e um desfile direcionado ao público infantil, já que o desfile dos adultos pode ser perigoso para as crianças menores (Figura 40).

Figura 40 – Carnaval das crianças em 2020, dentro do Aglomerado



Fonte: Facebook e Instagram do Seu Vizinho¹⁴².

¹⁴¹ Quando uma empresa de bebidas alcoólicas ofereceu patrocínio ao Seu Vizinho, foi convocado um Papo Reto para se discutir, com as mães, se o bloco deveria ou não aceitar o apoio (financeiro e em bebidas), tendo em vista o grande número de crianças e adolescentes que fazem parte do bloco.

¹⁴² Disponível em: https://www.facebook.com/blocoseuvizinho/photos/?ref=page_internal e https://www.instagram.com/seuvizinho_/?hl=pt Acesso em: 21 abr.2021.

A presença de dois integrantes na bateria, com algum grau de deficiência – um batuqueiro de tambor de minas com deficiência em um dos braços e um jovem com autismo, tocador de surdo – reforça o caráter inclusivo do bloco. A reflexão da mãe do jovem, sobre a participação dele no Seu Vizinho, confirma o compromisso com a inserção que caracteriza o bloco. Segundo ela, “há uma preocupação na formação ética e moral das crianças e adolescentes” e, nesse contexto, a integração do filho nas oficinas “foi fantástica, pois todos o aceitam, respeitam e tentam apoiá-lo em suas dificuldades” (MEMBRO EXTERNO F, 2020, informação verbal)¹⁴³. Essas presenças, que possuem protagonismo e poder de decisão, vão conformando uma educação democrática, inclusiva e igualitária, para as pessoas do bloco, da comunidade e também da cidade. No desfile do Seu Vizinho em 2020, cujo tema foi **diversidade**, a apresentação de uma dançarina cadeirante foi um momento emocionante, tal como foi a abertura do desfile realizada pelas matriarcas da comunidade. As chamadas “Vizinha das C’Antigas” são senhoras idosas da comunidade para quem o Seu Vizinho direciona um projeto que reúne canto, dança, contação de histórias e oficina de percussão. Com a presença delas no desfile, cantando, abençoando e benzendo os integrantes do bloco, para que o desfile aconteça bem, o Seu Vizinho promove a inclusão também da terceira idade (outro grupo marginalizado nos espaços públicos de Belo Horizonte). Nesse contexto de inclusão, Barros e Silva (2017) discutem a importância desse reconhecimento (de todos, indiscriminadamente) para a criação de uma cidade mais humana.

Considerar o lugar e as pessoas que nele vivem como portadores de opiniões, críticas, conhecedores da realidade implica uma refundação do território, em que a participação dos sujeitos estabelece com a cidade uma conjugação necessária para a prática da cidadania e da civilidade (BARROS; SILVA, 2017, p. 110).

Em termos de educação, a importância de se conhecer e valorizar a diversidade territorial (com suas histórias, sujeitos e práticas) para se ter uma melhor compreensão da cidade – condição para mudanças – foi apontada por Fonseca e Guimarães (2016) em suas análises de uma vila na região oeste de Belo Horizonte. Segundo as autoras,

¹⁴³ Entrevista realizada com Membro externo F, em 14/09/2020.

podemos compreender que as cidades podem se tornar lugares de memória se valorizarmos a diversidade de territórios e objetos biográficos que representem seus vários sujeitos históricos e suas histórias de vida. Se a História é conhecer experiências de outros homens em outros tempos e lugares, a cidade, como um lugar de memória, deve abrigar todos os seus territórios, alargando assim, nossas possibilidades de experienciá-la (FONSECA; GUIMARÃES, 2016, p. 137).

Por reconhecer que “a comunidade possui várias histórias que precisam ser registradas e divulgadas para serem conhecidas”, percebidas e refletidas, o tema do carnaval do Seu Vizinho, em 2019, foi a “História do Aglomerado” (*Ibidem*). Para isso, o bloco contou com a ajuda de moradores antigos do morro para resgatar e (re)construir, coletivamente, um vasto conhecimento sobre aquele território. Se a recuperação/apresentação de uma memória popular, fruto da oralidade e da construção coletiva, traz “à superfície lembranças esquecidas, potencializando o autorreconhecimento e a autovalorização do grupo” (*Ibidem*), ela também contribui para o processo de emancipação dos sujeitos, sendo catalisadora de uma educação urbana.

Em uma reunião do Papo Reto, uma das organizadoras do bloco ressaltou que a discriminação em relação à cultura do morro costuma nem ser disfarçada. Diversas vezes em que o bloco buscou permissão para realizar um evento no Aglomerado vieram questionamentos, por partes dos órgãos públicos, quanto à ocorrência (ou não) de funk durante o festejo. Esse tratamento de discriminação (que não se restringe aos corpos) também ocorre com o linguajar da favela, sendo “sustentado pelo preconceito de uma sociedade classista” que contrapõe a linguagem formal à gíria¹⁴⁴ (comumente falada em favelas e periferias), estabelecendo o “reconhecimento de apenas uma delas e a ideia de que uma é certa e a outra é errada” (BARDI *et al.*, 2016, p. 74). Diante disso, uma vez que a disputa territorial abarca também a linguagem,

a gíria é território de disputa, é língua tomada. A gíria é o *além* (BHABHA, 1998) produzindo um híbrido da língua da opressão com a fala do oprimido. Assim, gíria é mais que resposta e resistência, é criação de novas possibilidades de fala, de novos entendimentos do mundo. É uma potente produção contra-hegemônica (BARDI *et al.*, 2016, p. 74).

¹⁴⁴ “Gíria é palavra que pode ter tantos significados quanto as pessoas que as falam, mas dentro de um grupo representa uma mesma ideia, um conceito comum [...] O sentido comum é circunscrito ao grupo em que a gíria é falada. Isto confere certa mobilidade à gíria, no sentido de que uma mesma palavra pode ter significados diversos de acordo com o território. A gíria é adaptável, é fluida. A gíria estabelece relação orgânica com seu entorno e com seu falante” (BARDI *et al.*, 2016, p. 74).

Também, nesse quesito, é possível identificar o poder afirmativo do Seu Vizinho: a utilização da gíria pelos integrantes do bloco, na comunicação durante as oficinas, em encontros, reuniões e apresentações, assim como nas letras das músicas, converte-se em resistência a essa realidade excludente. Diante disso e, uma vez que os desfiles do Seu Vizinho contam com público que vem crescendo anualmente¹⁴⁵ - composto por pessoas de diversas regiões, classe social e faixa etária -, os foliões que acompanham os desfiles (cujo trajeto inclui o morro e também o asfalto)¹⁴⁶ são “convidados” a partilhar singularidades culturais da favela, nem sempre visíveis a partir do asfalto, e/ou quando são visíveis, são também discriminadas¹⁴⁷.

Figura 41 – Primeiro desfile do Seu Vizinho (2015)



Fonte: Acervo do Seu Vizinho, 2015.

¹⁴⁵ Segundo o bloco, seu público foi de 500 foliões em 2015, aumentou para 3.000 foliões, em 2017; para 5.000, em 2018; dobrou para 10.000, em 2019 e foi de 15.000 pessoas no ano de 2020.

¹⁴⁶ Com o crescimento do bloco (a utilização de um trio elétrico maior, e com as medidas de segurança exigidas), em 2019 e 2020, o desfile do Seu Vizinho se deu numa grande avenida que faz a ligação entre o Aglomerado e um bairro periférico da cidade. Essa mudança de trajeto não tem agradado a todos os membros, sendo um tema polêmico nos encontros do Papo Reto.

¹⁴⁷ Em relação à invisibilidade, é importante destacar que, até 1980, as favelas não constavam no mapa da cidade, havendo um espaço vazio no lugar das ocupações, que sugeriam que essa população sequer deveria ser considerada existente (LIBÂNIO, 2016).

Figura 42 – A inclusão pode ser vista nas duas imagens: abertura do desfile (2020) com as Vizinhas das C'Antigas – que benzem o bloco com ervas, valorizando práticas religiosas de matriz africana – e nos dizeres das faixas colocadas no trio elétrico sobre o direito à diversidade (tema do carnaval)



Fonte: Acervo da autora, 2020.

Figura 43 – Carnaval 2020: transbordamento de corpos “indesejados”, nos espaços da cidade, rompe com a concepção hegemônica de urbanidade, refuncionaliza os espaços públicos e inclui atores discriminados. Esse é o caso da dançarina cadeirante Marina e da própria comunidade (no chão, nas lajes e janelas), agora incluída no carnaval de rua de Belo Horizonte, pela proposta do Seu Vizinho



Fonte: Acervo da autora, 2020.

Figura 44 – Presença ostensiva da polícia durante o desfile do Seu Vizinho em 2020



Fonte: Acervo da autora, 2020.

Figura 45 – Desfile do Seu Vizinho em 2020, com 15 mil participantes (informação bloco)



Fonte: Facebook do Seu Vizinho¹⁴⁸.

¹⁴⁸ Disponível em: https://www.facebook.com/blocoseuvizinho/photos/?ref=page_internal Acesso em: 03 maio 2021.

Uma vez que as práticas espaciais de resistência defendem, em última instância, o direito de “poder ser” (MIRAFTAB, 2016), o transbordamento dos corpos de mulheres e homens negros/os e faveladas/dos – assim como de crianças, idosos pessoas com deficiência e as que fazem parte de outros grupos marginalizados – nos espaços públicos da cidade representa preservação das subjetividades comumente expropriadas, formação e reafirmação de identidade, publicitação da cultura local e das potencialidades do Aglomerado – que não se resume à violência e à miséria, como frequentemente é difundido pela mídia hegemônica. Se, ao se apropriarem dos espaços da cidade, os sujeitos ampliam seu status de cidadão, evidenciando que “a cidade pedagogiza ao passo que civiliza” (BARROS E SILVA, 2017, p. 94), o Seu Vizinho contribui para os ganhos de cidadania, de modo que suas atividades podem ser consideradas práticas de educação urbana.

Desde março de 2020, quando um surto pandêmico que abarcou o mundo todo começou a se espalhar por Belo Horizonte, as práticas sociais que geravam ajuntamento de pessoas tiveram que ser canceladas, permanecendo suspensas e/ou restringidas até os dias de hoje. Em função disso, festejos oficiais de carnaval não puderam ocorrer no ano de 2021. Embora estejamos acompanhando a infecção e o falecimento de pessoas de todas as idades e classes sociais, o que se percebe, sobretudo no Brasil, é que a população mais pobre – que não pode se abster de utilizar transportes públicos, de trabalhar e cujas moradias impedem que se tenha distanciamento social ou mesmo que se adote as medidas de higienização – contabiliza o maior número de casos¹⁴⁹. As análises de Santos explicitam as consequências desiguais que ocorrem no contexto da pandemia.

Segundo dados da ONU Habitat, 1,6 mil milhões de pessoas não têm habitação adequada e 25% da população mundial vive em bairros informais sem infraestruturas nem saneamento básico, sem acesso a serviços públicos, com escassez de água e de eletricidade. Vivem em espaços exíguos onde se aglomeram famílias numerosas. Em resumo, habitam na cidade sem direito à cidade, já que, vivendo em espaços desurbanizados, não têm acesso às condições urbanas pressupostas pelo direito à cidade (SANTOS, 2020, *on-line*)¹⁵⁰.

¹⁴⁹ Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-53338421> e <https://www.poder360.com.br/coronavirus/mortalidade-por-covid-19-e-maior-nas-regioes-mais-pobres-mostra-estudo/> Acesso em: 03 maio 2021.

¹⁵⁰ Disponível em: https://www.abennacional.org.br/site/wp-content/uploads/2020/04/Livro_Boaventura.pdf Acesso em: 26 maio 2021.

Em Belo Horizonte, informações divulgadas ao longo de 2020 evidenciaram a vulnerabilidade dos moradores das favelas diante da pandemia¹⁵¹. Esse foi o caso do Aglomerado da Serra. Com altos índices de contaminação e morte de pessoas contaminadas pela Covid-19, o senso de comunidade que orienta as ações do bloco Seu Vizinho (do Aglomerado e das comunidades vulneráveis, em geral) tem se mostrado ainda mais essenciais. Para auxiliar os moradores do Aglomerado no combate à pandemia, foi criado o projeto “Serrão sem corona”¹⁵², responsável pela publicação de informações/orientações sobre os cuidados necessários e por uma mobilização para recolher e distribuir produtos de higiene, alimentação e remédios. Nas redes sociais do Seu Vizinho, o projeto foi assim apresentado:

A favela entrou em ação! Moradores, líderes de comunidade, artistas, educadores, trabalhadores do Aglomerado da Serra e parte da equipe do Seu Vizinho deram vida à campanha Serrão Sem Corona (@serraosemcorona), um potente movimento para levar informação, alimentos e material de higiene e prevenção às famílias do Aglomerado da Serra. Desde então, temos despendido horas em reunião, arrecadação de doações, distribuição de itens essenciais para que a população permaneça em casa. Parte da equipe do Seu Vizinho está se dedicando a isso, a nova sede, maior e mais arejada, está sendo usada como ponto de distribuição na Vila Marçola e a Kombi está ajudando no transporte desses itens. Entendemos que é o papel do Seu Vizinho nesta pandemia e sabemos o compromisso que temos com a nossa vizinhança (SERRAO SEM CORONA, 2020)¹⁵³.

Durante esse longo período de pandemia (e talvez, até mais do que em outros momentos), tenho presenciado a construção de uma rede de solidariedade que uniu morro e asfalto no combate ao vírus e na ajuda aos atingidos por ele – direta e/ou indiretamente. O tema da pandemia, as medidas de prevenção e os grupos de apoio formados passaram a integrar as redes sociais do Seu Vizinho, desde março de 2020. Discussões sobre os problemas da favela, muito agravados pelo confinamento, também foram frequentes nos grupos de discussão do Seu Vizinho, que, reafirmando o seu caráter pedagógico, manteve as reflexões sobre a dura realidade do Aglomerado. A vulnerabilidade dos moradores das favelas,

¹⁵¹ Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2020/03/27/o-virus-e-muito-mais-devastador-nas-favelas-diz-presidente-da-cufa-mg-sobre-o-coronavirus.ghtml> Acesso em: 03 maio 2021.

¹⁵² Disponível em: https://www.instagram.com/serraosemcorona/?igshid=kvmklmbmregi&fbclid=IwAR20qENluYJZV526YQL277Wkh2xf_0aN8uM_e7hthz9-mDk2dr8Q0lfKv8Q Acesso em: 05 maio 2021.

¹⁵³ Disponível em: https://www.instagram.com/seuvizinho_/ Acesso em: 05 maio 2021.

denunciadas por Santos (2020), também tem sido explicitada nas publicações do bloco, trazendo críticas e conscientização.

Em tempos de pandemia por causa do coronavírus, ficar dentro de casa tem sido a “melhor” solução! Mas como que faz isso aqui no morro, em casas pequenas e com poucos cômodos? E as crianças então? Piorou! Sem escola e as atividades socioculturais, como que faz gente? Essa criançada cheia de energia! Fazer atividades online aqui tb é um desafio. Quantas não têm internet em casa? Várias! (SEU VIZINHO, 2020)¹⁵⁴.

Embora ressaltasse a dificuldade de se adotar a quarentena e o distanciamento social dentro das moradias, o Seu Vizinho não deixou de destacar a importância de se manter dentro de casa, como medida de proteção. Utilizando uma linguagem mais próxima da comunidade e somando-se ao fato de ter um papel representativo no Aglomerado, as falas do Seu Vizinho têm levado informação e esclarecimento que se mostraram insuficientes quando vindas somente do poder público¹⁵⁵. No contexto em que a informação e o conhecimento são um dos divisores de água entre os que vão se contaminar/adoecer/morrer e os que conseguirão resistir ao contexto pandêmico, o saber pode ainda despertar responsabilidades (individual e coletiva) e auxiliar na formação de sujeitos, de cidadãos.

Quando se leva em conta que o conceito de cidadania utilizado nos dias de hoje é (ou continua a ser) orientado pela diferenciação hierárquica que caracterizou as relações coloniais – referentes à raça, cultura, gênero, orientação religiosa e maturidade civilizacional –, compreende-se como ele fomenta a ideia de que há cidadãos de categoria inferior, ou subcidadãos (SOUZA, 2009), que molda as relações sociais e amplia desigualdades. Como destacou Dagnino,

o processo de construção da cidadania enquanto afirmação e reconhecimento de direitos é, especialmente na sociedade brasileira, um processo de transformação das práticas sociais enraizadas na sociedade como um todo. Um processo de aprendizado social, de construção de novas formas de relação, que inclui de um lado, evidentemente, **a constituição de cidadãos enquanto sujeitos sociais ativos**, mas também, de outro lado, para a sociedade como um todo, **um aprendizado de convivência com esses cidadãos emergentes** que recusam permanecer nos lugares que foram definidos socialmente e culturalmente para eles (DAGNINO, 1994, p. 109, grifo da autora).

¹⁵⁴ Disponível em: https://www.instagram.com/seuvizinho_/ Acesso em: 05 maio 2021.

¹⁵⁵ O tema da pandemia será retomado na discussão sobre o Parque da Barragem Santa Lúcia.

Um aprendizado que possibilita apurar os modos de convivência é reconhecido pelos integrantes do Seu Vizinho (moradores do Aglomerado, moradores do asfalto e os próprios fundadores) como sendo característico da experiência proporcionada pelo bloco. Em diversas entrevistas, o caráter educador do Seu Vizinho foi apresentado com destaque.

Acho que Seu Vizinho faz um papel muito interessante nesse sentido, dando visibilidade ao bloco e ao morro e conseqüentemente aos seus desafios, potenciais, fazendo um papel “educador”, não só da comunidade como também das pessoas do “asfalto”, que têm a oportunidade de conhecer melhor e respeitar a cultura e história do Aglomerado (MEMBRO EXTERNO D, 2020, informação verbal).

Além disso, também foi ressaltado como a convivência entre os moradores do morro e os do asfalto tem se tornado cada vez melhor, podendo ser um indicativo de que muitas das dificuldades iniciais resultavam de desconhecimento, informações distorcidas ou do medo de se lidar com a diferença. Com base em suas experiências pessoais, os entrevistados discorreram sobre a mudança de visão ocorrida a partir da participação no Seu Vizinho.

Nasci e fui criado no asfalto, então tinha uma visão da favela como um lugar só de carência, violento e precário. Estar no Seu Vizinho me fez conhecer, sentir, conviver com uma realidade diferente. Como um lugar potente, que luta por oportunidades. Sei que existe o descaso do poder público, os acessos a direitos negados, dificuldades, precariedades e pobreza, mas isso não impede o povo de resistir e persistir em sobreviver e fazer da favela um bom lugar pra se viver e com reconhecimento que merece (FUNDADOR A, 2020, informação verbal).

A minha visão de mundo ampliou, melhorou, de forma geral ao descobrir este espaço, que nos recebeu e nos apoia para participarmos de festejos e vivências comunitárias saudáveis, alegres, prazerosas. Percebi o tanto que as pessoas de lá estão dividindo socialmente suas vidas, quando algo na vida de alguém se torna trágico, ou mesmo na pandemia, contexto sociológico global, há uma pró-ação para auxílio ao próximo. E de meu âmbito pessoal, havia mais medo e resistência em subir para o aglomerado, “morro”. Vejo que os participantes do bloco têm um ideal de vida muito positivo em fazer o “bem-comum” (MEMBRO EXTERNO F, 2020, informação verbal).

Como discorreu Dagnino (1994), diante da naturalização das condições de desigualdade, os “níveis de cidadania” devem ser conquistados por meio de disputas. Se as práticas do Seu Vizinho fomentam um processo de aprendizado social, os relatos dos entrevistados evidenciam também uma conscientização sobre os ganhos de cidadania. Tudo isso constitui resistência ao contexto socioespacial

excludente, sendo, portanto, uma experiência de educação da e na cidade, aos moldes da pedagogia de Freire (2018 [1968], p. 39), para quem “ninguém educa ninguém. Ninguém se educa a si mesmo. Os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo”. E não é isso que o Seu Vizinho promove?

Este capítulo analisou o carnaval de blocos de rua de Belo Horizonte, dando ênfase ao Bloco de Favela “Seu Vizinho” (criado no Aglomerado da Serra), considerando que as experiências espaciais proporcionadas pelos blocos constituem práticas de educação urbana. Partindo de uma breve análise histórica do carnaval de rua de Belo Horizonte – presente na cidade desde os primeiros anos da sua fundação –, as discussões evidenciaram como a apropriação dos espaços públicos pela festa sempre foram permeadas por tentativas de controle dos comportamentos, orientados pelos mesmos preconceitos (raciais, étnicos, de gênero, de classe) que criminalizam a pobreza e segregam a cidade. Criando um ambiente de deseducação urbana, as normas de controle dos corpos, ditadas pelo poder público e por uma elite detentora de poder de decisão sobre a cidade, geravam exclusão e repressão (quando não se seguiam as normas impostas), mas também impulsionavam reações dos grupos marginalizados. A presença dos corpos (tidos como indesejados) festejando, ao seu modo, nos espaços públicos da cidade – ainda que desrespeitando as regras –, constituiu uma resistência à conformação da cidade tecnocrática. Foi nesse contexto que, a partir da proibição da ocupação de espaços públicos da cidade, por parte do poder público (2009), grupos de jovens promoveram vários eventos de ocupação dos espaços públicos de Belo Horizonte, (re)despertando o carnaval de blocos de rua, que estava estagnado. Com pautas políticas ligadas aos movimentos sociais e às demandas da cidade, os blocos de carnaval de rua têm produzido novas formas de apropriação dos espaços, trazendo pautas que conscientizam os participantes quanto às relações de poder que permeiam a cidade. Nesse bojo, criticando a ausência de participação (com protagonismo) da comunidade favelada, nesse carnaval recém-insurgido, um grupo de moradores do Aglomerado da Serra criou o Bloco Seu Vizinho. Com objetivo de inserir a comunidade, tanto na festa quanto nas discussões críticas (muitas delas urbanas) que fazem parte do carnaval, o bloco realiza atividades diversas que constroem saberes, coletivamente, que incluem o direito ao transbordamento dos corpos negros e favelados (assim como de outros sujeitos comumente excluídos)

nos espaços públicos de uma cidade tradicionalmente preconceituosa e excludente. As análises das atividades do bloco Seu Vizinho demonstraram ser possível compreender as ações do bloco como práticas de educação urbana.

5 DO PLANEJADO AO VIVIDO

A escolha do título deste capítulo buscou explicitar que, por mais que ocorram planejamentos, há sempre uma parcela da realidade que escapa aos projetos e às nossas pretensões. A proposta inicial deste capítulo era analisar um espaço público planejado para o lazer – o Parque Jornalista Eduardo Couri, mais conhecido pelo seu nome popular, Parque da Barragem Santa Lúcia –, localizado em área de fronteira entre um aglomerado de vilas/favelas e bairros das classes média e alta na região centro-sul de Belo Horizonte. A ideia era desenvolver um estudo com base em levantamento bibliográfico, documental e pesquisa participante – conversas e entrevistas com frequentadores do local, moradores do Aglomerado e dos bairros do entorno, assim como com os profissionais que projetaram o parque. Porém, diversos fatores ocorridos a partir de 2020, mudaram os rumos da pesquisa.

Figura 46 – Vista aérea do parque, com a barragem e bairros do entorno

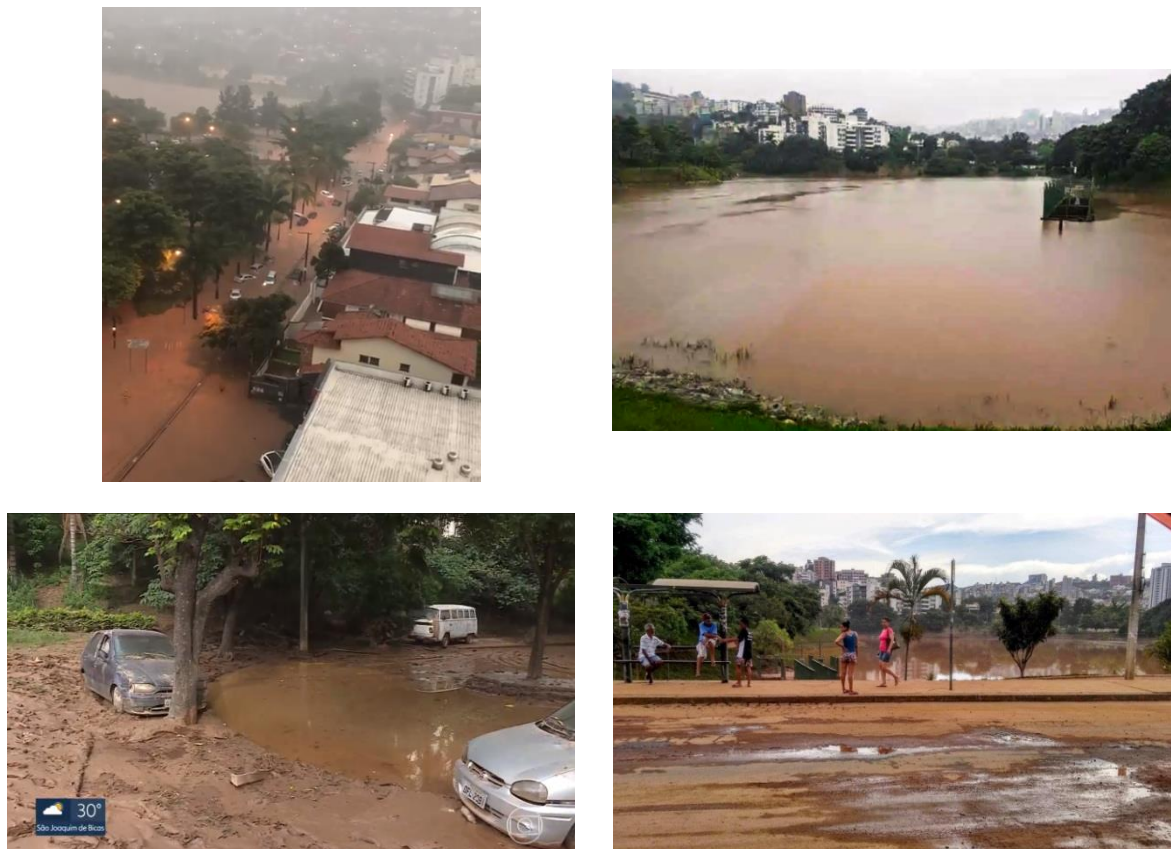


Fonte: Elaborado pela autora a partir de imagem do Google Maps (2019).

A pesquisa de campo teve início em dezembro de 2019, mas teve que ser reduzida no mês de janeiro, em função do período de chuvas que deixou o parque bem mais vazio. No final de janeiro de 2020, o aumento expressivo da intensidade

das chuvas provocou o transbordamento da barragem e a destruição de áreas e bairros próximos ao parque, como se vê nas figuras abaixo.

Figura 47 – Transbordamento da Barragem Santa Lúcia após temporal em fevereiro de 2020



Fonte: Jornal Estado de Minas (2020)¹⁵⁶; Rede Globo (2020)¹⁵⁷.

Embora o parque não tenha sido interditado, o risco de novas inundações e a continuidade de chuvas fortes, ao longo do mês de fevereiro, espantaram os frequentadores. Esses eventos impossibilitaram a continuidade da pesquisa em campo, também em fevereiro. Com a interrupção do trabalho de campo, e em virtude da realização do doutorado sanduíche na Universidade de Coimbra (desde março de 2020), as entrevistas foram planejadas para serem aplicadas por uma profissional contratada, devendo ser retomadas, pela autora, em janeiro de 2021.

156

Disponível

em:

https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2020/01/24/interna_gerais,1116684/chuva-intensa-preocupa-moradores-do-entorno-da-barragem-santa-lucia.shtml?fbclid=IwAR1HKsYwVsWbMS8xMe8ohRvqND7mezKUEaxR2F52Ng0JCBKvOqnYaJfmUE
A Acesso em: 08 fev. 2020.

¹⁵⁷ Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/8284030/> Acesso em: 08 fev. 2020.

Durante o período de viagem, foram sendo desenvolvidas análises dos dados documentais e bibliográficos.

Após os estragos provocados pelas chuvas, houve grande empenho da Prefeitura Municipal em reconstruir regiões que sofreram danos – como o entorno da barragem e outras áreas centrais e/ou nobres da cidade –, o que teria permitido a retomada dos trabalhos de campo, com a realização de entrevistas, caso outro evento de gravidade ainda maior não tivesse atingindo o mundo e também Belo Horizonte: a pandemia causada pelo vírus Covid-19. Uma vez que os espaços públicos tiveram que ser “interditados” para evitar aglomerações e o aumento do contágio da doença, as entrevistas presenciais, mais uma vez, não puderam acontecer. Ainda assim, graças ao auxílio da Casa do Beco¹⁵⁸, cujo contato já havia sido feito, anteriormente, pela autora, algumas lideranças do Aglomerado foram entrevistadas à distância. Não tendo encontrado a mesma facilidade em relação aos moradores dos bairros de classe média, poucas entrevistas puderam ser feitas com esse público, o que trouxe perdas para a pesquisa. E uma vez que o contexto pandêmico se arrasta até os dias de hoje, o estudo do parque somente pôde ser realizado com os dados levantados anteriormente e com aqueles que foram conseguidos por meio virtual.

A instauração da pandemia fez do Brasil um dos países em que o vírus se alastrou com mais força e por maior período. A ausência de uma política de saúde eficaz por parte do governo federal, que dificultou as ações de contenção do vírus, divulgando informações falsas e não adquirindo vacinas, tem levado estados e municípios a enfrentarem dificuldades para impedir o agravamento do quadro. Por esse motivo, e em função dos avanços e retrocessos dos números de infectados, a frequência dos espaços públicos tem sido restringida e/ou proibida durante todo esse período. Se as análises feitas até aqui já mostraram a importância de uma educação urbana para se conformar cidades mais humanas, o contexto da pandemia evidenciou a urgência de se ter processos pedagógicos (sobretudo no Brasil) capazes de formar sujeitos críticos, conscientes dos seus direitos (e deveres) enquanto cidadãos, dispostos a exercer uma experiência do coletivo, comprometida com o outro e capaz de resgatar o significado da vida pública. Diante disso – e

¹⁵⁸ A Casa do Beco é uma instituição localizada da Barragem Santa Lúcia que promove atividades culturais, artísticas (sobretudo o teatro) para a comunidade do Aglomerado (e para toda a cidade), com o objetivo de proporcionar desenvolvimento humano e transformação social. Ver: <http://www.casadobeco.org.br/>

levando-se em conta que foi este o contexto vivido, apesar do que foi planejado –, a segunda parte deste capítulo traz algumas reflexões sobre as práticas dos indivíduos nos espaços públicos de Belo Horizonte – acompanhadas pelos meios de comunicação – e em algumas cidades portuguesas – a partir da experiência da autora, que tem residido em Portugal nesse tempo de pandemia. Por se tratar de experiência pessoal, será usada a primeira pessoa em alguns momentos da discussão.

5.1 Encontros e rupturas no “Parque do Santa Lúcia”

A escolha por analisar esse espaço de lazer nesta tese deu-se tanto em função da sua localização (que influencia os modos como o espaço é ocupado por populações bastante distintas econômica e socialmente), quanto pelo fato de ter sido um espaço planejado por profissionais que anunciaram o projeto como sendo democrático, criado para unir as duas realidades sociais destoantes do entorno. Implantado com o nome de “Parque do Santa Lúcia” (1996), em uma área de aproximadamente 86 mil metros quadrados, a proposta fez parte da gama de parques urbanos criados na cidade, desde a década de 1990, que propunham atividades diversificadas em áreas não muito extensas.

Figura 48 – Parque da Barragem Santa Lúcia



Fonte: Macedo; Sakata (2010).

Como analisaram o arquiteto Sílvio Macedo e a arquiteta Francine Sakata (2010), no livro “Parques urbanos no Brasil” (Figura 48), tratava-se de uma área com relevo bastante plano, com presença de lago, bosque, gramados, caminhos em terraços, destinada à recreação infantil, atividades esportivas e também à contemplação.

Sobre a implantação do parque, a também arquiteta Maria Elisa Baptista esclarece que já havia ocupação na área, por um campo de futebol de várzea, e que essa realidade foi contemplada no primeiro projeto elaborado que previa “campo para pelada, quadra de vôlei e peteca, uma praça de acesso com bancos e arquibancadas e o redesenho de duas praças” (BAPTISTA, 2000, p. 112). Muitas discordâncias em relação a esse projeto¹⁵⁹ foram apresentadas ao prefeito da época, Patrus Ananias (cuja gestão apresentava um caráter popular), tendo sido aprovada a sua substituição e a elaboração de um segundo projeto, criado por arquitetos da Prefeitura Municipal. Aqui é importante ressaltar o componente político que orientou as discussões sobre o projeto do parque. Uma característica da gestão municipal daquele momento era a forte defesa da “gestão popular” e da implementação de processos participativos, algo que se mostrava incoerente com a implantação de um projeto segregador (o primeiro projeto), que havia sido elaborado na gestão municipal anterior, com outra orientação político-ideológica. Segundo uma arquiteta que integrou a equipe do segundo projeto, aquela implantação pretendida configurava um espaço totalmente segregado, pois criava “duas bolas, uma para os ricos outra para os pobres” (que compunham as duas praças propostas), com uma faixa de árvores entre elas (ARQUITETA A, 2021, informação verbal)¹⁶⁰. Com uma praça localizada em frente ao Aglomerado e a outra, em frente ao asfalto, sendo separadas pela área vegetada, o projeto foi visto pelos arquitetos da prefeitura como

¹⁵⁹ Segundo os relatos de Baptista (2000), embora o primeiro projeto do parque já estivesse em fase de implantação (da terraplanagem), houve a interrupção das obras em função dos questionamentos dos arquitetos da Regional Centro-Sul, que alegaram ausência de participação dos moradores do Aglomerado na conformação do projeto e apontaram uma falta de integração entre os grupos do entorno na configuração espacial. Como as obras já estavam em prática, não sendo possível uma nova contratação, devido às burocracias legais, “o projeto [ou ainda, a nova setorização dos espaços] foi feito em dois dias pela equipe criada por profissionais da Regional Centro-Sul e da Secretaria de Meio Ambiente” (BAPTISTA, 2000, p. 115).

¹⁶⁰ Entrevista realizada com a Arquiteta A, em 05/07/2021. Conforme apresentado no item sobre a metodologia, as entrevistas realizadas com os frequentadores do parque foram divididas em três grupos: moradores do Aglomerado (MORADOR), moradores dos bairros do entorno (BAIRRO) e arquitetas que participaram da elaboração do projeto que foi implantado (ARQUITETA). Os nomes dos entrevistados não são divulgados, sendo diferenciadas por letras (A, B, C...) as falas individuais de cada entrevistado.

tendo a clara intenção de criar espaços distintos para os contrastantes segmentos sociais do entorno, como forma de evitar o convívio entre os grupos. Baptista (2000) observou que dificultar a presença de moradores do Aglomerado nos espaços do parque, frequentados por moradores dos bairros, era uma reivindicação que parecia estar sendo atendida pelo primeiro projeto do parque.

Inexistência de bancos e arborização inadequada e pela falta de integração entre as praças projetadas, o que se supunha atender às reivindicações dos moradores dos bairros vizinhos de que o Parque não atraísse os moradores da favela: *que não tivesse banco que assim o pessoal não vinha sentar do lado de cá, nem árvores ou recantos que pudessem abrigar marginais* (BAPTISTA, 2000, p. 114).

Nesse contexto de questionamento do primeiro projeto, uma peculiaridade da segunda proposta é que seus planejadores declararam a intenção de propor um espaço democrático, “aberto, integrado, o mais limpo possível, que nada tivesse que desse medo na sua utilização” (*Ibidem*), sendo capaz, portanto, de integrar os diferentes moradores do entorno, tal como convém a um espaço público. Segundo outra arquiteta que integrou a equipe do segundo projeto, “o espírito que norteou a equipe de arquitetos que participou foi bastante democrata, misturando tudo em volta da lagoa”. Feito com muita correria, em função de prazos eleitorais, a arquiteta avalia que foi “uma coisa meio heroica” ter a presença das máquinas no terreno e as arquitetas da prefeitura, *in loco*, “resolvendo a implantação na marra” (ARQUITETA B, 2021, informação verbal)¹⁶¹. Ainda, segundo as arquitetas, a equipe da regional já trabalhava com o Aglomerado nas assembleias de orçamento participativo, o que permitiu identificar uma demanda para a implantação de espaços públicos voltados para a comunidade do morro. Ainda que essas assembleias tenham sido apontadas nos relatos como sendo parte do processo de participação popular, que teria caracterizado o projeto do parque, o que se pode constatar – nas conversas com arquitetas e membros da comunidade, assim como nas análises de autores que estudaram o parque – é que não houve uma participação direta da população na elaboração do projeto. E, nesse contexto, Baptista (2000) ressaltou que

o mais interessante aqui é que as arquitetas imaginaram um projeto baseado na percepção da importância de se criar um espaço de intermediação e de contato entre os bairros e o Aglomerado, uma decisão

¹⁶¹ Entrevista com Arquiteta B, em 06/07/2021.

profissional e ideológica, **não baseada em pesquisas específicas com a população, mas na percepção da realidade e em uma proposta política sintonizada com a proposta da administração municipal da época**, conforme as entrevistas das arquitetas Gina Rende e Márcia Mourão apontam (BAPTISTA, 2000, p. 115, grifo da autora).

Diante disso, o conceito de “espaço democrático”, que teria orientado a elaboração do projeto, torna-se frágil pela própria ausência de participação popular, direta, na proposição espacial. Ao discorrer sobre os espaços planejados das cidades contemporâneas, a arquiteta e teórica da Arquitetura, Silke Kapp, chamou a atenção para o papel do especialista na produção espacial, que pode contribuir para uma expansão da autonomia individual e coletiva dos sujeitos, caso não reproduza a lógica de produção espacial comprometida com o “desenho de produtos acabados” (KAPP, 2011, *on-line*)¹⁶². Na contramão do distanciamento existente entre as práticas espaciais cotidianas e a produção de espaços abstratos – que tende a se alinhar aos objetivos de reprodução do capital e à manutenção do *status quo* (LEFEBVRE, 1991) –, a autora defende que “criatividade, conhecimento técnico, visão espacial e outras virtudes arquitetônicas podem se tornar muito mais úteis socialmente e satisfatórias pessoalmente se estiverem, elas mesmas livres” (KAPP, 2011, *on-line*), trazendo ganhos de autonomia.

Constituído por ciclovia, pista para caminhada ao longo do lago artificial, dois campos de futebol de várzea, um parque infantil, uma quadra poliesportiva e quiosques, a configuração espacial e a setorização do parque deixam dúvidas quanto à efetividade do “democrático” (Figuras 48 e 49). Ao refletir sobre o tipo de educação que a experiência espacial pode proporcionar aos sujeitos, Barros e Silva (2017) analisa que os projetos arquitetônicos podem contribuir para a conformação de cidades excludentes.

As formas de apropriação ressoam negativamente quando intervenções urbanas de enobrecimento criam uma forte demarcação socioespacial dos usos do espaço da cidade que, não raro, produzem nichos segregados (BARROS E SILVA, 2017, p. 106).

Nesse viés, embora reconheça as “boas intenções” em torno da elaboração da proposta do parque (e levando também em conta as condições de urgência que a envolveram), o arquiteto Samy Lansky (2012) apontou características segregadoras

¹⁶² Disponível em www.nomads.usp.br/virus/virus05/?sec=3&item=2&lang=pt. Acesso em: 02 jan. 2020.

no projeto. Além da pista de caminhada, dos mirantes e quiosques terem sido previstos nas proximidades do asfalto, houve interrupção da ciclovia, para que não passasse em frente do Aglomerado (uma reivindicação dos moradores dos bairros). As quadras de futebol também parecem ter sido destinadas apenas aos moradores do morro, sendo áreas rodeadas por altas cercas para contenção das bolas – constituindo uma barreira em relação aos bairros –, que foram “implantadas em nível topográfico superior ao restante do Parque” (possibilitando ampla visibilidade) – e apresentando “locais de acesso apenas pelo lado do Morro” (LANSKY, 2012, p. 54).

Figura 49 – Setorização do parque: enquanto pista de caminhada e o mirante encontram-se perto dos bairros de classe média, os campos de futebol (cercado) ficam nas proximidades da favela



Fonte: Facebook da Barragem Santa Lúcia, 2020¹⁶³.

Se distinções como estas tendem a reproduzir as usuais separações de classe, mantenedoras do *status quo*, conforme apontado por Kapp (2011, *on-line*), também o nome do parque, proposto pela prefeitura e que se mantém como nome oficial, demonstra a ausência de interface com moradores do morro, além de uma mentalidade elitista: o jornalista Eduardo Couri mantinha uma coluna social em um jornal de grande circulação, apresentando eventos/festas realizadas e frequentadas pela elite mineira, não tendo nenhuma relação com o Aglomerado e estando mais alinhado com o contexto vivido pelos moradores dos bairros. A descrição do parque, feita por Macedo e Sakata (2010), também explicita a separação promovida pelo planejamento das atividades, o que novamente corrobora as análises de Kapp.

Situa-se na divisa entre dois bairros, um de encosta, popular, e outro densamente verticalizado, de classe média. O projeto destina extensas

¹⁶³ Disponível em: <https://www.facebook.com/BarragemSantaLucia/photos> Acesso em: 12 jun. 2021.

áreas planas ao **lazer ativo, junto ao bairro popular, e o restante a percursos elegantemente terraceados e largamente utilizados para caminhadas e corridas** (MACEDO; SAKATA, 2010, p. 88, grifo da autora).

Embora nem sempre os limites e barreiras presentes nos espaços públicos urbanos sejam elementos visíveis, ainda assim, eles fazem parte dos processos de segregação que restringem o "espaço vivido", cerceando a interação social, a apropriação espontânea do espaço, constringendo os indivíduos a se comportarem de maneira "adequada" e predefinida (SERPA, 2008). Serpa (2013) chama a atenção para os diversos territórios que podem se delinear em um mesmo espaço público, quando ele se constitui de maneira segmentada. Segundo ele, a operacionalização do conceito de território, na sociedade contemporânea despolitizada, tem gerado um distanciamento progressivo desse conceito com a concepção de espaço público.

Se o espaço público é essencialmente político, um espaço de encontros de diferentes, e os territórios são, muitas vezes, espaços de iguais em conflito, juntos, mas separados por limites e barreiras simbólicas, então, um parque público em Paris, por exemplo, é só aparentemente acessível a todos, aparentemente democrático e "cidadão". Todo mundo parece estar ali com todo mundo, porém, de fato, estão todos ali, mas com seus limites e barreiras muito bem demarcados, uns em relação aos outros [...] O território representa hoje exatamente o contrário da ideia de espaço público (SERPA, 2013, p. 64).

Nas entrevistas sobre o parque, uma das lideranças do Aglomerado ressaltou que "nem todos do lado de lá [dos bairros] misturam-se com os do lado de cá [do Aglomerado]", por considerarem "inapropriados para ocupar o mesmo espaço público que eles" (MORADOR A, 2020, informação verbal)¹⁶⁴. Outro entrevistado também explicitou a percepção que tem dessa separação.

O espaço partilhado é o mesmo, mas nos deparamos com bolhas sociais, recorrentemente. Pessoas da classe A e B, em sua quase totalidade, brancas, não interagem com pessoas das classes C, D e, em sua quase totalidade negras, salvo em casos de relações pré-existentes, como terem trabalhado em suas casas (MORADOR B, 2020, informação verbal)¹⁶⁵.

Os relatos também apontaram a ocorrência de distinções em relação aos eventos realizados no parque, visto que costuma ser mais fácil para os moradores

¹⁶⁴ Entrevista realizada com Morador A, em 21/12/2020.

¹⁶⁵ Entrevista realizada com Morador B, em 16/12/2020.

dos bairros conseguirem autorização para realizar seus eventos, do que para os moradores do Aglomerado. Ao falar disso, um dos entrevistados deixou clara a sua insatisfação, destacando a necessidade de haver “uso igual para os eventos, sem as burocracias de sempre, que não se é aplicada em eventos promovidos por empresas ou pessoas da classe média alta” (MORADOR A, 2020, informação verbal). As imagens abaixo apresentam eventos dos moradores dos bairros, ocorridos em espaços mais próximos do asfalto e sendo frequentados quase que exclusivamente por pessoas brancas, da classe média. Enquanto a figura 50 mostra um ensaio de um bloco de carnaval sendo realizado na “esplanada”, a figura 51 apresenta um encontro (2018) que já é tradicional entre os colecionadores de figurinhas (no caso, para o álbum da Copa do Mundo) e que conta com o apoio da proprietária de uma banca de revistas. Se o tema do encontro já elimina aqueles que não podem manter esse tipo de *hobby* – devido ao custo –, a localização também indica se tratar de um evento da classe média – próximo à pista de caminhada.

Figura 50 – Ensaio de bloco de carnaval nas proximidades da pista de caminhada e do quiosque



Fonte: Facebook da Barragem Santa Lúcia, 2020¹⁶⁶.

Figura 51 – Encontro para troca de figurinhas

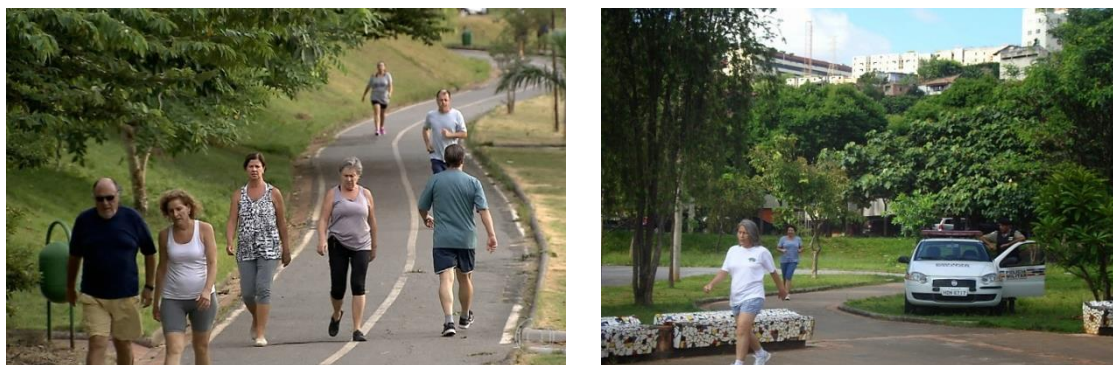


Fonte: Jornal “Hoje em Dia”, 2018¹⁶⁷.

¹⁶⁶ Disponível em: <https://www.facebook.com/BarragemSantaLucia/photos> Acesso em: 12 jun. 2021.

Durante o tempo que esta autora frequentou os espaços do parque, foi perceptível a separação apontada pelos entrevistados: a pista de caminhada quase sempre é apropriada pela população da classe média (muitas vezes, com o monitoramento da polícia) e as áreas próximas ao Aglomerado são ocupadas pela comunidade (Figura 53).

Figura 52 – Pista de caminhada apropriada pela classe média, com monitoramento da polícia militar



Fonte: Facebook da Barragem Santa Lúcia, 2018¹⁶⁸.

Figuras 53 – Áreas próximas da quadra de futebol apropriada pelos moradores do Aglomerado



Fonte: Acervo da autora, 2020; Facebook Barragem Santa Lúcia, 2012¹⁶⁹.

Obviamente, existem exceções a esse modo de experimentar os espaços. A figura 54 mostra um encontro de capoeiristas – composto, majoritariamente, por pessoas negras/pardas – sendo realizado na esplanada (próxima ao asfalto). Já a figura 55, traz o registro de uma apresentação de teatro promovida pela Casa do

¹⁶⁷ Disponível em: <https://www.hojeemdia.com.br/almanaque/colecionadores-trocam-figurinhas-do-C3%A1lbum-da-copa-do-mundo-na-barragem-santa-l%C3%BAcia-1.608651/troca-de-figurinhas-na-barragem-santa-l%C3%BAcia-7.1267474> Acesso em: 12 jun. 2021.

¹⁶⁸ Disponível em: <https://www.facebook.com/BarragemSantaLucia/photos> Acesso em: 12 jun. 2021.

¹⁶⁹ *Ibidem*.

Beco, em janeiro de 2020, que, apesar de ocorrer em área próxima ao Aglomerado, contou com alguma mistura entre moradores da favela e dos bairros. Segundo uma funcionária da Casa do Beco (MORADOR C, 2020, informação verbal)¹⁷⁰, essa integração faz parte dos objetivos da instituição, que se empenha em divulgar os eventos realizados no parque nas áreas frequentadas pelos dois grupos, o que catalisa a participação de todos¹⁷¹. Nesse caso específico, a participação dos moradores dos bairros na apresentação da peça de teatro – cujo tema era o sofrimento de crianças e jovens do Aglomerado, pela discriminação sofrida na escola, por terem cabelos crespos – teve grande relevância, podendo gerar reflexões quanto à discriminação racial que é materializada nos espaços do parque. Nesse sentido, a prática estaria corroborando as concepções de Freire (1967), que defende que o oprimido é quem seria capaz de promover a libertação do opressor (juntamente com ele). Ainda assim, a funcionária reafirma que esses encontros são momentos de exceção, não sendo comum ocorrerem de uma maneira espontânea. Embora já tenha participado de eventos no Aglomerado (de música e de gastronomia), uma moradora de um bairro do entorno reconhece a segregação existente. Segundo ela, essa separação dá-se mais entre os adultos, visto que as crianças tendem a se misturar com mais facilidade (quando os adultos permitem). Em uma ocasião em que o seu filho e um amigo foram jogar bola com os meninos do Aglomerado, ela foi surpreendida por um comentário de outra mãe, que misturava medo e preconceito, sentimentos que ela acredita serem os motivadores da não utilização das quadras pelas pessoas dos bairros (BAIRRO A, 2020, informação verbal)¹⁷². Outra entrevistada, também moradora de bairro limítrofe ao parque, contou que ao chegar em um evento de música, em área mais próxima do Aglomerado, suas amigas quiseram imediatamente ir embora, por ser perto da favela (BAIRRO B, 2020, informação verbal)¹⁷³.

¹⁷⁰ Entrevista realizada com Morador C, em 16/12/2020.

¹⁷¹ Ao ressaltar que há separação entre os ocupantes do parque (dos bairros e da comunidade), a funcionária da Casa do Beco, que mora na comunidade, destacou que, quando feitos ao ar livre, os eventos, oficinas e espetáculos promovidos pela instituição têm sido realizados dos “dois lados” do parque, “pra tentar chegar nos dois lugares”.

¹⁷² Entrevista com moradora do Bairro A, em 21/12/2020.

¹⁷³ Entrevista com moradora do Bairro B, em 10/12/2020.

Figura 54 – Grupo de capoeiristas na Esplanada

Fonte: Facebook Barragem Sta. Lúcia, 2012¹⁷⁴.

Figura 55 – Peça de teatro do “Grupo Beco”

Fonte: Acervo da autora, 2020.

Se o convívio existente no parque geralmente se dá entre os pares, que privilegiam as áreas próximas às suas moradias, também foi apontado pelos moradores do Aglomerado que há certo descaso do poder público com as áreas lindeiras à comunidade. Um dos relatos descreveu a ocupação e o cuidado que ocorrem nos espaços do parque, a partir da setorização existente, abrindo novos questionamentos quanto ao caráter democrático, também em relação às iniciativas do poder público, para tornar o espaço utilizável por todos.

Pode até ser que o projeto criado foi pra ser democrático e tudo, mas a realidade que a gente vê aqui, não é assim. A gente vê mesmo assim, uma separação mesmo assim, de um lado da praça, antes dos campos de futebol, cê vê ele é mais destinado para a comunidade; do outro lado, mais para as pessoas que são moradoras do bairro, sabe? Há, assim, um cuidado maior com o outro lado, que é mais próximo da Avenida Prudente de Morais e do lado que é próximo ao Aglomerado, o cuidado não se vê tanto (MORADOR C, 2020, informação verbal).

Nas palavras da entrevistada, “a prefeitura e os órgãos que cuidam desse lugar, eles não fizeram a comunidade se sentir parte do todo, assim como os outros moradores dos bairros” (*ibidem*), de modo que o parque infantil encontra-se “praticamente destruído, cheio de mato” e os campos de futebol só têm recebido maiores cuidados, graças à Associação Esportiva da Barragem Santa Lúcia. Por se tratarem de espaços costumeiramente frequentados pelos moradores da comunidade (o parque infantil e os campos), a entrevistada afirma que, é também “por essas coisas, que a gente vê essa separação, sim, sabe?” (*ibidem*). Ainda que os espaços mais cuidados estejam nas proximidades do asfalto, a pista de

¹⁷⁴ *Ibidem*.

caminhada tem estado em más condições. Com inúmeros buracos no calçamento e uma iluminação escassa, apenas para aqueles que podem fazer seus exercícios físicos durante o dia (quando é possível enxergar as irregularidades existentes), fica um pouco mais segura a utilização da pista. E uma vez que “toda relação de poder opera diferenciações (diferenças econômicas, culturais, raciais, linguísticas)”, que vão sendo enraizadas no nexos social (FOUCAULT, 1995, p. 246), vai sendo criado o ambiente que deseduca os próprios moradores do Aglomerado (no que diz respeito ao exercício da cidadania e autonomia), que acabam aceitando e reproduzindo a segregação que lhes é direcionada. As entrevistas apontaram que é bastante recente o uso da pista de caminhada pela população do Aglomerado, uma vez que ela não “se sentia apropriada desse espaço” (MORADOR C, 2020, informação verbal). Como a maioria dos moradores da comunidade só consegue fazer uso do parque no período da noite, após suas jornadas de trabalho, a segregação espacial vai sendo efetivada também por essa via. Também foi destacada nas entrevistas a existência de uma demarcação “não oficial” dos períodos para a frequência dos diferentes públicos no parque: enquanto os frequentadores das classes média e alta usam o parque no horário da manhã, a população mais pobre utiliza o espaço no horário noturno (MORADOR B, 2020, informação verbal)¹⁷⁵. Segundo o entrevistado, uma vez que os maiores conflitos existentes no parque são furtos de celulares¹⁷⁶, praticados quando as “pessoas da classe A e B frequentam o parque durante a noite”, é possível que esse fato tenha relação com essa demarcação não oficial de horários que é seguida pelos frequentadores (*ibidem*). Nesse viés, ao ressaltar também que os espaços onde ocorrem alguma interação social entre as pessoas de diferentes classes (quando ocorrem) são “muito marcados por preconceitos, marcadamente raciais, implícitos e explícitos” (*ibidem*), instaura-se a questão quanto ao que seria causa e o que seria consequência dessa frequência segregada: seriam os roubos os inibidores da apropriação do parque pelos moradores dos bairros, ou seria a segregação percebida (e sofrida) por moradores da comunidade uma impulsionadora de reações violentas, vinda de alguns jovens do Aglomerado? Essas questões apontam para a retroalimentação que se dá entre preconceito,

¹⁷⁵ Entrevista realizada pela autora, com Frequentador C, em 16/12/2020.

¹⁷⁶ De acordo com outra entrevista realizada em 21/12/2020, a ocorrência furtos se dava nos primeiros momentos da criação do parque. Porém, a própria comunidade começou a conversar com a população e a rechaçar esse tipo de ocorrência. O resultado, segundo ele, é que hoje praticamente não se vê esse tipo de ocorrência no parque (FREQUENTADOR D, 2020, informação verbal).

segregação e violência, que contribui para a manutenção das relações de opressão, dificultando a efetivação do caráter “público” do espaço.

Embora nenhum projeto de requalificação tenha se concretizado no parque, já houve sinalização de interesse, sobretudo por parte das classes média e alta, empenhadas em evitar (ou dificultar) interações e uma frequência diversificada. No ano de 2013, uma das associações de moradores dos bairros – Associação dos Amigos do Parque da Barragem Santa Lúcia¹⁷⁷ – elaborou uma proposta para se construir uma cerca em volta do parque. A proposta, assim como a polêmica gerada, foi apresentada em jornal de grande circulação na cidade.

No lugar do livre acesso a um espaço de lazer e convivência, rodeado por árvores ornamentais e espelho d'água, entrarão grades, portões e até horário de funcionamento, limitando as atividades noturnas. É o que reza uma proposta protocolada na última sexta-feira (13) para cercar o entorno do parque Jornalista Eduardo Couri, mais conhecido como Barragem Santa Lúcia, na zona Sul de Belo Horizonte. A solicitação partiu da Associação dos Amigos do Parque da Barragem Santa Lúcia e foi entregue à Fundação de Parques Municipais da capital. A demarcação seria uma forma de preservar a vegetação e banir os constantes assaltos no espaço. Mas a ideia divide opiniões entre os frequentadores, que cobram, apenas, mais policiamento. Apesar da polêmica, a prefeitura sinaliza no caminho da possível aprovação do projeto (FONSECA, 2013, *on-line*)¹⁷⁸.

Publicações do “Blog Parque da Barragem”¹⁷⁹ não somente explicitam a adesão do autor do blog ao projeto, mas também deixa clara a sua insatisfação com opiniões contrárias. A forma irônica como foi apresentada a posição de um morador que rechaçou a colocação de cercas no parque mostra a falta de isenção do blogueiro sobre a questão: fulano de tal “é corretor de imóveis e jornalista. Mede 1,86 metro [*sic*], pesa 102 quilos e não teme ser assaltado na pista do parque da

¹⁷⁷ Devido à abrangência da área e do entorno, inúmeras associações existem e/ou existiram na região: de moradores, de amigos do parque, de artistas. Também nesse caso, o poder de voz das associações integram as disputas de poder reproduzidas na sociedade em geral e no espaço urbano. No caso dessa associação, o então presidente (homem branco, de meia idade, cafeicultor, jornalista e morador de um dos bairros de classe média alta do entorno) manteve o “Blog Parque da Barragem”, descrito por ele como “jornal de bairro, com colunas diárias”, entre os anos de 2013 e 2016. Nesse veículo, a postura segregacionista pode ser percebida, tanto nas postagens que discutem questões socioespaciais quanto nos comentários dos moradores, seus pares. Disponível em: <http://parquedabarragem.blogspot.com/2016/05/o-advogado-daniel-e-nova-lideranca.htm> Acesso em: 09 fev. 2020.

¹⁷⁸ FONSECA, Renato. Fechamento da barragem Santa Lúcia cercado de polêmica. *Hoje em Dia*, Belo Horizonte, 14 dez. 2013. Esportes. Disponível em: <http://hoje.vc/1oyip> Acesso em: 15 fev. 2020.

¹⁷⁹ Disponível em: <http://parquedabarragem.blogspot.com/2016/05/o-advogado-daniel-e-nova-lideranca.html> Acesso em: 09 fev. 2020.

barragem. Ele é contra o cercamento da área” (SANTOS, 2013, *on-line*)¹⁸⁰. Na outra vertente, o relato do morador do Aglomerado (MORADOR E, 2021, informação verbal)¹⁸¹ deixa clara a indignação causada pelo projeto, “criado por uma determinada associação de moradores dos bairros aqui do entorno”, propondo “o fechamento do parque com grades e portões e que fosse delimitado horários específicos entre os moradores da nossa comunidade e os demais frequentadores do espaço”. Nas palavras do entrevistado,

houve uma revolta muito grande por parte de nós moradores e lideranças comunitárias. E se aquele projeto fosse executado, é provável que, no mesmo dia, essas grades e portões fossem todos derrubados pela população (*Ibidem*).

A proposta, que teve a simpatia da Prefeitura de Belo Horizonte – tendo sido contemplada no Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI 002/2015 – Parque da Barragem Santa Lúcia), publicado em 21 de outubro de 2015 –, acabou não se concretizando. Porém, dois anos depois, alguns dos “caminhantes na pista da orla do lago” (*Ibidem*) – membros da mesma associação produtora da ideia anterior – desenvolveram mais uma proposta para o parque, com o mesmo viés segregador: a construção do “Novo Parque da Barragem Santa Lúcia”. Com uma nova entidade criada, “Associação de Amigos, Frequentadores e Usuários do Parque da Barragem Santa Lúcia”, eles convidaram um renomado arquiteto mineiro para elaborar o projeto do “novo parque”. A proposta – que, mais uma vez, teve apoio do prefeito Márcio Lacerda e de políticos que residem nos bairros do entorno – seria desenvolvida por meio de uma parceria público privada, por meio de uma operação urbana. As reportagens de divulgação da proposta deixam subentendidos os objetivos de criação de um lugar-espetáculo, ilustrando as análises de Serpa (2017).

¹⁸⁰ Disponível em: <https://www.facebook.com/BarragemSantaLucia/photos> Acesso em: 12 jun. 2021.

¹⁸¹ Entrevista realizada com Morador E, em 11/01/2021.

Figura 56 – “Novo Parque da Barragem Santa Lúcia” apresentado como o “novo cartão-postal”



Fonte: Jornal Hoje em Dia, 2014.¹⁸²

Apresentado pelo mesmo blog, como um projeto inovador, “indutor e irradiador de ações do bem” (SANTOS, 2015, *on-line*)¹⁸³, a proposta de projeto do parque assumia uma clara intenção turística, alinhando-se com outras operações urbanas que se buscavam implantar na cidade, conforme já discutido nesta tese. Também, nesse caso, que envolveu polêmica, discordância por parte da população do Aglomerado e da cidade como um todo, o projeto acabou não sendo implantado.

Ao longo dos estudos sobre o parque, ficou clara a falta de interesse da população mais privilegiada do entorno (por todos os elementos já apresentados) na experiência de convivência com o outro, além da vontade desse segmento de aumentar os mecanismos de segregação, obtendo maior distância dos pobres. Serpa (2013) salientou que esta tem sido uma característica dos espaços públicos contemporâneos: o controle social por meio de táticas segregacionistas que explicitam diferenças relativas aos modos de consumo e estilos de vida, impulsionando “práticas de distinção de grupos e frações de classe, nos processos de apropriação do espaço público” (SERPA, 2013, p. 63). O resultado disso são espaços públicos configurados por vários espaços privatizados, não partilhados e divididos entre os vários grupos de classes, que se conformam na contramão de uma efetivação da vida pública. Distanciados da original acepção política, esses espaços convertem-se em “objeto de consumo e expressão de modismos, espaço do lazer e da diversão de indivíduos, grupos/classes e frações de classes que dele se apropriam de modo territorializado e segregacionista” (*Ibidem*, p. 73). Realidades socioespaciais que apresentam essas características conformam os indivíduos a comportamentos alienados, intolerantes, na medida em que promovem exclusão,

¹⁸² Disponível em: <https://www. hojeemdia.com.br/horizontes/projeto-pretende-fazer-da-barragem-santa-lucia-um-novo-cartao-postal-1.254208> Acesso em: 09 fev. 2020.

¹⁸³ Disponível em: <http://parquedabarragem.blogspot.com/2016/05/o-advogado-daniel-e-nova-lideranca.html> Acesso em: 09 fev. 2020.

segregação e inviabilizam o contato com o diferente/diverso. Esses espaços promovem uma **deseducação** urbana, no que diz respeito à ampliação da cidadania e da autonomia, dificultando as possibilidades de se construir uma cidade transformada, mais humana. Apesar disso, Caldeira (1998) aponta a possibilidade de se contestar a ordem imposta, por uma apropriação espacial “desobediente”, pela criação de “formas de uso, ordens próprias, que ultrapassam as ordens simplistas e abstratas dos planejadores” (CALDEIRA, 1998, p. 118) e dos códigos morais que determinam os modos de ser no espaço. Práticas espaciais que rompem com as imposições da cidade tecnocrática contribuem para a formação de **sujeitos** críticos e para a conformação de espaços públicos mais inclusivos, flexíveis e democráticos. Desse modo, essas ações contra-hegemônicas podem ser compreendidas como práticas de educação urbana. As palavras de Freire explicitam os paradoxos existentes entre as duas vertentes pedagógicas (a que promove **deseducação** e a que envolve educação) e ressaltam a importância de uma formação crítica.

A educação das massas se faz, assim, algo de absolutamente fundamental entre nós. Educação que, desvestida da roupagem alienada e alienante, seja uma força de mudança e de libertação. A opção, por isso, teria de ser também entre uma “educação” para a “domesticação”, para a alienação, e uma educação para a liberdade. “Educação” para o homem-objeto ou educação para o homem-sujeito (FREIRE, 1967, p. 36).

As análises das práticas socioespaciais que ocorrem no Parque da Barragem Santa Lúcia, porém, demonstram que a realidade ali vivenciada tem mantido, de um lado, uma população socialmente privilegiada, empenhada em promover o afastamento dos grupos já marginalizados, de alguns espaços do parque; e, de outro, moradores do Aglomerado que acabam reproduzindo os ditames da segregação e adotando uma experiência espacial condizente com aquilo que é prescrito (ainda que de modo implícito). Diferentemente das práticas espaciais subversivas analisadas no contexto do carnaval – onde “os corpos aparecem e se movimentam de formas não permitidas” (BUTLER; ATHANASIOU, 2013, p. 6, tradução da autora), a experimentação dos espaços do parque costuma ocorrer como se houvesse um consenso, em que cada um ocupa o lugar que lhe foi destinado (seja pelo planejamento do espaço ou pelo exercício de poder das classes privilegiadas), ainda que isso reduza a dimensão pública do espaço e dificulte o

exercício da cidadania, pelos moradores do Aglomerado. Como apontou Jacques, esse tipo de consenso pressupõe o desaparecimento da política.

Enquanto a pacificação – a construção de consensos, que busca esconder os conflitos – é uma forma de despolitização, o desentendimento – a explicitação de dissensos, que torna os conflitos visíveis – seria uma forma ativa de resistência, de ação política (JACQUES, 2010, p. 109).

No caso do parque, essa resistência – que constitui a ação política – parece ocorrer somente diante de ameaças de que novas iniciativas segregadoras sejam efetivadas naquele espaço “público”, fazendo com que os moradores do Aglomerado se organizem e contestem as definições hegemônicas. Uma vez que as ações que podem ampliar a cidadania, explicitando os conflitos, rechaçando a conformação tecnocrática da cidade e interferindo nas relações de poder, são as que coincidem com as práticas de educação urbana, somente quando se dão essas contestações coletivas nos espaços do parque, é que será possível considerar a ocorrência de educação urbana.

5.2 Educação e cidadania: (sobre)vivências na cidade em crise

Estudos desenvolvidos pela Universidade de Harvard apontaram relação entre os elevados índices de poluição e a mortalidade provocada pelo Covid-19, de modo que quem vive em áreas poluídas tem até 15% mais chances de morrer pela doença¹⁸⁴. Isto significa que os planejamentos urbanos e os modos de vida nas cidades interferem diretamente no agravamento da crise pandêmica. O contexto da pandemia também tem mostrado que a vida organizada sob a égide capitalista, sobretudo, na sua versão neoliberal – sociedades conformadas a partir do individualismo, de princípios extraídos dos mercados financeiros, da redução dos domínios públicos e de direitos referentes ao trabalho, ao bem-estar e à inclusão social, da vulnerabilidade das instâncias locais (em prol de modelos globais) e da exploração de recursos, espaços e pessoas (REIS, 2020, p. 54)¹⁸⁵ – resultou na realidade social catastrófica vivida nesses tempos: cidades, governos e indivíduos

¹⁸⁴ Disponível em: <https://super.abril.com.br/saude/poluicao-do-ar-esta-ligada-a-uma-maior-mortalidade-por-covid-19> Acesso em: 21 out. 2021.

¹⁸⁵ Disponível em: <https://ces.uc.pt/publicacoes/palavras-pandemia/ficheiros/Obra%20-%20Palavras%20para%20la%20da%20Pandemia.pdf> Acesso em: 21 out. 2021.

vulneráveis e despreparados para lidar com esse tipo de crise. Em regime de urgência, os países passaram a adotar medidas de isolamento social para conter o ajuntamento de pessoas, na tentativa de frear o avanço da doença. Além de não ser um processo linear, o agravamento do quadro tem variado em cada cidade/país, estando relacionado à política de saúde adotada, mas também ao modo como os cidadãos têm lidado com as medidas de proteção, incluindo a forma como se apropriam dos espaços públicos nesses tempos de crise. Foi nesse contexto que se deu a minha chegada em Portugal, no princípio de março de 2020.

As medidas de isolamento definidas pelo governo português exigiram adaptações no meu planejamento de estudo, sendo que a Universidade de Coimbra funcionou apenas de maneira virtual, durante quase todo o período do meu Estágio Doutoral, limitando minha experiência na academia e também na cidade¹⁸⁶. Durante esse período (em que as restrições têm sido mais ou menos flexibilizadas, de acordo com os níveis de contágio), um ponto que me chamou atenção – sobretudo quando comparado com o contexto brasileiro – foi o modo como a população portuguesa lidou com as medidas definidas pelo governo, quanto à apropriação dos espaços públicos. Diante disso, longe de querer produzir vasto e/ou aprofundado conhecimento sobre o assunto (até porque fugiria da proposta desta tese), trago algumas reflexões sobre as práticas sociais nos espaços públicos, que me foram despertadas durante a pandemia.

Desde que as normas restritivas para o uso dos espaços públicos foram implementadas em Portugal (em março de 2020, com o decreto de “Estado de Emergência”), quase sempre esteve mantida a possibilidade de se realizar os chamados “passeios higiênicos”, já que a utilização de parques e praças para a prática de desportos é tratada como questão de saúde física e mental. Seguindo regras definidas para a ocupação desses espaços (estarem no entorno residencial, haver distanciamento social, não promover ajuntamento de pessoas, não se utilizarem bancos e mesas de praças/parques, usar máscaras de proteção), tem sido possível utilizá-los ao longo de toda a pandemia, o que, realmente, ajudou na saúde de muita gente. Ao lado da minha moradia, estava o Jardim Botânico da Universidade de Coimbra, local que muito frequentei e que foi fechado apenas uma vez durante a pandemia. Assim como em outros espaços públicos ao ar livre –

¹⁸⁶ Disponível em: <https://dre.pt/legislacao-covid-19-por-data-de-publicacao> Acesso em: 27 jun. 2021.

“Parque Verde do Mondego”, “Parque Jardim da Sereia” e “Parque do Choupal” – a grande maioria dos frequentadores seguia as medidas restritivas que estavam em vigor.

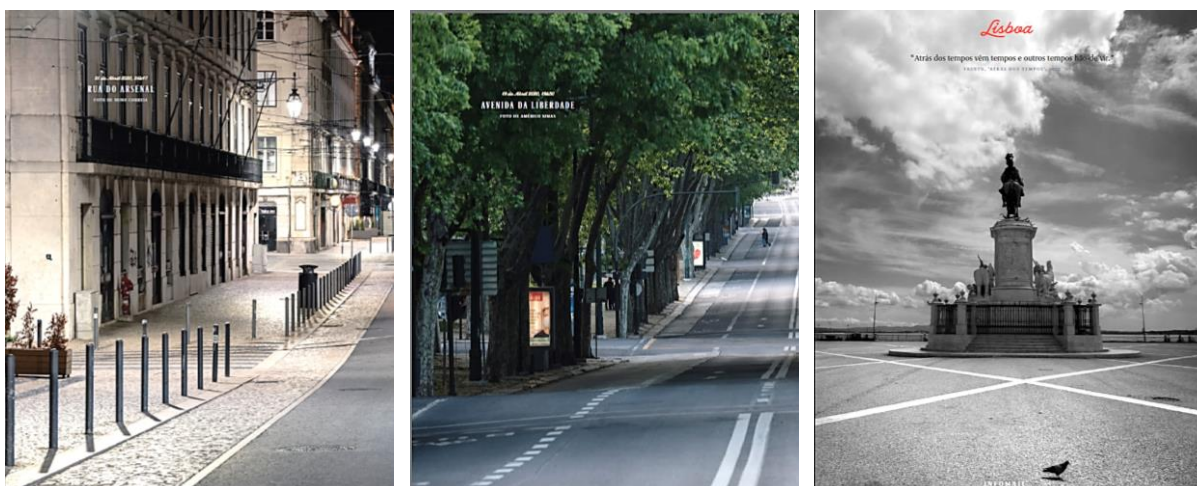
Figura 57 – Espaços públicos abertos durante a pandemia: Jardim Botânico da UC, Parque Verde do Mondego, Parque do Choupal



Fonte: Acervo da autora, 2020.

Em boa medida, esses espaços puderam permanecer abertos, graças ao respeito dos cidadãos às normas e ao rigor da fiscalização – ao menos nos primeiros tempos da pandemia, quando Portugal era visto como exemplo na contenção do vírus. Em função das medidas adotadas nessa fase (até o verão de 2020), as principais vias das cidades portuguesas – outrora sempre ocupadas – tornaram-se quase desertas, como mostram as imagens de Lisboa.

Figura 58 – Lisboa com vias quase totalmente desocupadas, em abril de 2020



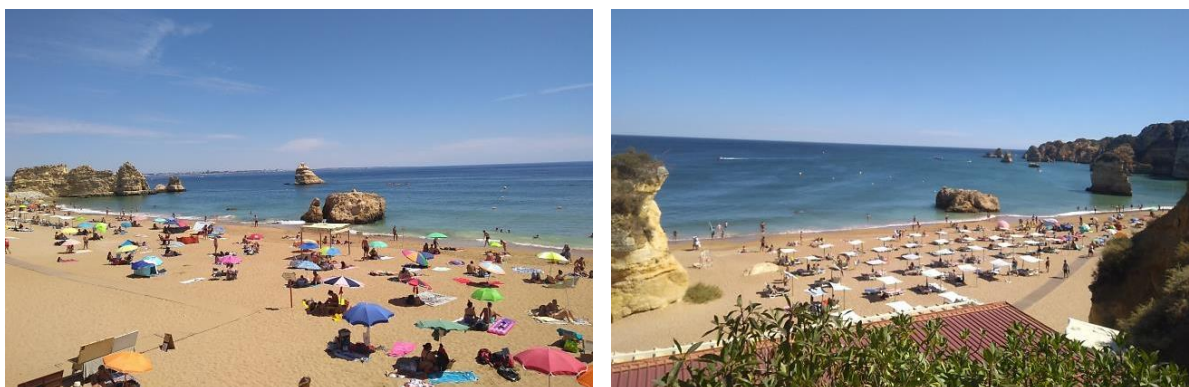
Fonte: Revista Lisboa, 2020¹⁸⁷.

187

Disponível em https://www.lisboa.pt/atualidade/publicacoes-periodicas?tx_ameosfilemanager%5Baction%5D=info&tx_ameosfilemanager%5Bcontroller%5D=Explorer%5CFile&tx_ameosfilemanager%5Bfile%5D=849845&cHash=d13a3130c060db7515440efab4696fb4 Acesso em: 22 out. 2021.

Mesmo durante o verão (2020), quando Portugal voltou a receber turistas, regras de distanciamento também foram definidas e fiscalizadas. Nas praias do Algarve, as preferidas por terem as águas mais quentes do país, a ocupação (quase sempre) seguiu as normas estipuladas. Aplicativos foram criados para informar a situação das praias, que, quando muito cheias, não podiam receber mais gente.

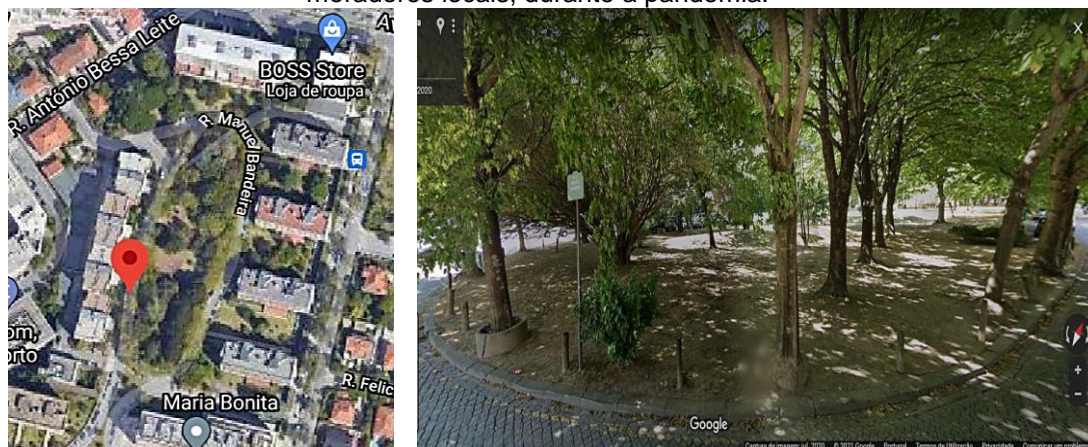
Figura 59 – Praias (Lagos, Algarve) sendo ocupadas conforme as normas de distanciamento



Fonte: Acervo da autora, 2020.

Durante a pandemia, alguns espaços verdes, que eram sobras de terreno e áreas inutilizadas, também passaram a ser ocupados pelos moradores próximos. Na cidade do Porto, uma grande área ovalada, localizada entre edifícios residenciais (Figura 60), que era apenas utilizada por cães, passou a ser apropriada por pais residentes daquela rua: eles começaram a levar as crianças para fazer ginástica, desporto, para fazerem pequenas refeições. No contexto em que vários espaços, antes vazios, foram inseridos nas práticas espaciais dos portugueses – que passaram a ocupá-los, ainda que sem ajuntamentos – essas áreas (e a cidade) foram ganhando vitalidade.

Figura 60 – Área residual, localizada entre residências (Porto), que passou a ser utilizada pelos moradores locais, durante a pandemia.



Fonte: Google Maps, 2021.

Relaciono essas práticas com a concepção de cidadania de Paulo Freire (STRECK *et al.*, 2010, p. 68), que diz respeito à participação consciente e atuante na realidade, em prol da emancipação social, estando comprometida com os “interesses coletivos e individuais”. Envolvendo a consciência dos sujeitos, dos direitos e dos deveres como pessoa humana,

a cidadania, em Freire, tem características de coletividade [...] A cidadania se manifesta por meio das relações sociais, por meio do exercício de produzir coletividade e poder de relacionamentos continuados em favor da vivência **dos direitos e deveres** dos indivíduos nos grupos sociais. Um relacionamento compartilhado e participativo é condição necessária para o exercício da cidadania (*Ibidem*).

Se se concordar com isso, pode-se considerar que a capacidade de alterar os modos de se relacionar com os outros e com os espaços da cidade, durante o tempo de pandemia, além de ser um grande desafio, também constitui um compromisso com a prática e o exercício da cidadania (ainda que isto implique em certa limitação nas liberdades individuais, **durante o contexto de crise**)¹⁸⁸. Para o filósofo

¹⁸⁸ Costa e Santos (2020, p. 24) alertaram sobre os riscos de retrocesso das liberdades individuais, nas cidades pós-Covid-19. O controle que se dá a partir das medidas de prevenção que incluem confinamentos, normatização de horários e modos de usos da cidade, distanciamento social, prolongamento da utilização de máscaras, torna-se ainda mais abrangente quando “governos e gigantes tecnológicos conjugam esforços para recolher e armazenar dados dos cidadãos”. Embora admitam ser justificável a adoção de medidas de monitoramento no contexto de crise pandêmica mundial, os autores explicitam o receio de que o disciplinamento permaneça válido mesmo depois de superada a ameaça do Covid-19 e ressaltam a necessidade de que as sociedades estejam atentas para que não se mantenha o tolhimento das liberdades, sob o mesmo discurso de necessidade de segurança. Disponível em: <https://ces.uc.pt/publicacoes/palavras-pandemia/ficheiros/Obra%20-%20Palavras%20para%20a%20da%20Pandemia.pdf> Acesso em: 22 out. 2021.

Castoriadis (1981), uma sociedade autônoma é aquela que concede autonomia aos indivíduos tanto do ponto de vista individual quanto do coletivo. Ao se criarem condições que permitam que os cidadãos tenham igualdade de chances de intervir no contexto social em que se encontram, estabelece-se a autonomia da sociedade. Porém, a autonomia coletiva somente poderá se viabilizar, caso seja também estimulada a autonomia individual, possibilitando, assim, a formação de sujeitos lúcidos, críticos e atuantes. Nesse processo, em que os cidadãos devem estar à frente da tomada de decisões, Castoriadis (1981) salienta que autonomia não significa, porém, que cada indivíduo poderá agir como bem desejar, sendo que, uma sociedade autônoma deve se constituir de sujeitos esclarecidos e capazes de compreender que “estamos embarcados na mesma canoa planetária e que o que cada um faz pode repercutir sobre todos” (CASTORIADIS, 1981, p. 31). Com cidadãos conscientes e responsáveis por seus julgamentos e ações, a sociedade autônoma também pressupõe a autolimitação (CASTORIADIS, 1981), o que não inviabiliza a autonomia individual¹⁸⁹.

Posso dizer que eu crio a minha lei – uma vez que vivo necessariamente sob a lei da sociedade? Sim, em um caso: se eu puder dizer, reflexiva e lucidamente, que esta é também a minha lei. Para que eu possa dizer isso, não é necessário que eu a aprove: basta que eu tenha tido a possibilidade efetiva de participar ativamente da formação e do funcionamento da lei. A possibilidade de participar: se eu aceito a ideia de autonomia *como tal* (não somente porque ela é “boa pra mim”) [...], a pluralidade de indivíduos pertencendo à sociedade leva imediatamente à democracia, como possibilidade efetiva de igual participação de todos, tanto nas atividades instituintes como no poder explícito (CASTORIADIS, 2008, p. 107, tradução da autora).

Ao vincular a liberdade de mulheres e homens com a da sociedade em que vivem, e tendo em mente os altos níveis de desigualdade existentes no Brasil, Freire ressaltou a necessidade de se implementar um tipo de “educação para a decisão, para a responsabilidade social e política”, como única possibilidade de desenvolvimento da autonomia (individual e coletiva) na sociedade brasileira (FREIRE, 1991, p. 88). A ruptura com a posição de “massa de manobra” (DEMO, 1995, p. 52) envolve a conscientização das condições de opressão e a atuação na

¹⁸⁹ Sobre isso, ver Castoriadis (1981), em que se discute a questão do limite, na esfera dos direitos, apontando duas vertentes na autolimitação: “a limitação pela sociedade do que ela considera como desejos, tendências, atos etc., inaceitáveis por tal ou qual parte de seus membros, mas também a autolimitação da própria sociedade na regulamentação, na regulação, na legislação que exerce sobre seus membros” (CASTORIADIS, 1981, p. 32).

busca de alternativas de vida, de sociedade, de cidade. Nesse sentido, a educação para a formação dos indivíduos, enquanto **sujeitos** (e não apenas como objetos), seria uma condição para se ampliar a cidadania, o sentido de coletividade (tanto em relação aos direitos quanto em relação aos deveres), o que combateria a pobreza política denunciada por Demo.

O contexto da pandemia tem explicitado o quanto uma educação para a formação de cidadãos críticos, conscientes e atuantes pode ser uma questão de sobrevivência. Sem apoio do Governo Federal (diferentemente de Portugal, onde informação e recursos foram disponibilizados, em diversas frentes, para viabilizar a quarentena), os esforços empreendidos pelo poder público local, no Brasil, nem sempre foram suficientes para levar informações e auxílios adequados à população, sobretudo nos primeiros momentos. Com as desigualdades sociais existentes, as ações do poder público mostraram-se ainda mais deficientes no atendimento aos cidadãos que já vivem de modo precário (moradores de rua e/ou de favelas, prestadores de serviços precários em geral, sobretudo os de trabalhos informais), tendo sido essa parcela da população a mais atingida pela crise sanitária. Nesse contexto, a historiadora Pâmela Passos (2020), observa que

o isolamento social somente funciona em países onde o Governo compreende que, num momento de crise, como o vivenciado pela pandemia da Covid-19, o Estado deve investir na economia através de benefícios aos seus cidadãos, retornando a eles, através de auxílios e políticas públicas, os valores pagos por seus impostos (PASSOS, 2020, *on-line*)¹⁹⁰.

É também nesse contexto que Santos (2020) tem criticado as medidas genéricas definidas pela Organização Mundial de Saúde (OMS), por negligenciarem a realidade concreta dos habitantes das cidades, não levando em conta que “muitos habitantes são trabalhadores informais” e enfrentam a quarentena sem poder se afastar do trabalho. Diante das recomendações de distanciamento e regras de higiene (cuja responsabilidade passa a ser dos indivíduos), prescritas pela organização, o autor lança alguns questionamentos.

(...) dadas as condições de habitação, poderão cumprir as regras de prevenção recomendadas pela OMS? Poderão manter a distância interpessoal nos espaços exíguos de habitação onde a privacidade é quase

¹⁹⁰ Disponível em: <https://diplomatie.org.br/paulo-freire-como-antidoto-para-pandemia/> Acesso em: 22 out. 2021.

impossível? Poderão lavar as mãos com frequência quando a pouca água disponível tem de ser poupada para beber e cozinhar? O confinamento em alojamentos tão exíguos não terá outros riscos para a saúde tão ou mais dramáticos do que os causados pelo vírus? Muitos destes bairros são hoje fortemente policiados e por vezes sitiados por forças militares sob o pretexto de combate ao crime. Não será esta afinal a quarentena mais dura para estas populações? (SANTOS, 2020, *online*)¹⁹¹.

Se a precariedade das habitações já é empecilho para o distanciamento social e para a adoção das regras de higiene exigidas na pandemia, com a impossibilidade de estarem em regime virtual (em função do tipo de trabalho e por falta de estrutura), trabalhadores das classes menos favorecidas não puderam adotar regras de isolamento, ficando mais expostos aos riscos de contágio do que aqueles que puderam se confinar. Essas constatações também corroboram as análises do sociólogo Jessé Souza (2009), que aponta no Brasil a contínua “reprodução de uma sociedade que ‘naturaliza’ a desigualdade e aceita produzir ‘gente’ de um lado e ‘subgente’ do outro” (SOUZA, 2009, p. 24).

O agravamento das vulnerabilidades já existentes tem sido uma consequência das medidas restritivas adotadas pelos governos, mas também tem sofrido influência das ações de setores das classes média e alta, empenhadas na preservação de privilégios. Desde o início da pandemia, enquanto os governos locais têm buscado implementar medidas para conter a disseminação do vírus (ainda que de modo frágil e desigual), muitos representantes das classes privilegiadas vêm causando alvoroço nos espaços públicos, burlando regras de proteção, agredindo funcionários que lhes cobram o uso de máscaras (medida obrigatória, determinada por decretos) e expondo pessoas ao risco de contágio¹⁹².

¹⁹¹ Disponível em: https://www.abennacional.org.br/site/wp-content/uploads/2020/04/Livro_Boaventura.pdf Acesso em: 22 out. 2021.

¹⁹² Não é por acaso que a primeira vítima fatal da pandemia, no Rio de Janeiro, tenha sido uma empregada doméstica – com 63 anos e uma saúde debilitada –, cujos patrões, recém-chegados da Itália, país que tinha alto índice de propagação do vírus, não respeitaram a quarentena, enquanto aguardavam resultado do teste de Covid (que foi positivo), e colocaram a funcionária em contato com o vírus. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/03/19/primeira-vitima-do-rj-era-domestica-e-pegou-coronavirus-da-patroa.htm> Acesso em: 10 jul. 2021.

Figura 61 – Desobediência das medidas definidas para prevenir a contaminação, em 2020/2021



Fonte: G1, novembro de 2020¹⁹³. Fonte: G1, abril de 2020¹⁹⁴. Fonte: G1, junho de 2021¹⁹⁵.

Figura 62 – Flagrantes das aglomerações no Brasil, em 2020



Fonte: G1, 2020¹⁹⁶; Exame, 2020¹⁹⁷.

Notícias como estas evidenciam como o individualismo e a falta de senso de coletividade têm contribuído para o aumento do número de mortos por Covid-19 no Brasil, que já soma mais de 600 mil pessoas¹⁹⁸. No dia em que a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte decretou estado de calamidade pública e definiu regras de isolamento na cidade, uma carreata composta por pessoas brancas, vestidas com camisas verde-amarelas da seleção brasileira de futebol (traje comumente utilizado por defensores de pautas conservadoras), percorreu bairros nobres da cidade, protestando contra as medidas. Na mesma semana, outro grupo de manifestantes, exibindo seus carros “faixas com dizeres como ‘Essencial é o que

¹⁹³ Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2020/11/30/em-meio-a-pandemia-de-coronavirus-fim-de-semana-tem-festas-e-aglomeracoes-em-bh.ghtml> Acesso em: 10 jul. 2021.

¹⁹⁴ Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2020/04/10/cenas-de-aglomeracoes-pelo-brasil-colocam-autoridades-em-alerta.ghtml> Acesso em: 10 jul. 2021.

¹⁹⁵ Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2021/06/27/pm-e-guarda-municipal-flagram-aglomeracao-no-lourdes-em-bh-mas-nao-agem-para-dispersa-la-video.ghtml> Acesso em: 10 jul. 2021.

¹⁹⁶ Disponível em: <https://canaltech.com.br/saude/covid-drones-acompanham-aglomeracoes-em-praias-do-rj-que-seguem-aumentando-172364/> Acesso em: 28 jun. 2021.

¹⁹⁷ Disponível em: <https://exame.com/brasil/vila-madalena-tem-novamente-aglomeracao-e-bares-lotados-na-reabertura/> Acesso em: 10 jul. 2021.

¹⁹⁸ Disponível em: <https://especiais.g1.globo.com/bemestar/coronavirus/estados-brasil-mortes-casos-media-movel/> Acesso em: 10 jul. 2021.

põe comida na mesa’, ‘Liberdade para trabalhar’ e ‘Fome também mata’¹⁹⁹, seguiu até a residência do prefeito onde, em aglomeração (onde muitos estavam sem máscara de proteção), o grupo cantou o hino nacional e exigiu a destituição do político. Em ambos os casos, a reivindicação era a retomada de atividades comerciais e de serviços, medida que implicaria no deslocamento de funcionários, aglomerados em transportes públicos – “subgentes” –, no momento em que o sistema de saúde já dava sinais de colapso.

Considerando que não somente os direitos são importantes para efetivar a cidadania, sendo também os deveres – comprometidos com a coletividade – essenciais para uma sociedade emancipada, o que se pode concluir pelo comportamento que se vê, no Brasil (e em outros países também), é que estamos bem distantes de uma sociedade autônoma. A ausência de “responsabilidade social e política”, apontada por Freire (1967, p. 88), como sendo resultado do processo antidemocrático vivido pelo país, pode ser identificada nas ocorrências destacadas²⁰⁰.

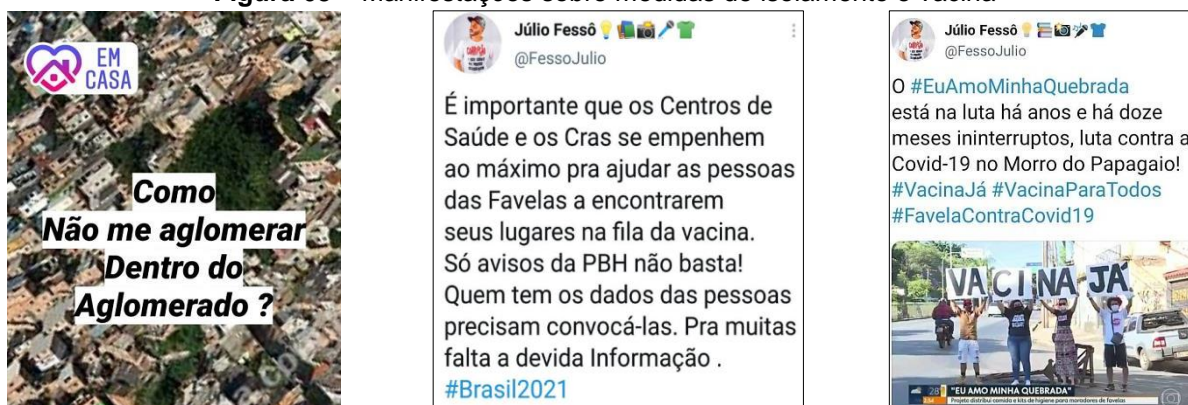
Se, por um lado, pessoas mais vulneráveis também têm se envolvido em festas e aglomerações recreativas – o que reforça a necessidade de uma educação crítica e promotora de conscientização quanto ao contexto vivido; por outro lado, são também esses sujeitos marginalizados (os oprimidos freirianos) que têm promovido ações que dão um pouco de esperança de transformação. Iniciativas criadas por e para pessoas que se encontram em maior risco de contaminação (lideranças e moradores de periferias, vilas e favelas) empenhadas em difundir informação, distribuir auxílios e apoio aos mais vulneráveis, têm representado resistência ao individualismo praticado por boa parte da população brasileira. Diversas ações têm sido empreendidas pelos próprios moradores de favelas para compensar a pouca eficácia das medidas do poder público para essa parcela da população. Os bons

¹⁹⁹ Disponível em: <https://www.hojeemdia.com.br/horizontes/manifestantes-pr%C3%B3-bolsonaro-fazem-carreata-em-bh-contra-fechamento-do-com%C3%A9rcio-1.830668> Acesso em: 10 jul. 2021.

²⁰⁰ O pensamento de Freire também nos ajuda a pensar sobre a adesão dos manifestantes à atual política do Governo Federal. Se a eleição do presidente Jair Bolsonaro já deixava dúvidas quanto à capacidade crítica de boa parte da população brasileira – por se tratar de um político que, ao longo de todo o processo eleitoral, demonstrou a sua total incapacidade de governar o país – a continuidade do apoio a esse presidente, nesse contexto de pandemia – cuja ausência de comprometimento e de ações adequadas para lidar com a crise, já levou mais 600 mil brasileiros à morte – ilustra o sentimento de aderência ou de admiração que se dá, por parte dos oprimidos em relação aos seus opressores, e que, de acordo com Freire, resulta na defesa da continuidade do modelo de opressão instaurado.

resultados dessas ações dão-se muito em função de serem orquestradas com base na prática cotidiana da população marginalizada, o que nem sempre é levado em conta nas definições dos especialistas. Freire (1967) defendeu que é em meio ao coletivo que os indivíduos conscientizam-se da sua condição histórica e dos problemas do seu tempo, podendo neles intervir. Nesse sentido, as ações dos grupos marginalizados, além de serem iniciativas que, literalmente, salvam vidas, também envolvem ampliação da autonomia dos sujeitos e a efetivação do exercício da cidadania. Por difundirem conhecimento, promoverem reflexões e críticas sobre as desigualdades no contexto da pandemia – levando as discussões também para os espaços públicos (Figura 63) –, as ações desses grupos também podem ser vistas como práticas de educação urbana.

Figura 63 – Manifestações sobre medidas de isolamento e vacina



Fontes – Barragem Sta. Lúcia, 2020²⁰¹. / Júlio Fessô, 2020 e 2021²⁰².

Uma vez que as práticas educativas emancipatórias vinculam-se à conscientização, à formação de sujeitos e às ações de transformação social, pode-se interpretar essas iniciativas como exemplo da parcela “oprimida” da sociedade provendo educação na/para a cidade, o que corrobora as reflexões de Freire, para quem são as ações do oprimido aquelas que são capazes de educar o opressor e gerar transformação societária.

Este capítulo analisou as práticas espaciais no Parque da Barragem Santa Lúcia, localizado entre bairros de classe média/alta e um aglomerado de vilas e favelas. Embora tenha sido planejado para ser um espaço democrático, capaz de integrar os distintos grupos do entorno, o projeto do parque não contou com

²⁰¹ Disponível em: <https://www.facebook.com/BarragemSantaLucia/photos> Acesso em: 28 jun. 2021.

²⁰² Disponível em: <https://www.facebook.com/juliofessooficial1> Acesso em: 28 jun. 2021.

participação direta da população e também apresentou características espaciais que contribuíram para a separação dos grupos (já desejada pelos frequentadores de classe média). As entrevistas revelaram que há demarcação de espaço e também de horário de utilização do parque (mesmo que de modo não oficial), separação que também é reforçada pela manutenção que é feita pela prefeitura e que privilegia as áreas utilizadas pelos moradores dos bairros. Ao longo da existência do parque, ocorreram várias tentativas de se produzirem novas segregações (cercamento da área, com definição de horários diferenciados para os grupos; projetos de revitalização), por iniciativas dos frequentadores da classe média. Embora o espaço seja experimentado pelos dois grupos, sem grandes questionamentos quanto à demarcação (não oficial), de modo que cada grupo ocupa os seus lugares predestinados, quando ocorrem as tentativas de novos cerceamentos e segregações, os moradores do Aglomerado tendem a se unir para resistir a essas imposições. Diferentemente do que se analisou no carnaval de rua, em que as apropriações subvertem as normas impostas aos modos de se utilizar os espaços públicos (constituindo práticas educadoras), no Parque da Barragem Santa Lúcia, pouca subversão quanto às imposições puderam ser identificadas, de modo que as práticas de educação urbana mostraram-se reduzidas.

O capítulo também refletiu sobre as formas de apropriação dos espaços públicos, durante a pandemia (no contexto brasileiro e português), sob a ótica da cidadania. Enquanto, em Portugal, o comportamento dos cidadãos (de aceitação das medidas sanitárias) permitiu que os espaços públicos pudessem ser utilizados e até que outros espaços pudessem ser criados pelos próprios cidadãos; no Brasil, a falta de apoio do governo, aliado à ausência de informações, de formação crítica dos indivíduos e de um senso de coletividade, geraram comportamentos de desrespeito às normas sanitárias implementadas e o aumento no número de pessoas contagiadas e mortas. Porém, se os grupos marginalizados (em áreas periféricas, vilas e favelas) têm sido os mais afetados com a pandemia e com as restrições impostas, também são esses sujeitos que têm promovido ações de apoio, solidariedade, difusão de informação, reflexão (inclusive nos espaços públicos), que podem ser compreendidas como práticas de educação urbanas, confirmando as afirmações de Freire de que são os oprimidos aqueles que são capazes de educar o opressor.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É possível pensar que esta tese já existia, em potência, desde a finalização dos estudos do Mestrado em Filosofia (2006), a partir da qual muitas foram as tentativas de viabilizar uma produção coletiva de cidade (em teoria e na prática). Se, por um lado, as vivências foram explicitando limites e dificuldades; por outro lado, também foi sendo gestada a certeza de que as mudanças só seriam possíveis com a educação dos sujeitos da cidade – que passou a ser vista como uma condição. Sem dúvida, este foi um ponto chave para que esta tese, enquanto potência, pudesse se tornar ato. Iniciou-se uma reflexão sobre qual seria o tipo de educação capaz de transformar as subjetividades (passivas e conformadas), trazendo conscientização da realidade opressora e impulsionando ações para uma ruptura/modificação. O segundo momento mais importante para a “atualização” desta tese foi o encontro da autora com a pedagogia de Paulo Freire (1967), de modo que uma educação crítica, lúcida, prática e transformadora passou a ser pensada a partir das experimentações dos espaços da cidade. A intenção era descobrir como (e se) as práticas espaciais podem proporcionar uma educação da e na cidade, no viés da emancipação, ampliação da cidadania e da recriação conjunta da cidade. Considerando que os processos de transformação – da vida e da sociedade – devem ser discutidos a partir de experiências urbanas concretas, inseridas nos contextos sociais em que elas acontecem, a proposta de investigação desta tese teve como foco duas realidades urbanas da cidade de Belo Horizonte: um espaço público planejado para o lazer (Parque da Barragem Santa Lúcia) e a *práxis* do Bloco de Carnaval de Rua e de Favela “Seu Vizinho”.

Frente ao objetivo de refletir sobre a relação entre experiência espacial e prática educadora, em espaços públicos de Belo Horizonte, quanto à possibilidade de gerar transformações subjetivas e espaciais, a partir do questionamento da concepção tecnocrática de cidade, partiu-se de pesquisa bibliográfica e documental para se analisarem os conceitos de esfera pública, espaço público e educação, quanto à sua importância para o processo de ampliação da cidadania e enquanto fundamento para reações ao contexto socioespacial hegemônico. Nesses estudos, compreendeu-se que as ações dos sujeitos nos espaços públicos urbanos, com

protagonismo para a tomada de decisões, podem ser vistas como ações políticas que ampliam a cidadania. Mas se esta era uma premissa das cidades ocidentais da Antiguidade (mesmo com suas limitações), os processos de desenvolvimento das cidades tenderam a retirar o caráter político dos espaços públicos, reduzindo as possibilidades da cidadania e da participação coletiva. A redução da cidadania tem se dado por vários mecanismos (físicos e simbólicos) adotados pelos Estados e por grupos privilegiados, entre os quais está a formação de indivíduos passivos e conformados. A instituição educativa oficial e hegemônica tem contribuído para esse quadro. Em meio às críticas a esse modelo educativo, surgem propostas de educação crítica, voltadas (no primeiro momento) para os trabalhadores e com o objetivo de conscientização quanto ao contexto social excludente e opressor por eles vividos. Conhecida, na América Latina, como “educação popular”, esse pensamento pedagógico teve como grande representante o educador brasileiro Paulo Freire. O pensamento de Freire considera o ser humano como um ser incompleto, imbuído na busca por sua completude (humanização), que envolve o processo de conhecimento e a possibilidade de “ser mais” – ir além do que se é. Considerando esse processo de humanização como uma potencialidade, que pode ou não se concretizar, Freire (1967) critica a educação na qual **um especialista** ministra conteúdos para um público ouvinte e apático – distanciado da possibilidade do “ser mais” – e defende que o processo pedagógico emancipatório somente se conforma de modo prático (pelas ações dos sujeitos), coletivo e por meio da problematização da realidade vivida – que é opressora e, geralmente, considerada como dado. A conscientização das questões do seu tempo, e a compreensão de que é possível intervir e modificá-las rompem com o fatalismo a partir do qual a realidade é compreendida: desvinculada do contexto histórico e não passível de mudanças. Se essa realidade é mantida por grupos que se beneficiam com as contradições (opressores), caberia aos oprimidos – os que são mais afetados pelas desigualdades sociais – promoverem novas práticas de produção do saber, empenhadas em romper com esse estado de coisas. Nesse sentido, as práticas educativas propostas por Paulo Freire podem ser consideradas ações políticas e contra-hegemônicas, protagonizadas pelos grupos marginalizados/explorados, ocorridas em qualquer espaço com relações sociais e humanas. Trazidas para o contexto das cidades, e sendo práticas espaciais e educativas, estas seriam ações

capazes de transformar as subjetividades (trazendo ganhos de cidadania crítica), ao mesmo tempo em que reconfiguram os espaços da cidade. É nessa perspectiva, portanto, que as práticas espaciais nos espaços públicos de Belo Horizonte (destacadas nesta tese) são aqui investigadas: levando em conta que, quando as experiências dos indivíduos nos espaços públicos da cidade ajudam a manter as contradições existentes, elas deseducam os indivíduos, conformando-os mais como objetos do que como sujeitos; mas que, quando as práticas espaciais são capazes de formar sujeitos críticos, conscientes e atuantes no processo de recriação da cidade (e da sociedade), com vistas à emancipação social, elas podem ser compreendidas como práticas de educação urbana, no sentido freiriano. Nesse contexto, tanto manifestações coletivas reivindicatórias (em que os corpos se impõem nos espaços, questionando publicamente as condições vigentes) quanto a instauração de outros modos de se utilizarem os espaços públicos da cidade podem constituir práticas educadoras. Diante da frequente proibição e repressão das práticas subversivas, os conflitos urbanos também podem ser compreendidos como ações essenciais para a instauração de um processo educativo emancipador.

As reflexões sobre a história de Belo Horizonte mostraram que, se a cidade já surge, no século XIX, com uma conformação espacial segregadora (que criminaliza a pobreza e exclui muitos moradores dos espaços melhor assistidos), ao longo do seu desenvolvimento, as transformações urbanas continuam a materializar práticas de exclusão dos grupos sociais marginalizados (os oprimidos freirianos). Para tanto, a difusão de normas, as regras de disciplinamento e a repressão direta vão sendo utilizadas para civilizar a cidade e adequar os indivíduos aos modos “corretos” de se comportar nos espaços públicos (adequados aos grupos sociais privilegiados). Se, por um lado, essas tentativas de controle criavam um ambiente de pessoas passivas e conformadas (contexto conveniente para a manutenção das contradições socioespaciais); por outro, nem sempre os grupos excluídos aceitavam as imposições, manifestando-se (de vários modos) contra elas – e também sendo reprimidos. A partir da gestão municipal de 2009-2016, amplia-se o alinhamento das intervenções urbanas com os interesses dos grupos privilegiados. Assumindo uma postura neoliberal, as ações da Prefeitura Municipal passaram a priorizar o mercado (publicamente), a reduzir os mecanismos de participação popular nas decisões urbanas (às vezes, de modo velado) e a restringir a utilização dos espaços públicos.

As reconfigurações urbanas – muitas delas orientadas por preconceitos sociais, raciais, étnicos, de gênero – têm promovido separações, hierarquização, controle dos corpos e exclusão.

Nesse ambiente, foi a partir da restrição (decretada pela prefeitura) do uso de uma praça em Belo Horizonte que um grupo de jovens convocou um evento de apropriação da Praça da Estação – que ficou conhecido como “Praia da Estação” – que deveria “transformar-se” na praia dos mineiros. A ocupação subversiva foi reprimida diversas vezes, mas as ações da polícia impulsionavam novas convocações, que foram se repetindo semanalmente (cada vez mais cheias de gente), gerando a revogação do decreto. Desses encontros, foi nascendo o movimento “Fora Lacerda”, de repúdio às ações do então prefeito sobre os espaços da cidade, e, posteriormente, o movimento “Ocupe a cidade”, empenhado em subverter as normas de controle dos espaços públicos. Também foi a partir daí que (res)surgiu o carnaval de blocos de rua de Belo Horizonte, após um período de estagnação na cidade. Unindo festa, irreverência e pautas políticas ligadas aos movimentos sociais de reivindicação do direito à cidade, os blocos de carnaval de rua trouxeram vitalidade urbana, promovendo outras relações entre sujeito e cidade. Se já era possível compreender esse festejo como promotor de uma educação urbana, o surgimento de um bloco de carnaval de e para a favela – que buscava romper com a exclusão do povo favelado, do carnaval recém-insurgido – amplia a possibilidade dessa compreensão da festa. Visando unir morro e asfalto e modificar a visão preconceituosa que se tem da população da favela, o bloco Seu Vizinho (cuja importância do território se expressa no próprio nome) trouxe uma proposta de carnaval construída coletivamente, de modo democrático, valorizando as singularidades e os saberes do Aglomerado da Serra e promovendo a ocupação dos espaços públicos por corpos negros que costumam ser segregados. Nessa perspectiva, a práxis do bloco Seu Vizinho (nas suas várias vertentes) passou a ser compreendida como prática de educação urbana.

Em relação ao Parque da Barragem Santa Lúcia, o planejamento do seu espaço teve, por intenção dos autores do projeto (arquitetos da Prefeitura Municipal), promover um espaço inclusivo e democrático, que permitisse o convívio dos moradores das duas realidades do entorno. Apesar disso, a proposta não contou com participação direta dos moradores dessas áreas e também materializou uma

setorização de equipamentos e usos que acabaram reproduzindo as segregações espaciais que caracterizam a cidade. Se nas proximidades do Aglomerado foram implantadas quadras de futebol – gradeadas, em nível mais elevado (permitindo ampla observação) e com acesso apenas pelo lado do Aglomerado –; por outro lado, pistas de caminhada, esplanada e quiosques foram implantados nas proximidades do asfalto, tendo sido parte da pista interrompida, nas áreas próximas à favela. A investigação demonstrou que ocorrem constantes tentativas de se criarem novas formas de segregação, por parte dos moradores de classe média, que se utilizam das suas facilidades de comunicação com os órgãos públicos e com políticos. Nessa perspectiva, também foram explicitados os “acordos” informais que estipulam horários e locais diferenciados para a frequência dos dois públicos contrastantes, sendo que até mesmo a manutenção que é feita pela Prefeitura tem seguido essa lógica: os espaços, frequentemente ocupados pela população branca, de classe média, são os que recebem maiores cuidados. Do mesmo modo, autorizações para realizar eventos nesse espaço público são facilitadas, quando se trata de atividades propostas pelo público do asfalto. Também foram relatadas pelos moradores do Aglomerado, a ocorrência de ações segregadoras no convívio no espaço, sobretudo com preconceitos raciais. Tudo isso contribui para um ambiente de deseducação urbana, que, todavia, poderia ser contestado. As narrativas, porém, apontam para uma reprodução das segregações, no momento em que os moradores do Aglomerado não se sentem à vontade para se apropriarem de alguns espaços do parque (comumente utilizados pela classe média), conformando-se à realidade que os exclui dos locais onde “não deveriam estar”. Nesse contexto, as manifestações de resistência costumam ocorrer, quando novas ações promotoras de maior segregação são empreendidas pelos representantes das classes privilegiadas, momento em que podem ser entendidas as práticas de educação urbana.

Por se tratar de um estudo etnográfico, as análises de campo deram-se por meio de pesquisa participante, tendo passado por adaptações em função de imprevistos já explicitados na tese (enchentes e transbordamento da Barragem Santa Lúcia, pandemia mundial). As realidades urbanas analisadas contam com práticas que envolvem participantes de contextos sociais dicotômicos. Enquanto o Seu Vizinho é um bloco composto por moradores do Aglomerado da Serra – vilas e favelas – e por muitos batuqueiros da classe média belo-horizontina, o parque é

frequentado por moradores do Aglomerado Santa Lúcia – também de vilas e favelas – e por moradores dos bairros de classe média e alta do entorno. Todavia, enquanto as experimentações espaciais provenientes do carnaval caracterizam-se por serem ações contra-hegemônicas, que rechaçam a conformação tecnocrática da cidade, reivindicam direitos e criam novas possibilidades socioespaciais (conformando uma educação urbana), as experiências espaciais no parque tendem a se adequar às imposições físicas e simbólicas que reproduzem as contradições sociais, distanciando-se, portanto, das práticas de educação emancipatória. Nessa vertente, e na busca por uma realidade urbana transformada, as reflexões desenvolvidas nesta tese lançaram luz em algumas possibilidades. Se, por um lado, ficou claro que o processo de mudança não envolve nenhuma facilidade; na outra vertente, os estudos também desvelaram que, a despeito das dificuldades, **o inédito pode ser viável**. Nessa perspectiva, quando se leva em conta que a criação de disposições democráticas envolve novos hábitos de participação, ingerência e certo grau de rebeldia (FREIRE, 2008), talvez seja o momento de desmistificar os conflitos e vê-los como necessários para instaurar uma educação urbana, assim como cidades mais humanas e democráticas.

REFERÊNCIAS

ABRAHÃO, Sérgio Luís. *Espaço público: do urbano ao político*. São Paulo: Annablume, 2008.

ANJOS, Cyro dos. *A menina do sobrado*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1979.

ALDEROQUI, Silvia. La ciudad: um territorio que educa. *Caderno CRH*, Salvador, n. 38, p. 153-176, jan./jun. 2003.

ALDEROQUI, Silvia. Ciudadania, ciutats, educació. *Revista GUIX*, Barcelona, n. 304, mai. 2004. Disponível em <https://www.grao.com/es/producto/ciudadania-ciutats-educacio> Acesso em: 14 fev. 2020.

ANDRADE, Sônia Maria Viegas. A cidade grega. *Revista Kriterion*, Belo Horizonte, v. XXIV, n. 71, p. 20-44, jan./dez. 1978.

A PREFEITURA não gasta com o Carnaval de Belo Horizonte, pelo contrário. *BHZ*. 2020. Disponível em: <https://bhaz.com.br/2020/01/27/prefeitura-gasta-carnaval/> Acesso em: 18 fev. 2021.

ARANTES, Pedro. O ajuste urbano: as políticas do Banco Mundial e do BID para a cidade. *Revista Pós*, n. 20, 2006. p. 60-75.

ARANTES, Otilia Beatriz Fiori. Uma estratégia fatal: a cultura nas novas gestões urbanas. In: ARANTES, Otilia et al. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes, 2000. p.11-74

ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. *Cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes, 2000a.

ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

ARROYO, Miguel G. O aprendizado do direito à cidade: Belo Horizonte - a construção da cultura política. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, n. 26, p.23-38, dez. 1997.

ARROYO, Miguel; BUFFA, Ester, NOSELLA, Paolo. *Educação e cidadania: quem educa o cidadão?* São Paulo: Cortez, 2007.

ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DAS CIDADES EDUCADORAS (AICE) - DELEGAÇÃO PARA A AMÉRICA LATINA. Espaços urbanos e cidades educadoras. *Caderno de Debate*, Rosário, n. 5. 2019. Disponível em: <http://www.edcities.org/pt/wp-content/uploads/sites/46/2019/08/C.-DEBATE-V-portugues.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2019.

ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DAS CIDADES EDUCADORAS (AICE) - DELEGAÇÃO PARA A AMÉRICA LATINA. *Carta das Cidades Educadoras*.

Barcelona, 1990. Disponível em: <http://www.edcities.org/pt/carta-das-cidades-educadoras/> Acesso em: 15 fev. 2020.

ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DAS CIDADES EDUCADORAS (AICE) - DELEGAÇÃO PARA A AMÉRICA LATINA. *Quem somos?* Disponível em: <http://www.edcities.org/pt/carta-das-cidades-educadoras/> Acesso em: 15 fev. 2020.

AVRITZER, Leonardo. Modelos de deliberação democrática: uma análise do orçamento participativo no Brasil. In: SANTOS, Boaventura de Souza (Org.). *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

BAPTISTA, Maria Elisa. Fronteiras urbanas contemporâneas: espaço público e cidadania. 147f. Dissertação (Mestrado). Roberto Luís de Melo Monte-mór. Escola de Arquitetura. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte. 2000.

BAKHTIN, Mikhail. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*. São Paulo/Brasília: Hucitec/Editora da UnB, 1999.

BARRETO, Abílio. *Belo Horizonte: memória histórica e descritiva*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1995.

BARROS E SILVA, Robertha Georgya de. *Educação urbana e cidadania crítica: da relação sujeito-cidade e suas potencialidades*. 175f. Dissertação (Mestrado). Gicélia Mendes da Silva. Universidade Federal de Sergipe. Sergipe. 2017.

BEIRÃO, Nereide. *Serra*. Belo Horizonte: Conceito, 2012.

BERQUÓ, Paula Bruzzi. *A ocupação e a produção de espaços biopotentes em Belo Horizonte: entre rastros e emergências*. 507 f. Dissertação (Mestrado). Natacha Silva Araújo Rena. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte. 2015.

BESSA, Altamiro Sérgio Mol; ALVARES, Lúcia Maria Capanema. *A construção do turismo: megaeventos e outras estratégias de venda das cidades*. Belo Horizonte: C/Arte, 2014.

BLOCOS DE CARNAVAL de rua divulgam nota de repúdio à “camarotização” e à PBH. *Uai*, 2015. Disponível em: <https://www.uai.com.br/app/noticia/musica/2015/11/24/noticiasmusica,174456/blocos-de-carnaval-divulgam-nota-de-repudio-a-camarotizacao-e-a-pbh.shtml> Acesso em: 23 jan. 2021.

BORSAGLI, Alessandro. *Os anos 1960: metrópoles, caos e consequências*. Disponível em: <http://curraldelrei.blogspot.com/2012/10/os-anos-60-metropole-o-caos-e-as.html> Acesso em: 14 out. 2020.

BOURDIEU, Pierre. *Escritos de educação*. Petrópolis: Vozes, 2015.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues; STRCK, Danilo Romeu. *Pesquisa participante: a partilha do saber*. São Paulo: Ideias & Letras, 2006.

BUTLER, Judith. *Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

BUTLER, Judith; ATHANASIOU, Athena. *Dispossession: the performative in the political*. Cambridge: Polity Press, 2013.

CALDEIRA, Júnia Marques. A praça brasileira: trajetória de um espaço urbano, origem e modernidade. 432 f. Tese (Doutorado). Maria Stella Martins Bresciani, Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas. 2007.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Ed. 34/Edusp, 2000.

CALDEIRA, Teresa. *Espacio, segregación y arte urbano em el Brasil*. Buenos Aires: Katz Editores, 2010.

CARDOSO JÚNIOR, Nerione N. *Hannah Arendt e o declínio da esfera pública*. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2007.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CASTELA, Tiago. Empire in the City: Politicizing Urban Memorials of Colonialism in Portugal and Mozambique. *Whose Tradition? Discourses on the Built Environment*. Abingdon: Routledge, data. 2017. p. 188-209.

CASTORIADIS, Cornelius; COHN-BENDIT, Daniel. *Da ecologia à autonomia*. São Paulo: Braziliense, 1981.

CASTORIADIS, Cornelius. *El mundo fragmentado*. La Plata: Terramar, 2008.

CHAUÍ, Marilena. *Comunicação e democracia*. Comunicação apresentada na Conferência Nacional "Lula Livre: vencer a batalha da comunicação". São Paulo, 2018. Disponível em: <https://pt.org.br/marilena-chai-comunicacao-e-democracia/> Acesso em: 02 maio 2019.

CHISTÉ, Priscila de Souza; SGARBI, Antonio Donizetti. Cidade educativa: reflexões sobre educação, cidadania escola e formação humana. *Revista Eletrônica em Educação Científica e Tecnologias*, Vitória, v. 05, n. 04, p. 84-114, dez. 2015.

CHOAY, Françoise. *A regra e o modelo*. São Paulo: Perspectiva, 1980.

CHOMSKY, Noam. *O lucro ou as pessoas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

CLIFFORD, James. *A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.

COMJUNTO VAZIO. *A tradição praieira insurgente de Belo Horizonte*, 2011. Disponível em: <https://comjuntovazio.wordpress.com/tag/prai-da-estacao/> Acesso em: 07 fevereiro 2021.

COMISSÃO CONSTRUCTORA DA NOVA CAPITAL. *Revista geral dos trabalhos*, Rio de Janeiro, v. 2, 1985. Disponível em http://memoria.bn.br/pdf/339997/per339997_1895_00002.pdf Acesso em: 02 novembro 2021.

COOPER, Frederich. Modernizing bureaucrats, backward africans, and the development concept. In: COOPER, F. R.; PACKARD, Eds. *Development Knowledge and the Social Sciences: Essays on the History and Politics of Knowledge*. Berkeley, CA: University of California Press, 1998, p. 64-92.

COSTA, César Augusto; LOUREIRO, Carlos Frederico. A interdisciplinaridade em Paulo Freire: aproximações político-pedagógicas para a educação ambiental. *Revista Katál*, Florianópolis, v. 20, n.1, p. 111-121, jan./abr. 2007.

COSTA, Heloísa Soares de Moura. Habitação e produção do espaço em Belo Horizonte. In: Monte-Mór, Roberto Luís (Org.). *Belo Horizonte: espaços e tempos em construção*. Belo Horizonte: CEDEPLAR/PBH, 1994.

DAGNINO, E. Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania. In: DAGNINO, E. *Anos 90: política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1994.

DANIEL, ARTÊNIO. Belo Horizonte, 08 de fevereiro de 2016. Facebook: Artênio Daniel. Disponível em: <https://www.facebook.com/arteniusdaniel/posts/10153952143394083>. Acesso em: 12 fevereiro 2021.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaios sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.

DE CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis: Vozes, [1990] 1998.

DELGADO, Manuel. *El espacio público como ideologia*. Madri: Catarata, 2011.

DEMO, P. *Cidadania tutelada e cidadania assistida*. Campinas: Autores Associados, 1995.

DEMO, P. *Pobreza Política: polêmicas de nosso tempo*. Campinas: Editora Autores Associados, 2001.

DIAS, Paola Lisboa Cêdo. *Sob a lente do espaço vivido: a apropriação das ruas pelos blocos de carnaval na Belo Horizonte contemporânea*. 201 f. Dissertação (Mestrado). Ana Paula Baltazar dos Santos. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte. 2015

DUTRA, Eliana de Freitas. *Caminhos operários nas Minas Gerais: um estudo das práticas operárias em Juiz de Fora e Belo Horizonte na 1ª República*. São Paulo: HUCITEC, 1988.

DUTRA, Eliana de Freitas *et al.* *BH: Horizontes históricos*. Belo Horizonte: C/ Arte, 1996.

ESCOBAR, Arturo. *Encontering development: the making and unmaking of the third world*. New Jersey: Princeton University Press, 1995.

ESCOBAR, Arturo. O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento? In: CLACSO – Conselho Latinoamericano de Ciências Sociais. *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas Latinoamericanas*. Buenos Aires, 2005, p. 69-86. Disponível em: <http://www.iea.usp.br/eventos/destaques/escobar-natureza> Acesso em: 13 jan. 2021.

FALCÃO, Denise. Lutas, gozos mercantilização no carnaval belorizontino. I COLÓQUIO INTERDISCIPLINAR DE ESTUDOS DO LAZER. *Coletânea do I Colóquio Interdisciplinar de Estudos do Lazer*. Belo Horizonte: EEEFTO/CELAR, 2019. p. 425-431.

FAVRET-SAADA, Jeanne. Ser Afetado. *Cadernos de Campo*, n. 13, p. 155-161, 2005.

FEDERICI, Silvia. *Calibã e a bruxa: Mulheres, corpo e acumulação primitiva*. São Paulo: Elefante, 2017.

FREIRE, Paulo. *Educação como prática de liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

FREIRE, Paulo. *Educação e mudança*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FREIRE, Paulo. Criando métodos de pesquisa alternativa: aprendendo a fazê-la melhor através da ação. In: BRANDÃO, C. R. *Pesquisa participante*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981. p. 34-41.

FREIRE, Paulo. *Política e educação: ensaios*. São Paulo, Cortez, 2001.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.

FONSECA, Janete Flor de Maio; GUIMARÃES, Mary Francisca. Vila das Antenas: uma história por construir. In: LIBÂNIO, Clarice de Assis (Org.). *Favelas e periferias metropolitanas: exclusão, resistência, cultura e potência*. Belo Horizonte: Favela é Isso Aí, 2016. p. 127-140.

FONSECA, Renato. Fechamento da barragem Santa Lúcia cercado de polêmica. *Hoje em Dia*, Belo Horizonte, 14 dez. 2013. Disponível em: <http://hoje.vc/1oyip> Acesso em: 15 fev. 2020.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1987.

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, H. L.; RABINOW, P. *Michel Foucault*: uma trajetória filosófica para a além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 231-249.

FUNDAÇÃO BISSAYA BARRETO. *Tudo é minúsculo para nós – mas grande para as crianças – e tudo é verdadeiro*. Disponível em: <https://www.fbb.pt/pp/historia/> Acesso em 10/11/2021.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. *Ômnibus*: uma História dos Transportes Coletivos em Belo Horizonte. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1996.

GAGOTTI, Moacir. A escola na cidade que educa. *Cadernos CENPEC*, v. 1, n. 1, p. 133-139, 2006.

GHIRARDO, Diane. *Arquitetura contemporânea*: uma história concisa. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

GONÇALVES, Raquel Garcia. Modelos de planejamento: das utopias de lugar nenhum às estratégias de qualquer lugar. ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR BELO HORIZONTE. *Anais*. 2003.

GONÇALVES, Raquel Garcia. Modelos emergentes de planejamento: elaboração e difusão. Um estudo do Planejamento Estratégico Situacional. 201 fl. Tese (Doutorado) Carlos Bernardo Vainer. Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 2005.

GOMES, Juvenal Lima. *Condições de vida do passado, conquistas do presente*: a luta das associações comunitárias do Aglomerado Santa Lúcia por cidadania. Dissertação (Mestrado). Carlos Fortuna. Faculdade de Economia. Universidade de Coimbra. Coimbra. 2011.

GOMES, Marco Aurélio A. de Filgueiras; LIMA, Fábio José Martins de. Pensamento e prática urbanística em Belo Horizonte, 1895 - 1961. In: LEME, Maria Cristina da Silva (Coord.). *Urbanismo no Brasil, 1895-1945*. São Paulo: Studio Nobel: FAUUSP: FUPAM, 1999.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. *A condição urbana*: ensaios de geopolítica da cidade. Rio de Janeiro: Bertrand, 2006.

GOMES, Paulo César da Costa. Espaços públicos: um modo de ser do espaço, um modo de ser no espaço. In: CASTRO, Iná Elias de *et. al.* *Olhares Geográficos*. Rio de Janeiro: Bertrand, 2012.

GÓMEZ, Hilda Mar Rodríguez; SÁNCHEZ, Jesús Alberto; FLÓREZ, Nancy Rodas. A cidade educadora e a formação fora da escola. ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DAS CIDADES EDUCADORAS (AICE). Delegação para a América Latina. Espaços urbanos e cidades educadoras. *Caderno de Debate*, Rosário, n. 5, p.17-26, 2019. Disponível em: <http://www.edcities.org/pt/wp-content/uploads/sites/46/2019/08/C.-DEBATE-V-portugues.pdf>. Acesso em: 08 agosto 2021.

GUIMARÃES, Berenice M. Favelas em Belo Horizonte, tendências e desafios. *Análise & Conjuntura*. Belo Horizonte, v. 7, n. 2-3, p.11-18, 1992.

HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.

HARVEY, David. The right to the city. *New left review*, n. 53, p. 23-40, 2008a.

HARVEY, David. *Neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Loyola, 2008b.

HARVEY, David *et al.* *Ocuppy: movimentos de protesto que tomaram as ruas*. São Paulo: Boitempo, Carta Maior, 2012.

HARVEY, David. A Liberdade da Cidade. In: MARICATO, Ermínia et al. (Org.). *Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2013. p. 27-34.

HARVEY, David. *Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HENRIQUES, Rita de Cássia Chagas. A Razão Moldando o Cidadão: estratégias de política higienista e espaço urbano disciplinar – Belo Horizonte – 1907-1908. *Caderno de História*. Belo Horizonte, v. 2, n. 3, p. 57-63, out. 1997

HOLLOWAY, J. *Fissurar o capitalismo*. São Paulo: Publisher Brasil, 2013.

HOLSTON, J. *Cidadania insurgente: disjunções da democracia e da modernidade no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO URBANÍSTICO – IBDU. *Direito à cidade: uma outra visão de gênero*. São Paulo: IBDU, 2017.

JACQUES, Paola Berenstein; BRITTO, Fabiana Dutra (Org.). *Corpocidade: debates, ações e articulações*. Salvador: EDUFBA, 2010.

JAEGER, Werner. *Paidéia: a formação do homem grego*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

JAYME, Juliana G.; TREVISAN, Eveline. Intervenções urbanas, usos e ocupações de espaços na região central de Belo Horizonte. *Civitas*. Porto Alegre, v. 12, n. 2, p. 359-377, maio/ago. 2012.

KAPP, Silke. Casa alheia, vida alheia: uma crítica da heteronomia. *VIRUS*. São Carlos, n. 5, 2011. Disponível em: www.nomads.usp.br/virus/virus05/?sec=3&item=2&la. Acesso em: 02 jan. 2020.

KLEIN, Naomi. *Sem Logo: a tirania das marcas em um planeta vendido*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

LEFEBVRE, Henri. *The production of space*. Oxford: Blackwell, 1991.

LEFEBVRE, Henri. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LEFEBVRE, Henri. *O direito a cidade*. 5. ed. São Paulo: Centauro, 2008a.

LEFEBVRE, Henri. *Espaço e política*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008b.

LEFEBVRE, Henri. *Critique of everyday life*. London: Verso, 2014.

LEITE, Rogério Proença. *Contra-usos da cidade: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea*. Campinas: Editora UNICAMP; Sergipe: UFS, 2007.

LE VEN, Michel. As classes sociais e o poder político na formação espacial de Belo Horizonte (1893-1914). 167 fl. Dissertação (Mestrado). Bernardo Sorj. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte. 1977.

LIBÂNIO, Clarice de Assis. *Arte, cultura e transformação social: caderno de experiências*. Belo Horizonte: Favela é Isso Aí, 2015.

LIBÂNIO, Clarice. O fim das favelas? Notas sobre planejamento urbano, participação cidadã e remoção de famílias em Belo Horizonte. In: LIBÂNIO, Clarice de Assis (Org.). *Favelas e periferias metropolitanas: exclusão, resistência, cultura e potência*. Belo Horizonte: Favela é Isso Aí, 2016. p 203-2019.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo; COSTA, César Augusto. A interdisciplinaridade em Paulo Freire: aproximações político-pedagógicas para a educação ambiental crítica. *Revista Katálisis*, Florianópolis, v. 20, n. 1, p. 111-121, jan./abr. 2017.

MACEDO, Silvio Soares; SAKATA, Francine Gamacho. *Parques urbanos no Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010.

MACIEL, Marieta Cardoso. O projeto em arquitetura paisagística: praças e parques públicos de Belo Horizonte. Tese (Doutorado). Joaquim Manoel Guedes Sobrinho. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade de São Paulo. São Paulo. 1998.

MAESTRO, Irene. O papel histórico das mulheres nas lutas territoriais. In: CASSIMIRO, Lígia. *Direito à cidade: uma visão por gênero*. São Paulo: IBDU, 2017. p. 47-55.

MAGALHÃES, Fabiano Rosa de. *Estratégias de rua: manifestações político-sindicais dos bancários na Praça Sete de Belo Horizonte*. Dissertação (Mestrado). Orientador. Pontifícia Universidade Católica de Belo Horizonte, Belo Horizonte. 2008.

MARICATO, Ermínia. *Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana*. Petrópolis: Vozes, 2001.

MENDERSON, Rivadávia. Correria loka (novas) reflexões: as marcas da luta subversiva pela sobrevivência, In: LIBÂNIO, Clarice de Assis (Org.). *Favelas e periferias metropolitanas: exclusão, resistência, cultura e potência*. Belo Horizonte: Favela é Isso Aí, 2016. p 189-201.

MINAS GERAIS. Lei nº 1100, de outubro de 1929. *Dá regulamento à Censura Policial*. Belo Horizonte, 1929.

MIRAFTAB, FARANAK. Insurgência, planejamento e a perspectiva de um urbanismo humano. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos Regionais*, Recife, v.18, n. 3, p. 363-377, set./dez. 2016.

MITCHELL, Don. The End of Public Space? People's Park, Definitions of the Public, and Democracy. *Annals of the Association of American Geographers*, v. 85, n. 1, p. 108-133, mar. 1995.

MITCHELL, Timothy. *The object of development*. Egypt: Rule of Experts, Los Angeles: Techno-politics, modernity, London: University of California Press, 2002,

MONTE-MOR, Roberto Luís. A cidade planejada e a metrópole em construção. *Varia História*, Belo Horizonte, n. 18, p. 467-486, set. 1997.

MUDIMBE, Valentin Yves. *A invenção de África: Gnose, filosofia e a ordem do conhecimento*. Mangualde, Luanda: Edições Pedagogo; Edições Mulemba, 2013.

OLIVEIRA, Francisco de. *O que é formação para a cidadania?* Entrevista por Silvio CacciaBava. 2000. Disponível em: <https://polis.org.br/publicacoes/o-que-e-formacao-para-cidadania/>. Acesso em: 21 nov. 2019.

PASSOS, Daniela Oliveira Ramos dos. A formação urbana e social da nova Capital de Minas Gerais: hierarquização e estratificação do espaço belorizontino no início do século XX (1897-1930). In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 37º, 2013, Águas de Lindoia. *Anais...* Águas de Lindoia, Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, 2013.

PASSOS, Pâmella. Paulo Freire como antídoto para a pandemia. *Le Monde Diplomatique Brasil*. 2021. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/paulo-freire-como-antidoto-para-pandemia/> Acesso em: 22 out. 2021.

PEREIRA FILHO, Hilário Figueiredo. *Glórias, conquistas, perdas e disputas: as muitas máscaras dos carnavais de rua em Belo Horizonte (1899-1936)*. 225 f. Dissertação (Mestrado). Regina Helena Alves da Silva. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte. 2006.

PEREIRA, Josemeire Alves. Para além do horizonte planejado: racismo e produção do espaço urbano em Belo Horizonte (Séculos XIX e XX). Tese (Doutorado). Lucilene Reginaldo. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas. Campinas. 2019.

PRAÇA LIVRE BH. *Universidade Pirata em construção*, 2010. Disponível em <http://pracalivrebh.wordpress.com/2010/10/28/0211-universidade-pirata-em-construcao/> Acesso em: 08 Agosto 2021.

PRED, Allan. *Recognizing european modernities: a montage of the present*. London: Routledge, 1995.

PROFESSORES da rede municipal terão noções de meio ambiente. *O tempo*. 2017. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/politica/professores-da-rede-municipal-terao-nocoos-de-meio-ambiente-1.1426916> Acesso em: 24 jan. 2021.

Pensando com Paulo Freire. Direção: Tania Quaresma. Edição: Tania Quaresma, Marlon The Laser, Malu Salles. Roteiro: Tania Quaresma. Escola Nacional Florestan Fernandes, TV Educativa do Paraná, 2012. 1 DVD (52MIN).

PUIGGRÓS, Adriana. Paulo Freire do ponto de vista da interdisciplinaridade. In: STRECK, Danilo R. *et al* (Org.). *Paulo Freire: ética, utopia e educação*. Rio de Janeiro: Vozes, 2014. p. 95-111.

RIBEIRO, Luiz César de Queirós. *As metrópoles e o direito à cidade na inflexão ultraliberal da ordem urbana brasileira*. Rio de Janeiro: Observatório das Metrópoles, 2020, p. 1-74. Disponível em: https://www.observatoriodasmetrolopes.net.br/wp-content/uploads/2020/01/TD-012-2020_Luiz-Cesar-Ribeiro_Final.pdf Acesso em: 11 mar. 2021.

ROBINSON, Jennifer. Global and world cities: a view from the map. *International Journal of Urban and Regional Research*. v. 26, n. 3, set. 2002.

RODRIGUÉZ, JAHIR R. Ciudad educadora: una perspectiva política desde la complejidad. *Revista de Estudios Sociales*, Bogotá, n. 10, p. 531-554, out. 2001.

RODRIGUEZ, José Gregorio. Formación ciudadana y urbana. In: BLASCO, Carlos Miñana. *Interdisciplinaridad y currículo: construcción de proyectos escuela-universidad*. V SEMINARIO INTERNACIONAL. Bogota: Universidad Nacional de Colombia, 2002. p. 121-141.

SALCEDO, Marco Alexis. Una reflexión crítica sobre ciudad educadora. *Revista Científica Guillermo de Ockham*. Cali, v. 6, n. 2, p. 91-107. jul./dic. 2008.

SANTOS, Boaventura de Souza. *Toward a New Common Sense: Law, Science and Politics in the Paradigmatic Transition*. London: Routledge, 1995.

SANTOS, Boaventura de Souza. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. Porto: Edições Afrontamento, 1999.

SANTOS, Boaventura de Souza. Para que serve a educação? Educação popular e/na Universidade. *Aula Magistral #5*. 2016, Coimbra. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=A4K6DJ-p9Q4>. Acesso em: 11 dez. 2019.

SANTOS, Boaventura de Souza. *A cruel pedagogia do vírus*. Coimbra: Edições Almedina, 2020. Disponível em: https://www.abennacional.org.br/site/wp-content/uploads/2020/04/Livro_Boaventura.pdf Acesso em: 26 maio 2021.

SANTOS, Regina Bega dos. *Movimentos sociais urbanos*. São Paulo: UNESP, 2008.

SCOBNEY, David M. *Empire city: the making and meaning of the New York city*. Philadelphia: Temple University, 2002.

SEU VIZINHO. *Coronavírus*. Belo Horizonte, 22 abril de 2020. Instagram: @seuvizinho. Disponível em: Disponível em: https://www.instagram.com/seuvizinho_/ Acesso em: 05 maio 2021.

SENNETT, Richard. *O declínio do homem público*. Rio de Janeiro: Record, 2014.

SENNETT, Richard. *Carne e pedra: o corpo e a cidade na civilização ocidental*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SERPA, Ângelo. Microterritórios e segregação no espaço público da cidade contemporânea. *Revista Cidades*. São Paulo, v. 10, n. 17, p. 61-75. jan./dez. 2013.

SERPA, Ângelo. *O espaço público na cidade contemporânea*. São Paulo: Contexto, 2017.

SERRÃO SEM CORONA. Belo Horizonte, 08 de agosto de 2020. Instagram: @serraosemcorona. Disponível em: https://www.instagram.com/serraosemcorona/?igshid=kvmklmbmregi&fbclid=IwAR20qENluYJZV526YQL277Wkh2xf_0aN8uM_e7hthz9-mDk2dr8Q0lfKv8Q Acesso em: 05 maio 2021.

SILVA, Nuno Eduardo de T. da. *Retrato de um país suave: o "Portugal dos Pequenitos"*. 499 fls. Tese (Doutorado). Victor Manuel Canedo Neves; Ana Cristina Fernandes Vaz Milheiro. Faculdade de Arquitetura e Arte. Universidade Lusíadas de Lisboa. Lisboa. 2015.

SILVA, Marina Guedes Costa e. A moral e os bons costumes: a experiência da cidade nas narrativas policiais (Belo Horizonte, 1897-1926). 150 f. Dissertação (Mestrado). Andrea Moreno. Faculdade de Educação. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte. 2009.

SILVA, Marcelo Martins da. Insurgências e conservadorismos: considerações sobre o paradoxo da cidadania no Brasil. *Revista Em Pauta*, Rio de Janeiro, n. 39, v. 15, p.70-84, 2017.

SIMÃO, Karina Machado de Castro. *Espaço público como palco das manifestações coletivas e da vitalidade urbana*. 237 f. Tese (Doutorado). Raquel Garcia Gonçalves.

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte. 2020.

SOUZA, Jessé. *Ralé brasileira: quem é e como vive*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *A prisão e a ágora: reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *Dos espaços de controle aos territórios dissidentes: escritos de divulgação científica e análise política*. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *Mudar a Cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2016.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *Por uma geografia libertária*. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2017.

SOUZA, Marcos Felipe Sudré. *A festa e a cidade: experiência coletiva, poder e excedente no espaço urbano*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.

STRECK, Danilo R. *et al. Paulo Freire: ética, utopia e educação*. Rio de Janeiro: Vozes, 2014. p. 95-111.

TEDESCO, Juan Carlos. Educação e sociedade justa. ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DE CIUDADES EDUCADORAS (AICE). *Educação e vida urbana: 20 anos de cidades educadoras*. Torres Novas: Amondina, 2013. p. 225-234.

TONUCCI FILHO, João Bosco Moura. *Comum urbano: a cidade além do público e do privado*. 244 f. Tese (Doutorado). Heloisa Soares de Moura Costa. Instituto de Geociências. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte. 2017

UM DOS CRIADORES da Praia da Estação, antropólogo Rafa Barros fala dos rumos do carnaval de BH. *Hoje em dia*. 2018. Disponível em: <https://www.hojeemdia.com.br/almanaque/um-dos-criadores-da-praia-da-esta%C3%A7%C3%A3o-antrop%C3%B3logo-rafa-barros-fala-dos-rumos-do-carnaval-de-bh-1.592534> Acesso em: 05 outubro 2021.

UNIDOS DO SAMBA QUEIXINHO. *Carta aberta à PMMG contra a repressão ao carnaval de BH*. Belo Horizonte, 17 de fevereiro de 2018. Facebook: Unidos do Samba Queixinho. Disponível em: <https://www.facebook.com/sambaqueixinho/posts/1925211204175070> Acesso em: 06 março 2021.

VAINER, Carlos. Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano. In: ARANTES, Otília *et al. A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes, 2000.

WILSON, Elisabeth. *The sphinx in the city: urban life, the control of disorder, and women*. Berkeley: University of California Press, 1991.

ZIBECH, Raul. *Territórios em resistência: cartografias políticas das periferias urbanas latino-americanas*. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.